



FÁBIO LUIZ DE CASTRO DIAS

**DA CONDIÇÃO DO OBJETIVISMO ABSTRATO DE
SAUSSURE NA SÍNTESE DIALÉTICA DE VOLÓCHINOV**

**LAVRAS-MG
2022**

FÁBIO LUIZ DE CASTRO DIAS

**DA CONDIÇÃO DO OBJETIVISMO ABSTRATO DE SAUSSURE NA SÍNTESE
DIALÉTICA DE VOLÓCHINOV**

Monografia apresentada à Universidade Federal
de Lavras, como parte das exigências do Curso de
Letras, para a obtenção do título de Licenciado.

Prof. Dr. Marco Antonio Villarta-Neder
Orientador

Ma. Taciane Domingues Ferreira
Coorientadora

**LAVRAS-MG
2022**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Castro Dias, Fábio Luiz de.

Da condição do objetivismo abstrato de Saussure na síntese
dialética de Volóchinov / Fábio Luiz de Castro Dias. - 2022.
188 p.

Orientador(a): Marco Antonio Villarta-Neder.

Coorientador(a): Taciane Domingues Ferreira.

Monografia (graduação) - Universidade Federal de Lavras,
2022.

Bibliografia.

1. Saussure e Volóchinov. 2. Objetivismo abstrato e dialogismo
marxista. 3. Epistemologia e historiografia das ideias linguísticas. I.
Villarta-Neder, Marco Antonio. II. Domingues Ferreira, Taciane.
III. Título.

FÁBIO LUIZ DE CASTRO DIAS

**DA CONDIÇÃO DO OBJETIVISMO ABSTRATO DE SAUSSURE NA SÍNTESE
DIALÉTICA DE VOLÓCHINOV**

Monografia apresentada à Universidade Federal
de Lavras, como parte das exigências do Curso de
Letras, para a obtenção do título de Licenciado.

APROVADA em 25 de abril de 2022.

Dra. Helena Maria Ferreira (UFLA)
Dra. Ekaterina Vólkova Américo (UFF)

Prof. Dr. Marco Antonio Villarta-Neder
Orientador

Ma. Taciane Domingues Ferreira
Coorientadora

**LAVRAS-MG
2022**

Em primeiro, à minha mãe, sangue do meu sangue, ser do meu ser, a minha mais verdadeira forma de primeira e pura outridade amorosa. Em segundo, ao meu marido, o outro concreto do meu eu, poeta luminescente da minha sabedoria, poema vivo do meu amor e do meu corpo.

AGRADECIMENTOS

Os meus amorosos agradecimentos, em primeiro, à minha amada mãe, Maria Aparecida de Castro, cuja índole irreparável e séria e cuja mão diligente e firme me guiaram ao caminho seguro da justiça, do amor, da sabedoria e da bondade, sem quem, logo, nada de mim se mostraria o que é. Agradeço-lhe, mãe, por nunca se esquecer de mim em seu coração e em seu pensamento, bem como por jamais me ter desamparado na minha trajetória escolar e acadêmica. Sou-lhe grato pela sua perseverança contínua, pelo seu cuidado diário, pela sua preocupação severa e, principalmente, pelo seu amor sagrado. À senhora, sempre se dedicará o todo do meu ser.

Em segundo, ao meu companheiro de afeto e de amor, Caio Gutemberg da Silva Petronilho, quem sempre me foi bondoso e diligente, cuja paciência me é a lavoura fecunda da verdadeira amorosidade. Obrigado, meu companheiro, por me ser o esteio, ao lado de minha mãe, durante os meus seis anos na academia, assim como por me ter continuado a amar, mesmo diante das minhas falhas, das minhas ausências e dos meus silêncios.

Em terceiro, agradeço aos meus familiares de maneira geral, mas, em especial, à minha adorada irmã, Laudiene Valéria Moreira, cuja guarida carinhosa e cujo amor intenso me acompanham desde o meu nascimento. Sou-lhe grato pelo seu amparo fraternal e pelo seu acolhimento maternal, sempre presentes em nossas conversas e em nossas risadas. De igual maneira, o meu agradecimento se estende ao meu cunhado Hamilton da Silva, cujo cuidado sincero se materializou em suas preocupações, ao lado de minha irmã, com a minha formação escolar, desde a compra constante de materiais até o apoio emocional. À minha irmã e ao meu cunhado, o meu muito obrigado amoroso.

Ao meu querido orientador, o professor Dr. Marco Antonio Villarta-Neder, cuja eticidade e cujo respeito foram fortes seguros à minha intelectualidade e à minha integridade na academia e na vida, que me aceitou, com extremo zelo responsável, em sua vida, como amigo, aluno e discípulo. Com fervor, agradeço-lhe, meu caro orientador, por me ensinar o caminho ético do ensino dialógico, pela sua amizade acolhedora em momentos difíceis, pela sua crença estimulante em meu potencial e pelas exprobrações certas e necessárias, sem as quais nada de mim seria o que é. Com amor respeitoso, o meu muito obrigado.

De igual modo, evidencio a minha gratidão em relação à minha amiga e coorientadora, Ma. Taciane Domingues Ferreira, pela sua acolhida dialógica ao meu humilde conhecimento, pela sua interlocução ativa e responsiva sobre os temas de nosso interesse em comum, bem como pela sua amizade dominada pelo riso jocoso e sério.

Um agradecimento geral aos meus professores. De forma carinhosa, um obrigado amigável e sincero, contudo, à professora Dra. Helena Maria Ferreira, cujas lições e cujas preocupações me constituírem e me ensinarem a direção certa de uma relação fundada na ética da responsabilidade, bem como, sobretudo, por fazer-se presente neste momento, atuando como avaliadora deste trabalho

Agradeço, também, à professora Dra. Ekaterina Vólkova Américo, não somente por me presentear com a sua presença na banca avaliadora deste trabalho, mas, de igual maneira – e principalmente –, por se configurar como um dos vetores mais robustos na realização do meu percurso intelectual.

À minha amiga e colega, Ma. Natália Rodrigues Silva do Nascimento, agradeço pelo aceite em contribuir como suplente da banca deste trabalho de monografia, assim como pela nossa relação sempre muito frutífera.

De forma geral, um agradecimento aos meus amigos verdadeiros, pelas suas risadas, pelos seus afetos e pelas suas acolhidas, nos bons e nos maus momentos.

Ainda, agradeço aos meus colegas do Grupo de Estudos Discursivos sobre o Círculo de Bakhtin, pelos intensos e dialógicos debates sinceros, assim como pela afetividade verdadeira da nossa relação, expressa em boas conversas e excelentes risadas.

À Universidade Federal de Lavras, agradeço o sempre presente apoio à minha produção acadêmica e científica, na forma de reconhecimento da minha vulnerabilidade socioeconômica, da qual se decorreu a oferta de bolsas de iniciação científica, ininterruptamente durante os meus seis anos de graduação. Trata-se do primeiro ato de culminância de um projeto intelectual que jamais existiria sem o amparo material da instituição que me formou.

Pois falar da linguagem talvez seja ainda pior do que escrever sobre o silêncio. Não queremos assaltar a linguagem para obrigá-la a cair nas presas de representações já prontas e acabadas. Não queremos alcançar um conceito da essência da linguagem capaz de propiciar uma concepção da linguagem a ser usada por toda parte e, assim, satisfazer todo esforço de representação.

Martin Heidegger, em *A linguagem*.

O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação [in]diferente com as particularidades das diversidades de gêneros do discurso em qualquer campo de investigação linguística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua.

Mikhail Bakhtin, em *Os gêneros do discurso*.

RESUMO

O objetivo central e geral da nossa monografia configura-se na direção da constituição de um entendimento das críticas responsivas de Volóchinov, segundo a nossa concepção, ao formalismo linguístico do *objetivismo abstrato* do livro *Curso de linguística geral* (2012; 2021 [1916]), bem como no delineamento das suas razões fundamentais, para o estabelecimento, ao final, da condição do pensamento enunciado na vulgata de 1916 na constituição da reflexão filosófica do filósofo russo em *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (2017 [1929]), cuja síntese dialética se funda sobre uma complexa relação com a tese, representada pelo idealismo linguístico do *subjetivismo individualista*, e a antítese, o objetivismo abstrato. A nossa pesquisa, de modo amplo, qualifica-se como uma reflexão de natureza epistemológica e historiográfica, que se dedica a uma forma de mapeamento arquitetônico e sistemático de parte das relações constitutivas, das origens fundamentais e das influências dialógicas, a partir das quais se constituíram os componentes do conjunto ordenado do pensamento de Saussure e do de Volóchinov. Para realizá-lo, foi-nos necessária a elaboração de uma articulação epistemológica entre o conceito de *enunciado* e o princípio de *correlacionamento* de Bakhtin (2016b [1979/1952-1953]; 2017b [1979/1941*1974]), com o escopo de criação de um fundamento teórico e metodológico para o atendimento das necessidades da nossa pesquisa teórica, de natureza qualitativa e interpretativa. Concomitantemente, as nossas análises e as nossas considerações submetem-se à nossa compreensão filosófica sobre o lugar do texto nas ciências humanas, cuja definição se resume ao conceito de enunciado, segundo o entendimento, de acordo com a nossa terminologia, da *fenomenologia histórica* de Bakhtin (1993 [1986/1919-1921]; 2016a [1979/1959-1961]), o que se dá, também, através da nossa filiação a certos pressupostos da filosofia de Ernest Cassirer e da de Wilhelm Dilthey, aos quais se remete, direta ou indiretamente, a concepção bakhtiniana. Em seguida, dedicamo-nos, em primeiro, a uma sintética análise dos problemas relacionados à formação do livro atribuído a Saussure, utilizando-nos de uma exemplificação fundada no nosso correlacionamento da vulgata de 1916 com parte das reflexões manifestas nos manuscritos do genebrino, à luz, sempre, das análises e das hipóteses de Bouquet (2000 [1997]). Em segundo, elaboramos uma análise epistemológica e historiográfica de parte da teoria enunciada em *Curso de linguística geral*, sob o auspício das questões levantadas pela nossa discussão anterior. Posteriormente, passamos às nossas considerações das críticas responsivas de Volóchinov ao formalismo linguístico das concepções assumidas no livro atribuído a Saussure, para, por fim, atentarmos-nos aos seus fundamentos epistemológicos, em busca do entendimento das suas

razões principais, bem como da condição do objetivismo abstrato na síntese dialética do filósofo russo. A nossa pesquisa justifica-se pela importância de Saussure e de Volóchinov no nosso horizonte acadêmico, assim como pela imprescindível participação da teoria de *Curso de linguística geral* na constituição, de uma forma ou de outra, no pensamento filosófico de Volóchinov.

Palavras-chave: Saussure; Volóchinov; Objetivismo abstrato; Dialogismo marxista; Síntese dialética.

SUMÁRIO

À GUISA DE INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - QUESTÕES PROPEDÊUTICAS: DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA NOSSA MONOGRAFIA	18
1.1 Sobre o texto nas ciências humanas segundo uma consideração filosófica	23
1.2 Do texto como um enunciado: uma proposição de princípio.....	41
1.3 A instituição de uma hermenêutica dialógica pelo correlacionamento	52
1.4 O corpus primário da nossa monografia	61
1.5 Os procedimentos analíticos e interpretativos da nossa metodologia	62
CAPÍTULO 2 - A LINGUÍSTICA DE SAUSSURE.....	65
2.1 Um preâmbulo necessário: o livro <i>Curso de linguística geral</i>	65
2.2 A teoria saussureana de <i>CLG</i> sob uma análise epistemológica e historiográfica....	80
CAPÍTULO 3 - DAS CRÍTICAS RESPONSIVAS DE VOLÓCHINOV AO OBJETIVISMO ABSTRATO DE SAUSSURE.....	117
3.1 Os pontos nucleares das críticas responsivas de Volóchinov	117
3.2 Uma análise dos fundamentos epistemológicos das críticas responsivas do dialogismo marxista ao objetivismo abstrato	130
DAS RAZÕES PRIMEIRAS ÀS CONSIDERAÇÕES ÚLTIMAS	169
REFERÊNCIAS.....	181

À GUIZA DE INTRODUÇÃO¹

No quadro geral da história do pensamento, as ideias se concebem, enquanto referências descritivas, explicativas e interpretativas sobre os fenômenos em geral, como sentidos articulados e materializados, a partir dos quais se formam as teorias – no interior das quais as categorias, os conceitos e os princípios se dispõem e se ordenam – em uma forma de interdependência completiva, contínua e recíproca, através de *parâmetros epistemológicos*, de *dispositivos metodológicos*, de *organizações lógicas* e de *gêneros discursivos*. Na temporalidade mais ampla na qual se formam e se desenvolvem os *acontecimentos*² da *eventicidade histórica* (BAKHTIN, 1993 [1986/1919-1921])³, cada teoria, enquanto um

¹ Toda a nossa reflexão geral acerca da constituição, da estruturação e do desenvolvimento das ciências humanas e dos campos teóricos se fundamenta, primordialmente, sobre a nossa leitura analítica e interpretativa da discussão de Bakhtin (2017b [1979/1941*1974]) sobre a *metodologia das ciências humanas*. Outras de nossas referências podem se manifestar ao longo de nossa escrituração, mas de modo complementar.

² Trata-se de um conceito demasiado complexo em sua constituição, ao qual não nos dedicaremos com afincamento, contudo. Cabe-nos somente uma menção à sua complexidade, com uma referência à sua forma na língua russa. Encontra-se traduzido, para a nossa língua, como acontecimento ou como *evento*. Mas, de acordo com Villarta-Neder (2019a, p. 32-33): “há uma palavra em russo, *событие (sobytie)*, que pode ser traduzida tanto por *acontecimento*, quanto por *evento*. Ainda utilizada cotidianamente na Rússia, foi usada pelos autores do Círculo, especialmente, por Mikhail Bakhtin, principalmente em *Para uma filosofia do Ato Responsável* (142 vezes) e em *Estética da Criação Verbal* (310 vezes). Essa palavra apresenta uma particularidade, que tem que ser levada em consideração na tradução. É derivada da palavra *бытие (bytie - ser, existência)*, precedida pelo morfema *co* (procedência, estar junto, vir de fora para o centro). *Событие* remete a algo que ocorre no mundo, mas enfatizando a vivência conjunta desse evento, a um *fazer junto*”. Enquanto uma ênfase no caráter outritário da concepção bakhtiniana, filiamos-nos à tradução da *событие* como *coexistência*, com uma referência à existência conjunta de um sujeito com os demais, assim como da *coconstrução* da sua vivência pela outridade constitutiva e reguladora do seu modo de ser no mundo. Mesmo nos referindo à palavra acontecimento, o fundo da sua significação teórica é o de coexistência – em sentido ampliado, de *convivência*. Além do mais, a expressão eventicidade histórica remete-se ao *dever* característico do mundo revelado, fenomenologicamente, à consciência imersa na coexistência – uma consciência determinada pelas suas relações na unidade da coexistência com o *outro*, que se apresenta, conjuntamente, como o *locus* de constituição, através das suas inter-relações, dos conteúdos, das formas, dos sentidos e dos valores pelos qual se forma – e *se enforma* – a materialidade do mundo, condição para a sua transformação em mundanidade humana. A unidade da coexistência é, assim, o lugar das relações outritárias, da constituição da consciência e da revelação fenomenológica do mundo, assim como da formação da cultura e do desenvolvimento da história.

³ Sobre o nosso uso particular das datas das obras dos autores mencionados: a primeira, que se encontra delimitada apenas pelos parênteses, refere-se à data da edição da qual nos utilizamos, como, no caso, 1993. As outras demais submetem-se a uma variação, de acordo com as nossas necessidades de referência. A primeira delimitada pelas chaves trata-se de uma menção à data da primeira publicação da obra, como 1986. As outras, separadas da anterior por uma barra, remetem-se às datas de escrituração original pelo autor, isto é, dos manuscritos, podendo se compreender em um dado período maior, que se representa pela separação das duas por um traço. Na referência acima, 1919-1921 trata-se do espaço temporal no qual se situou, provavelmente, o processo de escrituração de Bakhtin. Em outros momentos,

discurso, instaura-se segundo as formas de *comunicação discursiva* e de *interação social*, nas conformações históricas, mostrando-se como, sobretudo, uma *atitude responsiva* do *ativismo* de um *sujeito* localizado na historicidade de uma sociedade, cuja constituição única e unioorrente se insere, de maneira dependente, nos modos de *outridade* de uma tendência ou de uma tradição.

A particularidade dos apontamentos gerais de Bakhtin (2017b [1979/1941*1974])⁴ sobre a organização característica das *ciências humanas* permite-nos o desenvolvimento da nossa compreensão dialógica da história do pensamento, levando-nos ao entendimento segundo o qual as ideias não se fazem sem os sujeitos em outridade constitutiva e reguladora, como não se emergem, também, de uma espontaneidade de uma teoria em si. Ao contrário, produzem-se graças apenas aos sujeitos inseridos, *dialogicamente*, em uma dada série de tradições teóricas de raiz histórica – isto é, na materialidade das relações amplas e particulares da história humana. As ideias, logo, colocam-se como *sentidos responsivos* de sujeitos ativos. A história das ideias, por sua vez, torna-se uma responsividade ininterrupta entre os sujeitos na eventicidade histórica, meio pelo qual se formam as grandes ondas de representação dos fenômenos.

Na história das ideias linguísticas, o fenômeno de constituição das teorias se manifesta do mesmo modo, determinando-se no entrecruzamento, como se dá com qualquer forma de conhecimento científico, de proposições de vários *campos da atividade humana* (BAKHTIN, 2016b [1979/1952-1953]), desde que se estabeleçam a partir dos limites circunscritos pelos parâmetros epistemológicos, pelos dispositivos metodológicos, pelas organizações lógicas e pelos gêneros discursivos do campo teórico em questão.

O livro *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (2017 [1929]) – *MFL*, doravante –, do filósofo russo Valentin N. Volóchinov [1895-1935], publicou-se em 1929 na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tornando-se já um tratado de filosofia da linguagem de grande importância,

utilizar-nos-emos, porém, da notação *data*data*, que se refere ao fato de a obra ter sido escrita em tempos diferentes, submetidas a um processo de revisão, de reelaboração ou de reescrituração, assim como a primeira pode indicar-nos a data do texto fundamental sobre o qual se inspirou um segundo, cuja data de escrituração se encontra marcada pela numeração seguinte ao asterisco. Somente nos referimos às datas da escritura original quando a publicação da obra não se deu pelo seu autor, em seu momento contemporâneo. Quando não nos é necessária para o esclarecimento contextual e cronológico da obra, prescindimo-nos de usá-la. A *cronologização* é-nos muito importante para uma adequada colocação das obras no interior dos seus horizontes de constituição.

⁴ A data 1941 refere-se à do primeiro manuscrito sobre o qual se fundamentou a última escrituração de Bakhtin, de 1974, na qual se baseou a editoração para a concepção do texto final.

nos anos seguintes à sua irrupção na eventicidade histórica, no cenário intelectual da Europa. À parte as polêmicas sobre a autoria de *MFL*⁵, a obra se configura, de forma geral, como uma atitude responsiva, como nos diz Grillo (2017), aos problemas da filosofia da linguagem, no horizonte intelectual do final do século XIX e do início do século XX, a partir de um diálogo constante, tenso e polêmico com determinadas vozes eminentes do campo da filosofia e do da linguística.

Trata-se de uma obra na qual se manifesta uma *síntese dialética*, a partir da qual se desdobram, de modo constitutivo e responsivo, as definições e as especificações dos componentes do conjunto sistemático da teoria do filósofo russo, cuja forma geral se submete a uma orientação marxista, com certos contornos fenomenológicos, sobre a formação e a organização da realidade histórica, da constituição individual e da natureza da linguagem. Duas tendências teóricas colocam-se como a *tese* e a *antítese*, a partir das quais se forma a atitude responsiva da síntese de Volóchinov. A primeira advém-se do *idealismo linguístico* do *subjetivismo individualista*, cujas bases se ancoram no pensamento do filósofo alemão Wilhelm von Humboldt [1767-1835] e do filólogo alemão Karl Vossler [1872-1949]. A segunda, que se trata, em *MFL*, de uma contraposição negativa⁶ e opositiva à primeira, representa-se pelo *formalismo linguístico*⁷ do *objetivismo abstrato* da Escola de Genebra, cujos princípios se

⁵ A discussão referente à autoria de *MFL* é-nos muito longa, assim como dominada por nuances e complexidades. No entanto, limitamo-nos à afirmação da nossa filiação à perspectiva de Grillo (2017, p. 8), cuja escolha para a atribuição da referida obra a Volóchinov se justifica, primeiramente, pela figuração do nome do filósofo russo na capa da primeira edição de *MFL*. Além do mais, parece-nos haver uma constância epistemológica entre os textos volochinovianos, o que se fundamenta sobre uma continuidade e um aprofundamento das reflexões enunciadas nas obras assinadas pelo filósofo russo, um indício da sistematicidade de um pensamento em formação ao longo da eventicidade histórica.

⁶ O termo *negativa* coloca-se com o objetivo de assinalamento do caráter contrário e diferencial entre as correntes ou as *tendências* em questão. De outra maneira, ambas se apresentam como pontos teóricos de veemente oposição em relação aos fenômenos da linguagem, segundo a análise de Volóchinov (2017 [1929]).

⁷ Cabe-nos uma explicação do nosso uso da expressão *idealismo linguístico*, assim como, sobretudo, da denominação *formalismo linguístico*. Ambas se derivam da nossa compreensão das análises interpretativa de Volóchinov (2017 [1929]) em relação às duas tendências. A primeira refere-se a uma ênfase do filósofo russo no fundamento idealista das reflexões de maioria dos representantes do subjetivismo individualista, dentre os quais se destaca muito, como o seu fundador, o filósofo alemão Humboldt. Já a segunda trata-se de uma referência nossa ao destaque veemente de Volóchinov do aspecto formal da teoria enunciada em *CLG*. O filósofo russo, inclusive, refere-se à *substancialização da forma* (2017 [1929]), que muito pode se admitir, de acordo com o nosso entendimento, como legítima dentro de certos limites metodológicos. Obviamente, uma relativização pode tornar-se necessária ao caráter enfático das críticas volochinovianas, mas não se nos for possível o reconhecimento da assunção de uma outra forma de racionalidade científica pelo filósofo russo. Trata-se de questões a serem desenvolvidas no decorrer da nossa monografia. No entanto, salientemos: a nossa utilização da

fundamentam, de certa maneira, nas reflexões do linguista suíço Ferdinand de Saussure [1857-1913], a quem se atribui a autoria do livro *Curso de linguística geral* (2012; 2021 [1916])⁸ – *CLG*, doravante.

Para o subjetivismo individualista, o cerne dos fenômenos da linguagem se localiza na *consciência individual* enquanto uma manifestação, nas linhas gerais do Idealismo Alemão (DOMINGUES, 2017; 2018; FERREIRA, 2020), do *espírito*. Abstraídas as suas diferenças, tanto para Humboldt quanto para Vossler, a linguagem se manifesta, logo, como uma produção contínua de uma individualidade de formação ininterrupta, cuja objetivação se estabelece como um movimento secundário (FERREIRA, 2020). O fundamento primário e último da linguagem, da língua e da criatividade resume-se à atividade de um psiquismo individual. A consciência subjetiva, enquanto a materialização e a sede do espírito, torna-se a fonte das regras gerais da criação linguística e, portanto, da formação ideológica. As leis do psiquismo individual se tornam as da produção cultural, assim como as da origem da linguagem.

Para o objetivismo abstrato, o centro, ao contrário, forma-se a partir dos *valores linguísticos* por meio das *relações associativas e sintagmáticas* entre as *unidades formais* dos *fatos* da linguagem, no interior da língua enquanto um *sistema de formas* (SAUSSURE, 2021 [1916]). A gênese da linguagem, portanto, encontra-se na objetividade do sistema linguístico, cujas regras de formação e de funcionamento se impõem de modo coercitivo à consciência do falante. A linguagem torna-se um conjunto de relações constitutivas, delimitativas, regulativas e opositivas entre as unidades formais da língua no eixo das *simultaneidades* e no das *sucessividades* do sistema linguístico, a partir das quais se determinam, aliás, os valores dos quais se revestem cada uma das formas linguísticas. A partir daí, por conseguinte, a linguística vai se dividir, ao se fundamentar, segundo os objetivos do linguista genebrino, sobre uma série de *dicotomias* – sobre as quais se organiza, inclusive, a estruturação geral de *CLG*. Ao seguir o caminho da *sincronia* da linguística da *língua* – o trajeto defendido em *CLG*, mas não somente –, a atividade da linguística se reduz, então, à descrição da organização objetiva da *estrutura geral* de um certo sistema linguístico, em uma dada configuração sincrônica, prescindindo-se

expressão *formalismo linguístico* limita-se à nossa referência ao modo pelo qual se deu a interpretação volochinoviana da teoria de *CLG*, o que não se estende para os chamados *formalistas russos*.

⁸ Um livro, aliás, não escrito por Saussure. De publicação póstuma, trata-se de uma edição e de uma organização dos dois discípulos saussureanos Charles Bally [1865-1947] e Albert Sechehaye [1870-1946], a partir dos cadernos de anotações dos alunos de Saussure. Mais adiante, referir-nos-emos à problemática da formação de *CLG* de modo um pouco mais acurado e detalhado, a partir das nossas análises.

dos aspectos referentes à linguagem, sob uma perspectiva fenomenológica, da consciência do falante.

Atentando-nos para as análises e para as considerações de Volóchinov em relação à linguística saussureana, colocamo-nos diante de uma reação negativa do filósofo russo, para quem os princípios de *CLG* se ancoram em uma série de equívoco de premissa (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 200) na colocação da *realidade da linguagem*. Dada a imprescindibilidade do pensamento linguístico de *CLG* para a formação das ideias responsivas de *MFL*, o nosso trabalho se dedicará, portanto: a) a um entendimento, através de uma *correlação* da vulgata saussureana de 1916 com uma parte dos textos dos manuscritos, do nível de reflexo e de refração da teoria saussureana em *CLG*; b) a uma análise epistemológica e hermenêutica, segundo um procedimento hermenêutico de interpretação, das tradições intelectuais a partir das quais se constituem e nas quais se fundamentam, de maneira ativa, responsiva e, logo, dialógica, as teorias de Saussure de *CLG* e de Volóchinov de *MFL*; c) a uma compreensão da análise crítica de Volóchinov, enquanto uma negação da possibilidade de adesão absoluta às premissas do objetivismo abstrato, como um ato responsivo de um sujeito histórico a uma tradição de pensamento, que se estrutura sobre uma dada forma de racionalidade científica; e d) a uma racionalização de uma possível condição do formalismo linguístico do objetivismo abstrato na síntese dialética de Volóchinov.

Cada tópico se organizará em um capítulo específico. No primeiro, apresentaremos, no entanto, os fundamentos teóricos e metodológicos da nossa pesquisa. Iniciaremos com uma discussão filosófica, a partir de nossa filiação a certas tradições, sobre a natureza do texto nas ciências humanas, o que se dará, em especial, a partir das discussões de Bakhtin em *O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica* (2016a [1979/1959-1961]). Conjuntamente, a nossa monografia utilizar-se-á do conceito de *enunciado* (BAKHTIN, 2016b [1979/1952-1953]) e do princípio de *correlacionamento* de Bakhtin (2017b [1979/1941*1974], p. 67), que se submeterão a uma análise epistemológica, com o intuito de fundamentação de uma metodologia hermenêutica – isto é, interpretativa –, para uma maior compreensão de ambos os autores do nosso enfoque enquanto *vozes responsivas* no interior de certos horizontes de tradição intelectual, no movimento dialógico da eventicidade histórica. E, ao mesmo tempo, o conceito de enunciado e o princípio de correlacionamento, ao se articularem, servir-nos-ão como um embasamento para a realização do procedimento de análise epistemológica e historiográfica da nossa pesquisa de natureza interpretativa, dando-nos as condições adequadas para um salto do *plano sistemático* das teorias para o *arquitetônico* das relações de cada autor do nosso interesse, no seio do entrecruzamento

das tradições constitutivas das suas teorias. Trata-se de um capítulo extenso, mas demasiado importante para a compreensão do nosso leitor das condições teóricas e metodológicas da nossa análise e da nossa interpretação, bem como da concepção filosófica, que se coloca como o pano constante de fundo das nossas análises – isto é, a concepção pela qual se guia a nossa razão teórica –, à qual nos filiamos para a colocação de um percurso historiográfico enquanto um *delineamento fenomenológico*, através de uma hermenêutica, das relações arquitetônicas a partir das quais se formam as obras de Saussure e de Volóchinov.

O Segundo capítulo, que se denomina *A linguística de Saussure*, dividir-se-á em duas seções. Na primeira, apresentaremos o primeiro tópico, que se refere aos problemas gerais na formação do livro *CLG*, o que se fará a partir da nossa leitura interpretativa, sobretudo, dos comentários e das considerações de Simon Bouquet (2000 [1997]). Ao final, mostraremos dois exemplos pelos quais se evidenciará o grau de reflexo e de refração das ideias e das teses saussureanas na vulgata de 1916, assim como da dissonância e da mudança da natureza do seu projeto teórico em geral, que se enuncia outro nos seus manuscritos. A primeira seção do segundo capítulo do nosso trabalho, além do mais, justifica-se por se tratar de um preâmbulo necessário às nossas considerações subsequentes e às nossas análises interpretativas sobre a teoria enunciada em *CLG*, o que se resvala, logo, nas questões concernentes à instituição de um *sujeito epistemológico* de Saussure a partir da vulgata de 1916. A segunda seção se dedicará, por sua vez, à exposição das nossas análises epistemológicas e historiográficas de um certo número dos componentes do conjunto sistemático da teoria de *CLG*, por meio da qual se delineará o nosso objetivo de evidenciação de parte das tradições científicas, filosóficas e linguísticas às quais se remete e sobre as quais se fundamenta a teoria geral do livro de 1916.

No terceiro, a nossa discussão se realizará, também, em duas seções: na primeira, apresentaremos, de modo panorâmico, as críticas responsivas de Volóchinov ao formalismo linguístico do objetivismo abstrato, segundo as nossas leituras analíticas das interpretações do filósofo russo sobre a linguística enunciada em *CLG*. Concomitantemente, mostraremos, ao lado da nossa exposição das críticas volochinovianas ao objetivismo abstrato, uma parte das razões fundamentais das discordâncias do filósofo russo em relação à teoria saussureana do livro de 1916, de acordo com a nossa análise epistemológica e historiográfica na segunda seção do capítulo anterior. E, na segunda do terceiro capítulo, ainda analisaremos os fundamentos epistemológicos das críticas responsivas de Volóchinov, através, segundo os nossos embasamentos teóricos e metodológicos, de uma apreciação epistemológica e historiográfica da teoria do filósofo russo, direcionando-nos sempre aos nomes dos pensadores aos quais nos remetem as estruturas epistêmicas dos componentes do conjunto sistemático da sua filosofia.

Tudo sob o imperativo da necessidade da nossa compreensão de parte das razões sobre as quais se funda a teoria de Volóchinov enquanto uma resposta ativa, avaliativa e responsiva ao entendimento, segundo a sua interpretação, da realidade da linguagem em *CLG*. E, finalmente, as nossas considerações últimas se referirão apenas a uma breve consideração sobre uma parte das razões precípuas das críticas responsivas do filósofo russo à linguística de Saussure de *CLG*, bem como sobre o possível lugar do objetivismo abstrato na síntese dialética de Volóchinov.

Por fim, um esclarecimento necessário: a nossa monografia trata-se de um coroamento e de um desdobramento de dois dos nossos projetos de pesquisa, nos quais nos dedicamos, de modo geral, à teoria de Volóchinov e à de Saussure, com objetivos diferentes e com recortes particulares. O primeiro, iniciado em 01/10/2019 e finalizado em 31/12/2020, denominou-se *Por uma hermenêutica dialógica: o método do correlacionamento enunciativo na compreensão das relações entre as propostas linguísticas de W. von Humboldt e de F. de Saussure no pensamento do Círculo de Bakhtin, Medviédev e Volóchinov*. E o segundo, iniciado em 01/01/2021 e finalizado em 31/12/2021, nomeou-se *Entre o Curso de Linguística Geral e os Escritos de Linguística geral: a refração do sujeito epistemológico de Ferdinand de Saussure a partir das críticas de Volóchinov*. Todos se sustentaram, dada a sua natureza teórica, sobre uma análise epistemológica e historiográfica, sob o entendimento da forma interpretativa das nossas considerações gerais, expressas no primeiro capítulo da nossa monografia. A nossa menção à trajetória científica das nossas pesquisas, primeiro, serve-nos para a demonstração do caráter contínuo e processual do saber científico, assim como, segundo, para a justificação da extensão do conteúdo das nossas discussões, o que se apoia, ao mesmo tempo, sobre o grau de complexidade e de profundidade das questões centrais do nosso trabalho, não passíveis de uma redução qualquer, dada a *necessária interpenetração arquitetônica* dos seus aspectos e dos seus temas. Além do mais, o nosso mote de pesquisa, como mencionamos, justifica-se e legitima-se pela importância da reflexão de *CLG* na síntese dialética de Volóchinov, bem como pela eminência do pensamento científico de cada um no contexto geral da academia brasileira, o que se coloca ao lado da necessidade de avaliação contínua das narrativas da história da linguística, através de uma revisão crítica e ética dos lugares, das constituições e das relações de cada autor envolvido no processo de desenvolvimento das ciências da linguagem.

CAPÍTULO 1 - QUESTÕES PROPEDEÚTICAS: DOS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA NOSSA MONOGRAFIA

As nossas delimitações dos *componentes epistemológicos e metodológicos* da nossa pesquisa justificam-se por dois objetivos principais, marcados por uma imediaticidade. O primeiro refere-se à instituição do quadro teórico sobre o qual se fundamenta o procedimento metodológico da nossa monografia. Para fazê-lo, lançamos mão de uma série de especificações dos componentes do *conjunto sistemático*, em especial, da *arquitetura epistemológica e metodológica* de parte da filosofia de Bakhtin, com a finalidade de estabelecimento de uma atividade na qual a interpretação se apresente, para a nossa pesquisa, como um imprescindível caminho hermenêutico, através da admissão do texto, unidade tradicional de um estudo ligado à epistemologia e à historiografia das ideias, como um enunciado, um procedimento por meio do qual se formam a frente interpretativa, a epistemológica e a historiográfica da nossa metodologia, que se articulam para a constituição da nossa compreensão da complexidade das ideias enquanto materializadas em uma unidade apresentada como um *fenômeno*.

O segundo objetivo, que se alia ao nosso modo idiossincrático e livre de classificação dos componentes do conjunto sistemático das teorias às quais se dedicam as nossas interpretações, liga-se à nossa necessidade de análise epistemológica, que se encontrará delimitada na seção segunda do terceiro capítulo do nosso trabalho, da *filosofia da linguagem* de Volóchinov, o que se coloca como indispensável para uma fundamentação adequada da nossa compreensão das críticas de Volóchinov ao objetivismo abstrato. Pelo nosso delineamento da configuração do conjunto sistemático da filosofia de Volóchinov – assim como, por uma extensão, da linguística de Saussure –, muitos indícios da histórica constituição dialógica das ideias fundamentais da sua teoria se mostrarão de maneira mais clara. Logo, as nossas análises de parte dos componentes do conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica da filosofia de Volóchinov nos colocarão no plano arquitetônico⁹ da formação

⁹ A ideia de arquitetônica no sentido de relação dialógica na história, muito próxima à definição de Bakhtin em *Para uma filosofia do ato* (1993 [1986/1919-1921]) – PFA, doravante –: a arquitetônica como o centro *responsável e responsivo* em torno do qual se articulam os sentidos e os valores de uma cultura na história (BAKHTIN, 1993 [1986/1919-1921]). Quando nos referimos ao plano arquitetônico, colocamo-nos diante da compreensão da teoria de Volóchinov como um *artículo* de sentido e de valor em relação responsiva com outras arquitetônicas de diversas formas e em diferentes direções no interior da historicidade. Em certo sentido, o nosso uso da ideia de arquitetônica se alia ao nosso entendimento do conceito de enunciado.

histórica da teoria volochinoviana. O mesmo se dará em relação às nossas análises da teoria saussureana, o que se apresentará na segunda seção do capítulo dois da nossa monografia. Tudo se submete à nossa atividade interpretativa. Portanto, as nossas delimitações analíticas, desde já, não se pretendem unívocas.

As nossas análises de caráter epistemológico organizam-se a partir da nossa delimitação fundamental das definições e, conseqüentemente, das funções dos *componentes articulados* do conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica das teorias às quais se dedicam as nossas compreensões. Os componentes se articulam em *relações complexas e sistemáticas*, em cujo cerne se formam, no plano da *sistematicidade* da teoria, as funções, as posições, as significações e os valores de cada. Sem mais, resumem-se às *ideias*, às *teses*, às *categorias*, às *proposições*, aos *conceitos* e aos *princípios* de uma teoria geral, que se estabelecem em interações sistemáticas de analogia, de condicionamento, de contiguidade, de correlação, de equipolência, de equivalência e de fundamentalidade – e, logo, de hierarquização –, mas sempre, em graus variados, em um sentido de interdependente e mútua determinação – pela definição e pela função de um conceito como condicionado, por exemplo, a definição e a função, no plano sistemático, do seu condicionante se colocam. A determinação sistemática, logo, instaura-se em uma relação de mutualidade, sem a perda da forma de interdependência em jogo.

Uma ideia é definida, aqui, como uma *idealidade* – o que se reveste de uma *significação teórica*¹⁰ e de um *valor sistemático*¹¹ de ideia –, enquanto a *primariedade* constitutiva, determinante e reguladora da unidade geral de uma teoria, cuja determinação conteudística e formal é feita, no plano sistemático – no arquitetônico, o seu modo de constituição se refere ao estabelecimento da compreensão do fenômeno no mundo, mas, sobretudo, nas interações históricas –, a partir do conjunto das relações entre os componentes sobre o qual se organiza, na medida em que se revela como a base de fundação determinante de um conjunto completo, da sua parte ou do seu todo. Pode se mostrar, todavia, como um componente categórico dos

¹⁰ Define-se como a significação do componente no interior do conjunto sistemático da teoria, a partir de uma série articulada de outros através dos quais se delimita, sistematicamente, o seu alcance, segundo os modos de definição de cada teórico. Concomitantemente, determina-se na sua correlação histórica com um certo fenômeno, do qual se propõe ser uma compreensão e uma descrição de natureza analítica e interpretativa.

¹¹ Tal como a significação teórica, o valor sistemático se estabelece a partir das distintas formas de relação entre os componentes no conjunto sistemático. Refere-se, portanto, à sua função no todo de uma teoria, definindo-se como análogo, condicionado, condicionante, contíguo, correlacional, equipolente, equivalente ou fundamental – podendo se revestir, também, de mais de uma definição.

demais, ao ser apresentada como o constituinte irreduzível da fundação geral de uma teoria – ou de sua parte, quando se trata de uma condicionada, de uma contígua, de uma correlacional, etc. Uma teoria, logo, é constituída por ideias, cujo caráter primário ou secundário se estabelece a partir do modo de configuração da totalidade do conjunto sistemático. Como um componente determinante – quase em sentido *metafísico* –, certas ideias, então, mostram-se como *totalizantes*, quando se propõem *categóricas* e, conseqüentemente, *essenciais* para a fundamentação da parte ou do *todo* de uma teoria.

Além do mais, determinadas ideias podem se configurar como uma forma de *tese*, na medida em que se revestem de um certo grau maior de *argumentatividade*¹², cuja elaboração e cuja defesa se organizam sobre um dado número de *componentes argumentativos* – ideias, conceitos, proposições, etc. Em certa medida, todas as ideias se colocam, em maior ou em menor grau, sob uma ou outra forma das mencionadas acima, em um momento ou em outro de desenvolvimento da teoria. O nosso exemplo máximo se reflete na maneira de instituição da ideia de *dialogismo*, sobre a qual se fundou um modo idiossincrático de compreensão de certos fenômenos, cuja definição e cuja *especificação* – no sentido de tornar-se *especificada* no conjunto sistemático – se estabelecem, no plano geral, por exemplo, da teoria de Bakhtin, a partir da articulação dos seus componentes do conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica. Concomitantemente, articula-se como uma *tese totalizante*, na medida em que se apresenta, por um lado, como um determinante da totalidade da teoria dialógica, revestindo-se, por outro, de um certo grau de argumentatividade.

Parece-nos necessária a menção, também, ao fato segundo o qual determinadas ideias se podem articular como componentes formadores e sustentadores de parte dos demais – no caso, de conceitos, de categorias e de proposições, assim como de outras ideias – sem se apresentarem como totalizantes, mas apenas como um componente subsidiário aos outros. Trata-se de uma outra classe, à qual nos referiremos de acordo com sua a função relacional – correlacional, condicionada, etc. Logo, não podemos, desde já, outorgar à ideia sempre uma função determinante e um lugar superior na sua relação hierárquica com os demais componentes do conjunto sistemático. Mas, então, pelo que se diferem as ideias dos conceitos? Pela sua função imediata no todo. Um certo grau maior de aplicabilidade para uma análise e para uma compreensão de dados fenômenos dos segundos em oposição à generalidade determinante das primeiras. Por mais subsidiárias que sejam no conjunto sistemático, conserva-

¹² No final, toda ideia é, em algum nível, uma tese na medida em que é, argumentativamente, organizada e sustentada, o que se prova pelas articulações entre os componentes do conjunto sistemático.

se ainda, nas ideias, o fundo – quase metafísico – totalizante e genérico, cuja definição e cuja especificação se sustentam sobre uma maior relação sistemática, o que nos demanda, para a sua delimitação, uma atividade de correlacionamento mais abrangente, necessariamente. A ideia sempre se apresenta, aqui, como um geral e maior *constructo* epistemológico em relação ao conceito, mesmo que se encontre compondo uma proposição¹³.

Um conceito se caracteriza enquanto uma *conceitualidade*, que se marca de modo delimitado, constituindo-se de componentes determinantes – na maioria, conceitos, ideias e proposições – da sua significação teórica e do seu valor sistemático. Relaciona-se com os outros componentes do conjunto de maneira variada. No plano sistemático mais geral, refere-se aos modos conceituais de instituição da idealidade, ligando-se a ideias, a conceitos, a categorias e a princípios na formação – ou não – de categorias mais amplas, em relações de analogia, de condicionamento, de contiguidade, de correlação, de equipolência, de equivalência e de fundamentalidade. A idealidade, então, reveste-se da conceitualidade ao se instaurar a ideia, no sentido totalizante, como a face determinante do conceito. Reversivamente, a conceitualidade se encobre da idealidade, quando apresentado o conceito como a definição conceitual da ideia – ou das ideias. Conjuntamente, um certo número de conceitos se articulam na constituição da argumentatividade de uma dada ideia enquanto uma tese, vinculando-se, assim, às formas proposicionais de caráter argumentativo. Diferentemente, um conceito se restringe mais, dotando-se de um certo acabamento mapeável a partir de um determinado número de proposições definidoras e especificadoras da sua significação teórica e do seu valor sistemático. Distingue-se da ideia por, primeiro, concentrar-se sobre a função de compreensão e de delimitação de um dado fenômeno – daí o seu caráter de relativa aplicabilidade – e por, segundo, restringir-se mais no plano sistemático, dado o caráter genérico e totalizante, relativamente, da ideia. A generalidade só se aplica ao conceito *a posteriori*, ou seja, após a sua colocação compreensiva e explicativa diante do fenômeno correspondente.

Uma categoria, em nossas definições, coloca-se como uma série articulada de ideias, de conceitos ou de proposições, que se relacionam, de modo interdependente, em certas formas de relações sistemáticas, para a definição de componentes mais amplos e gerais. Pode-se definir, então, como ideal, como conceitual, como proposicional, etc. Sempre se trata de um conjunto

¹³ Por um determinado grau de generalidade maior em relação ao conceito. O pano de fundo de concepção geral é devedor da forma totalizante, que se mantém na constituição da ideia. Logicamente, as nossas análises não se encontram livres de equívocos. Assumimos, logo, o seu caráter aberto e movente.

formado a partir das nossas análises interpretativas. Os limites de uma categoria, logo, são-nos dados como moventes, a depender das formas e dos números das nossas delimitações.

Uma proposição¹⁴, por sua vez, institui-se enquanto uma *proposicionalidade* – com uma significação teórica e um valor sistemático de proposição no interior do conjunto – na composição e na determinação das definições e das especificações da significação teórica e do valor sistemático de uma ideia, de um conceito ou de um princípio. Um exemplo: as várias proposições componentes e determinantes da definição e da especificação do conceito de enunciado, pelas quais se delineiam a sua significação teórica e o seu valor sistemático. Além do mais, muitas proposições se definem como argumentativas, como acima definimos, quando se articulam como uma forma de *argumento*, em uma dada série, para a definição da *defesa discursiva*, da significação teórica e do valor sistemático de uma tese. Trata-se de uma definição e de uma especificação por meio das quais se delimita, aqui, a noção conceitual de argumento enquanto uma proposição de defesa de uma ideia, nos limites de um *embate dialógico* sobre um dado modo de colocação dos fenômenos enfocados – fenômenos de natureza diversa, com uma definição, logo, mais abrangente.

Um princípio trata-se de uma conceitualidade marcada por um caráter organizativo e vetorial. A sua função se estabelece na medida em que se aloca no plano da complexa articulação metodológica da teoria. Trata-se de um conceito metodológico, portanto. Cabe-nos a determinação, logo, das formas de relação entre os componentes, segundo a medida de nossa análise epistemológica, sempre nos fundamentando sobre a noção básica e necessária da variabilidade possível de estabelecimento da configuração do conjunto sistemático, uma vez que se caracterizam os seus limites como moventes. Nunca se trata, portanto, de uma definição acabada, dada, rígida e unívoca.

Por fim, os componentes apresentam-se como articulados em dois planos, segundo a nossa análise: 1) entre si no movimento de constituição interna da teoria, quando se articulam segundo o modo realizado de definição por cada teórico evocado pelas nossas análises, o que se encontra ligado à criação de uma teoria sistemática, no caso de Bakhtin – para a fundamentação teórica do nosso trabalho – de caráter *heterocientífico*, na movimentação de diferentes campos do saber – a filosofia, a linguística, a antropologia, a sociologia, etc., assim como a axiologia, a estética, a ética, a epistemologia, a metafísica, etc.; 2) na criação de nosso

¹⁴ Não se equivale à definição estrita da lógica. É muito mais extensa. Em sentido geral, é uma afirmação na qual se estabelecem as definições e as especificações de quaisquer componentes, isto é, os meios de instituição das suas significações teóricas e dos seus valores sistemáticos.

quadro de análise epistemológica, o que se deriva da nossa compreensão do primeiro plano referido, quando os componentes se articulam a partir das suas definições geradas das suas funções, das suas significações e dos seus valores a partir das suas relações entre si, segundo o nosso entendimento das articulações inter-relacionais entre cada um no conjunto sistemático.

Todas as nossas definições e todos os nossos usos se darão, a seguir, de modo rigoroso, mas autônomo e livre. Sobre os pontos detalhados aqui, as nossas subseqüentes análises epistemológicas se fundamentarão. Por fim, seguir-se-ão, após as nossas análises epistemológicas, os nossos comentários interpretativos e expansivos, que se assentarão sobre a nossa necessidade de compreensão e de extensão das significações teóricas dos componentes analisados.

1.1 Sobre o texto nas ciências humanas segundo uma consideração filosófica¹⁵

¹⁵ Grande parte das nossas considerações nesta seção forma-se no seio de um diálogo discursivo entre Bakhtin, Dilthey, Cassirer e Husserl, com o nosso devido respeito à particularidade teórica de cada um. As nossas afirmações sustentam-se sobre a nossa análise interpretativa – sempre suscetível à crítica – das suas filosofias. No entanto, cabe-nos um nota: a reflexão *textológica* de Bakhtin aparece-nos dada nas suas obras posteriores à fundamentação do seu conceito de enunciado. Quando nos dedicamos a partir das suas considerações sobre o texto, é-nos necessária a compreensão segundo a qual se realiza o nosso percurso não pelo caminho percorrido pela teoria bakhtiniana sobre a linguagem – dado o fato da sua preocupação com o texto tratar-se de um desdobramento posterior, cronologicamente, da sua teoria, em influência, sobretudo, dos estudos da semiótica russa –, mas, sim, pelo texto se tratar, em suas múltiplas definições teóricas, do objeto mais central das investigações científicas da nossa tradição acadêmica. O nosso objetivo é o de aproximação do nosso leitor da concepção de texto de Bakhtin, que se alia ao seu entendimento da linguagem por meio do seu conceito de enunciado, em busca da superação dos aspectos do sistema da língua, enquanto o substrato determinante de qualquer texto, em direção às relações responsivas de sentido entre os sujeitos, na cadeia enunciativa e na eventicidade histórica. Não se trata, portanto, de o texto encontrar-se definido antes da concepção de enunciado na teoria bakhtiniana. Muito contrário, a aceção de texto de Bakhtin, em grande medida, assenta-se no seu entendimento da natureza do enunciado, o que se deve, principalmente, pela sua atuação ao lado de Pável Medviédev [1892-1938] e de Volóchinov. Cronologicamente, trata-se de uma reflexão posterior à fundamentação teórica do seu conceito de enunciado, que muito se marca por uma série de particularidades, o que nos é demasiado importante enquanto um entendimento contra qualquer forma de anacronismo em relação à teoria bakhtiniana. Portanto, os seus interesses teóricos pelo texto, enquanto o fenômeno central das ciências humanas, parece-nos se derivar, primeiro, de um desdobramento epistemológico do seu conceito de enunciado, sob a influência dialógica, segundo, dos semioticistas da sua época, como, por exemplo, Iuri Lótman [1922-1993], cuja importância se mede, segundo Américo (2012), em uma série de reflexos das suas ideias e das suas teses nos componentes sistemáticos do pensamento de Bakhtin, em relação, principalmente, à sua aceção de texto. Inversamente, a autora mostra-nos como Bakhtin se tratou de uma grande influência dialógica para a semiótica da cultura. Além do mais, a definição bakhtiniana apresenta-se demasiado ligada às questões da língua enquanto um sistema, superada, dialeticamente, quando vinculada e submetida à sua concepção de enunciado. Como se mostrará à nossa percepção, manifesta-se uma exigência, em Bakhtin (2016a [1979/1959-1961]), de análise e de compreensão do texto como um enunciado, para a sua abordagem não somente *dialética* – a partir da sua constituição sem a presença dos sujeitos, com ênfases nos seus diversos aspectos –, sobretudo, porém, *dialógica* (BAKHTIN, 2017 [1979/1970-1971]). Daí, por conseguinte, o texto como um enunciado trata-se não mais de um objeto passível de análise pelos

A definição de um texto pode dar-se de maneiras diversas, assim como a sua concepção para objetivos variados. Meio ou fim, o texto, nas ciências humanas, apresenta-se como uma das mais importantes unidades irredutíveis¹⁶. Mesmo em uma busca pela análise ou pela interpretação, por exemplo, dos seus componentes estruturais, nunca se encontra ausente. Está lá. É – ou a sua parte em questão na análise ou na interpretação, para sermos mais específicos – um constituinte dialógico do processo de interação ou de relação com o analista ou o intérprete. O texto, então, torna-se o *núcleo objetal*¹⁷ no qual se concentram, aqui, as nossas

instrumentos teóricos da linguística, mas somente da *metalinguística* (BAKHTIN, 2017a [1979/1970-1971]; BAKHTIN, 2017b [1979/1941*1974]), cujos fundamentos se encontram marcados como um projeto programático na reflexão bakhtiniana.

¹⁶ Nunca se trata, se nos permitimos levar as ideias e os pressupostos da filosofia de Dilthey (2010 [1910]), com rigor, em consideração – e ao extremo –, de um fim em si mesmo. Porque se preocupa, no caso das ciências humanas, com os problemas da *linguagem humana* direta ou indiretamente. Logo, com o que é próprio da *condição humana*. Segundo a filosofia diltheyniana, o *minimum* ao qual se refere, em nossas palavras, o *discurso do saber científico das ciências humanas* é o ser humano. É um conhecimento remetente, de acordo com as suas palavras, “[...] à humanidade ou à realidade humano-histórico-social” (DILTHEY, 2010 [1910], p. 21). Se, contudo, fundamentarmos-nos em uma compreensão bakhtiniana – que é, de fato, a nossa –, ser-nos-ia incontornável a consideração da apresentação e da presencificação do humano apenas, em quaisquer sentidos, na e pela linguagem, concebido, de acordo com um conceito mais abrangente, através de textos. É, portanto, sempre *representado* – ou, como preferimos, *conscientizado*, constituído e presencificado (de modo geral, *mediado*) – pela linguagem, imediata ou mediadamente, com, em e por *outrem* – ideia da *outridade constitutiva* da filosofia de Bakhtin. Como veremos logo mais, a definição bakhtiniana não nos parece contrária, em total, à diltheyniana, mas nos é subversiva em seu ponto de partida. E, já nos adiantando, só se concebe, na filosofia do russo, um texto como uma produção humana, cuja existência se remete, de maneira necessária, a um sujeito. O humano histórico e social, logo, sempre se encontra presente na sua concepção.

¹⁷ O Termo *objetal* remete-se à sua forma de objeto constituído, delimitado e focalizado, cuja definição e cuja especificação se estabelecem de acordo com os modos particulares de configuração, de distribuição, de organização, de formalização e de conteudização de cada *campo da atividade humana* (BAKHTIN, 2016b [1979/1952-1953]) – filosofia, filologia, linguística, sociologia, etc. –, uma ideia muito bem apresentada por Bakhtin (2016b [1979/1952-1953]) e, também – mas sob uma outra ótica (dialógica em relação à de Bakhtin) –, por Volóchinov (2017 [1929]), aos quais nos filiamos direta e explicitamente. No entanto, a nossa compreensão se assenta, assim como parte das concepções de Bakhtin e de Volóchinov, na maneira como o filósofo alemão Ernst Cassirer [1874-1945], a partir de uma posição neokantiana e, tardiamente, fenomenológica, concebeu, em *A filosofia das formas simbólicas I: a linguagem* (2001 [1923]), a constituição dos campos do conhecimento e da cultura, de acordo com as idiosincrasias das quais se revestem as suas *formas simbólicas* – o mito e a religião, a linguagem e o conhecimento – (CASSIRER, 2001 [1923]). Estas, enquanto os meios de cada campo para a objetivação do conhecimento do objeto, assim como das representações da realidade, através dos quais o real – o *ser* – se constitui de maneira particular, portanto – e, assim, a realidade não é reproduzida –, tornam-se as formas definidoras das suas (de cada campo) especificidades. Parece-nos crível que os modos de definição e de especificação do objeto – inclusive os gêneros do discurso (BAKHTIN, 2016b [1979/1952-1953]), ideia sintetizadora, aliás – tratam-se de parte da constituição das formas simbólicas, enquanto os meios, as materializações e as realizações das suas configurações simbólicas particulares. Como muito bem nos orienta Cassirer (2001 [1923]), todas as formas simbólicas, porém, derivam-se de

compreensões epistemológicas e metodológicas – *fenomenológicas*, por conseguinte –, em relação, sobretudo, à atividade científica nas ciências humanas. Trata-se de um objeto, portanto, de constituição, na nossa pesquisa, fenomenológica, apresentado como um *fenômeno*, ou seja, como um objeto *posicionado de modo tético*¹⁸ (HUSSERL, 2006 [1913]), enquanto uma *presença presentificada* – que se torna, pelo nosso ato, uma presença à nossa consciência – pela nossa atitude de consciência¹⁹ (BAKHTIN, 1993 [1986/1919-1921]) – no caso, teórica, ética,

uma e mesma fonte espiritual, que se resume à função simbólica dominada pela mesma regra do espírito. Trata-se do fundo da nossa concepção. E, como forma de consumação do nosso comentário, atentemos para a definição sintética do filósofo alemão, que se apresenta na seguinte proposição: “toda autêntica função do espírito humano partilha com o conhecimento a propriedade fundamental de abrigar uma força primeva formadora, e não apenas reprodutora (*nachbildende Kraft*). Ela não se limita a expressar passivamente a presença de um fenômeno, pois possui uma energia autônoma do espírito, graças à qual a presença pura e simples do fenômeno adquire um determinado ‘significado’, um conteúdo ideal peculiar. Isto é válido tanto para a arte como para o conhecimento, para o mito tanto quanto para a religião. Todas estas manifestações do espírito vivem em mundos particulares de imagens (*Bildwelten*), nos quais os dados empíricos não são simplesmente refletidos, e sim criados de acordo com um princípio autônomo. E é por este motivo que cada uma destas manifestações produz as suas próprias configurações simbólicas que, se não são iguais aos símbolos intelectuais, a eles se equiparam no que diz respeito à sua origem espiritual. Nenhuma destas configurações se funde pura e simplesmente com a outra ou dela pode ser derivada, uma vez que cada uma delas designa uma determinada forma de compreensão, na qual e através da qual se constitui um aspecto particular do ‘real’. Assim sendo, não se trata de maneiras diferentes pelas quais algo do real em si se revela ao espírito, e sim de caminhos que o espírito segue em direção à sua objetivação, isto é, à sua auto-revelação” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 19).

¹⁸ Retomamos, aqui, uma parte do sentido fenomenológico dado por Husserl (2006 [1913]). O termo *posicionamento tético* acaba se configurando como um tipo de *pleonismo filosófico*, uma vez que o conceito de tético, na filosofia do alemão, refere-se ao ato de colocação do objeto (ou do ser, de maneira mais genérica). Em outras palavras nossas, já se remete, em sua definição conceitual, à noção de posicionamento. Todavia, a ênfase é-nos mais do que necessária, pois, com ela, recobra-se o fato de se tratar de um ato empreendido por uma consciência – no caso, de uma consciência ativa, que se constitui e se posiciona no seio da eventicidade histórica. Em termos da filosofia de Bakhtin (1993 [1986/1919-1921]), o ato tético em relação aos objetos mundanos – e, conseqüentemente, ao mundo como um evento – encontra-se em paralelo com a ideia de *atitude de consciência* (BAKHTIN, 1993 [1986/1919-1921]). O sentido do nosso uso, porém, difere-se do apresentado pela *fenomenologia transcendental* de Husserl (2006 [1913]), encontrando-se mais próximo da nossa concepção da fenomenologia histórica de Bakhtin, ou seja, de uma fenomenologia na qual se concebe, sem uma negação do seu caráter transcendental, o fenômeno em sua ocorrência concreta na história, para uma *consciência participativa* (SOBRAL, 2019), em busca de uma articulação entre o único e o unicorrente com o geral e o universal. Além do mais, todo ato tético, enquanto uma atitude de consciência, é, de igual maneira, concreto, determinando-se pelos sentidos e pelos valores de uma cultura histórica (BAKHTIN, 1993 [1986/1919-1921]).

¹⁹ Uma das muitas ideias bakhtinianas construídas no entrecruzamento, a partir da nossa compreensão, entre o kantismo, o idealismo, o neokantismo e a fenomenologia, pertencente à primeira fase das reflexões de Bakhtin, que se circunscreve entre o final da década de 1910 e o todo da de 1920. Como mencionamos, a fenomenologia, porém, parece-nos ser, segundo o nosso entendimento analítico da filosofia de Bakhtin, uma das mais preponderantes correntes filosóficas pela qual se influenciou Bakhtin, quando considerado, em particular, o problema da consciência em *PFA* (1993 [1986/1919-1921]), pois se trata de uma questão cara à tradição fenomenológica. É-nos importante, contudo, o conhecimento

epistêmica, etc. –, para o qual se direcionam e, logo, no qual se concentram a nossa atividade epistemológica e o nosso entendimento fenomenológico, com o objetivo de compreendê-lo na sua realidade construída na medida em que se coloca, conjuntamente, posicionado pela nossa atividade.

A nossa construção teórica, então, acompanha a nossa interpretação mais livre – não menos rigorosa, porém – da posição de Bakhtin, assim como se sustenta sobre a nossa filiação

segundo o qual, como nos orienta Brandist (2002, p. 19-20, tradução nossa), “a fenomenologia representa, sem dúvida, uma das principais tendências filosóficas do século XX. O slogan do movimento, ‘um retorno às coisas mesmas!’, sem dúvida subjaz a preocupação do Círculo de Bakhtin com a ‘concretude’. Embora o fundador da fenomenologia, Husserl, se aproximasse do neokantismo nas décadas de 1910 e 1920, o Círculo foi influenciado principalmente pelos chamados fenomenólogos de Munique, que se reuniram em torno de Johannes Daubert e Adolf Reinach e se recusaram a seguir Husserl nessa direção (Schuhmann e Smith 1985). Esses filósofos permaneceram próximos à teoria aristotélica do conhecimento de Franz Brentano, em que a mente individual ‘se alimenta’ de objetos encontrados, encontro a partir do qual se derivam categorias formais, em vez de aplicação de categorias formais a priori. Isso era fundamentalmente incompatível com os relatos kantianos e neokantianos, e o Círculo frequentemente ficava preso em uma posição difícil entre essas duas tendências”. Cabe-nos relativizar uma parte da afirmação de Brandist no concernente à relação entre a filosofia de Bakhtin – de e a doutrina de Husserl. A nossa compreensão se baseia, sobretudo, na referência constante, nos escritos de Bakhtin – como em *PFA* –, não só ao nome do filósofo alemão, como aos conceitos, às ideias e aos termos da sua filosofia. Concordamos, entretanto, com o fato de que o deslocamento do campo transcendental para o histórico – o concreto, que se revela pela constante menção de Bakhtin à cultura histórica e ao *evento do ser* (BAKHTIN, 1993 [1986/1919-1921]) – representa o principal ponto de dissonância entre Bakhtin e Husserl. Assenta-se aí, portanto, uma das principais diferenças entre a fenomenologia histórica – denominada, segundo o seu entendimento e a sua razão, de *fenomenologia materialista* por Sobral (2019, p. 79), devido à filiação dialógica de Bakhtin a certos pressupostos do materialismo dialético e histórico – de Bakhtin e a fenomenologia transcendental de Husserl. No entanto, a posição bakhtiniana não se coaduna com o realismo constitutivo da fenomenologia dos fenomenólogos de Munique. Segundo Brandist (2002, p. 20-21, tradução nossa), “embora não aceite o realismo dos fenomenologistas de Munique, Bakhtin parece ter adotado sua ideia de que o a priori não se limita a princípios formais, mas pode ser intuído em conexão com objetos de consciência”. Ao contrário de como se apresenta o problema do conhecimento na escola de viés realista, a postura bakhtiniana é-nos mais neokantiana – e até mais perto de Husserl –, pois, para o filósofo russo, as nossas concepções sobre o objeto *constroem-se* pelo nosso *ato de consciência*, mas somente em nosso encontro com a realidade objetal, segundo a nossa condição humana, bem como apenas através da linguagem. Trata-se do momento de conversão, pelo ato, do ser do mundo *em evento* (BAKHTIN, 1993 [1986/1919-1921]). Aí, conseqüentemente, incluem-se as categorias formais, somente possíveis no encontro mediado pela linguagem e pela outridade entre o humano e o mundo. Não se trata de uma construção, portanto, *a priori*, o que não nos parece ser, por outro lado, uma negação do *fundamento apriorístico* do conhecimento. É, ao contrário, realizada na relação, necessariamente, com o *outro* em relação ao mundo, através, somente, da linguagem, segundo a medida da condição mundana do ser humano na eventicidade histórica, isto é, de acordo com as formas históricas das quais se reveste o objeto em uma determinada cultura. É o que se resume, além do exemplo motivador desta nossa nota, no conceito fenomenológico de acontecimento ou de evento – cf. a nossa nota de número 2 –, no qual se concentra a compreensão bakhtiniana sobre as condições irreduzíveis de possibilidade e de princípio da constituição do sujeito – assim como da estrutura da consciência –, da construção sgnica e valorativa do mundo – o que podemos chamar de representação pela qual se dá a conscientização humana do mundo –, do funcionamento da cultura – tese cara à filosofia de Cassirer – e dos problemas relacionados ao mundo histórico.

teórica a certas ideias e a determinados pressupostos do neokantismo e da fenomenologia, mas sob a égide da filosofia bakhtiniana, que se concentra na forma histórica de ocorrência dos fenômenos, como o imperativo ético do posicionamento da nossa consciência: fundamenta-se sobre uma certa fenomenologia – à qual nos referimos, por nossa reponsabilidade, de fenomenologia histórica²⁰ de Bakhtin –, com o intuito de apresentação das condições irreduzíveis e, logo, das configurações fenomenológicas – como se apresenta, portanto, em sua constituição enquanto um fenômeno histórico – do texto nas ciências humanas segundo a concepção bakhtiniana, o que nos levará, também, à delimitação e ao posicionamento da atitude de consciência (ou do ato) de colocação tética do texto, de modo geral, dentro das mencionadas

²⁰ Não se funda apenas como um modo de compreensão e de descrição das condições transcendentais – em sentido fenomenológico, exigências sem as quais um dado fenômeno não se define como o que é – dos fenômenos, mas, sobretudo, como um conceito analítico e interpretativo da sua definida localização espacial e temporal, em um dado momento uniorrente da eventicidade histórica, o que não se coloca como um empecilho, porém, para tratar-se de uma desconsideração dos aspectos transcendentais do fenômeno, mas, sim, de uma superação e de uma ultrapassagem do transcendental para o histórico. É uma fenomenologia na qual *se comungam*, necessariamente, a consciência, definida como outrotária, e o mundo, em suas marcas históricas, dadas pelos sentidos e pelos valores da cultura histórica na qual se encontram imersos as consciências do ato tético de concepção dos fenômenos. É uma aceção de fenomenologia na qual se assume a constituição da consciência em sua relação com o mundo, mediada pela linguagem e pelo *outro*, mas não em termos abstratos e teoricistas. Para Bakhtin (1993 [1986/1919-1921]), a consciência relaciona-se com o mundo através da sua ativa participação, em sua uniorrência concreta enquanto a marca da sua *unicidade responsável*, o que se estabelece pela ausência de *álibi* para a sua existência e para o seu ato. É o que se denomina, pela reflexão de Sobral (2019), de *consciência participativa*, para a qual não se reduz o mundo em termos abstratos e teóricos de caráter apenas geral e universal. E, quando nos referimos a uma forma de fenomenologia na constituição epistemológica da teoria de Bakhtin, fazemo-lo nos sustentando sobre a presença de componentes do conjunto sistemático da fenomenologia nas reflexões bakhtinianas. Dois nomes, aos quais já nos referimos, são-nos importantes: o de Ernst Cassirer – um neokantiano aliado à fenomenologia até certo ponto – e o de Edmund Husserl [1859-1938], com cujas teorias filosóficas dialogou Bakhtin de diversos modos (BRANDIST, 2002; MARCHEZAN, 2019; SOBRAL, 2019). Logicamente, não se tratou de uma adesão pura e simples à fenomenologia transcendental, como nos referimos antes. Todos os componentes formados no seio da fenomenologia se encontram reconfigurados na filosofia bakhtiniana. Por outro lado, a ênfase no aspecto histórico – concretude, situacionalidade, outridade, etc. – dos fenômenos se trata, também, de um lastro forte e profundo da presença, na epistemologia geral da *teoria dialógica*, de uma forma de marxismo, o que nos indica a origem da apresentação enfática, em *PFA*, da consubstanciação entre a *razão prática* e a *razão teórica* (SOBRAL, 2019), cuja relação indissolúvel vem nos mostrar o *ato concreto* como a fonte primária da racionalidade abstrata – o que se enfatiza, sobretudo, pela colocação, por parte de Bakhtin (1993 [1986/1919-1921]), do *pensamento* como um ato. É pelo ato, como uma atitude da consciência participativa, que se estabelece a união dialética entre o uniorrente e o universal no conhecimento, o que se encontra na base, principalmente, da fenomenologia histórica à qual nos referimos. Mais sobre a influência marxista no Círculo de Bakhtin, recomendamos, ao nosso leitor, uma consulta ao livro de Luiz Rosalvo Costa (2017), que se encontra indicada na seção de referências do nosso trabalho. E, sobre Bakhtin em particular, remeta-se o nosso leitor ao livro de Sobral (2019).

ciências²¹. Somente através do nosso entendimento assim posto, surgir-nos-á a elaboração de uma justa medida para, de modo fenomenológico e teórico²², lidarmos com um texto enquanto um enunciado dentro da nossa pesquisa de natureza epistemológica e historiográfica, sem uma desconsideração, com efeito, do peso da nossa presença como sujeitos constitutivos, presentes e reguladores, de uma forma ou de outra, com a sua responsabilidade e com a sua responsividade, em direção à delimitação da forma da nossa atitude de consciência.

Para nos orientar, em nossa discussão, em direção aos nossos objetivos teóricos e metodológicos, a teoria filosófica de Bakhtin é-nos mais do que ideal: é-nos necessária. Mas, com a intenção de redução, ao máximo, das nossas considerações, dedicar-nos-emos apenas aos apontamentos de Bakhtin em, primariamente, *O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica* (2016a [1979/1959-1961])²³ e em, secundariamente – de modo indireto –, *Fragments dos anos de 1970-1971* (2017a [1979/1970-1971]), o que não se trata de uma restrição ao nosso uso complementar de outras obras, assim como de bibliografias de comentadores e de estudiosos do assunto. As nossas apresentações teóricas e metodológicas se articularão, aqui, com as nossas definições e as nossas

²¹ O método fenomenológico, de acordo com a nossa compreensão, reveste-se de uma dupla função: ao mesmo tempo em que nos é dada a definição fenomenológica do objeto, há, em contrapartida, a delimitação fenomenológica da atitude de consciência – que é, também, a nossa aqui – pela qual se dá o posicionamento tético – a presencição – do mesmo objeto. Esboçam-se, assim, as condições e as estruturas tanto do ato quanto do fenômeno. No caso da fenomenologia histórica de Bakhtin, o método fenomenológico sempre se exerce na concretude situacional de um momento da eventicidade histórica. Nunca, como nos fala Sobral (2019), em termos apenas transcendentais, mas em uma busca pela integração entre o geral e o repetível e o único o irrepetível.

²² De uma acepção ativa, participativa e volitiva de teoria.

²³ Trata-se de uma obra dos últimos anos de atuação de Bakhtin, cuja escrituração se situa entre os anos de 1959 e 1961. Encontramo-nos com um outro sujeito bakhtiniano, cujas concepções se encontram muito reconfiguradas graças às suas interações com as discussões da filosofia e da semiótica da sua época. O texto mencionado, inclusive, situa-se dentro de um quadro bibliográfico bastante particular, no qual se mantém uma série de problemas filosóficos dos primeiros anos de atuação de Bakhtin – como as suas preocupações com as problemáticas da epistemologia, da ética e da estética, o que se reflete no seu modo particular de concepção do texto como um enunciado –, assim como as questões levantadas pelas suas relações com os seus demais colegas de atuação, como Valentin Volóchinov, a partir das quais se definiram um certo número de especificidades dos componentes articulados do conjunto sistemático da sua filosofia, como, por exemplo, o seu conceito de enunciado. Américo (2012), contudo, mostra-nos como se faz presente, no citado escrito bakhtiniano, a voz particular das reflexões filosóficas e semióticas de Lótman, com a qual se coloca em polêmica dialógica a de Bakhtin. A sua discussão sobre o texto, portanto, reveste-se de uma particularidade situacional, com uma referência dialógica ao pensamento do semioticista russo, cujo nome se encontra, esporadicamente, mencionado no corpo não só da referenciada obra, mas também em algumas outras do mesmo período. Cf. a nossa nota de número 15.

especificações do conceito de enunciado e do princípio de correlacionamento, que se apresentarão nas seções seguintes.

A reflexão filosófica de Bakhtin se reveste, segundo o nosso entendimento, de uma necessidade de análise, epistemológica e metodológica, de definição fenomenológica e, logo, de fundamentação teórica do núcleo objetual para o qual se direcionam as atenções gerais e as construções epistêmicas das ciências humanas – ou seja, do texto –, ao mesmo tempo em que se dedica à determinação, a partir da sua filosofia, do seu lugar e da sua natureza no cerne da tradição ocidental, na qual se dedica ao trabalho textual, a partir de uma interpretação do seu tratamento nas atividades científicas, de modo amplo, das humanidades. Consequentemente, o trabalho do filósofo russo, de maneira ora direta, ora indireta, apresenta-se como uma reflexão fragmentada sobre a qual se estrutura uma tentativa de fundamentação epistemológica e metodológica das ciências humanas, nas quais o texto se trata de uma *realidade imediata* – isto é, nas ciências nas quais se trata do seu principal objeto – ao preocupar-se com a definição epistemológica do seu objeto – colocado, pelo filósofo russo, como um fenômeno característico, cujas condições e cujas configurações devem se apresentar, por nossa parte, determinadas pela nossa compreensão fenomenológica –, assim como dos demais fenômenos aos quais se liga²⁴. E, como tal, a filosofia de Bakhtin vem dar-nos os meios para a constituição da nossa reflexão, conjuntamente, sobre as condições de possibilidade das ciências humanas²⁵, a partir da particularidade da sua configuração epistemológica, enquanto atitudes de consciência e atos de linguagem²⁶ em relação ao texto enquanto o seu fenômeno por excelência, o que nos permitiria a discussão, como consequência, da sua pertinência a um campo da atividade humana, a uma

²⁴ Uma definição de fenômeno muito clara e útil se encontra na filosofia sartreana: um fenômeno, além de ligar-se a outros, determina-se a partir das suas *aparições*. Ou seja, ao revelar-se para uma consciência – revelação chamada, por ele, de aparição, a essência própria do fenômeno (o revelar-se ou o seu aparecer à consciência). As aparições de um fenômeno se relacionam em séries temporais. Em outras palavras, vinculam-se umas às outras na criação, na consciência, da unidade do fenômeno. Assim, “a aparência não esconde a essência, mas a revela: ela é a essência” (SARTRE, 2015b [1943]). Por mais que a concepção sartreana esteja atuando como pano de fundo do nosso entendimento, ela se recria, justamente, a partir de nossa compreensão bakhtiniana dos fenômenos aos quais as nossas análises e os nossos entendimentos se dedicam, no que se refere, precipuamente, ao fato de as aparições dos fenômenos, em nossa concepção de origem bakhtiniana, constituírem-se pela sua representação pela linguagem, o que não se encontra na filosofia sartreana.

²⁵ Trata-se de um problema filosófico complexo, no qual não nos deteremos por tratar-se de uma questão para além dos objetivos precípuos da nossa monografia.

²⁶ Atitudes de consciência e atos de linguagem que se concretizam também em textos, mas somente enquanto enunciados.

configuração discursiva do saber e a uma forma de racionalidade²⁷ – ou a sua forma particular de racionalidade – a partir do modo como o seu principal objeto coloca-se pelas concepções bakhtinianas.

A abordagem bakhtiniana, nos textos referidos – mas, também, em muitos outros seus –, inscreve-se em um movimento complexo de teorização, com certos contornos fenomenológicos²⁸. Para a nossa colocação da concepção bakhtiniana em evidência, cabe-nos

²⁷ O que nos parece possível a partir de uma perspectiva hermenêutica e histórica da investigação epistemológica das ciências humanas, em relação com o que possa se constituir, de maneira geral, como um saber científico na história do pensamento ocidental. Em intersecção, também, com o saber do que se denomina, hoje, *ciências exatas*. Se seguirmos o caminho de Cassirer (2001 [1923]) – coisa à qual se dedicou Bakhtin, parece-nos, até um certo ponto –, a unidade do saber humano dentro do campo da cultura é-nos imperativa, mas apenas como uma *unidade mutável, aberta e relativa* se nos dedicarmos a um cuidadoso desdobramento da posição bakhtiniana, somente materializada na linguagem – de onde se deriva a concepção da esfera cultural como *logosfera* (BAKHTIN, 2017 [1979/1970-1971]). Além do mais, a preocupação com uma integração entre a arte, a ciência e a vida – os três campos da cultura – derivam-se das primeiras reflexões de Bakhtin (2011 [1919]). Tudo nos parece trata-se de uma atitude ativa, responsiva e volitiva, por parte do filósofo russo, de instituição de uma outra forma de racionalidade, pela qual se tornaria possível a compreensão consubstancial e integrativa entre os campos da cultura, o que se manifesta já em *PFA* – de forma demasiado fragmentada, mas com muito rigor. Na referida obra, o centro de articulação, de interpenetração e de síntese entre o *mundo da vida* e o *mundo da cultura* se encontra no *ato responsável*, enquanto a materialização da atitude de consciência de um sujeito responsivo ao *outro*, no seio da unidade da coexistência histórica (BAKHTIN, 1993 [186/1919-1921]), o que se dá através somente da arquitetônica entre o *eu-para-mim*, o *outro-para-mim* e o *eu-para-o-outro* (BAKHTIN, 1993 [186/1919-1921], p. 71). Na coexistência da eventicidade histórica com o *outro*, encontra-se a saída do teorismo absoluto, tornando-se possível uma articulação, em termos da interpretação de Sobral (2019), entre o singular e o universal por uma consciência participativa – ou *não-indiferente* (SOBRAL, 2019) –, o que se trata, ainda segundo Sobral (2019), de uma certa herança da fenomenologia.

²⁸ O estabelecimento do texto como o mínimo denominador comum das ciências humanas parece-nos se tratar de uma posição muito mais próxima da do idealismo de Dilthey, para quem o fenômeno nuclear e sintetizador da condição humana é a *vivência* (2011 [1894]), ponto para o qual se deveria convergir o trabalho filosófico a partir de um método analítico e descritivo. E, como, para Bakhtin, a vivência trata-se de uma constituição estabelecida por meio de um sentido valorativo, só pode apresentar-se constituída pela linguagem. Isto é, a sua realidade última é de natureza enunciativa ou discursiva. Eis o ponto de divergência entre Bakhtin e Dilthey, por exemplo – é, inclusive, um lugar explícito de incompatibilidade de Volóchinov com o filósofo alemão, questão à qual nos dedicaremos na nossa análise de *MFL*. Mas, como mencionamos, os traços fenomenológicos das subsequentes definições de Bakhtin remetem-se à colocação, por exemplo, do texto como um fenômeno (HUSSERL, 2006 [1913]), isto é, enquanto um objeto posicionado pela consciência, cuja presença se constitui na medida em que se revela (ou aparece) – seja qual for a sua forma de aparição (teórica, estética, etc.). Ao mesmo tempo, aproxima-se de um ato fundador – o que não nos quer dizer, rigorosamente, em sentido husserliano –, pela nossa compreensão, da *redução fenomenológica* (HUSSERL, 2006 [1913]), na medida em que o texto se torna, na teorização de Bakhtin, a unidade de concentração das experiências e das vivências da consciência, isto é, trata-se do núcleo para o qual se direcionam, por exemplo, as atitudes de consciência do pesquisador das citadas ciências, razão pela se torna a o centro do exercício redutivo. Não em termos transcendentais, mas em categorias de *exotopia*, como nos diz Sobral (2019, p. 75), ou, como preferimos, de *distância* (BAKHTIN, 2017a [1979/1970-1971]), já que se trata o texto, enquanto um enunciado, da consubstanciação das *palavras outritárias* – *minhas* e *alheias* (BAKHTIN, 2017a [1979/1970-1971]) –, condição de possibilidade do distanciamento necessário para a abordagem dos conteúdos da

a delimitação, precisamente, de um certo número de componentes articulados do conjunto sistemático da sua definição e da sua especificação, com um intuito de apresentação dos elementos necessários e dos pontos principais da teoria de Bakhtin para a finalidade do nosso trabalho. Com efeito, atentemo-nos para a seguinte proposição sintética do filósofo russo:

o texto (escrito ou oral) enquanto dado primário de todas essas disciplinas, do pensamento filológico-humanista em geral (inclusive do pensamento teológico e filosófico em sua fonte). O texto é a *realidade imediata* (realidade do pensamento e das vivências), a única fonte de onde podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento. O texto “subentendido” (BAKHTIN, 2016a, [1979/1959-1961], grifos do original)²⁹.

Primeiramente, o que nos aparece, na proposição afirmativa de Bakhtin, delimitado como um texto não se restringe apenas ao escrito. É um ponto proposicional por meio do qual nos é dado o primeiro norte da significação teórica pela qual se define e se especifica o conceito bakhtiniano de texto. Além da sua determinação do texto como *a* fonte das ciências humanas³⁰, a consideração do oral desloca-nos um pouco mais para fora do filologismo clássico, pelo qual se caracteriza, por exemplo, uma parte considerável dos estudos linguísticos do ocidente³¹. Por

consciência – vivências –, através de uma atitude axiológica de uma consciência participativa – o que se esbarra na própria forma interpretativa do seu modo de ser.. Daí, conseqüentemente, deduzem-se as *estruturas fenomenológicas* e, pelos termos da nossa interpretação da filosofia bakhtiniana, das condições históricas da consciência no exercício da atividade científica com o texto – o que nos mostra a sua realidade, obviamente, não só em termos transcendentais. De todo modo, é-nos admissível: toda a construção epistemológica de Bakhtin sobre um dado objeto se assenta sobre, antes, a colocação do mesmo objeto, por parte do filósofo russo, como um fenômeno. Assim, parece-nos que, em alguns instantes das reflexões dos trabalhos de Bakhtin, uma fenomenologia precede uma teorização, o que se tonar, ao mesmo tempo, a sua atitude norteadora e o seu fundamento último, ou seja, o substrato de todo o desenvolvimento da sua teoria.

²⁹ É como se inicia o escrito de Bakhtin. Parece-nos se trata de uma atitude responsiva, também, à semiótica, mas de um modo concordante em muitos momentos.

³⁰ O nosso leitor pode questionar-nos sobre o nosso uso genérico da expressão *ciências humanas* para nos referirmos, por decorrência, à linguística e à filologia. O nosso uso se justifica, no entanto, a partir da referência de Bakhtin à mesma expressão. Percebamos: no título do seu escrito encontra-se “*e em outras ciências humanas*”, o que nos dá o entendimento do pertencimento das primeiras às humanidades em geral.

³¹ Lembremo-nos dos trabalhos filológicos e comparatistas do século XIX. A sua grande parte se dedicou ao texto escrito, o que se tornou, de alguma forma, uma influência relevante dos estudos linguísticos desenvolvidos posteriormente, o que não se aplica, no entanto, como uma regra absoluta a todos os linguistas do período correspondente. Um exemplo contrapontístico, como nos mostra Grillo (2017), parece-nos ter sido Baudouin de Courtenay [1845-1929], que “[...] se dedicou ao estudo das línguas

meio da inserção da ideia de oralidade na sua definição e na sua especificação, de caráter epistemológico, do objeto das ciências humanas, Bakhtin, mesmo sem se referir a quais aspectos se podem dedicar as nossas considerações em nossos estudos, filia-se a uma concepção mais extensiva de texto, portanto. Trata-se de uma significação teórica através da qual se constitui o recorte, logo, de uma área muito maior de atuação, não só das ciências linguísticas em específico, mas, conseqüentemente, de todas as humanidades.

À primeira significação teórica da ideia geral de Bakhtin – assim como do seu conceito de texto –, liga-se um outro de semelhante importância: o texto, assim conceituado pelo filósofo russo, é colocado como o *dado primário* das ciências humanas. Na apresentada interligação lógica – pela nossa estenografia interpretativa, *o texto oral ou escrito é o dado imediato das humanidades* –, forma-se uma proposição teórica de peso ímpar para a nossa pesquisa, que nos fornece, ao lado do seu objetivo imediato de colocação do texto como um fenômeno a se definir, segundo uma formação epistemológica, a concepção geral de Bakhtin sobre a natureza *discursiva* das humanidades, bem como nos mostra, ao mesmo tempo, a sua inserção, através do tema em questão da sua discussão, no seio de uma tradição preocupada com a instituição e com a fundamentação de uma epistemologia das ciências humanas – e, conseqüentemente, das linguísticas, sob o auspício de uma *epistemologia programática*³² de uma metalinguística ou de

vivas e de dialetos, pois considerava que a essência da língua está na atividade da fala” (GRILLO, 2017, p. 49).

³² Isto é, de um projeto através do qual se põem as bases epistemológicas e metodológicas de uma certa disciplina científica. É programático por, de fato, tratar-se de um programa a ser elaborado, segundo os parâmetros epistemológicos e metodológicos para a sua instituição inicial e a sua fundamentação mínima. Curiosamente, a maior parte dos programas epistemológicos desenvolvem-se por mãos alheias, como no caso, até certo ponto, da linguística saussureana, cuja epistemologia programática se encontra desenvolvida, sob outras formas, no trabalho linguístico de Louis Hjelmslev [1899-1965] – fundador da Glossemática –, cujos princípios se apresentam em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1975 [1943]), da Escola de Copenhague (BOUQUET, 2000 [1997]).

uma *translinguística*³³ –, para além das sombras dos critérios de cientificidade da epistemologia das chamadas, até o momento contemporâneo do filósofo russo, ciências naturais³⁴.

De certa forma, é-nos claro o significado do predicado da referida proposição de Bakhtin: um dado imediato, nas ciências, é o que se apresenta à *intuição* ou à *percepção* do cientista, de maneira direta. Diante da face fenomenológica pela qual se caracteriza – e inelutável, portanto – a nossa interpretação da filosofia bakhtiniana, a definição e a especificação, contudo, da ideia de dado imediato tornam-se mais complexas, aprofundando-se a sua concepção dentro da teoria geral de Bakhtin. Aliando-nos aos pressupostos primários da fenomenologia (HUSSERL, 2006 [1913]), um dado imediato pode se configurar, na perspectiva histórica de Bakhtin, como *o que se torna aparente* ou *revelado*, diretamente³⁵, à consciência,

³³ Trata-se de uma *disciplina heterocientífica*. A sua colocação sob a reflexão bakhtiniana advém-se da constatação de Bakhtin da insuficiência epistemológica e metodológica da linguística na lidação da complexidade inerente ao fenômeno da linguagem viva, que se manifesta sob a forma de *enunciados concretos*. Parece-nos se apresentar como uma consequência epistemológica e uma derivação lógica do modo através do qual se constituíram as acepções teóricas de Bakhtin sobre os fenômenos enfocados pelos seus trabalhos – em especial, o da linguagem. Segundo Bakhtin (2017a [1979/1970-1971]; 2017b [1979/1941*1974]), as teorias linguísticas, com as suas epistemologias e as suas metodologias, não conseguiriam dar conta do enunciado concreto, pois não se tornam aptas, pela sua configuração teórica, a adentrar-se no âmago da sua realidade, devido ao fato de limitar-se aos aspectos intrínsecos da língua. Logicamente, cabe-nos uma avaliação nossa da pertinência ou não da colocação e da crítica de Bakhtin, o que não se põe como um empecilho para a nossa menção, contudo, à sua tentativa de instituição, segundo as nossas palavras, de uma *epistemologia programática da metalinguística*.

³⁴ Não nos significa que a preocupação bakhtiniana seja uma tentativa de cisão absoluta no âmbito do saber humano, o que se colocaria, por conseguinte, como uma inviabilização de um diálogo entre as ciências humanas e as naturais. Muito ao contrário, a posição de Bakhtin, na nossa compreensão, vai além: trata-se de uma busca em relação ao fundamento do conhecimento humano dentro da especificidade de cada uma – e uma avaliação dos seus limites, o que nos parece tratar-se de um ponto influenciado pela filosofia kantiana –, assim como da colocação da necessidade do diálogo entre as ciências como uma condição e como um critério de avaliação, de fundação e de revisão das formas de racionalidade de cada uma, sem que se dê uma exclusão do primeiro intuito. Através da definição dos limites e das idiossincrasias de cada ciência – humana, linguística, natural, etc. –, parece-nos se tornar possível a sua localização enquanto uma produção discursiva de um campo da atividade humana, por meio, concomitantemente, de uma interação dialógica entre uma e outra. É o que nos é evidenciado, por exemplo, em muitos conceitos bakhtinianos, como no de *cronotopo*, para cuja formação Bakhtin (2018 [1975/1937-1938]) se constituiu pelos saberes de muitas disciplinas científicas – filosofia, literatura, biologia e física, só para nos referirmos às principais e evidentes. É o que nos parece estar na base da ideia de *heterociência* (BAKHTIN, 2017b [1979/1941*1974]) de Bakhtin, fundamental, sobretudo, na instituição de uma epistemologia programática da metalinguística.

³⁵ As concepções de direto e de imediato precisam se relativizar, já que sempre nos aparece uma dupla mediação, a partir da nossa compreensão das colocações de Bakhtin, entre o sujeito e o objeto: uma é exercida pelo outro e, a outra, pela linguagem. Todo objeto imediato à consciência é, portanto, concebido como uma *coconstrução outritária através da linguagem* – logo, não é mais apenas um *dado*. O que nos parece referir-se a uma imediação na teoria de Bakhtin é, na verdade, um grau mínimo de mediação, o que se resume no cara a cara ou no face a face, isto é, no contato direto sem a presença de graus mais elevados de mediação. É assim que o texto se apresenta aqui: como um objeto refletido no primeiro

mas em sua uniocorrência histórica. Logo, trata-se de um objeto não somente doado ao ato posicional da consciência, mas *constituído* como uma presença concreta pelos sentidos e pelos valores da consciência outritária na eventicidade histórica, ao submeter-se à conscientização tética. A atitude de consciência é, logo, a fundadora dos conteúdos e das formas através dos quais se dá a concepção – conscientização – do fenômeno, que somente pode se definir assim em relação ao ato tético da sua fundação, enquanto, logo, uma presença presente. Tudo se estrutura, portanto, sobre uma outridade constitutiva, cujo funcionamento nos é a razão de revelação da condição humana em geral. Um objeto imediato, portanto, só pode se definir, segundo a nossa concepção, como um fenômeno sob a atitude tética da consciência, pela qual se dota de um certo conteúdo e de uma dada forma, seja qual for o seu modo de aparição. E é, antes, constituído pelas formas produzidas³⁶ no seu encontro com a consciência.

Ao guiarmo-nos pelo vetor interpretativo dado pela fenomenologia, segundo o nosso entendimento, sob as formas da filosofia bakhtiniana, um dado é, imediatamente, uma construção já no primeiro instante do encontro entre o objeto e a consciência, e só pode se apresentar, de fato, como um dado no momento da sua doação à conscientização, o que se manifesta na continuação da argumentação de Bakhtin por meio da qual se acrescenta, ao predicado da sua proposição geral, uma outra significação teórica: o texto é, agora, a realidade imediata. Trata-se de uma corroboração das nossas afirmações, mas com um grau maior de definição e de especificação: é a realidade do *pensamento* e da *vivência*³⁷. Ora, então trata-se

plano da consciência (SARTRE, 2015a [1936]; 2015b [1943]), posicionado de modo tético, mas em sua especificidade histórica.

³⁶ As formas não se produzem espontaneamente, a partir de uma consciência insulada em si mesma. Ao contrário, produzem-se como sentidos e valores de uma cultura histórica, que se renovam pelo ato da consciência por meio do qual se incidem sobre o fenômeno. Remetem-se, portanto, à, primeiro, outridade constitutiva do sujeito cognoscente, bem como à, segundo, memória histórica através da qual se constitui a sua consciência.

³⁷ Rememoremo-nos de como, na filosofia de Dilthey (2010 [1910]), põe-se o conceito de vivência enquanto a realidade imediata das ciências humanas, na qual se sintetiza a condição histórica e social do ser humano, realidade imediata a qual se acessa através de uma introspecção. É como se Bakhtin o retomasse aqui, mas através de uma reconfiguração da sua tese, já que se trata a vivência, para o filósofo russo, de uma unidade formada e formalizada pela linguagem. A vivência só pode ser considerada, contudo, na medida em que se apresenta como uma *vivência de alguma coisa* (quase ao som da famosa tese fenomenológica segundo a qual “a consciência é consciência de algo”). Quando a vivência, que é qualquer ato e realidade da consciência, é a de uma certa realidade objetual – de um objeto dotado de sentido e de valor (aqui, o texto), isto é, de um fenômeno –, é-nos possível considerá-la, então, como analisável e interpretável, assim como, portanto, um objeto de estudos e de compreensões de uma série de questões referentes à condição humana no mundo histórico. Uma outra questão, no entanto, deduz-se daqui: ao definir-se e especificar-se o texto – unidade escrita ou oral de manifestação e de representação da realidade histórica por meio da linguagem, único meio, para o sujeito, da sua conscientização – como a realidade imediata das humanidades, a filosofia de Bakhtin oferece-nos um

de uma realidade constitutiva do pensamento – que pode ser pensada – e da vivência – que pode ser vivida –, mas cujas formas só podem se estabelecer, dialogicamente, mediante a sua colocação tética por uma atitude de consciência. Ou seja, é uma realidade, sobretudo, constituída pelos conteúdos e pelas formas do ato de consciência no processo da sua íntima relação, mas, dialeticamente, é, também, a condição das determinações conteudísticas da consciência. Ao tornar-se um objeto do pensamento e da vivência, doa-se, para se tornar uma presença tética de existência concebida – uma realidade imediata, portanto –, à condição da atitude e à da consciência, que se configura, por sua vez, de formas variadas pela conscientização particular do seu fenômeno, a depender dos campos da atividade humana nos quais se instaura a sua atividade tética em relação à realidade fenomênica em questão, o que não se trata de uma particularização absoluta enquanto uma razão limitante para uma possível dedução nossa do seu funcionamento geral, através das formas específicas de realização do seu ato, dada a fonte comum da constituição dos seus movimentos idiossincráticos de *tetização*. Mais uma vez, as teses dos fenomenólogos, como nos mostrou Brandist (2002), *reflete-se e refrata-se*³⁸ no nosso modo de concepção das questões referentes à maneira como Bakhtin se dedicou à concepção dos fenômenos do seu interesse.

entendimento segundo o qual a nossa relação com a realidade histórica é sempre mediada pela linguagem. Tudo se sintetiza na seguinte proposição de Bakhtin (2016a [1979/1959-1961], p. 87), o que se remete, ao mesmo tempo, ao conteúdo da nota de número 16 e ao da de número 28: “o texto é o dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina nas ciências humanas. [...] Partindo do texto, eles perambulam em diferentes direções, agarram pedaços heterogêneos da natureza, da vida social, do psiquismo, da história, e os unifica por vínculos ora causais, ora de sentido, misturam constatações com juízos de valor. Da alusão ao objeto real é necessário passar a uma delimitação precisa dos objetos da investigação científica. O objeto real é o homem social (inserido na sociedade), que fala e exprime a si mesmo por outros meios”.

³⁸ Os conceitos de *reflexo* e de *refração* se trata de produções das reflexões teóricas de Volóchinov (2017 [1929]), com os quais o filósofo russo nos evidencia uma parte da dinâmica de funcionamento da atividade de significação ideológica da linguagem e da constituição dos valores sociais da sociedade. Com uma série articuladas de proposições sobre ambos os conceitos, mostra-nos a falta de univocidade, de unidirecionamento, de mimetização e de transparência dos referidos fenômenos na formação dos enunciados e dos sujeitos. O enunciado, por exemplo, não se constitui como uma representação unívoca, unidirecional, mimética e transparente dos acontecimentos da eventicidade histórica e dos valores da organização social, mas, ao contrário, como uma unidade refletora e refratora dada a sua formação sígnica, multivalorativa, plurivocal e polissignificativa, fatores imprescindíveis da causa do reflexo e da refração. Do mesmo modo, o sujeito não se apresenta como um portador de um sentido ou de um valor de caráter unívoco e dado. O reflexo, então, não se define como uma atividade mimética e repetível, mas como um vetor inversor, enquanto a refração se trata de um vetor dispensor das significações e dos valores em multidireções, o que se dá graças a uma série de fatores, como a unicidade do lugar do sujeito e a uniocorrência da emergência do enunciado em condições históricas de possibilidade e de produção de caráter irrepetível no curso da eventicidade histórica. Portanto, o enunciado e o sujeito não se marcam por uma linearidade e por uma transparência. Quando um conteúdo se transpõe para um outro enunciado,

Assim sendo, forma-se uma das nossas considerações de primeira ordem: o texto se torna, nas ciências humanas, o fenômeno por excelência – um objeto tético através da atitude de consciência – do pensamento e da vivência – ou seja, a realidade constitutiva de ambos –, assim como o núcleo de toda atitude de consciência dos pesquisadores dedicados às atividades das humanidades. É, portanto, o cerne organizador e regulador dos atos de pesquisa nas ciências nas quais se apresenta como a sua realidade imediata. Coloca-se como o conteúdo do conhecimento – pensamento – e da experiência – vivência –, cujas aparições se constituem no seu encontro com a consciência, submetendo-se, logo, à condição humana. É, então, constitutivo do pensamento e da vivência do ser humano apenas ao constituir-se segundo a medida dos conteúdos e das formas, em produção histórica, pela consciência, no seu encontro e na sua outridade. Mais uma vez, a tese da *construtividade* do pensamento e da vivência em relação à realidade, o que se advém, até certo ponto, do neokantismo cassireriano – em diálogo com a filosofia kantiana, sobretudo –, afirma-se de modo categórico. E, ao nos parecer possível admiti-la enquanto constitutiva e reguladora da teoria bakhtiniana, é-nos dado o reconhecimento, de um modo ou de outro, da especificidade da reflexão fenomenológica na filosofia de Bakhtin.

O texto, portanto, não se trata um dado em si mesmo, a cujas formas a consciência deve se subjugar³⁹. Mas, ao contrário, um objeto tornado fenômeno, cuja realidade fenomênica se estabelece apenas através dos modos da sua colocação pela consciência e pelo pensamento. É, assim, o sujeito o centro de construção das suas representações, em sua forma objetiva, enquanto um objeto da consciência e do pensamento⁴⁰, meio pelo qual se torna um fenômeno

reflete-se e refrata-se necessariamente. Trata-se de um par conceitual de muita importância para as nossas análises subsequentes.

³⁹ De acordo com o nosso entendimento, um fenômeno nos fornece, concomitantemente, determinados limites, o que se trata de um regulador da nossa atuação. Dentre tantos, destaca-se o próprio fato de se situar em uma certa configuração da historicidade, o que nos é uma condição de regulação, para a sua constituição, das nossas concepções de sentido e de valor. A sua zona limítrofe, porém, refere-se mais às limitações da nossa condição do que, de fato, às imposições objetivas do fenômeno. Uma coisa, contudo, é-nos necessária: jamais um objeto nos diz, por si mesmo, o que é. Se assim se desse, decorrer-se-ia que os sentidos e os valores da nossa cultura histórica fossem-nos concedidos pela realidade na qual se encontram dados, o que nos parece um absurdo.

⁴⁰ Que aqui não veja, o nosso leitor, alguma espécie de *idealismo solipsista*. O mundo não se reduz aos conteúdos da consciência, o que nos seria um absurdo, pois se trata de uma pressuposição pela qual se daria o desaparecimento do mundo com o da consciência, assim como a colocação da materialidade objetiva daquele nesta. É uma ideia, portanto, incompatível, obviamente, com uma perspectiva fenomenológica. É-nos claro o reconhecimento de Bakhtin da independência ontológica do mundo – no seu aspecto de ser, da sua materialidade objetiva, quase à semelhança da noção sartreana de em-si (SARTRE, 2015b [1943]) – em vários momentos da sua trajetória filosófica. Um nos é muito elucidativo da sua posição. Encontra-se em *Fragmentos dos anos de 1970-1971* (2017a [1979/1970-1971]), em uma

determinado pelas categorias, pelos conteúdos e pelas formas da consciência, que se encontram na cultura e na história em formação e em desenvolvimento⁴¹. Daí a decorrência lógica à qual chegou Bakhtin: sem o texto, a pesquisa e o pensamento nas ciências humanas não se tornariam possíveis, uma vez que se encontrariam privados do fenômeno constitutivo da sua realidade imediata. Por conseguinte, toda a preocupação de Bakhtin se trata, de acordo com a nossa leitura

passagem na qual Bakhtin nos dá uma dupla orientação: uma em relação à independência ontológica do mundo – e à sua anterioridade ontológica em relação à consciência, enquanto um mundo dotado de uma estrutura de ser que, apesar de tudo, é inacessível ao humano – e outra em relação à sua condição de acordo com a, diante da e para a presença humana, quando se torna, então, um acontecimento ou um evento. De acordo com as suas palavras, “com o surgimento da consciência no mundo (na existência) e, talvez, com o surgimento da vida biológica (é possível que não só os animais como também as árvores e a relva testemunhem e julguem), o mundo (a existência) muda radicalmente. *A pedra continua pétrea, o sol, solar, mas o acontecimento da existência no seu todo (inacabável) se torna inteiramente distinto porque pela primeira vez aparecem na cena da existência terrestre as personagens novas e principais do acontecimento – a testemunha e o juiz. Até o sol, que mesmo permanecendo fisicamente o mesmo, tornou-se outro porque passou a ser conscientizado pela testemunha e pelo juiz.* Ele deixou de apenas existir, porque passou a existir em si e para si (essas categorias surgiram aí pela primeira vez) e para o outro, porque se refletiu na consciência do outro (da testemunha e do juiz): com isso ele mudou radicalmente, enriqueceu e transformou-se. (Não se trata do ‘ser no outro’)” (BAKHTIN, 2017a [1979/1970-1971], p. 28, grifos nossos). É-nos uma passagem elucidativa da posição de Bakhtin – muito próxima da tradição alemã depois de Kant, em consonância com um certo número de ideias e de teses da fenomenologia, às quais não nos atentaremos por agora. O que nos é curioso, no entanto, situa-se no modo de colocação da consciência: é, ao mesmo tempo, a testemunha e o juiz. Ou seja, não se encontra atuando apenas como uma testemunha – que percebe, vê e sente, uma noção que nos lembra a faculdade da *sensibilidade* de Kant (KANT, 2015 [1781]) – do acontecimento da existência, mas se coloca, sobretudo, como um juiz – o que emite juízos –, cujo ativismo atua sobre o mundo de maneira a constituirlo e a determiná-lo – categórica, contedística e formalmente, o que nos remete à faculdade de *emissão de juízos* e, em particular, a do *entendimento* da filosofia kantiana (KANT, 2015 [1781]). Na condição humana, o mundo, portanto, somente pode apresentar-se como uma mundanidade humana, cuja existência, para os sujeitos, depende das formas de objetivação produzidas pela cultura e pelo pensamento, na sua relação com o dado material ou ontológico do mundo. Nunca nos é dado saber o que é em si, porque nos encontramos submetidos à nossa condição humana – a partir da qual nos é dada a condição do conhecimento do mundo. Portanto, sabe-se apenas como o mundo se configura segundo a medida humana. Além de tratar-se de uma criação humana – o que nos impede de concebê-lo, material e ontologicamente, segundo a medida filosófica de tratamento ontológico do mundo –, o texto objetiva-se (torna-se objetivo, isto é, um objeto conscientizado) somente a partir da e em relação à consciência. Para tornar-se um objeto, encontra-se em relação de dependência, logo, das categorias, dos conteúdos e das formas da consciência e do pensamento. Somente assim pode se manifestar como um fenômeno, um objeto conscientizado de determinada maneira.

⁴¹ Bakhtin é-nos muito direto, quando concernente à natureza cultural e histórica das produções humanas, nas quais se enquadram, para a nossa abordagem, as categorias, os conteúdos e as formas de objetivação. Trata-se de sentidos e de valores da cultura historicamente constituída (BAKHTIN, 1993 [1986/1919-1921]). No centro de constituição e de desenvolvimento dos elementos determinantes da conscientização e da representação dos fenômenos, encontra-se o sujeito em outriedade constitutiva e reguladora na coexistência histórica, tal qual se encontra definido e especificado no conceito de arquitetônica – que se apresenta, aliás, como, concomitantemente, a estrutura (fenomenológica) da consciência e o núcleo formador da cultura, segundo a definição e a especificação de PFA (1993 [1986/1919-1921]). É o sujeito outritário, portanto, que se encontra, no processo referido, no centro das questões concernentes à cultura e à história.

interpretativa, de um posicionamento enraizado na necessidade, tal como nos referimos antes, de fundamentação epistemológica do objeto primeiro e último das mencionadas disciplinas científicas. A sua discussão e a sua reflexão resvalam-se em problemas maiores de natureza filosófica, aos quais, no entanto, não nos concedeu, no texto do qual nos utilizamos, um delineamento claro. Defini-los mais se coloca, agora, para além dos escopos imediatos da nossa pesquisa. Justifica-se, em nossa análise da concepção bakhtiniana, o nosso uso de parte dos pressupostos da doutrina da fenomenologia, o que se explica pela nossa compreensão dos indícios fenomenológicos nos escritos do filósofo russo.

Para além das definições e das especificações às quais nos dedicamos, o que se coloca, afinal, como um texto para Bakhtin? Em consonância com a concepção filosófica do filósofo russo – através da qual se constitui o fundo do trabalho definidor e especificador do objeto das ciências humanas –, impõem-se os demais pontos, às nossas considerações, de instauração da significação teórica do seu conceito de texto. O primeiro, ao qual já nos referimos, remete-se à natureza das *formas sensíveis da materialidade* a partir da qual se pode conceber um texto: escrita ou oral. Trata-se de uma definição e de uma especificação pelas quais se cria, para a nossa compreensão, uma expansão das noções tradicionais de texto – relacionadas, comumente, apenas à escrita. Mas Bakhtin é-nos ainda mais claro e mais profundo em sua aceção:

Se concebe o texto no sentido amplo como qualquer conjunto coerente de signo, a ciência das artes (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) opera com textos (obras de arte). São pensamentos sobre pensamentos, vivência das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos. Nisto reside a diferença essencial entre as nossas disciplinas (humanas) e naturais (sobre a natureza), embora aqui não haja fronteiras absolutas, impenetráveis. O pensamento das ciências humanas nasce como pensamento sobre pensamentos dos outros, sobre exposição de vontades, manifestações, expressões, signos atrás dos quais estão os deuses que se manifestam (a revelação) ou os homens (as leis dos soberanos do poder, os legados dos ancestrais, as sentenças anônimas, etc.) (BAKHTIN, 2016a, [1979/1959-1961]).

Pela consideração epistêmica do texto, enquanto um fenômeno, como quaisquer *conjuntos coerentes de signos*, há-nos uma ênfase em uma ideia de *unidade articulada e organizada de sentido*, para cujo engendramento se deve considerar, necessariamente, a articulação de todos os componentes constitutivos do seu processo de significação, o que se vincula, aliás, à admissão bakhtiniana da necessária estruturação do texto sobre quaisquer

sistemas de linguagem (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961])⁴². Com a sua definição, Bakhtin leva-nos a uma concepção ainda mais ampla do seu conceito, o que se confirma com a referência a outros campos do conhecimento e do saber nos quais os seus objetos primários, epistemologicamente, diferenciam-se sobremodo do entendimento corrente da natureza do objeto textual. As *artes* nos são, aqui, o ponto referencial, enquanto um campo do conhecimento humano, de ampliação da significação teórica pela qual se define e se especifica o conceito bakhtiniano de texto. No campo artístico, o texto, enquanto um conjunto coerente de signo, pode se apresentar como uma obra de arte, portanto: uma pintura, uma escultura, uma peça musical, uma dança, etc.⁴³ Aqui, o diálogo, como nos diz Américo (2012), com a semiótica da cultura de Lótman se mostra, de modo intenso, presente. Trata-se de uma formulação teórica de fundo fenomenológico, que se fundamenta, contudo, em um diálogo com o campo semiótico, o que nos fornece o principal indício para a nossa compreensão da origem do ato de alargamento epistemológico do conceito bakhtiniano de texto – do escrito para o oral, assim como deste para as outras formas sensíveis de materialidade dos demais campos da cultura. É, conjuntamente, a afirmação, segundo o auspício da semiótica cultural, da *unidade da cultura*, que se reflete nas idiossincrasias de cada um dos seus campos, integrados, porém, através da linguagem e do

⁴² Segue-se a proposição de Bakhtin (2016a [1979/1959-1961]): “[...] por trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema correspondem no texto tudo o que é repetido e reproduzido [...]”. Segundo as nossas deduções fenomenológicas, o sistema da linguagem, logo, trata-se de uma condição irreduzível para a formação do texto enquanto um fenômeno. Aí, todavia, o sistema, enquanto o repetível e o reproduzível, trata-se um *meio material* para um fim outro. Refere-se à sua estrutura, sobre a qual se funda, contudo, o mais determinante para a sua formação como um enunciado: o sentido responsivo. Não podemos prescindir-nos da afirmação bakhtiniana, que se trata de uma remissão, de acordo com Américo (2012, p. 114-115), a uma noção apresentada em um texto, de 1964, de Lótman, cujo título é semelhante ao do Bakhtin: *O problema do texto* (AMÉRICO, 2012). Aí conseguimos mensurar, parcialmente, a influência do pensamento semiótico de Lótman sobre a reflexão bakhtiniana de caráter fenomenológico.

⁴³ De determinada maneira, parece-nos instaurar uma ampliação epistemológica muito substancial do conceito de Bakhtin, mas em cujo âmage se forma uma pequena inarticulação: as significações teóricas de oral e de escrito só se aplicam a um texto de forma verbal. A questão principal, porém, resvala-se na ultrapassagem do domínio verbal, em direção aos demais: visual, gestual, sonoro, plástico, etc., assim como das suas combinações presentes e reveladas de modo fenomenológico à intuição e à percepção – para mais, cf. o artigo de Brait (2013) e o de Paula e Luciano (2020). Trata-se de uma inarticulação, no entanto, não apresentada como uma incoerência lógica e epistemológica, uma vez que não se institui uma contradição entre as suas significações teóricas no interior da mais geral do conceito bakhtiniano. Logo, é-nos apenas superficial. A dissonância relativa, então, refere-se mais a uma falta de articulação epistemológica mais clara e mais determinada do que a uma suposta cisão. Por mais que Bakhtin tenha estendido o seu conceito de texto – de tal modo que o considerou como, ao final das suas colocações, um enunciado –, logo em seguida, no texto ao qual nos dedicamos, o filósofo russo nos fala: “nosso interesse estará voltado apenas a questão dos textos *verbais*, que são o dado primário das respectivas disciplinas humanísticas, primordialmente da linguística, da filologia, da investigação literária, etc.” (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p. 72).

sentido. Trata-se de uma noção remissiva, sobretudo, à filosofia de Cassirer, que nos lembra as questões referentes à unidade determinada pelas funções simbólicas⁴⁴.

Interessa-nos mais, no entanto, a referência de Bakhtin aos principais fenômenos das ciências humanas dos quais o texto, assim concebido de modo amplo, é a materialização: *pensamentos, vivências, palavras e textos*. Ou seja, o texto, nas humanidades, trata-se sempre *um texto sobre algo*, sem o qual não poderia se conceber e se manifestar a sua – no caso, do algo (cf. a nossa nota de número 37) – existência de modo único e unioorrente. Ao mesmo tempo, os *representados* – pensamentos, vivências, palavras e textos, que se tratam de representações já referentes a um dado fenômeno do mundo – não se concebem, nas ciências humanas, sem os textos, dada a sua interdependência para a instituição, portanto, da sua forma de manifestação⁴⁵. Eis o centro de constituição, portanto, da especificidade das ciências humanas: o pensamento manifesto no texto enquanto o objeto tético da consciência sempre se caracteriza como *do outro*. Aqui, evidencia-se um dos pontos mais necessários para a definição e para a especificação da significação teórica do conceito de Bakhtin, que se apresenta como uma ideia constitutiva e, em um sentido metafísico, totalizante: a *outridade do processo e do todo*. Tudo se concebe, no pensamento bakhtiniano, em relação à voz e, então, ao texto do outro. Trata-se de um pressuposto jamais descartado e olvidado, quando se trata da teoria bakhtiniana. E Bakhtin é-nos claro e direto com relação à sua ideia: “[...] estamos interessados na especificidade do pensamento das ciências humanas, voltado para pensamentos, sentidos e significados dos outros, etc., realizados e dados ao pesquisador apenas sob a forma de *texto*” (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p. 72, grifos do original). Logo, “todo texto tem um sujeito [...]” (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p. 72). Como consequência, todo texto só pode conceber-se no interior da cultura e da história, definindo-se enquanto uma produção significativa, historicamente, de um sujeito de igual modo, ambos no cerne da eventicidade histórica, assim como sob o fluxo das *cadeias dialógicas da comunicação discursiva*. Cabe-

⁴⁴ Quiçá, Lótman e Bakhtin encontrassem-se sobre a influência dialógica do filósofo alemão. Trata-se de uma outra questão de pesquisas futuras.

⁴⁵ Logicamente, tanto o pensamento quanto a vivência podem ser abordados sem o apoio de um texto exegetico ou hermenêutico – isto é, um *texto emoldurador* (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p.73). Mas o fato mesmo de submeterem-se à concepção, diretamente, da consciência através da linguagem, torna-se uma razão para que se institua a sua abordagem primária como um texto, uma vez que não se pode, nas mencionadas ciências – assim como na vida em geral –, prescindir-se da linguagem na concepção e na conscientização de um fenômeno – de acordo com a lógica exposta, o pensamento e a vivência sobre o mundo. No caso das palavras e dos textos – materializações de sentido e de valor de pensamentos e de vivências –, dá-se da mesma forma, mas com o acréscimo de o segundo texto poder ser de natureza muito diversa e adquirir funções variadas.

nos, agora, a continuação do aprofundamento da definição e da especificação das concepções epistemológicas e lógicas do conceito bakhtiniano de texto enquanto um fenômeno, mas em direção à nossa finalidade particular, o que nos levará à aceção de enunciado de Bakhtin, tal como ao seu princípio fundamental de correlacionamento.

1.2 Do texto como um enunciado: uma proposição de princípio

Sob a égide da nossa concepção da fenomenologia histórica de Bakhtin, o texto apareceu-nos como o fenômeno central e irradiador das ciências humanas, isto é, enquanto o *locus* de desenvolvimento de cada uma a partir das suas particularidades epistemológicas e metodológicas. Na concepção de Bakhtin, um texto, no entanto, define-se e especifica-se como uma unidade articulada e coerente de sentido valorado e valorativo de um sujeito histórico em relação de outridade, cuja significação se instaura não apenas através de uma materialidade verbal. Com o seu conceito de texto, Bakhtin permite-nos a ampliação da nossa ótica para além dos limites de uma ideia própria de uma tradição filológica. Contudo, o nosso interesse, aqui, destina-se aos textos verbais, pois se trata da forma do fenômeno central da nossa análise e da nossa atenção.

Se nos guiarmos pela argumentação de Bakhtin, esbarrar-nos-emos, no entanto, no seguinte ponto sintetizado nesta nossa proposição geral: *um texto, fenomenologicamente concebido, deve ser admitido como um enunciado*. Trata-se de uma afirmação fundamentada sobre um certo número de outras proposições de Bakhtin em *O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica* (2016a [1979/1959-1961]), nas quais se torna mais clara e firme a sua concepção de texto como enunciado⁴⁶. Daí, portanto, decorre-se uma série de consequências lógicas e de derivações epistemológicas para

⁴⁶ No referido texto, aparecem-nos um dado número de proposições como as seguintes: “a questão das fronteiras do texto. O texto como *enunciado*” (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p. 73, grifos do original); “Dois elementos que determinam o texto como enunciado: a sua ideia (intenção) e a realização dessa intenção” (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p. 73); “O texto como enunciado incluído na comunicação discursiva (na cadeia textológica) de dado campo. O texto como mônada original, que reflete todos os textos (no limite) de um campo de sentido. A concatenação de todos os sentidos (uma vez que se realizam nos enunciados)” (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p. 73-74); “[...] cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido [...]” (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p. 74). Não nos dedicaremos aos problemas relacionados ao mérito do conteúdo de sentido de cada proposição, bem como não nos preocuparemos com comentários analíticos, logo, referentes às suas significações teóricas mais profundas. Fato claro nos é, porém, que muitas das proposições se remetem às definidoras e às especificadoras do conceito de enunciado às quais nos dedicaremos dentro em breve, mas de modo sucinto.

a nossa posição metodológica e teórica em relação à atividade científica, nas ciências humanas, com o texto, sob a perspectiva da fenomenologia histórica de Bakhtin. Com a fundamentação da sua concepção, a definição do conceito do filósofo russo, porém, coloca-se como uma superação epistêmica da apresentada por uma aceção fundada na compreensão do fenômeno textual como uma redução aos seus aspectos repetíveis e reproduzíveis, isto é, linguísticos, em termos bakhtinianos. É a ultrapassagem do sistema da linguagem como meio material, em direção à sua unicorrência concreta enquanto um sentido dialógico no seio da história (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p. 74-75).

A primeira – quiçá, a mais importante em aspecto epistemológico e lógico para uma epistemologia das ciências humanas – refere-se à necessidade de consideração de qualquer texto, nas referidas ciências, instituir-se como, em maior ou em menor grau, um enunciado, mesmo como uma concepção de pano de fundo, o que se relaciona com as afirmações do filósofo russo sobre a necessidade de consideração da unidade textual, nas metodologias científicas das ciências humanas, sob a ordem do seu conceito de enunciado. Ao mesmo tempo, portanto, no qual nos deparamos com uma definição epistemológica do fenômeno do texto como um enunciado nas ciências humanas – ou seja, proposições afirmativas de juízos de constatação e de descrição de natureza fenomenológica do texto –, encontramos com a postura categórica de Bakhtin sobre a necessidade metodológica de admissão e de assunção da sua tese, quase como em uma espécie de metodologia derivada de uma análise fenomenológica da função e da vida do texto nas atividades científicas das ciências humanas⁴⁷.

Ao nosso entendimento, impõe-se a seguinte questão, no entanto: em cada ciência humana, lida-se, necessariamente, com o enunciado? Parece-nos se tratar de uma questão problemática se se fundamentar a nossa análise interpretativa, no fundo, na tese de Dilthey, para quem, como vimos, o centro de atenções e de convergências das ciências humanas (ciências do espírito) é a humanidade histórica e social em revelação através da vivência. Ou seja, o ser humano histórico e social, na sua concepção, torna-se o núcleo da redução de quaisquer juízos das ciências humanas, já que se trata do lugar único de constituição e de desenvolvimento da vivência – esta, por sua vez, tratada como o objeto imediato das análises e das descrições das ciências do espírito (DILTHEY, 2010 [1910]).

⁴⁷ Em outras palavras nossas, uma exigência derivada, que se sustenta na sua posição irreduzível e na sua afirmação categórica sobre a natureza do texto, enquanto um fenômeno, como um enunciado. Isto é, quando da sua proposta de superação do texto enquanto apenas uma unidade de materialização dos sistemas da linguagem, em direção à sua assunção como um enunciado concreto, dialógico e responsivo no interior dos campos da atividade humana.

Mas a questão problemática, de certa maneira, resolve-se no modo como os pontos teóricos de Bakhtin se desenvolvem, segundo a nossa compreensão. Como afirmáramos antes, a vivência⁴⁸, para Bakhtin, só pode, de maneira estável – analisável e compreensível, conseqüentemente –, constituir-se e definir-se em uma certa unidade de sentido – signo, enunciado, etc. –, dada, desde a sua origem, a sua natureza significativa, o que nos dá a compreensão segundo a qual não se pode estabelecer uma dissociação entre o humano e a linguagem, uma vez a segunda colocada, fundamentalmente, como a razão de representação e de constituição do primeiro. Da concepção de Bakhtin, o que se decorre, portanto, é uma consequência demasiado importante, correlata às ideias e às teses da sua filosofia: sempre se concebe o ser humano, nas ciências humanas, enquanto um ser histórico *enunciado* através da linguagem⁴⁹. É, claramente, uma ideia norteadora e sustentadora – dentre as inúmeras outras – de uma parte considerável do conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica da sua teoria, no que se refere, de maneira principal, à sua concepção de texto. E a ideia bakhtiniana justifica-se na seguinte proposição incontornável – ao mesmo tempo, sintetizadora da sua filosofia dialógica:

o texto nas ciências humanas. As ciências humanas são as ciências do homem em sua especificidade e não de uma coisa muda ou um fenômeno natural. O homem em sua especificidade humana sempre exprime a si mesmo (fala), isto é, cria texto (ainda que potencial). Onde o homem é estudado fora do texto e independente deste já não se trata de ciências humanas (mas de anatomia e fisiologia do homem, etc.) (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p. 77).

Sem nos prendermos à necessidade de consideração do mérito das concepções particulares de humano e de humanidade de Bakhtin, deparamo-nos com a sua ideia organizada e disposta de modo elucidativo o suficiente, epistemologicamente, para dar-nos as condições de fundamentação das nossas. A *categoricidade* imperativa e rigorosa da sua proposição não nos concede margem qualquer para desvencilharmo-nos da necessidade de admissão do ser

⁴⁸ A título de consideração, não levaremos em conta, por agora, o caráter cultural e sociológico do conceito de vivência para Bakhtin e para Volóchinov, por mais que se trate da linha de bifurcação das concepções dos russos em relação à do alemão. Enquanto, para os russos, constitui-se e define-se nas relações outritárias ou nas interações sociais, entre os sujeitos, em relação ao mundo histórico e, logo, de *fora* para *dentro*, a vivência, para o filósofo alemão de uma tradição idealista, não se coloca para além do horizonte individual. Eis, inclusive, a razão das censuras e das críticas de Volóchinov, como o marxista, a Dilthey, ao que nos dedicaremos, em partes, na segunda seção do terceiro capítulo da nossa monografia.

⁴⁹ É, em grande medida, o nó central da ideia de dialogismo. Cf. a nossa nota de número 37.

humano apenas através da linguagem, que se enuncia e é enunciado – assim como se trata de uma voz pela qual se enunciam os fenômenos do mundo, como no caso dos autores da nossa pesquisa –, por *outrém* e por si, através de atos discursivos. Portanto, ainda permanece o ser humano enquanto o fenômeno irreduzível e central das ciências humanas – tese da filosofia de Dilthey, como vimos –, apenas, porém, enquanto um *sujeito enunciator* de si, de *outrém* e do mundo. Somente pela linguagem, constitui-se e posiciona-se no acontecimento ou, mais rigorosamente, na coexistência da eventicidade histórica – assim como se torna tético um fenômeno mundano pelo ato da sua consciência –, o que se trata do delineamento do seu modo de ser no mundo. E, somente assim, é-nos dada a única forma, segundo Bakhtin, para consideramo-lo em sua condição humana, ou seja, enquanto um sujeito histórico na e pela linguagem, única maneira de constituição e de manifestação da sua vivência em sentido geral.

Por outro lado, não podemos nos esquecer de uma decorrência condicionada e contígua à ideia de Bakhtin, à qual nos referimos: todo texto, como um enunciado, marca-se como uma produção de um sujeito histórico, por tratar-se de um ato seu de enunciação. Assim como não nos é possível a concepção, nas ciências humanas, do ser humano como uma *criatura muda*⁵⁰, não nos é permitida, de igual modo, a admissão de um texto sem um sujeito, ou seja, como se não se tratasse de uma criação de um ato humano em relação a qualquer fenômeno em geral, instanciado no mundo histórico ao qual se volta a sua atitude de consciência, em maior ou em menor grau. Todo texto, como um enunciado nas ciências humanas, caracteriza-se pelo seu pertencimento, portanto, a uma voz humana, manifestando-se como uma criação dialógica em certas condições históricas. E, ao ser-nos dado, assim, o texto como o fenômeno primeiro e último das ciências humanas, afirma-se a assunção da presença, conseqüentemente, do ser humano como a realidade fenomênica em revelação através da linguagem, bem como o centro de convergências das disciplinas científicas das humanidades⁵¹. Portanto, tudo se refere, nas ciências humanas, à humanidade histórica e social, através dos seus modos de posicionamento

⁵⁰ Mesmo o seu *mutismo* (BAKHTIN, 2017a [1979/1970-1971], p. 23) trata-se de um ato de enunciação da sua consciência, pois se refere, no caso exposto pelo filósofo russo, de uma *escolha* dominada pela espontaneidade ativa e volitiva do seu ser, em uma dada unidade da coexistência. No fim, não pode dar-se como uma criatura de inteira mudez, devido ao fato da necessidade antropológica e ética da sua constante manifestação pela linguagem para a sua efetiva constituição.

⁵¹ A nossa tese pode revestir-se de inúmeros contornos, já que quaisquer produções simbólicas dos sujeitos se configuram como a manifestação da realidade humana. Assim, é-nos permitido a admissão do entendimento segundo o qual o que se relaciona ao sujeito histórico constitui-se como um fenômeno das atenções das ciências humanas, desde, por exemplo, as suas ideias e os seus pensamentos até os seus atos e as suas construções.

no mundo por meio da sua constituição e da sua manifestação pela linguagem – quando se enuncia, portanto, sob a égide da outridade constitutiva e reguladora. Como consequência, a discursivização teórica de um fenômeno, por parte de um autor como Saussure ou como Volóchinov, trata-se da enunciação de si mesmo, através da qual se emerge a sua posição de sentido e de valor em relação ao fenômeno e ao mundo, direta ou indiretamente⁵².

A segunda consequência epistemológica liga-se ao fato da nossa consideração da definição e da especificação do conceito de enunciado como a melhor apresentação epistemológica das configurações fenomenológicas do texto, o que se relaciona à associação, mostrada pela nossa análise interpretativa, realizada por Bakhtin em *O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica* (2016a [1979/1959-1961]). Em outras palavras, o texto, nas ciências humanas, concebe-se, segundo as nossas leituras das orientações bakhtinianas, como um enunciado. O fenômeno das ciências humanas, portanto, trata-se do enunciado concreto, enquanto uma criação de um sujeito em relação outritária com o *outro* em uma certa coexistência da eventicidade histórica. A sua definição e a sua especificação, logo, permitem-nos a consideração do conceito de enunciado como uma concepção teórica por meio da qual se apresenta a demarcação do texto em sua condição fenomênica, isto é, como um objeto revelado pela criação da atitude de consciência⁵³. Para as nossas considerações analíticas e interpretativas, as definições e as especificações do conceito de enunciado, logo, referem-se à delimitação das formas históricas de configuração fenomenológica do texto, ou seja, do seu modo de revelação histórica à consciência em sua condição, em sua realidade e em sua vida, a partir dos mais diversos usos da linguagem nos variados campos da atividade humana. Portanto, o texto, enquanto um fenômeno passível de apresentação, de concepção e de determinação, é, para a nossa pesquisa, um enunciado.

Na definição e na especificação pelas quais se formam as significações teóricas do seu conceito de texto, Bakhtin indica-nos a necessidade metodológica, também, da sua

⁵² O mundo sempre em sentido de eventicidade histórica. Trata-se de uma mundanidade constituída, sobretudo, pelos atos e pelas presenças do ser humano, em suas mais diversas formas de relação social. Por conseguinte, o modo como cada um se refere, através da sua construção teórica, a um dado fenômeno revela-nos a sua condição em uma configuração histórica e social, através da sua assunção espontânea e volitiva de determinados sentidos e de dados valores, dos quais se revestem as suas concepções, o que se torna, também, um indício concreto da sua constituição ética dentro de um certo campo da atividade humana.

⁵³ Em outras palavras nossas, o texto, à luz de uma fenomenologia histórica, mostra-se como um enunciado, cujas características se referem – às quais nos remeteremos logo mais – à instituição da definição das estruturas fenomenológicas do texto.

consideração como um enunciado. Desde a apresentação dos primeiros componentes definidores e especificadores, apresentados pela nossa comutação da sua proposição, do seu referido conceito⁵⁴, já nos orientava em direção à sua argumentação, assim como aos seus objetivos teóricos mais imediatos. O principal encontra-se materializado na ideia de unidade de sentido, que se correlaciona, de modo equivalente, à proposição referente ao conjunto coerente de signos, em uma referência de Bakhtin à indubitável necessidade de fundamentação de um texto, enquanto um enunciado, sobre um dado sistema da linguagem. A partir daí, portanto, torna-se necessária à nossa consideração das mais elementares e fundamentais significações teóricas por meio das quais se define e se especifica o conceito de enunciado de Bakhtin, com o escopo precípuo de aprofundamento maior do nosso entendimento fenomenológico da concepção dialógica do texto como um enunciado, em admissão, desde já, das suas significações teóricas como as remissões a uma determinação epistemológica de um fenômeno – no caso, do texto.

Portanto, aplicam-se ao texto as significações teóricas pelas quais se define e se especifica o conceito de enunciado⁵⁵. Em primeiro, a *processualidade* da qual se reveste, que se resvala na sua *conclusibilidade relativa* (BAKHTIN, 2016b, [1979/1952-1953]), mas nos lança para o *inacabamento de sentido* pelo qual se caracteriza qualquer texto como um enunciado. Como nos orienta Villarta-Neder (2018), o conceito, em russo, apresenta-se sob a forma *высказывание* (*vyskazyvanie*). Segundo as suas palavras,

para os autores do Círculo de Bakhtin, a noção de *vyskazyvânie* (*высказывание*) implica processo. Em russo há dois verbos para ‘falar’: *gavarit* (*говорить*) (perfectivo = ação ou evento definido = falar uma língua) e *skazat* (*сказать*) (imperfectivo = falar em geral). Daí o verbo expressar-se é *vyskazat* (*высказать*), algo como *dizer para fora, para o outro*, já que *вы* é um prefixo verbal que aponta para a exterioridade. Há a variante *vyskazyvat* (*высказывать*), forma verbal que se mantém imperfectiva, evidenciando, ainda, a noção de ‘processo’. Foi a partir desse verbo que o Círculo de Bakhtin criou o substantivo *vyskazyvânie* (*высказывание*), que foi traduzido por *enunciado*, mas que poderia ser entendido por algo como *processo de enunciar*” (VILLARTA-NEDER, 2018, p. 1-2).

⁵⁴ Quando nos oferece, principalmente, uma concepção não apenas reduzida à materialidade verbal. Já aí Bakhtin deu-nos o primeiro passo para chegarmos à conclusão da sua argumentação final.

⁵⁵ Remeter-nos-emos, porém, apenas às definições fundamentais para o embasamento os objetivos principais do nosso trabalho. Muitas se encontrarão de fora, portanto, por uma necessidade de delimitação.

Das considerações de Villarta-Neder, destaca-se um certo número de proposições componentes e determinantes para a nossa delimitação inicial da definição e da especificação da significação teórica do conceito de enunciado de Bakhtin. A primeira se refere, como afirmamos, à processualidade pela qual se define o mencionado conceito, uma vez que se determina o fenômeno da linguagem por um caráter dinâmico e movente, o que se submete à ideia totalizante de dialogismo. Na formação intrínseca do conceito, reflete-se a *compreensão fenomenológica* do filósofo russo sobre a linguagem. Para a delimitação teórica da sua *dinamicidade*, tornou-se necessária a constituição, logo, de um conceito complexo, que se marca, desde a sua estrutura conceitual e formal, pela imprescindibilidade da colocação, na sua formação, do processo da *comunicação discursiva*, cuja definição e cuja especificação se apresentam como um modo fenomenológico de compreensão da linguagem enquanto um fenômeno movente e mutável do mundo histórico em *devir* – isto é, do mundo histórico enquanto uma eventicidade (BAKHTIN, 1993 [1986/1919-1921]). Além do mais, remete-se à *relativa plenitude acabada* (BAKHTIN, 2016b, [1979/1952-1953]) de um enunciado, para cuja formação de sentido se faz necessário o *outro*. Ao mesmo tempo em que se trata de uma compreensão fenomenológica da vida dialógica de um texto, a significação teórica de Bakhtin põe-nos sobre um outro plano metodológico, já que não nos permite, uma vez colocado como um enunciado, a admissão da constituição acabada de um texto, muito menos do seu sentido como uma significação dada e imanente. Além do mais, parece-nos se referir à ênfase da sua aceção enquanto uma construção ininterrupta, somente possível no universo das relações entre os sujeitos, *locus* de emergência dos seus sentidos valorativos.

Indo além, uma outra significação teórica é-nos imprescindível para o nosso entendimento do texto como um enunciado, pois se trata da enunciação da realidade da linguagem para Bakhtin. Trata-se de uma proposição geral, que se encontra em *Os gêneros do discurso* (2016b [1979/1952-1953]), de Bakhtin, segundo a qual o enunciado se define como a “[...] *real unidade* da comunicação discursiva [...]” (BAKHTIN, 2016 [1979], p. 28, grifo do autor)⁵⁶, o que se coloca em resposta fundamental às nossas afirmações precedentes. Trata-se

⁵⁶ Em um de seus ensaios do ano de 1930, Volóchinov se refere ao enunciado de uma maneira aproximada, com uma menção, inclusive, às palavras “unidade” e “real”. A sua proposição se coloca do seguinte modo: “é esse esquema que servirá para nós de princípio orientador no estudo daquela unidade real que chamamos de *enunciado*” (VOLÓCHINOV, 2019b [1930], p. 268, grifo do autor). Supomos se tratar, em certo grau, de uma noção recorrente, cuja referência se manifesta, também, em outros momentos ao longo das obras tanto de Bakhtin quanto de Volóchinov, estenografa sob outras formas. Logo, a ideia de real unidade ou de unidade real se torna incontornável para a nossa definição e a nossa especificação do conceito de enunciado.

de uma proposição complexa, para cuja formação se articulam um certo número de conceitos e de ideias. Tal como se apresenta, inscreve-se no interior de um movimento de conceitualização – com uma forte marca fenomenológica –, cujo estabelecimento se propõe como um meio conceitual de análise, de concepção e de explicação da linguagem enquanto uma concretude, por meio da qual o discurso – o científico das ciências humanas, portanto – se torna possível. As suas particularidades, logo, impõem-se à nossa definição.

O texto, portanto, não se concebe, em nossa teorização, como uma unidade acabada, cujos sentidos se comunicam e se transferem a *outrem*. Ao contrário, define-se e especifica-se, enquanto uma unidade de sentido, como uma *cocriação dialógica*⁵⁷ entre os sujeitos na coexistência da eventicidade histórica, que se situa no interior de um entrecruzamento histórico de organizações sociais. Trata-se da única condição para a sua efetiva realização histórica no fluxo da cadeia – *textológica* (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961]) – de comunicação discursiva. No caso de nossa pesquisa, as obras de Saussure e de Volóchinov das quais nos utilizamos colocam-se como artigos abertos e processuais de sentido – em relação aos quais a nossa pesquisa se coloca como uma atitude responsiva –, cuja existência se estabelece sobre um fluxo responsivo de comunicação discursiva – no qual nos inserimos, aliás.

No conjunto sistemático da filosofia bakhtiniana, a ideia de *comunicação discursiva* se torna necessária, dada a sua presença determinante, enquanto um componente do conjunto sistemático para a constituição e para a colocação da proposição apresentada por Bakhtin. Tendo como base a nossa compreensão da configuração geral da teoria dialógica do filósofo russo – em sua continuidade teórica, com um destaque maior para a sua coesão ao longo do percurso de Bakhtin –, a parte referida da proposição define-se como uma delimitação conceitual e ideal de um *ato*, através da linguagem, de relação outritária entre um *eu* e um *outro*, através do qual se fundam as suas respectivas constituições enquanto sujeitos na eventicidade histórica do mundo (BAKHTIN, 1993 [1986/1919-1921]). A ideia de *comunicação* se apresenta como definidora do ato de linguagem de *enunciar* (e *enunciar-se*) para um *outro*. Com a de *discursivo*, dá-se uma ênfase na linguagem *concreta em uso histórico*. Trata-se de uma orientação apresentada na primeira página de *Os gêneros do discurso* (2016b [1979/1952-1953]), na qual se coloca a seguinte proposição nas palavras de Bakhtin: “*a língua efetua-se em*

⁵⁷ Segundo o filósofo russo, “a criação poderosa e profunda é, em muitos aspectos, inconsciente e polissêmica. Na interpretação ela é completada pela consciência e descobre-se a diversidade dos seus sentidos. Assim, a interpretação completa o texto: ela é ativa e criadora. A interpretação criadora continua a criação, multiplica a riqueza artística da humanidade. *A cocriação dos intérpretes*” (BAKHTIN, 2017a [1979/1970/1971], p. 35-36, grifos nossos)

*forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (BAKHTIN, 2016b [1979/1952-1953], p. 11, grifo nosso)*⁵⁸.

Assim se definindo e se especificando, o texto, nas ciências humanas, manifesta-se como uma das unidades reais de sentido da comunicação do discurso científico das humanidades, o que se encontra ligado à nossa concepção fenomenológica da questão proposta pela nossa reflexão. Trata-se de uma significação teórica de enorme importância para a nossa pesquisa. Como nos dedicaremos a evidenciar, grande parte dos modos de compreensão teórica dos fenômenos por parte de Saussure e de Volóchinov encontra-se refletida e refratada nos seus enunciados teóricos, o que se coloca como um vetor demasiado importante para a delimitação de nossa atitude ética, metodológica e teórica de consciência em relação a cada um. Logo, tornam-se os seus enunciados, para a nossa compreensão, uma *mônada* (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p. 73-74), em cuja constituição se articulam os reflexos e as refrações da eventicidade histórica, da compreensão dos fenômenos e dos demais enunciados aos quais se liga de modo dialógico. É, assim, que cada texto da nossa pesquisa se coloca como um enunciado entre outros – formado por vozes discursivas –, que se insere, de modo inelutável, no fluxo movente das cadeias dialógicas de comunicação discursiva, em um movimento retrospectivo e prospectivo.

No campo das considerações da reflexão de Bakhtin, o enunciado, dentre outras especificidades, caracteriza-se por uma proposição bastante elementar, que se refere aos seus *limites* na comunicação discursiva, o que se estabelece pela “*alternância dos sujeitos do discurso*” (BAKHTIN, 2016b [1979/1952-1953], p. 29), cujas formas se desenvolvem de diferentes modos a partir das *bases infraestruturais* da sociedade na qual se dá a sua formação, dos campos da atividade humana (científico, literário, religioso, escolar, etc.) no interior dos quais se constitui, dos temas dos quais é a concretização e dos sujeitos envolvidos na comunicação discursiva na qual se produz. Seja uma réplica de uma conversa, seja um tratado de filosofia, o enunciado, para além da sua extensão contenedora, torna-se uma realidade de sentido ao se inserir no diálogo entre um *eu* e um *outro* na eventicidade histórica, cada qual se

⁵⁸ No trecho citado, Bakhtin se refere ao enunciado como a efetuação da língua. Anteriormente, a nossa menção do conceito se deu em relação à linguagem. A distinção entre ambas não nos cabe agora e aqui, já que se colocaria para além dos nossos objetivos principais. Além do mais, não nos seria relevante, uma vez que o enunciado se apresenta, independentemente, como, segundo a perspectiva bakhtiniana, a unidade real da língua e, conseqüentemente, da linguagem.

marcando como presenças, históricas e únicas, atravessadas por conflitos⁵⁹. É o que se denomina através do conceito contíguo e fundamental de *responsividade*. O sujeito histórico de constituição outritária, então, coloca-se como o cerne ativo de formação do enunciado, relevando-se, em outras palavras, como a máxima condição de possibilidade de engendramento da unidade enunciativa, o que se coaduna com a nossa anterior afirmação sobre a inelutável necessidade do lugar dos sujeitos para a consideração da linguagem a partir da teoria dialógica de Bakhtin. E, como nos confirma a seguinte proposição de Bakhtin (2016b [1979/1952-1953], p. 29), o enunciado

tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados responsivos de outros (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão). O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva.

Parece-nos mais clara ainda a ideia da responsividade enquanto um conceito pelo qual se marca a definição e a especificação do texto como um enunciado⁶⁰, quando nos debruçamos sobre os *movimentos retrospectivos e prospectivos de respostas* entre dois autores como Saussure e Volóchinov, o que se tornará evidente durante as nossas análises subseqüentes. Ao se inserir em uma dada série relacional da cadeia dialógica de comunicação discursiva, o texto se apresenta, para o nosso entendimento, como uma unidade real e responsiva, cujo sentido e cuja vida se constituem e se desenvolvem na relação contínua de resposta entre os sujeitos. Trata-se de um conceito determinante para a fundação de uma significação teórica, portanto, muito relevante à nossa pesquisa, dado o alto grau de dialogismo e de responsividade pelo qual se marcam as críticas volochinovianas à teoria enunciada em *CLG*, o que nos parece, concomitantemente, tratar-se da condição reveladora do *dialogismo arquitetônico*⁶¹ e do

⁵⁹ A ideia de *conflito* encontra-se presente na reflexão teórica de Bakhtin, para quem o conflito se apresenta como constitutivo da atividade dialógica de comunicação discursiva, desde a formação, por exemplo, da *palavra* (2017a [1970-1971], p. 38)]. Para o filósofo russo, o conflito e a tensão se dão por serem constitutivos das formas da cultura – aqui, a luz da filosofia de Cassirer se mostra bastante evidente.

⁶⁰ Uma proposição sintetizadora de Bakhtin (2016a [1979/1959-1961], p. 76, grifos do original): “o acontecimento da vida do texto, isto é, a sua verdadeira essência, sempre se desenvolve *na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos*”.

⁶¹ Em termos bakhtinianos, Sobral (2010) nos mostra uma necessária diferença na abordagem da ideia de dialogismo de Bakhtin: uma da *ordem do arquitetônico* e outra da *ordem do composicional* (SOBRAL, 2010, p. 67). Segundo as suas palavras, “o dialogismo se faz presente de três maneiras distintas: (1) como princípio geral do agir e mesmo do ser: só se age/se é em relação de contraste com respeito a outros atos de outros sujeitos/a outros sujeitos. Logo, o vir-a-ser do indivíduo e do sentido

composicional de forte intensidade, do qual se reveste a formação do *plano sistemático* da teoria de cada um no interior de um conjunto complexo e conflitante de tradições, o que nos indica a sua profunda responsividade constitutiva e reguladora.

É, portanto, uma significação teórica através da qual se emerge, agora, um princípio demasiado basilar para a nossa atividade metodológica⁶². Conjuntamente, o texto, definindo-se como enunciado, pelo dialogismo constitutivo da sua formação geral, caracteriza-se como pertencente à história, mas apenas através do seu movimento retrospectivo e prospectivo na cadeia enunciativa e, portanto, na eventicidade histórica. Tudo se coloca como um fator determinante do processo de emergência das formas específicas da sua responsividade. E é aqui, por fim, que se torna importante a ideia de *atividade interpretativa* – conceito ao qual nos dedicaremos a seguir – do sujeito, contrapartida constitutiva da autoria, que se apresenta como uma condição de possibilidade e de princípio para a instauração do sentido do texto como um enunciado no circuito outritário de cocriação dialógica do texto.

A partir das nossas análises epistemológicas dos conceitos, das ideias e das proposições referentes ao de enunciado, compreendemo-lo como uma forma de compreensão conceitual da linguagem em sua dinamicidade histórica, na consideração da presença dos sujeitos em condições sociais, mas, sobretudo, enquanto o delineamento das configurações fenomenológicas do texto como o fenômeno por excelência das ciências humanas. Como uma unidade responsiva, é, por fim, uma parte integrante de um todo histórico, que se caracteriza, portanto, por uma profunda arquitetura dialógica, já que se entrecruzam e se confrontam, em seu interior, distintas vozes para a instituição da sua organização arquitetônica. Exteriormente, remete-se a outros enunciados, cujas marcas se reverberam, porém, na sua constitutividade. Por mais, logo, que se defina como uma unidade indissolúvel e irreduzível, não se trata de uma de absoluta independência, uma vez que se determina por um dialogismo arquitetônico e, conseqüentemente, por uma condição produtiva. Logicamente, as nossas delimitações do conceito de enunciado enquanto a definição epistêmica do texto enquanto um fenômeno restringiu-se às suas significações teóricas mais imediatas e necessárias ao esboço do fundo

está fundado na diferença, no confronto eu-tu; (2) como princípio de produção de enunciados/discursos, que advém de ‘diálogos’ retrospectivos e prospectivos com outros enunciados/discursos; e (3) como forma específica de composição de enunciados/discursos, opondo-se nesse caso à forma de composição monólogo, embora nenhum enunciado/discurso seja constitutivamente monológico nos outros dois sentidos” (SOBRAL, 2010, p. 67-68). A nossa referência ao dialogismo arquitetônico se funda sobretudo nos dois primeiros sentidos apontados por Sobral.

⁶² Isto é, apresenta-se como um conceito metodológico, tal como nos propomos a definir no preâmbulo desta seção. De outra forma, é um princípio articulado.

teórico sobre o qual se sustentarão as nossas análises. Portanto, um esgotamento nunca se tratou de uma das nossas intenções. Assim, definido e especificado o texto como um enunciado, cabe-nos uma explicação das derivações metodológicas da nossa posição teórica para a formação da nossa pesquisa epistemológica e historiográfica.

1.3 A instituição de uma hermenêutica dialógica pelo correlacionamento

As obras das quais nos utilizamos de Saussure e de Volóchinov – assim como, quando necessários, de inúmeros outros autores – definem-se como enunciados – teóricos, mais especificamente. Consequentemente, compreendemo-las segundo as nossas especificações teóricas anteriores. É o modo por meio do qual nos dedicaremos a entendê-las, no que se refere, sobretudo, às críticas responsivas do filósofo russo ao linguista genebrino, quando nos dedicamos, portanto, ao entendimento da obra de Volóchinov como um *enunciado emoldurador e responsivo* ao de Saussure⁶³. Ao lado da nossa compreensão epistemológica definidora do nosso posicionamento teórico e ético, instaura-se uma necessidade metodológica de primeira ordem: segundo o nosso entendimento, a *comparação*, útil para o estabelecimento de certos nós imediatos de dadas formas de relação, não nos é suficiente, dada a série constituída através do seu procedimento, na maioria das vezes, como de natureza mecânica⁶⁴, o que nos parece se colocar como um comprometimento de determinadas formas de nossa compreensão do fenômeno. Os elos, no entanto, aos quais se dedicará a buscar a nossa análise trata-se da ordem do arquitetônico, de um histórico enraizamento intrínseco de sentido responsivo entre o enunciado teórico de Volóchinov em relação ao de Saussure.

⁶³ Como consequência, a nossa monografia trata-se de um enunciado emoldurador de ambos, assim como da relação responsiva entre Volóchinov e Saussure. Por extensão, a nossa compreensão assenta-se sobre a definição do pensamento humanístico como um “[...] estenograma de um diálogo de tipo especial: a complexa inter-relação do *texto* (objeto de estudo e reflexão) e do *contexto* emoldurador a ser criado (que interroga, faz objeções, etc.), no qual se realiza o pensamento cognoscente e valorativo do cientista. É o encontro de dois textos – do texto pronto e do texto a ser criado, que reage; consequentemente, o encontro de dois sujeitos, de dois autores” (BAKHTIN, 2016a [1979/1959-1961], p. 76). Basicamente, dá-se, aqui, o encontro de três textos como enunciados, assim como de três sujeitos: Saussure, Volóchinov e nós. Daí decorre-se a nossa referência a outros enunciados e a outros sujeitos, que se inserem aí como vozes responsivas muito necessárias.

⁶⁴ Quiçá trata-se de um resquício epistemológico do positivismo, o que nos motiva ainda mais a sustentar a nossa posição contrária.

Para fazê-lo, fundamentamo-nos, com o intuito de criação de um escape das formas objetivistas e positivistas de comparação, no princípio de *correlacionamento*⁶⁵ de Bakhtin (2017 [1979]), que se articula, de modo, por um lado, correlacional e equipolente⁶⁶ e, por outro, condicionado e derivado, ao conceito de enunciado – de modo particular, na acepção por meio da qual se constitui e se regula o movimento responsivo do sentido. Primeiramente, por referir-se a uma descrição interpretativa do modo de existência de um texto como um enunciado. Ou seja, por tratar-se de uma explicação – portanto, de uma elaboração epistemológica – da sua condição fenomenológica, que se relaciona, de maneira íntima, à ideia definidora e especificadora, sob o auspício da ideia de dialogismo, do movimento responsivo do sentido – o que nos fornece uma determinada concepção de história pela qual se regula a nossa pesquisa historiográfica. Secundariamente, por assegurar-nos uma série de derivações ética na fundamentação da nossa metodologia, já que se funda sobre a nossa atividade interpretativa e avaliativa, pela qual se garante, enquanto uma marca concreta de nossa pesquisa como o nosso *ato responsável* (BAKHTIN, 1993 [1986/1919-1921]), a instauração inelutável da nossa responsabilidade com relação às produções e às conclusões do nosso trabalho. É, portanto, um procedimento metodológico de sustentação da nossa análise interpretativa, que se organiza e se sustenta sobre o nosso ato de interpretação, isto é, refere-se a uma metodologia de *caráter hermenêutico*, que se deriva, em muitos sentidos, da nossa concepção fenomenológica do texto como um enunciado.

O princípio de correlacionamento forma-se no âmago das discussões e das reflexões de Bakhtin sobre o problema do método nas ciências humanas, dentro de um quadro de preocupações epistemológicas e metodológicas referentes ao conhecimento do objeto cognoscível e do sujeito cognoscente, segundo a configuração particular dos princípios de cientificidade geral de cada ciência, de maneira a se estabelecer um modo de análise e de compreensão de ambos através do qual se possam reconhecer tanto os seus aspectos universais quanto os seus unioorrentes, em dada organização social no curso da eventicidade histórica, sob a ordem do diálogo ininterrupto no *grande tempo* (BAKHTIN, 2017b [1979/1941*1974]). Liga-se, assim, à nossa discussão anterior sobre o texto enquanto o fenômeno por excelência

⁶⁵ Geraldi (2012) utiliza-se da palavra *cotejo* ou *cotejamento* para se referir ao princípio de correlacionamento de Bakhtin. Logo mais, atentar-nos-emos para parte das suas considerações, já sob o entendimento do seu uso da referida palavra como uma menção ao mesmo conceito do qual nos utilizamos.

⁶⁶ Com igual valor no interior do conjunto sistemático da teoria de Bakhtin.

das ciências humanas, levando-nos ao seguinte posicionamento: a atitude de consciência da atividade científica com o enunciado trata-se de um *ato hermenêutico*, que se fundamenta sobre o nosso ativismo responsivo e volitivo enquanto a marca concreta da nossa espontaneidade. A definição fenomenológica do texto como um enunciado, logo, leva-nos a uma *hermenêutica dialógica*, através do princípio de correlacionamento, graças à qual se torna a nossa interpretação o principal caminho da nossa compreensão e da nossa correlação das relações responsivas de Volóchinov a Saussure – em suas inserções na história do pensamento –, assim como da constituição arquitetônica e dialógica do plano sistemático das suas teorias.

À parte os apontamentos de Bakhtin sobre a epistemologia geral⁶⁷, a definição e a especificação de correlacionamento institui-se como um princípio fundamental⁶⁸ no conjunto sistemático da sua teoria, a partir do qual quaisquer formas interpretativas⁶⁹ de análise de textos – seja qual for a sua natureza – se estabelece e se organiza. Trata-se de um primeiro sentido – derivado de uma certa significação teórica –, com um caráter mais de uma analítica e interpretativa descrição fenomenológica acerca da condição fenomênica das multiformes atividades textuais – dentro das ciências humanas, de maneira mais precisa. Um segundo, no entanto, acaba se impondo ao nosso entendimento: sem deixar de se apresentar como uma descrição fenomenológica da condição de princípio de um fenômeno, institui-se como um

⁶⁷ Epistemologia enquanto um campo de reflexão da filosofia, no qual se propõe a discussão das condições de possibilidade e de pertinência de um saber como científico, dentro de um certo campo da atividade humana, além de uma busca analítica da natureza e da articulação do conhecimento.

⁶⁸ Epistemologicamente, um princípio fundamental de uma forma dialógica de um procedimento metodológico, cuja definição e cujo especificação se estabelecem e se regulam por meio das suas funções epistemológicas e metodológicas a partir das relações entre os componentes do conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica do quadro teórico do dialogismo bakhtiniano, assim como no exercício do seu uso para circunscrição analítica e interpretativa de um certo fenômeno. Enquanto um princípio da teoria geral de Bakhtin, define-se como condicionado e derivado da ideia de dialogismo e, em certo grau, do conceito de enunciado – o segundo como um condicionado da primeira, mas colocado como fundamental enquanto a determinação conceitual do fenômeno sobre o qual se sustenta a definição de dialogismo (ou seja, uma interpretativa descrição fenomenológica do fenômeno materializador da ideia de dialogismo como o seu fundamento necessário, já que se trata da sua condição de possibilidade), o que nos indica uma recíproca relação (respectivamente, de condicionamento e de descrição) entre ambos, apesar da primazia da primeira como a ideia totalizante sobre a natureza fundamental da relação entre os fenômenos representados pelo segundo. É um princípio, portanto, por se colocar como uma parte estrutural da arquitetura epistemológica da definição de uma atividade metodológica. Ao mesmo tempo, define-se como fundamental por ser necessário (a necessidade é uma característica da fundamentalidade) à concepção e à realização da referida metodologia. Mas, na organização sistemática da teoria de Bakhtin, apresenta-se como condicionado. E, reciprocamente, determina-se como uma definição fenomenológica de uma atitude interpretativa, em uma atividade metodológica, diante do dialogismo arquitetônico das relações entre os enunciados.

⁶⁹ No sentido bakhtiniano de interpretação avaliativa (BAKHTIN, 2017a [1979/1970-1971], p. 36).

princípio fundamental de um procedimento metodológico para o estabelecimento e para a ancoragem de uma atitude dialógica de trabalho hermenêutico com o texto. Ambos os sentidos, contudo, interpenetram-se nas afirmações de Bakhtin, o que nos evidencia a sua inseparabilidade teórica.

Quando nos propomos à observação adequada do princípio de correlacionamento, aparece-nos uma questão de igual maneira essencial, que se expressa pela nossa estenografia da seguinte proposição: *o texto se coloca para além dos seus limites internos*. Institui-se como um enunciado, portanto, cuja constituição se forma, principalmente, como um reflexo e uma refração dos períodos históricos, nos quais se situam a sua formação, a sua circulação e a sua recepção, através do modo de definição e de especificação, no caso da nossa pesquisa, dos fenômenos de análise, por parte dos teóricos em questão, nos seus enunciados, o que nos é um indicativo do seu posicionamento ético em relação à sua construção do conhecimento. Para cada enunciado, tem-se um horizonte geral no qual se associa a outros coexistentes, retrospectivos e prospectivos em um diálogo firme, tenso e conflituoso, sempre se referindo, de maneira direta ou indireta, ao mundo histórico no interior do qual se forma – enquanto uma compreensão responsiva da eventicidade histórica. O delineamento, logo, das relações associativas e dialógicas entre os enunciados em uma dada série da cadeia enunciativa trata-se de um dos procedimentos primários do princípio fundamental de correlacionamento, através do qual se esboça, aliás, uma parte considerável dos horizontes nos quais se localizam e aos quais se remetem. Ao princípio de correlacionamento, associa-se o conceito de enunciado, do qual se deriva o primeiro enquanto um procedimento condicionado e fundamentado, também, no conceito – correlacional e condicionado, mas, sobretudo, contíguo e fundamental ao de enunciado – de responsividade. Da definição e da especificação da categoria conceitual de enunciado responsivo, desdobra-se o princípio de correlacionamento, portanto.

Porém, Bakhtin (2017b [1979/1941*1974], p. 67), com uma ênfase peremptória, alerta-nos para o caráter interpretativo do correlacionamento⁷⁰ e, conseqüentemente, o correlacional

⁷⁰ O caráter interpretativo trata-se de uma das significações teóricas da definição do princípio de correlacionamento. Logo, todo ato correlativo, enquanto fundamentado no referido princípio, coloca-se como uma forma de interpretação, que se relaciona, por sua vez, ao conceito de avaliação – portanto, configura-se, também, como uma avaliação. Daí, por conseguinte, deriva-se a face interpretativa e avaliativa do nosso procedimento metodológico de análise, segundo o princípio de correlacionamento. O correlacionamento é, logo, uma interpretação avaliativa, revelando-se como a determinação de um caminho hermenêutico. Reversivelmente, institui-se uma forma de ato interpretativo de caráter correlacional, o que se liga ao sentido do correlacionamento como uma analítica e interpretativa descrição fenomenológica das relações entre os enunciados submetidos à atividade interpretativa. O ato de correlacionamento é, por definição, hermenêutico.

da interpretação, em um dado grau: “a interpretação como correlacionamento com outros textos e reapreciação em um novo contexto (no meu, no atual, no futuro)” (BAKHTIN, 2017b [1979/1941*1974], p. 67). Sustentando-se sobre a mencionada proposição de Bakhtin, o correlacionamento trata-se de um procedimento, portanto, relacionado à atividade interpretativa como um processo avaliativo de compreensão do *sujeito interpretante*⁷¹, com uma certa constituição única e uniocorrente enquanto uma concretude histórica e social, o que se relaciona com a inevitável *perspectivação* – dada a unicidade e a uniocorrência do lugar arquitetônico do sujeito interpretante no interior de uma delimitada e específica configuração cultural e social (no interior da qual se formam as classes sociais) em dado momento da organização da sociedade no curso da eventicidade histórica – do processo analítico por meio de uma metodologia correlacional, isto é, fundamentada sobre o princípio de correlacionamento.

O correlacionamento, então, não se trata de uma atividade de aproximação causal e mecânica⁷² entre unidades textuais para uma finalidade apenas comparativa, o que nos parece ser muito bem posto, até agora, nas proposições definidoras e especificadoras de Bakhtin. Ao contrário, apresenta-se como o princípio fundamental de um procedimento de análise⁷³ enquanto uma interpretação avaliativa⁷⁴ – o que se realiza pelo sujeito, agora, *correlacionante*

⁷¹ Não se refere a um conceito em particular da teoria dialógica de Bakhtin. Apenas se trata de um modo de uma maior especificação epistemológica do sujeito do ato interpretativo. De modo geral, acaba por se determinar, contudo, como um conceito para a definição de uma certa posição do sujeito na atividade interpretativa de análise e de compreensão através do correlacionamento. É o sujeito, assim, do ato hermenêutico, a posição assumida pela nossa análise.

⁷² Como já nos orienta Bakhtin (2011 [1919], p. XXXIII) em *Arte e responsabilidade*: “chama-se *mecânico* ao todo se alguns de seus elementos estão unificados apenas no espaço e no tempo por uma relação externa e não penetra a unidade interna do sentido. As partes desse todo, ainda que estejam lado a lado e se toquem, em si mesmas são estranhas umas às outras”.

⁷³ Uma análise como um modo de estabelecimento dos fundamentos, das formações e das relações dos diversos componentes do plano significativo, do epistemológico e do metodológico, cujos desdobramentos se lançam para além de uma atividade analítica da sistematicidade interna de uma obra, para um delineamento, assim, das responsabilidades, nos horizontes gerais em um dado momento da eventicidade histórica, entre as ideias e, logo, entre as tradições. A *analiticidade* se impõe, conseqüentemente, como mais uma das significações teóricas da definição epistemológica do princípio de correlacionamento.

⁷⁴ Como se estabelecerá em nossas subsequentes definições, o princípio de correlacionamento, enquanto uma atitude analítica, avaliativa e responsiva de uma atividade hermenêutica, coloca-se como o fundamento imprescindível para a formação de um mapeamento historiográfico e de uma análise epistemológica. Uma historiografia para além de uma delimitação de uma temporalidade linear, já que se fundamenta o correlacionamento no conceito de enunciado como uma unidade dialógica de sentido, cujo engendramento e cujo desenvolvimento se instauram na eventicidade histórica dialeticamente, regulando-se pela lógica do dialogismo. Conseqüentemente, uma historiografia fundamentada sobre o princípio de correlacionamento deve submeter-se a uma *compreensão inacabada e movente* da temporalidade. Já no plano epistemológico, o princípio de correlacionamento mostra-nos a dimensão

e interpretante – das *relações dialógicas*, das *condições arquitetônicas* e dos conjuntos sistemáticos na constituição externa e interna da vida de cada texto teórico – como no caso da nossa pesquisa atual – enquanto um enunciado concreto. Funda-se em uma busca, a partir de uma análise das configurações, das disposições e das organizações, no plano mais específico, da sistematicidade da sua arquitetura epistemológica e metodológica e, no plano mais geral, da *arquitetonicidade* da sua constituição histórica e valorativa, das referências e dos indicativos – como as formas, os temas, as composições, as organizações e as proposições, com referências claras ou obscuras aos conceitos, às categorias, aos princípios e às ideias – dos constituintes do *conjunto sistemático* e, conseqüentemente, da *unidade arquitetônica*, a partir dos quais se firmam as interações responsivas entre os enunciados⁷⁵. De outro modo, é um meio de compreensão do modo como se estabelecem, sobretudo, as responsabilidades tensas – retomadas, anuências, concordâncias, discordâncias, etc. –, no plano arquitetônico e no sistemático, entre os enunciados teóricos, o que se realiza a partir de e se sustenta sobre uma interpretação avaliativa de certas ausências ou presenças de indícios concretos e referenciais de uma relação responsiva, sempre em uma procura ininterrupta pela idiosincrasia e pela irrepetibilidade dos sentidos responsivos através de uma ativa compreensão fundada sobre o princípio de correlacionamento.

O nosso entendimento da configuração do correlacionamento, portanto, constitui-se a partir da proposição afirmativa de Bakhtin (2017b [1979/1941*1974], p. 66): “cada palavra (cada signo) do texto leva para além dos seus limites. Toda interpretação é o correlacionamento de dado texto com outros textos”. Em nossas palavras, cada parte da composição geral da

histórica da constituição e do desenvolvimento dos componentes do conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica de uma teoria, assim como os modos históricos de relação responsiva entre as ideias de várias tradições na história do pensamento, sem o prejuízo causado pela perda de uma análise da configuração intrínseca do funcionamento sistemático dos componentes da epistemologia e da metodologia de cada teoria particular.

⁷⁵ Assim esquematizado, trata-se de um procedimento através do qual se funda o entendimento da pertinência histórica do conhecimento, cuja constituição se enraíza nas estruturas ideológicas e sociais em um dado momento do curso da eventicidade histórica, o que nos fornece uma série de condições para uma contestação da noção positivista de *neutralidade* do conhecimento científico. Em graus variados e de formas diferentes, o conhecimento se instaura, portanto, como um indício refletido e refratado da compreensão – no sentido de representação – da realidade histórica pelos sujeitos. Toda a nossa análise interpretativa da sistematicidade interna se fundamenta, logo, sobre o nosso entendimento da arquitetonicidade histórica da obra, que se define como uma atitude de reconhecimento da sua circunscrição e da sua pertinência a uma certa configuração social na história, o que se encontra, inclusive, já na base do processo formativo da sua estrutura. Graças ao nosso esquema proposto, o nosso trabalho pode se articular, complementarmente, entre uma análise epistemológica e uma historiográfica sob a égide da nossa atividade hermenêutica através do princípio de correlacionamento.

unidade arquitetônica de um enunciado teórico – na qual se inclui, aliás, o conjunto sistemático enquanto uma das suas partes constituintes –, como uma unidade responsiva de um período histórico em relação necessária e indissolúvel com outros, lança-nos para fora de si em direção à cadeia enunciativa e, conseqüentemente, à eventicidade histórica. E, como o fundamento de um procedimento analítico por meio do qual se dá o reconhecimento da unidade intercambiante dos sentidos nas cadeias enunciativas, o princípio de correlacionamento se define como arquitetônico⁷⁶ – derivando-se da ideia de arquitetônica no conjunto sistemático. É, logo, a afirmação necessária, que se vincula ao primeiro sentido do princípio de correlacionamento, do modo da vida de um texto como um enunciado, de acordo com o qual se admite que

um texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, fazendo dado texto comungar no diálogo. Salientemos que esse contato é um contato dialógico entre textos (enunciados) e não um contato mecânico de “oposição”, só possível no âmbito de um texto (mas não do texto e dos contextos) entre os elementos abstratos (os signos no interior do texto) e necessário apenas na primeira etapa da interpretação (da interpretação do significado e não do sentido) (BAKHTIN, 2017b [1979/1941*1974], p. 67).

Ou, como nos indica Geraldi (2012, p. 34-35):

o aprofundamento do empreendimento interpretativo resulta da ampliação do contexto, fazendo emergirem mais vozes do que aquelas que são evidentes na superfície discursiva. Não para enxergar nestas vozes a fonte do dizer, mas para fazer dialogarem diferentes textos, diferentes vozes. O múltiplo como necessário à compreensão do enunciado, em si único e irrepetível. A unicidade se deixa penetrar pela multiplicidade. Cotejar textos (voltaremos a isso enquanto caminho metodológico) é a única forma de desvendar os sentidos.

O correlacionamento se configura, portanto, como uma compreensão analítica de uma descrição fenomenológica e como um princípio fundamental de um procedimento dialógico, a partir de uma perspectiva heterocientífica de metodologia, sem o qual não pode se delinear a nossa atividade analítica, enquanto uma hermenêutica avaliativa, dos enunciados teóricos da nossa pesquisa. De absoluta necessidade para uma metodologia direcionadora e reguladora de nosso trabalho com o enunciado, o princípio de correlacionamento sempre se apresenta como

⁷⁶ No sentido dado por Bakhtin (2011 [1919]), com uma referência clara à interpenetração dialógica entre os enunciados responsivos, cuja relação de imbricamento se define como constitutiva. Cada elemento do enunciado se determina pelas formas de relação na dimensão do dialogismo arquitetônico. Pelo seu caráter arquitetônico, o princípio de correlacionamento, portanto, opõe-se a qualquer modo causal e mecanicista de comparação.

o meio mais adequado para a realização do nosso delineamento epistemológico e historiográfico, através da nossa atividade de interpretação, assim como um caminho teórico para uma melhor uma remissão nossa às relações responsivas a partir do plano sistemático da teoria enunciada em cada enunciado dos autores em questão, em cujo interior se entrecruzam e se consubstanciam as formas de relação arquitetônica.

Como afirmamos, cada obra da qual nos utilizamos ser-nos-á um enunciado, cuja constituição geral se inscreve no movimento dialógico de responsividade em cadeias de comunicação discursiva. Apresenta-se, logo, como uma unidade histórica de sentido, sobre cujos componentes sistemáticos se incidirá a nossa interpretação avaliativa, na busca constante das formas arquitetônicas de suas relações. Isto é, o correlacionamento nos deslocará, necessariamente, do plano sistemático para o arquitetônico, dando-nos as condições adequadas e imprescindíveis para a fundamentação da nossa compreensão da epistemologia de uma teoria como uma produção histórica, na qual se reflete e se refrata, através da dialética complexa do movimento da responsividade arquitetônica, certas formas de concepção teórica dos fenômenos, assim como a materialização de uma certa *racionalidade científica*.

Trata-se de uma metodologia, portanto, dialógica, que se fundamenta sobre a nossa concepção fenomenológica, indispensável, segundo o nosso entendimento, para a instauração de uma dada postura ética no nosso trabalho epistemológico e historiográfico. Como se trata de uma unidade responsiva da comunicação discursiva no campo, em particular, das ciências humanas, cada componente do conjunto sistemático dos enunciados teóricos de Saussure e de Volóchinov nos será um indício concreto do sentido valorativo de uma certa relação arquitetônica na cadeia enunciativa e na eventicidade histórica. Portanto, as nossas análises epistemológicas não se colocam como um fim em si mesmo, mas como uma das muitas exigências categóricas para a determinação do nosso entendimento, por meio da nossa interpretação, das relações responsivas entre os autores enfocados pela nossa pesquisa, no entrecruzamento entre as várias tradições teóricas por meio das quais se constituíram as suas teorias – assim como das relações responsivas entre as tradições. A arquitetura sistemática da epistemologia, então, dá-nos os meios para o nosso salto em direção à arquitetônica das relações responsivas entre os sujeitos, entre os enunciados e entre as tradições no fluxo da *comunicação interdiscursiva*.

Assim, as nossas análises interpretativas, de força avaliativa, incidem-se sobre, principalmente, os componentes do conjunto sistemático, a cujas delimitações nos dedicaremos de modo limitado, mas rigoroso. A interpretação avaliativa – enquanto o ato hermenêutico da nossa consciência –, então, coloca-se como um modo determinante e primário da nossa atitude

ética e teórica de consciência no enquadramento do enunciado teórico como um fenômeno histórico, dada a origem, de igual modo, histórica das significações teóricas dos componentes do seu conjunto sistemático. Somente por meio do correlacionamento entre os enunciados teóricos em questão ser-nos-á apresentada, cremos, a mais adequada forma metodológica de reconstrução das suas relações responsivas no nível arquitetônico. Com o salto do plano epistemológico para o historiográfico⁷⁷, as teorias nos aparecerão enquanto uma *produção articulada e responsivas*, o que nos revela as relações arquitetônicas da sua constituição pelas suas responsabilidades teóricas nas séries das cadeias da comunicação interdiscursiva. Por conseguinte, a nossa metodologia afirma-se como coerente com o dialogismo do movimento dos enunciados: as teorias compreendem-se como sentidos responsivos sobre dados fenômenos em relação constitutiva, mediadora e reguladora com outras, nas séries das cadeias dialógicas da comunicação interdiscursiva, cuja formação se estabelece em seus movimentos retrospectivos e prospectivos. E, por tratar-se de uma construção intelectual de um sujeito histórico, não se apresentam como abstratas, posição da qual se deriva a sua determinação dialógica.

Portanto, dispomo-nos de uma categoria – no sentido definido no início desta seção – formada pelo conceito de enunciado, pelo princípio de correlacionamento e, enquanto totalizante, determinante e, logo, constitutiva dos dois anteriores, pela ideia de dialogismo⁷⁸ – que se articulam enquanto componentes de um conjunto sistemático –, através da qual se constitui, aliás, uma forma de metodologia necessária a uma abordagem fenomenológica do texto como um enunciado responsivo, além de tratar-se de um modo descritivo e explicativo do texto enquanto o fenômeno por excelência da nossa pesquisa de natureza epistemológica, historiográfica e interpretativa, cujas condições irreduzíveis se tornam compreendidas e delimitadas tal como expusemos anteriormente. Ao mesmo tempo, dão-nos, em conjunto, uma noção clara da atitude de consciência, de natureza analítica e interpretativa, da nossa atividade científica, enquanto um ato hermenêutico e responsivo. Por fim, os nossos fundamentos teóricos e metodológicos, mesmo não se apresentando, de maneira explícita, no plano composicional da nossa escrituração, trata-se do seu fundamento constitutivo.

⁷⁷ Uma nota necessária: não nos dedicaremos a uma reconstrução, através de uma representação descritiva, dos períodos históricos nos quais se constituíram os autores e as teorias em questão. Quando nos referimos ao plano historiográfico da nossa monografia, limitamo-nos apenas à relação entre os sujeitos e as obras nas suas responsabilidades constitutivas.

⁷⁸ Assim como pelos demais componentes articulados pela nossa análise, como o conceito de responsividade, a ideia de processualidade, a de comunicação discursiva e a de interpretação avaliativa.

1.4 O corpus primário da nossa monografia

O nosso correlacionamento se incidirá, precipuamente, sobre as principais obras de Saussure e de Volóchinov, sob a orientação geral de uma série de comentadores e pesquisadores da teoria de cada um. Dedicar-nos-emos ao livro *Curso de linguística geral* (2012; 2021 [1916])⁷⁹, de autoria atribuída a Saussure – ao qual se direcionam, aliás, as críticas responsivas de Volóchinov –, e ao *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (2017 [1929]), de Volóchinov. Trata-se dos enunciados imediatos – a realidade imediata à qual se direcionará a nossa atitude interpretativa e responsiva de consciência – do nosso corpus bibliográfico, que se configura, logo, como o fenômeno da nossa atenção analítica e teórica. Conjuntamente, atender-nos-emos, quando nos for imprescindível, ao demais escritos do genebrino e do russo, assim como a vários outros enunciados de diferentes autores – filósofos, linguistas, etc. – necessários à nossa compreensão da teoria de ambos, sempre quando nos pudermos elucidar os pontos nevrálgicos das teorias de Saussure e de Volóchinov. Trata-se das vozes teóricas do fluxo movente da comunicação interdiscursiva no qual se inseriram – e se inserem ainda – os enunciados teóricos de ambos, constitutivas, portanto, das suas epistemologias e das suas metodologias. A exemplo, *presencificam-se*, no caso de Volóchinov, Cassirer e Dilthey, assim como os marxistas soviéticos do seu período histórico. E, no caso de Saussure, a tradição, dentre muitas, do movimento dos *Jovens Gramáticos*⁸⁰, bem como, também, a dos gramáticos de Port-Royal.

Concomitantemente, as obras – também, aqui, definidas como enunciados – dos comentadores e dos pesquisadores se tornarão de enorme importância ao nosso procedimento correlacional, quando dedicadas ao esclarecimento epistemológico e metodológico das teorias de ambos. Usá-las-emos sempre ao lado dos enunciados principais, a correlacioná-los na sua

⁷⁹ Como complementar, utilizar-nos-emos do livro *Escritos de linguística geral* (2004 [2002]) – *ELG* –, no qual se reúne grande parte dos manuscritos e dos originais do linguista genebrino, quando necessário à elucidação da nossa compreensão da teoria saussureana. À polêmica em torno da gênese de *CLG*, dedicar-nos-emos logo mais de modo cuidadoso, de maneira a relativizar o seu uso como a manifestação acabada e completa da teoria de Saussure. De qualquer forma, a nossa utilização de *ELG* se dará, também, sob a ordem do nosso ato de relatividade e de acuidade em relação a *CLG* – este enquanto um prisma refrator daquele –, somente nos momentos indispensáveis para ajudar-nos a desembaraçar os nós da tradição de *CLG*, livro lido e criticado por Volóchinov.

⁸⁰ Refere-se a *Junggrammatiker*. Trata-se da escolha de Bagno (2021) para a sua referência aos neogramáticos. Filiamo-nos à sua tradução durante o nosso trabalho.

totalidade arquitetônica de maneira dialógica, através de nossa posição responsiva ao todo. Por consequência, as nossas análises sistemáticas se estenderão aos enunciados teóricos necessários à formação do nosso empreendimento analítico e teórico. Assim, buscaremos a realização da construção dialógica de parte dos *tecidos arquitetônicos* de formação das ideias, das teorias, dos enunciados, das tradições, das tendências e dos sujeitos envolvidos.

O nosso correlacionamento, portanto, não se restringirá apenas aos enunciados teóricos dos principais dois polos da relação responsiva em questão, já que nos será precisa a determinação das séries dialógicas – das *redes de diálogo*, poderíamos dizer – pelas quais se formam as tradições nas quais se constituíram e se movimentaram a posição teórica de Saussure e a de Volóchinov. Trata-se de um procedimento através do qual se definem os enunciados teóricos dos autores movidos em nossa pesquisa como discursos teóricos – isto é, como unidades responsivas de sentidos no interior do campo científico das humanidades, mas em relação com a unidade do saber das ciências em geral –, cuja constituição e cujo desenvolvimento se estabelecem mediante a sua inserção na contínua e fluente⁸¹ cadeia dialógica da comunicação interdiscursiva. Em cada enunciado, os discursos teóricos se formam e se manifestam – é a forma concreta dos discursos científicos de diferentes tradições, portanto. E a unidade enunciativa, assim, define-se como uma *unidade discursiva* de um saber científico no interior de um campo das ciências humanas, por meio da qual se enuncia uma dada forma de racionalidade científica.

1.5 Os procedimentos analíticos e interpretativos da nossa metodologia

Como afirmamos, a nossa pesquisa se estabelece sobre o correlacionamento de enunciados teóricos, um procedimento metodológico através do qual nos será permitido o salto da nossa análise hermenêutica da epistemologia para a nossa compreensão do plano arquitetônico das relações históricas entre as tradições e as teorias, enquanto discursos na cadeia da comunicação interdiscursiva. Trata-se de uma perspectiva graças à qual a nossa análise interpretativa e correlacional permite-se colocar à busca das vozes discursivas das quais se constituem – direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente e mediata ou imediatamente,

⁸¹ A palavra *fluente* se refere, aqui, à noção fundamental de fluxo, que se associa, no sintagma acima, ao vocábulo *contínuo* com o objetivo de afirmação categórica da natureza ininterrupta e irrepetível dos movimentos de sentido nas cadeias – ou *correntes*, para rememorarmos do “[...] fluxo da comunicação discursiva, tão ininterrupto quanto a própria vida social e a própria histórica” (VOLÓCHINOV, 2019b [1930], p. 267) – dialógicas da comunicação discursiva.

sempre, no entanto, sem se resvalar na concepção de *virtualidade* de uma certa relação, já que se coloca, continuamente, como uma forma de interação baseada na presença constitutiva das vozes (mesmo que se mostre a referida presença através da ausência na composicionalidade do enunciado) – as séries das cadeias dialógicas da comunicação interdiscursiva, que nos são muito importantes para as nossas delimitações das relações arquitetônicas – pelo dialogismo arquitetônico, ainda que não nos seja sempre direta, explícita e imediata (logo, aparente) a sua relação no plano composicional do enunciado.

Portanto, as nossas análises subsequentes se fundamentarão sobre dois planos, que se articularão de maneira complementar para a fundação da metodologia do nosso trabalho historiográfico: sobre 1) o da análise sistemática, de natureza epistemológica, no qual nos dedicaremos à interpretação avaliativa dos componentes do conjunto sistemático da teoria de cada um, e sobre 2) o arquitetônico, de natureza historiográfica, no qual nos preocuparemos em demonstrar a intrínseca constituição dialógica das ideias, das teorias, dos autores e das tradições, que se encontram, portanto, em conflito e em tensão na sua contínua responsividade. No segundo plano, ainda nos guiaremos a partir dos conceitos – agora, princípios – de dialogismo arquitetônico e de dialogismo composicional, à luz do entendimento segundo o qual se apresentam as presenças de indícios epistemológicos como uma inelutável presencificação dialógica de uma certa forma de interação⁸².

Por fim, cabe-nos um detalhamento do nosso ponto de partida, por meio do qual se define a sistemática da nossa análise. Partiremos, inicialmente, de um delineamento do problema geral de constituição do livro *CLG*, dedicando-nos às particularidades do processo do seu engendramento a partir das análises de um certo número de comentadores. Concomitantemente, dedicar-nos-emos a apontar, através da nossa análise interpretativa, uma parte do grau de reflexo e de refração das ideias dos originais saussureanos ao transporem-se para a vulgata de 1916. Em seguida, elaboraremos uma análise epistemológica e historiográfica de parte das ideias e das teses de *CLG*, com o objetivo de delineamento dos seus fundamentos e das suas tradições, de maneira que nos possam ser elucidadas as razões das críticas responsivas de Volóchinov.

⁸² A nossa posição metodológica, enquanto uma atitude responsiva de consciência, trata-se de uma reelaboração dialógica dos chamados *parâmetros de análise* da historiografia linguística. Definem-se como, segundo Batista (2013, p. 74, grifos do original), “[...] **externos** (relativos ao contexto de produção de determinada obra ou trabalho) e **internos** (relativos ao conteúdo que trata de descrição e de explicação de fenômenos linguísticos)”.

Em um terceiro momento, debruçar-nos-emos sobre as críticas responsivas de Volóchinov ao objetivismo abstrato da teoria saussureana, em uma busca da pertinência ou não das afirmações volochinovianas em relação à linguística do Saussure de *CLG*. Para fazê-lo, buscaremos delimitar, de modo sintético ao final, uma definição global do objetivismo abstrato enquanto uma classificação, a partir das proposições classificatórias de Volóchinov, de uma certa tradição de pensamento, na qual se tornam constantes e imperativas determinadas *formas de concepção e de compreensão* de dados fenômenos – de certos pressupostos determinantes de uma epistemologia comum ao objetivismo abstrato –, que se reveste de uma centrada e específica orientação epistemológica e metodológica, portanto, de uma forma de racionalidade científica. Sob a ordem categórica da nossa primeira orientação, dedicar-nos-emos aos fundamentos epistemológicos da crítica de Volóchinov à teoria saussureana, à luz sempre do correlacionamento das obras necessárias ao esclarecimento dos fundamentos epistemológicos e metodológicos da sua teoria. E, por fim, elaboraremos, a título de conclusão, uma resposta à pergunta central do nosso trabalho, qual seja: qual a condição do objetivismo abstrato de Saussure na síntese dialética de Volóchinov?

A relação, logo, entre as suas teorias se estabelecerá no âmago do conflito dialógico entre as suas definições e as suas especificações dos fenômenos de *linguagem*, de *língua* e de *signo*, o que se estabelecerá sob a ordem de nosso correlacionamento rigoroso e sistemático das suas proposições teóricas, enquanto condições necessárias à delimitação dos fundamentos científicos e filosóficos das suas acepções – daí o salto para o plano arquitetônico. Cremos, desde já, que a nossa metodologia dialógica nos servirá como uma base incontornável para o atendimento das necessidades gerais da nossa pesquisa de corpus bibliográfico e de natureza qualitativa, interpretativa, analítica e, sobretudo, teórica. Além do mais, acreditamos, de igual maneira, que seja uma condição adequada ao nosso modo fenomenológico de percepção do texto como um enunciado, já que nos agrega inteiramente no processo da nossa concepção analítica e teórica dos fenômenos aos quais nos dedicamos, assim como põe-se como uma metodologia que nos permite colocar e entender as condições irreduzíveis tanto do texto quanto, em contrapartida, da nossa atividade científica como uma atitude de consciência.

CAPÍTULO 2 - A LINGÜÍSTICA DE SAUSSURE

2.1 Um preâmbulo necessário: o livro *Curso de linguística geral*

Quando nos propomos, à luz das várias descobertas relevantes, desde meados da década de 1950, sobre o seu fundamento e a sua gênese, a uma compreensão epistemológica, historiográfica e interpretativa das ideias de Ferdinand de Saussure, um conjunto amplo de problemáticas gerais a respeito do livro *CLG* se constitui e se mantém. Dentre as inúmeras, destacam-se duas, como parte das principais: a da formação e da redação do livro atribuído a Saussure. O linguista genebrino, como nos orienta Bouquet (2000 [1997]) e Bagno (2021), figurou-se como o autor de um livro não escrito pelas suas mãos – o que se encontrava fora, também, do escopo imediato dos seus interesses mais gerais⁸³ –, cuja escrituração, que se fez, inegavelmente, através de um ato interpretativo, realizou-se a partir de outras. Caso idiossincrático, o livro *CLG* se apresenta sob a assinatura do genebrino, mas se trata de uma obra editada e redigida pelos companheiros acadêmicos de Saussure: os linguistas Charles Bally – este, aliás, foi sucessor do genebrino da Universidade de Genebra, após a sua morte em 1913

⁸³ Apenas duas obras escritas por Saussure se publicaram: *Memorial sobre o sistema primitivo das vogais indo-europeias* e *Sobre o emprego do genitivo absoluto em sânscrito*, trabalhos pelos quais se colocou em evidência em parte da academia europeia (JOSEPH, 2012). Mas nos alerta Bouquet (2000 [1997], p. 62-63): “em toda a sua carreira, ele não produziu, parece, uma única obra, nem mesmo um artigo científico, motivado apenas pela perspectiva de uma publicação: *Mémoire* e a monografia sobre o *emprego do genitivo absoluto em sânscrito* são trabalhos universitários obrigatórios; quase todos os artigos curtos publicados entre 1877 e 1912 são contribuições às *Mémoires de la Société de linguistique*, obrigatórias também pelo fato de ele pertencer à dita Sociedade (e essas contribuições foram interrompidas com a volta a Genebra); o resto é composto de raras participações em obras miscelêneas – sempre por deferência ou amizade”. No entanto, ainda se refere Bouquet (2000 [1997]) ao interesse saussureano de escrituração de um opúsculo sobre a linguística geral, uma intenção confirmada em uma carta de 1894 do linguista genebrino a Antoine Meillet (MEILLET, 2020a [1894], p. 263), que fora aluno e companheiro de Saussure em Paris. Nela, manifesta-se o descontentamento do genebrino em relação a uma tal empreitada. De fato, Saussure se interessava, imerso, em grande medida, na tradição do comparatismo representada pelo movimento dos Jovens Gramáticos, pela atividade comparatista, voltando-se para os problemas epistemológicos e metodológicos de uma linguística geral, em primeiro, com um intuito, como nos fala Bouquet (2000 [1997]), de fundamentação de uma *epistemologia da gramática comparada* – na determinação das condições de possibilidade e de pertinência da atividade comparatista enquanto científica no interior da linguística, mas sob o auspício da racionalidade científica das ciências galileanas – e, em segundo, com a intenção de elucidação da epistemologia e da metodologia de uma linguística geral para, conseqüentemente, o estabelecimento de bases mais claras e coordenadas do trabalho linguístico. De outra forma, a reflexão e a teorização no âmbito da linguística geral serviriam para uma fundamentação mais adequada da linguística comparatista. Logicamente, ambos os objetivos não se tratava dos únicos desenvolvidos pelo genebrino. No entanto, são-nos demasiado relevantes para o nosso entendimento de grande parte do seu projeto teórico na configuração da eventicidade histórica na qual se encontrava.

(MEILLET, 2020b [1916]) – e Albert Sechehaye, com uma participação colaborativa de Albert Riedlinger [1882-1978]. Todo o processo se deu a partir dos manuscritos de notas e de textos das aulas ministradas por Saussure no curso de linguística geral – interessante, tratava-se do nome institucional da disciplina – na Universidade de Genebra entre os anos de 1907 e 1911. Mas o trabalho de Bally e Sechehaye se realizou, sobretudo, a partir de anotações dos cadernos dos alunos⁸⁴ presentes nos cursos do genebrino. Curioso detalhe no acontecimento amplo de engendramento de *CLG*: às aulas dadas por Saussure, apenas Riedlinger compareceu como aluno – exceto às do último curso (de 1910 a 1911), a partir do qual se deu, no entanto, a redação final da referida obra (BAGNO, 2021), problema ao qual nos remeteremos dentro em breve.

Publicado em 1916 – três anos, portanto, após a morte do linguista genebrino –, *CLG* se inseriu, de modo dialógico, em uma série multidirecional de cadeias enunciativas nas quais se formaram diversas atitudes responsivas – entre as quais se situa, por exemplo, a resposta crítica de Volóchinov – ao modo como os problemas filosóficos e linguísticos da linguagem lá se colocam. Trata-se de uma saga constituída por polêmicas de diferentes entonações e de inúmeras reações⁸⁵. Mas o que nos interessa localiza-se ainda no cerne de instauração da

⁸⁴ Ao se tratar de escriturações a próprio punho de Saussure, Bagno (2021) refere-se a uma manifesta escassez de registros escritos deixados pelo genebrino. A maior parte, portanto, do *corpus* através do qual se deu a escrituração do *CLG* fundamenta-se sobre as anotações dos cadernos dos estudantes.

⁸⁵ Indispensável nos é o detalhamento da nossa posição sobre as questões concernentes à gênese da linguística enquanto uma disciplina científica para o conhecimento de nosso leitor: segundo a nossa compreensão – graças às pesquisas e aos trabalhos mais recentes, como o de Grillo (2017), o de Ferreira (2020) e o de Bagno (2021) –, a linguística, enquanto um campo de saberes científicos e filosóficos – pois, sim, a perspectiva filosófica envolve-se de rigor metodológico, a contragosto do pensado pela concepção de herança positivista –, não se funda a partir de *CLG*, nem mesmo o que se coloca, a partir do delineamento de certos objetos e de dadas metodologias da pesquisa linguística, como a *linguística moderna*. Trata-se de uma versão da história da linguística fundamentada sobre uma atitude de consciência, por meio da qual se causa a negação do caráter de validade científica das pesquisas linguísticas do século XIX, em oposição, precipuamente, ao chamado posicionamento científico do século XX, marcado pela irrupção de *CLG* no horizonte da história das ideias. Imódica parte das reflexões e dos temas encontrados em *CLG*, como nos dedicaremos a mostrar, já vinham se desenvolvendo desde a emergência dos estudos linguísticos no início do século XIX na Alemanha – não somente, pois, já entre os gregos, manifestava-se uma série de questões referentes à linguagem, perpetuadas durante o século XX e encontradas, também, em *CLG*, como sobre a relação entre a linguagem e o pensamento e sobre o caráter convencional ou natural da palavra. Os nomes de Wilhelm von Humboldt [1767-1835], Friedrich Schlegel [1772-1839] e de Franz Bopp [1791-1867] são-nos referências de enorme importância – para os russos, por exemplo, a linguística se fundou com a gênese e o desenvolvimento das ideias de Humboldt (GRILLO, 2017) –, enquanto *pioneiros* – sujeitos através dos quais se realizou um movimento de fundação e, portanto, de gênese –, para a delimitação do marco histórico do advento mais amplo da linguística enquanto uma disciplina científica – mesmo não se considerando válida, para parte de uma certa tradição, a reflexão de caráter filosófico, o que nos parece ser uma atitude equivocada, própria de um reducionismo infundado de caráter positivista. Bopp, por exemplo, foi o primeiro a ocupar a cátedra de uma disciplina de Linguística na Universidade de Berlim – recém-fundada –, em 1821 (BAGNO, 2021, p. 322). De maneira interessante, cabe-nos uma menção

formação e, conseqüentemente, da redação do livro atribuído a Saussure, duas problemáticas que se imbricam de maneira necessária.

Até o momento anterior à sua ascensão à cadeira da disciplina de linguística geral, o linguista genebrino, após a sua volta de Paris a Genebra, dedicava-se à ministração, nas palavras de Bouquet (2000 [1997], p. 62), “[...] de cursos clássicos de linguística indo-europeia – história, fonologia, gramática, lexicologia – mas ensinava também dialetologia, linguística geográfica, além de história da versificação francesa e de literatura alemã”, o que nos mostra grande parte das escolhas e dos percursos de Saussure no universo acadêmico em geral. Em muitos aspectos, o linguista se encontrava, como um exímio comparatista e um excelente sanscrita, em casa. Dedicava-se às disciplinas pelas quais mais se interessava, segundo os seus próprios relatos (MEILLET, 2020a [1894])⁸⁶. Ter-se tornado o responsável pela disciplina de

honrosa, contudo, à posição de Câmara Jr. (1975) – com quem concordamos –, para quem o advento da linguística se marca, após a preparação do seu caminho nos séculos anteriores (XVII e XVIII), pela reflexão de Humboldt, com uma perspectiva, ao mesmo tempo, descritiva – desenvolvida pela tradição neogramatical, que se reverbera em Saussure – e filosófica – da qual se deriva, em muito, as concepções de Cassirer e de Volóchinov –, e de Ramus Rask [1787-1832], com uma perspectiva comparatista e histórica – antecessor de Bopp, portanto (CÂMARA JR., 1975, p. 37-43). Curiosamente, uma cadeia processual de acontecimentos históricos nos quais se envolveu a Alemanha durante o século XIX – o seu processo de unificação e os seus conflitos com outros estados europeus – e, principalmente, o século XX – as duas guerras nas quais se tornou a protagonista – tornou-se uma das principais razões, na concepção de Bagno (2021), para a tentativa sistemática de silenciamento ou de sufocamento da tradição alemã na linguística – solo histórico e político no qual se formou –, utilizando-se, para tanto, da figura de Saussure de *CLG* como uma salvaguarda – Bagno (2021) refere-se à “mitificação” de Saussure, termo de Auroux. Sob uma pretensa originalidade, admitiu-se o livro atribuído ao genebrino como *o marco da linguística moderna*. No entanto, grande parte das suas ideias e das suas teses, como veremos logo mais, trata-se, nas palavras de Bagno (2021, p. 323), de “[...] uma reciclagem (no sentido contemporâneo do termo) de hipóteses e teses que circulavam no meio especializado desde pelo menos a década de 1870 [em nossa concepção, desde muito antes], muito mais do que uma autêntica ruptura com a linguística praticada até então, ainda que no livro apareça algumas opções teóricas explícitas que se contrapõem àquelas hipóteses e teses”. Fato nos é, porém: *CLG* se lançou, uma vez publicado, como a pedra fundamental de um diferente modo teórico, epistemológico e metodológico de trabalho linguístico, sobre a qual a linguística do século XX, de uma maneira ou de outra, passou a se edificar, o que não nos leva, contudo, à consideração segundo a qual possa ser admitido o marco geral de fundação da linguística moderna.

⁸⁶ O descontentamento de Saussure referente às elaborações de reflexões e de escriturações sobre a linguística geral se manifesta, segundo a sua própria voz, na sua carta a Meillet. Tudo se inscreve no movimento de consciência epistemológica de Saussure, a partir do qual começou a se formar o seu projeto de revisão conceitual, terminológica e metodológica das reflexões linguísticas até então feitas. O projeto saussureano não se estabelece como um fim em si mesmo, no entanto. Ao contrário, tratou-se de um meio e de uma necessidade, para a recolocação adequada, segundo o linguista genebrino, dos fundamentos gerais da linguística sobre os trilhos considerados científicos por ele – da gramática comparada em particular, segundo os critérios galileanos de cientificidade (BOUQUET, 2000 [1997]), e, também, da linguística geral –, para, logo, o estabelecimento de um outro fim: uma correta análise comparativa das línguas. Isto é, a reflexão geral sobre a linguagem se dá como necessária, no projeto de Saussure, na medida em que se estabelece como um meio para uma mais adequada colocação dos fundamentos definidores e norteadores da epistemologia e da metodologia de uma ciência linguística –

linguística geral tratou-se de um acontecimento, portanto, cuja emergência e cuja instauração se inscrevem *contingencialmente* na realidade histórica – característica, aliás, de todo e qualquer acontecimento. Mas as reflexões saussureanas sobre os problemas gerais da linguagem, sob a ordem do seu *projeto teórico*, tornaram-se partes constitutivas de uma atividade empreendida pelo genebrino de modo deliberado.

A partir dos trabalhos epistemológicos, historiográficos e exegéticos sobre *CLG*, depois, sobretudo, do aparecimento de inúmeros manuscritos de Saussure, deu-se o início a uma revisão sistemática da configuração e da organização do livro de 1916. Inúmeros problemas de distorções, de substituições, de cortes, de apagamentos e de alterações passaram a evidenciar-se cada vez mais, o que se explica, de maneira imediata, por uma série de *condições de reflexo e de refração*, que nos mostram como o livro de 1916 trata-se de uma vulgata fragmentada da teoria geral e do projeto teórico do genebrino. Bouquet (2000 [1997]), por exemplo, já nos diz sobre *CLG*, logo no início do seu prefácio: “[...] essa obra oferece, por outro lado, um reflexo deformado do pensamento que pretende divulgar, falseando, sob dois importantes aspectos, as notas do curso e os manuscritos de Saussure em que se apoia” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 13). Depecker (2012, p. 13), por sua vez, diz-nos: “para chegar a esse conjunto construído foi, portanto, necessário aos redatores do *Curso* ampliar, harmonizar, comentar. As substituições entre as anotações dos estudantes e a reconstituição feita pelos redatores são, de fato, quase permanentes [...]”. E, por fim, Calvet (1977, p. 19) refere-se a “[...] certas passagens que foram inventadas pelos editores...”.

A maior parte dos equívocos e das contradições presentes no livro *CLG*, no entanto, resolvem-se ou, pelo menos, elucidam-se à luz de uma adequada análise interpretativa das ideias do genebrino a partir dos seus manuscritos, assim como dos originais dos cadernos dos seus alunos⁸⁷, desde que admitamos a natureza do projeto que ali se instituiu, como muito bem nos indica Bouquet (2000 [1997]), assim como da constituição interacional das ideias da sua

e do comparatismo, por conseguinte –, o que se encontra, desde o princípio, na base da consciência epistemológica do genebrino. De acordo com a sua carta, a terminologia *inerte* da linguística se constituía como um empecilho à colocação da *língua* enquanto o verdadeiro objeto linguístico, um problema, cujas consequências se podiam mensurar nos diversos equívocos de análise, pelo qual se regulava a sua atividade de reflexão sobre a linguística geral (MEILLET, 2020a [1894]). Nas palavras de Saussure, “isso acabará, malgrado meu, num livro em que, sem entusiasmo nem paixão, explicarei por que não há um só termo empregado na linguística ao qual eu atribua um sentido qualquer. E será somente depois disso, confesso, que poderei retomar meu trabalho no ponto em que o tinha deixado” (MEILLET, 2020a [1894], p. 263).

⁸⁷ Em língua portuguesa, uma parte considerável e, portanto, acessível encontra-se no livro *ELG*.

teoria. Somente assim poderemos vislumbrar uma parte mais consistente e certa da reflexão saussureana, bem como das relações dialógicas que o seu pensamento estabelece com uma série de tradições. Além do mais, fica-nos demasiado elucidada a posição de Saussure quanto à redação definitiva da sua teoria de linguística geral de modo absoluto, o que se aliava ao seu descontentamento – patente nos relatos dos seus contemporâneos mais próximos, como a seu amigo Meillet, segundo vimos – com relação a uma empreitada teórica de magnitude tão grande e exaustiva⁸⁸.

Parece-nos válida a interpretação de Bouquet (2000 [1997]) sobre uma parte do denominado pela nossa análise de condições de reflexo e de refração da teoria saussureana no livro de 1916. A partir de uma análise orientada, porém, dos manuscritos saussureanos, a reflexão e o trabalho de Saussure, que não se resumem a *CLG* – no qual se reflete e se refrata, porém, de diversos modos –, mostram-se como muito importantes dentro do espectro de organização conceitual e metodológica da linguística, segundo um projeto teórico no qual se articulam diferentes configurações discursivas (BOUQUET, 2000 [1997]), através de uma clara consciência epistemológica, como muito bem nos mostra Bouquet (2000 [1997], p. 96), para quem, aliás, “a incontestável originalidade do linguista genebrino reside em ter chegado com sucesso a uma síntese epistemológica de conceitos metodológicos esparsos”. É-nos difícil uma delimitação de absoluta precisão no que se refere aos textos sobre os quais se baseou a escrituração da vulgata de 1916. Segundo Calvet (1977, p. 18),

após a sua [de Saussure] morte, Charles Bally e Albert Sechehaye redigiram o que se tornou o *Curso de Linguística Geral*, a partir dos cadernos de anotações de L. Caille, L. Gautier, P. Regard e A. Riedlinger para os dois primeiros cursos, Mme Sechehaye, G. Dégalier e F. Joseph para o terceiro.

Como afirmáramos de maneira introdutória e parcial, o livro *CLG* foi editado e redigido por Bally e Sechehaye, portanto, a partir apenas de parte dos textos, tanto do genebrino – apenas algumas notas esparsas, não muito claras (DEPECKER, 2012; BAGNO, 2021) – quanto,

⁸⁸ Trata-se de uma posição do genebrino claramente externada por Meillet. Segundo o linguista francês, os editores e redatores de *CLG* “[...] tomaram a decisão ousada de fundir num todo as três redações e construir, por assim dizer, com as fórmulas e os exemplos de F. de Saussure, o livro que o *mestre não tinha feito*, que *provavelmente jamais teria feito*” (MEILLET, 2020b [1916], p. 257, grifos nossos). Interessantemente, Meillet não reconheceu, na vulgata atribuída a Saussure, a totalidade correta das ideias da teoria saussureana, com a qual esteve em contato nos anos nos quais fora aluno do genebrino, que já vinham se esboçando desde a sua atuação como professor em Paris, de 1876 a 1878 (JOSEPH, 2012). Para o linguista francês, *CLG* é uma “[...] adaptação do ensino oral fugaz e no qual não se sabe se os detalhes que seriam criticáveis vêm do autor ou dos editores” (MEILLET, 2020b [1916], p. 260).

principalmente, dos seus alunos, referentes aos cursos ministrados por Saussure, de janeiro de 1907 a julho de 1911⁸⁹ (BOUQUET, 2000 [1997]). Mas, como nos orienta Calvet (1977), a principal base para a redação final do livro de 1916 se estabeleceu a partir dos textos dos alunos referentes ao conteúdo do terceiro curso⁹⁰, cujo plano não foi, no entanto, seguido estritamente por Bally e Sechehaye (CALVET, 1977). Daí, por conseguinte, a heterogeneidade existente já no fundamento de formação de *CLG*, que se advém da natureza heterogênea das suas fontes manuscritas. Logo,

os redatores tiveram de examinar as anotações manuscritas de Saussure que tinham à disposição e selecionar, fundir, retocar as anotações dos estudantes. Fazer, portanto, continuamente escolhas. E é claro que a interpretação dos redatores do *Curso de linguística geral* está constantemente em ação. As deformações se multiplicam. Portanto, a vontade dos redatores de fazer da obra um conjunto coeso os levou a lhe dar uma ordem particular (DEPECKER, 2012, p. 12).

Como consequência, ambos deram uma ênfase, guiando-se pelo conteúdo geral do terceiro curso, a uma parte do projeto teórico pelo qual se caracterizou a reflexão linguística de Saussure, impondo, conseqüentemente, a *CLG* uma lógica e uma racionalidade, cujo sentido adequado apenas pode se revelar a partir do todo teórico do projeto articulado pelo genebrino. Nas palavras de Bouquet (2000 [1997], p. 14, grifos do original), “[...] a razão que ordena o sistema acabado do *Cours* é a de um discurso homogêneo: o discurso de *uma pura epistemologia programática da ciência da linguagem*”, epistemologia, aliás, derivada das duas anteriores e necessárias configurações discursivas do projeto teórico do genebrino, e cuja significação teórica mais geral se forma a partir da articulação de uma série de conteúdos teóricos – epistemológicos, metafísicos e metodológicos, segundo Bouquet (2000 [1997]) – das outras duas primeiras – conteúdos, a propósito, categoricamente determinantes do todo, que se apresentam como articulados na formação da determinação de uma parte das condições de possibilidade de constituição dos demais da terceira configuração discursiva.

Em outras palavras, os editores e redatores de *CLG* empreenderam, até certo ponto, um trabalho de síntese considerável, se nos atentarmos para as condições gerais de produção da sua

⁸⁹ Segundo o detalhamento de Calvet (1977), Saussure dedicou-se à ministração dos seus cursos nas seguintes datas: de janeiro de 1907 a julho de 1907, de novembro de 1908 a junho de 1909 e de outubro de 1910 a julho de 1911.

⁹⁰ Por hipótese desenvolvida por Calvet (1977), a escolha dos editores quiçá possa ter recaído aí por terem acreditado que o terceiro curso pudesse se tratar de uma síntese final da teoria saussureana. Um equívoco claro, diante da natureza outra do seu conteúdo em relação aos dois primeiros.

empreitada. A sua *vontade discursiva* (BAKHTIN, 2016b [1979/1952-1953]) – intencional e voluntária, ou não, mas marcada pelo ativismo e pela volitividade de ambos – em direção aos conteúdos – e da sua natureza epistemológica e metodológica – dos dois primeiros cursos, com um escopo de uma tentativa de criação de uma síntese coerente, levou-os a uma falta de consideração profunda⁹¹ dos conteúdos teóricos das outras duas outras configurações discursivas, o que se torna evidente diante de uma análise interpretativa, segundo Bouquet

⁹¹ Uma falta de consideração de natureza demasiado complexa. Primeiro, por derivar-se de uma atitude interpretativa de Bally e de Sechehaye sobre um certo número de anotações fragmentadas – dos alunos do genebrino, sobretudo –, que não se articulam em um todo organizado. Claro é-nos a alta quantidade de pontos de reflexo e de refração da teoria saussureana aí: sobre o conteúdo das aulas de Saussure, incidiu-se a atitude interpretativa – refrativa, portanto – dos seus alunos. Em seguida, a atitude dos colegas do genebrino sobre o conteúdo já interpretado e, logo, refratado nas anotações dos alunos de Saussure, em um processo de escrituração – um outro ponto refletor e refrativo – de uma obra sintética – daí a homogeneização – em relação ao conteúdo já interpretado e refratado da teoria do genebrino. Segundo, por tratar-se de um movimento responsivo e volitivo de ambos, que se liga ao primeiro motivo de inúmeras formas. Hoje, conseguimos, a partir de estudos exegéticos da teoria saussureana, chegar a um entendimento razoável em relação a muitas afirmações autorais de Bally e de Sechehaye em *CLG*, como, segundo Bagno (2021), a famigerada frase final do referido livro: “*a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 319). À citada afirmação de *CLG*, encontra-se associada uma nota de Bagno, tradutor e comentador da edição da qual nos utilizamos, cujo conteúdo nos serve para um fechamento consubstancial de nosso comentário: segundo o linguista brasileiro, “muito se tem discutido a respeito dessa última frase do *Curso*, que não poucos estudiosos atribuem aos editores do livro e não ao próprio Saussure. De todo modo, ela serviu de mote ao empreendimento estruturalista em sua tentativa de estudar a língua como uma ‘coisa em si’, como uma imanência, independente da dinâmica social em que se movem seus falantes. [...] essa frase, publicada em 1916, retoma quase literalmente as palavras publicadas quase um século antes por Bopp em seu livro sobre a conjugação verbal nas línguas indo-europeias, o que denota uma linha contínua de concepção acerca do que pode ser uma língua. Para Schleicher, citado nominalmente nesse trecho final, a língua também era concebida como algo fora de seus falantes, mas, na esteira de um darwinismo mal assimilado, como um organismo vivo que nasce, cresce, entra em decadência, se degrada e morre. Mudam-se os tempos, mudam-se as metáforas: de organismo vivo a língua passou a ser vista como um ‘sistema’, autorregulado e autorregulador, capaz de ser estudado somente por meio das relações opositivas (dos *valores*, segundo a terminologia empregada no *Curso* e tomada, como já dito, diretamente de Whitney) que suas partes mantêm entre si. Tentar eximir Saussure da responsabilidade pela enunciação dessas palavras não exime, contudo, o resto do livro por ter tratado a língua *em si e por si mesma* [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 319). A nossa compreensão encontra-se em concordância com a de Bagno: se a frase final de *CLG* trata-se de uma afirmação autoral de Bally e de Sechehaye, vinculando-se à tradição comparatista de Bopp do início do século XIX, não é, de todo, um posicionamento descabido e incoerente com o da construção, como veremos logo mais, das significações teóricas pelas quais se define e se especifica o conceito de língua no restante da vulgata. E, em grande medida, parece-nos que Saussure estava, sim, em estreita e em total relação com a tradição linguística do século XIX. Além do mais, uma acepção semelhante se apresenta, em maior ou em menor grau, em parte dos manuscritos de autoria de Saussure. Dentre as inúmeras passagens, destaca-se um excerto das notas para o segundo curso, de 1908 a 1909, que se dispõe da seguinte maneira: “*a língua, coisa em si sem relação com a massa humana existente, é indissolúvelmente ligada à massa humana*” (SAUSSURE, 2004 [2002], p. 258). A referência à língua como *uma entidade em si mesma*, herança dos mais tradicionais sistemas metafísicos do nosso ocidente, é-nos clara, o que não nos dá margens para equivocarmo-nos em relação à posição geral de Saussure.

(2000 [1997]), dos manuscritos de parte do corpus saussureano. Tudo se deve, portanto, “[...] à própria gênese do livro e à falta de uma personalidade intelectual única que pudesse conferir coerência teórica à edição das ideias expostas ali” (BAGNO, 2021, p. 356).

Tratou-se de uma atitude de consciência, portanto, cuja ocorrência se instaurou, em certas condições, a partir de um certo ato responsivo – daí a displicência de ambos, pois não se atentaram para os dois primeiros cursos de maneira adequada e cuidadosa, tal qual exigida pelos seus conteúdos – de Bally e Sechehaye em relação às aulas dos dois primeiros cursos ministrados pelo genebrino, nas quais se expõem, segundo a nossa leitura interpretativa das considerações de Bouquet (2000 [1997]), os conteúdos teóricos através dos quais se delimitam as duas primeiras configurações discursivas: em primeiro, a de *uma epistemologia da gramática comparada*⁹² e, em segundo, a de *uma reflexão filosófica, de caráter metafísico, sobre a linguagem* (BOUQUET, 2000 [1997]). Trata-se de duas configurações complementares, que se articulam, necessariamente, para a fundamentação da terceira, que se coloca, de certa forma, como uma decorrência das duas anteriores. Toda a teoria saussureana se fundamenta, se seguirmos o entendimento de Bouquet (2000 [1997]), no entrecruzamento das três configurações discursivas. Consequentemente,

dessas três configurações discursivas distintas, a homogeneização imposta pelos redatores do *Cours* se dá decisivamente através de supressões: supressão da pregnância (metafísica) da “base semiológica”, que no entanto é longamente discutida na introdução do segundo curso, supressão sistemática da temática “filosófica” das aulas e dos escritos, como também supressão ou ocultação de enunciados que colocam claramente os critérios epistemológicos da ciência comparatista, assim como os da ciência linguística esboçada. Além disso, a apresentação feita por Bally e Sechehaye dos conceitos cardeais da linguística saussureana – como a teoria do arbitrário ou a teoria do valor –, sujeita a ambigüidades e até mesmo a contra-senso, participa dessa homogeneização artificial (BOUQUET, 2000 [1997], p. 14).

Dois exemplos, que se ligam e se referem a dois dos mais importantes componentes do conjunto sistemático da teoria de Saussure, tornam-se incontornáveis para um maior aprofundamento da nossa análise e da nossa compreensão dado reflexo e da refração aos quais se submeteu ao transpor-se para *CLG*. O primeiro refere-se à ambigüidade e à flutuação das

⁹² Uma prova cabal da relação dialógica de Saussure com a tradição linguística do século XIX, seja de afirmação, seja de negação das suas proposições teóricas, sempre em conflito e em polêmica. Na primeira configuração discursiva, os conceitos da gramática comparada – em certa medida, inaugurada por Schlegel e por Bopp no início e no meio do século XIX – colocam-se sob a análise epistemológica de Saussure, segundo Bouquet (2000 [1997]). Como veremos dentro em breve, é daí que se emergiu uma parte considerável da base da teoria saussureana.

significações teóricas do conceito de *signo*, questão à qual não se atentaram Bally e Sechehaye. De acordo com as análises interpretativas de Bouquet (2000 [1997]), o problema envolve-se com a definição teórica do conceito de *arbitrariedade* – de *arbitrário*, especificamente –, em cujas proposições se manifesta a imprecisão na do de *signo*. Nas dezesseis referências ao conceito de *arbitrário* em *CLG*, não se torna possível encontrar um mínimo nível de similaridade com as passagens dos cadernos dos alunos de Saussure (BOUQUET, 2000 [1997], p. 231). Aqui, já nos é mostrada, além da ambivalência do conceito de *signo*, a incongruência da qual se reveste o de *arbitrariedade*. E, em nove das citadas dezesseis passagens, manifesta-se o problema referente à significação teórica do conceito de *signo*.

Tudo se dá graças ao uso impreciso de Saussure em relação ao seu conceito de *signo* no decorrer das suas aulas e das suas anotações: “de um lado esse termo designa a entidade lingüística global composta de uma face fonológica e de uma face semântica; de outro lado ele designa apenas a face fonológica”⁹³ (BOUQUET, 2000 [1997], p. 228-229). Ainda sobre,

⁹³ No tópico 6 de *Novos item*, que se encontra em *Item e aforismos em Escritos de linguística geral* (2004 [2002]), aparece-nos uma passagem opaca de Saussure em direção a uma possível fixação do seu conceito de *signo* enquanto uma entidade total. Em todo o referido excerto, a equivalência entre *signo* e *significante*, por um lado, torna-se possível devido à flutuação da reflexão saussureana em curso, mas, por outro, dissipa-se quando nos atentamos à integridade da discussão proposta em relação às *realidades semiológicas* – portanto, que extrapolam o âmbito lingüístico, mas o englobando por tratar-se a linguística, segundo a sua perspectiva, de uma disciplina semiológica –, que se compreendiam, à época do genebrino, como somente relacionadas à significação, e não ao *signo* em sua totalidade. Eis a passagem em sua inteireza: “*Item*. Quando se diz ‘*signo*’, imaginando-se, falsamente, que ele poderá, depois, ser separado à vontade de ‘*significação*’ e que designa apenas a ‘*parte material*’, nada se teria a aprender, senão considerando que o *signo* tem um limite material, com a sua lei absoluta, e que esse limite já é, em si mesmo, um *signo*, um portador de *significação*. É, portanto, inteiramente ilusório opor, em qualquer instante, o *signo* à *significação*. São duas formas do mesmo conceito do espírito, visto que a *significação* não existiria sem um *signo* e que ela é apenas a experiência às avessas do *signo*, assim como não se pode cortar uma folha de papel sem cortar o avesso e o direito desse papel com a mesma tesourada” (SAUSSURE, 2004 [2002], p. 87-88). Parece-nos que a voz de Saussure estava em polêmica com outras de uma posição à qual se opôs. Mas a sua acepção afirma-se de modo categórico: não se pode separar o *signo* de um dos seus constituintes primários, que é a sua *significação*, sob o pretexto metodológico de isolá-lo da sua materialidade. E, contrariamente, não se poderia fazê-lo em benefício da afirmação segundo a qual o *signo* se refere apenas à parte material da realidade semiológica. O *signo*, sem a sua *significação*, torna-se uma abstração absoluta, uma vez que o determinante dos seus limites – inclusive, materiais – é a sua *significação*. Trata-se da manifestação da ideia da *dupla articulação* no nível do *signo* enquanto a realidade – equivalente à unidade (BOUQUET, 2000 [1997], p. 243-244) – precípua da semiologia. E, concomitantemente, refere-se à importância do *fato semântico* na reflexão lingüística e semiológica do genebrino, cuja dimensão se mede, nos textos saussureanos, ao apresentar-se a *significação* – o *fato semântico* – como o delimitador metodológico das unidades concretas da língua: “é a *significação* que cria a unidade, ela (a unidade) não existe antes: não são as unidades que estão lá para receber uma *significação*” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 245). O que se assevera de mais importante é a natureza irredutível da relação de dependência da *significação* no interior do seu *signo* respectivo, que se manifesta como não só o avesso da sua parte material, mas, sobretudo, como o fato pelo qual se determinam as unidades ou as realidades lingüísticas e semiológicas.

Bouquet (2000, [1997], p. 232) nos diz: “com efeito, nesses 9 casos eles mantêm o termo *signo* – que remete, no contexto de seu livro, à entidade global – enquanto que, nos manuscritos, a ocorrência desse termo, anterior à introdução do par *significante/significado*, denota claramente *significante*”. Ou seja, a significação teórica do conceito de signo, a depender do manuscrito referente a um período determinado da disciplina ministrada pelo genebrino, determina-se de um ou de outro modo, ora se referindo – nos primeiros cursos, sobretudo – à face sonora, que se denominou, em seguida, *imagem acústica*, isto é, *significante*, ora à globalidade formada pela associação entre este e o *significado*.

Curiosamente, a mesma imprecisão, quando nos tornamos cientes da sua existência, aparece-nos em um certo número de proposições no início da vulgata de 1916. Duas nos dão um vislumbre suficiente. A primeira, do terceiro capítulo, diz-nos: uma língua se define como um “[...] sistema de *signos distintos* correspondentes a *ideias distintas*” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 53, grifos nossos). Ora, o fato de o conceito de *ideia*, no contexto geral dos manuscritos do corpus saussureano, equivaler-se ao de *conceito* e, posteriormente, ao de *significado* (BOUQUET, 2000 [1997]), evidente nos é o uso da expressão *signos distintos* enquanto uma referência apenas à face fonológica da unidade global, ou seja, ao *significante*, no que se refere, principalmente, à definição e à especificação do conceito de língua como um sistema fonológico, portanto.

Na segunda proposição, que se encontra no mesmo capítulo, afirma-se a equivalência ou a identidade entre o signo linguístico e a imagem acústica: “o ponto de partida do circuito está no cérebro de uma, por exemplo, *A*, onde os fatos de consciência, que chamamos de conceitos, se acham associados às representações dos *signos linguísticos ou imagens acústicas que servem para sua expressão*” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 54-55, grifos nossos). Fundamentando-se sobre uma pequena parte final do terceiro curso, na qual se afirma e se consolida o conceito de signo enquanto uma totalidade formada por um *significante* e um *significado*, Bally e Sechehaye, então, exerceram uma *homogeneização retrospectiva*. Daí, na citação anterior, manifestar-se uma referência ambivalente a signo somente como a unidade *significante – imagem acústica –*, uma acepção presente, segundo Bouquet (2000 [1997]), nas aulas dos dois primeiros cursos, que ainda não se submetera à sistematização final de Saussure, segundo a qual se define como signo a globalidade constituída pelo *significante* e pelo *significado*⁹⁴. Com efeito, a refração teórica estende-se para o conceito de arbitrário:

⁹⁴ Até chegar a uma maior precisão terminológica – quiçá, sob a luz do espectro do positivismo – em relação à *entidade concreta* da língua – isto é, ao signo enquanto uma unidade global –, Bouquet (2000 [1997]) fala-nos que as escolhas do genebrino muito oscilaram. Nas palavras do filósofo e linguista

sua tríade [dos editores e redatores] retrospectiva *signo, significante, significado* tem aqui como efeito imediato e perverso distorcer o pensamento saussureano, pois o texto de 1916 dá a impressão de que as aulas se referem, ao falar do *arbitrário do signo*, a uma propriedade global da entidade linguística, enquanto que ao contrário, em todas essas passagens, o linguista genebrino se coloca estritamente do ponto de vista do significante para afirmar que este não tem nenhuma ligação analógica com o significado que representa⁹⁵ (BOUQUET, 2000 [1997], p. 232).

O nosso segundo exemplo trata-se das oscilações das significações teóricas pelas quais se define, na reflexão saussureana, o conceito de fala, que se opõe, de modo sistemático e contínuo, ao de língua, na conjuntura teórica de *CLG*. Basicamente, duas conceituações que se apresentam justapostas, mas não se imbricam em uma síntese, dada, talvez, a natureza fragmentária das notas nas quais se esboçam as suas definições e as suas especificações. De acordo com Bouquet (2000 [1997]), aplicam-se duas significações teóricas ao referido conceito: por um lado, é definido enquanto um *ato de fonação* e, por outro, enquanto um *ato de sintagmação*. A primeira, em grande medida, associa-se ao conceito de língua enquanto um sistema fonológico, uma derivação do plano teórico da epistemologia da gramática comparada, na qual se constata, então, a empiricidade do fato fonológico. A segunda remete-se ao fato *lógico-gramatical* – em sentido determinado pela lógica de fato – da sintagmação, na qual se determinam os *valores* – *valor*, particularmente, *in praesentia* –, das unidades *presentes* a partir das suas *combinações* e das suas *organizações* em *sintagmas*. Ambas se constituem, na concepção de Bouquet (2000 [1997]), como sentidos derivados, portanto, de heterogêneas perspectivas metafísicas, diferentes em sua *origem*⁹⁶.

Duas exemplificações. No terceiro capítulo de *CLG*, deparamo-nos com a associação entre a fala e a fonação no seguinte trecho: “a fonação de uma palavra, por menor que seja, representa uma infinidade de movimentos musculares extremamente difíceis de conhecer e de

francês, “é forjado um neologismo, *sema*, para designar as duas faces da entidade global – apoiado, ele também, em neologismos que designam essas faces separadamente: *apossema* ou *soma* para o significante; *contrassoma*, *antissoma* ou *parassoma* para o significado” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 229). Tratava-se de uma questão de primeira ordem da qual Saussure, de acordo com Bouquet (2000 [1997]), tinha consciência. E é a imprecisão terminológica, ainda, a responsável pelos equívocos em relação ao conceito de arbitrário.

⁹⁵ Não nos adentraremos nas questões minuciosas sobre o arbitrário em Saussure. Caso o nosso leitor se interesse, a nossa recomendação é o livro de Bouquet, que nos parece tratar-se de uma das mais adequadas obras sobre a teoria saussureana. A seguir, iremos abordá-las de maneira inicial.

⁹⁶ *Origem* sempre no sentido de *fundamento arquitetônico*.

figurar” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 58). Um pouco antes no mesmo capítulo, a fala, no entanto, apresenta-se sob a significação teórica de sintagmação, em uma oposição radical ao conceito de língua, em ligação estreita à fonação: a fala define-se como “1º as combinações pelas quais o falante utiliza o código da língua com vista a exprimir seus pensamentos; 2º o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 57). É-nos muito evidente o aludido problema apontado por Bouquet (2000 [1997]). Trata-se de uma colocação inarticulada de duas significações teóricas, sem que se apresente, no contexto de *CLG*, a relação entre ambas para uma definição e uma especificação, em um construto teórico, do conceito de fala enquanto um componente sistemático da teoria saussureana. Logicamente, podemos, por nosso esforço de pensamento, conjecturar a inextrincável relação entre a fonação e a sintagmação, sendo a primeira referente ao ato fonológico imprescindível à instauração da segunda, uma vez que todo ato linguístico de sintagmação materializa-se fonologicamente, dada a natureza da dupla articulação da linguagem.

Contudo, apresenta-se aí um problema epistemológico e metodológico, que se sustenta sobre a separação radical entre a língua e a fala: dada a sintagmação como um fenômeno da língua – e esta deve, segundo a lógica de *CLG*, abdicar-se do fato da fala –, como à fala pode se admitir o fato lógico-gramatical, isto é, sintagmático? Em *CLG*, dá-se apenas à língua a outorga do sintagma, não mais como um *processo* composicional e organizacional das unidades sintagmáticas – signos, palavras, frases, etc. –, mas como um repositório já dado de sintagmas prontos: “[...] é preciso atribuir à língua, não à fala, todos os tipos de sintagmas construídos sobre formas regulares” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 183). Todavia, o sentido da relação *in praesentia*, nos manuscritos, é outro. Segundo Bouquet (2000 [1997], p. 275) “[...] o sentido lógico-gramatical, ou seja, o de uma combinação de signos, é destinado a não suportar a oposição ao conceito de ‘língua’ aplicado a um ‘tesouro de signos’”, uma vez que a sintagmação só se realiza no plano das possibilidades combinatórias, a partir das estruturas anteriores e das organizações prévias da língua para a determinação do fato semântico, dado que as *entidades abstratas* – as sintáticas, do domínio sintático – se ligam e se realizam através das entidades concretas – os signos, do domínio sígnico. É a manifestação da interação entre o léxico e a sintaxe. Além do mais, Bouquet (2000 [1997], p. 276) nos adverte: “desde que se considere a *fala* como uma combinação de signos – em outras palavras, como uma sintagmação –, *podemos criticar uma separação entre língua e fala*. Não apenas podemos, mas devemos: o próprio Saussure nos convida a isso”.

Com uma série de consequências epistemológicas e metodológicas em relação à teoria saussureana, a escolha de Bally e de Sechehaye, quiçá, determinou-se apenas se baseando na acepção definidora da significação teórica de língua como um tesouro, isto é, um depósito de entidades acabadas em relação à qual caberia ao falante – e à fala, por conseguinte – apenas uma realização passiva, o que se corrobora, por um lado, com certas anotações manuscritas dos alunos da aula de Saussure⁹⁷ – mas apenas, parece-nos, à face fonológica da língua –, mas não com a *faculdade da coordenação* da qual se decorre a sintagmação. É o que nos fala Bouquet (2000 [1997], p. 276, grifos do original):

É certo que os signos de uma língua, considerada num ponto teórico do tempo, constituem uma lista fechada; mas essa lista possui, precisamente pela dita “faculdade de coordenação”, ou seja, graças às propriedades sintáticas da linguagem, o poder de autogerar uma instabilidade incessante, uma *deformação virtual* de seus conteúdos, resumindo, uma *criatividade* indissociável de sua própria natureza.

Com efeito, a língua não pode se reduzir apenas a um conjunto estruturado de unidades, pois, como nos mostra Bouquet (2000 [1997], p. 277, grifos do original) baseado em uma anotação de uma enunciação autoral de Saussure em uma das suas aulas, “[...] ‘a faculdade de coordenação’ deve ser *acrescentada ao fato do signo* para se chegar à concepção da língua”. Portanto, a sintagmação nos aparece, agora, como um processo sintático, de natureza psíquica – o que se encontra em concordância com a concepção psíquica do signo, aliás (BOUQUET, 2000 [1997]) –, que se realiza na fala, sobretudo, mas sem se perder da língua. Por conseguinte, a sintagmação trata-se da zona de contato entre ambas, o quadrante no qual se torna possível a intersecção entre a fala e a língua, dado o fato, na concepção de Bouquet (2000 [1997], p. 278), de colocar-se como *transversal tanto às unidades da língua quanto às da fala*. É, assim, um princípio de “[...] organização homogênea [...]” (2000 [1997], p. 278), pelo qual se estabelecem as composições e as organizações, desde as unidades menores – morfemas e palavras – até as maiores – frases. E, colocada, na epistemologia programática do genebrino, a fala como o motor das mudanças linguísticas (SAUSSURE, 2012; 2021 [1916]), a sintagmação torna-se o meio

⁹⁷ Como citado por Bouquet (2000 [1997], p. 276, grifos do original), “um dicionário e uma gramática são uma imagem admissível da língua, esse depósito de imagens acústicas”. Contudo, atentemo-nos para os componentes organizados no referido *depósito: imagens acústicas*. Ou seja, parece-nos, aqui, que a referência de Saussure se restringe apenas ao que se chama, na fonologia atual, de unidades fonológicas, isto é, aos fonemas de uma língua, limitados em sua quantidade e dispostos em sua relação no sistema linguístico. Contudo, apresenta-se uma concepção mais ampla, em outras passagens, na qual se abarca o signo linguístico em sua totalidade, quando à língua se aplica a definição de *tesouro*, própria, segundo Bouquet (2000 [1997]), da tradição clássica da lexicografia.

através do qual se causa a mudança da língua – ou seja, é a razão do contínuo desequilíbrio sincrônico.

A posição analítica e interpretativa de Bouquet valida-se diante de uma nota manuscrita de Saussure, assim como nos dá as condições epistemológicas para a nossa consideração, ainda nos ancorando em Bouquet (2000 [1997]), da fala não só em relação ao, segundo a definição de *CLG*, eixo sintagmático – *fala efetiva* –, como, também, ao *associativo* – *fala potencial* –, em uma afirmação sintética na qual o segundo eixo se liga, segundo o nosso entendimento, à concepção de língua como um depósito. Nas palavras de Saussure (2004 [2002], p. 58)⁹⁸,

Nós denominamos *sintagma* a fala efetiva,
– ou a combinação de elementos contidos numa seção da fala real,
– ou o regime em que os elementos se encontram ligados entre si por sua sequência.

Por oposição à *prallélie* ou fala potencial, ou coletividade de elementos concebidos e associados pelo espírito, ou regime no qual um elemento leva uma existência em meio a outros possíveis⁹⁹.

Parece-nos, então, que à fala se outorga, segundo as notas manuscritas, a interação efetiva e possível com a língua, tanto pela sintagmação quanto, também, pela associação, em oposição ao modo como a mesma questão se configura em *CLG*, no qual ambos os processos se referem apenas à língua. Como consequência, aparece-nos mais uma refração – a do conceito de fala – na teoria saussureana, a partir da qual nos é possível a percepção do alto grau de complexidade dos problemas em torno da autoria e da formação da vulgata atribuída a Saussure, o que nos leva à seguinte consideração: pela configuração discursiva da nossa pesquisa de natureza epistemológica e historiográfica, na qual se envolvem as teorias de Volóchinov e de Saussure, cabe-nos um certo nível de relativização em relação ao nosso uso de *CLG* enquanto uma obra de autoria saussureana, o que nos coloca em um certo lugar discursivo e, portanto, enunciativo – consequentemente, ético – a partir do qual a nossa análise interpretativa é delimitada apenas à teoria refletida e refratada de Saussure na vulgata de 1916, com a qual se

⁹⁸ Sobre as datas dos textos de *ELG*: como não nos é dada, com muita precisão, a data de escrituração do manuscrito do genebrino, apenas nos referimos à da edição brasileira, que se encontra apenas entre os parênteses, e à da primeira publicação do livro, que se encontra entre as chaves. Quiçá, ser-nos-á possível, um dia, o acesso mais adequado às datas dos originais.

⁹⁹ Curiosamente, a primeira definição, tanto a de fala efetiva quanto a de potencial, refere-se mais a uma espécie de *faculdade*, no sentido de *capacidade* ou de *condição* de realização, respectivamente, da sintagmação e da associação, em oposição ao seu *resultado* ou ao seu *produto*, mais evidente na segunda.

colocou em contato, aliás, Volóchinov – e sobre a qual se incidem as críticas responsivas do filósofo russo.

Por mais que não nos pareça ser uma efetiva divulgação das ideias e das teses de Saussure, *CLG* trata-se de um enunciado teórico no qual se encontra, em maior ou em menor grau, refletida e refratada a teoria saussureana. Além do mais, é o enunciado, como afirmamos, ao qual se direciona a atitude responsiva de Volóchinov, razão sobre a qual se sustenta a nossa utilização da vulgata enquanto o cerne refletor e refrator de uma tradição filosófica e linguística demasiado intrincada, cuja reverberação se encontra, também, na reflexão autoral de Saussure de uma forma ou de outra, como nos atestam as análises interpretativas de Bouquet (2000 [1997]) – no que se refere, particularmente, ao conceito de língua enquanto um sistema autodeterminante, que se define e se regula somente pelas suas relações internas, em desconsideração categórica de toda e qualquer condição externa à sua formação sistêmica, o que se deriva, obviamente, de uma escolha metodológica. É em *CLG*, logo, que se manifesta, na ótica de Volóchinov, uma síntese do objetivismo abstrato¹⁰⁰.

Por fim, um ponto incontornável: referimo-nos a Saussure de *CLG* não como uma remissão estrita e necessária ao linguista genebrino enquanto um sujeito pessoal, mas, sim, como uma a um *sujeito epistemológico*, isto é, a uma *representação* de um sujeito, cuja constituição se dá enquanto um determinado posicionamento teórico através do conjunto sistemático da sua teoria, que se apresenta formado, portanto, a partir das suas definições e das suas especificações em relação a determinados fenômenos no plano sistemático, mas que se remete, continuamente, ao arquetônico, dada a natureza histórica da constituição do sujeito e

¹⁰⁰ Grillo (2017), em seu ensaio introdutório ao livro de Volóchinov, refere-se a dois outros nomes colocados pelo russo na tradição do objetivismo abstrato: os linguistas Baudouin de Courtenay e Mikolaj Kruszewski [1851-1887]. À teoria de ambos, aplica-se a denominação de objetivismo abstrato na conjuntura teórica de *MFL*. A posição de Grillo (2017), no entanto, marca-se por uma hesitação à atitude generalista de Volóchinov, através da qual se alocam, de forma categórica, ambos os linguistas no seio do objetivismo abstrato, dada a condição primeira e última de constituição da língua na acepção dos dois: *a atividade da fala*, que se apresenta como a realidade da língua e da linguagem. Tal perspectiva, de fato, difere-se da apresentada em *CLG* em grande medida, mas se aproxima, por outro lado, da concebida nos manuscritos saussureanos, relativamente. Bagno (2021, p. 357), inclusive, conta-nos que Baudouin de Courtenay e Saussure se corresponderam e se conheceram, o que nos pode indicar uma certa relação mais próxima entre parte das suas teorias. Como a nossa atitude fenomenológica de consciência incide-se sobre a referência, no contexto do enunciado teórico de Volóchinov, à vulgata de 1916 – fenômeno tético, ao lado de *MFL*, da nossa atitude – a como síntese do objetivismo abstrato, segundo a ótica analítica e interpretativa do filósofo russo, não nos dedicaremos, imediatamente, aos demais nomes constitutivos – ou não – da tradição objetivista abstrata. Se o fizermos, apenas será a título de esclarecimento das ideias e das teses saussureanas, uma vez que se tratam, em grande medida, de reelaborações das de outros linguistas da sua época, incluindo das de Baudouin de Courtenay e, também, das de Hermann Paul [1846-1921].

da teoria, ambos refletidos e refratados. É, também, um lugar refletido e refratado – assim como refletor e refrator – do sujeito Saussure enquanto uma articulação arquitetônica entre o autor pessoal e o autor teórico, que se fundamenta, como vimos, em fragmentos, mesmo que de maneira equivocada e inadequada através da interpretação de Bally e de Sechehaye, dos manuscritos nos quais se revela uma parte considerável – mas não total – da teoria saussureana. Consequentemente, não só a teoria saussureana se refratou no circuito de formação da vulgata de 1916, mas, também e sobretudo, o sujeito epistemológico de Saussure¹⁰¹.

2.2 A teoria saussureana de *CLG* sob uma análise epistemológica e historiográfica¹⁰²

Antes do prosseguimento da nossa análise epistemológica e historiográfica de parte da teoria enunciada na vulgata de 1916, cabe-nos uma menção incontornável às fontes primárias da teoria enunciada em *CLG*. Para Bagno (2021), a referência a um suposto *corte epistemológico* a partir do livro de 1916 não se sustenta diante de uma análise rigorosa da história das ideias linguísticas, no que se refere principalmente às dos linguistas do movimento dos Jovens Gramáticos. Trata-se de um “[...] lugar-comum quase axiomático nas narrativas mais apressadas da história do pensamento linguístico moderno [...]” (BAGNO, 2021, p. 334), graças ao qual se criou uma representação pejorativa de toda a tradição linguística dos séculos anteriores – cujas teorias não se validariam, assim, como científicas –, ao que nos referimos já. Como consequência, nega-se qualquer influência alheia na reflexão saussureana, como se se encontrasse acima do fluxo da comunicação interdiscursiva no qual as suas ideias e os seus enunciados se localizam de modo necessário – graças aos quais se tornaram possíveis, aliás –, uma espécie própria de construção discursiva e lógica das representações *divinizatórias* e *encomiásticas*. Aliás, atribui-se ao genebrino, além da paternidade da linguística moderna – contra qualquer desejo manifesto seu, além de tratar-se de uma afirmação sem fundamento científico de fato –, a criação de uma forma de epistemologia responsável pela gênese do *estruturalismo* enquanto um movimento intelectual, o que se configura, para Bagno (2021),

¹⁰¹ Rigorosamente, trata-se de dois sujeitos epistemológicos, que se manifestam em uma relação constitutiva e reguladora – apesar dos reflexos e das refrações –, no contínuo dos enunciados originais ao da vulgata de 1916.

¹⁰² Dada a limitação do nosso espaço de escrituração, ater-nos-emos somente a poucos componentes do conjunto sistemático da teoria de *CLG*, apenas aos necessários às nossas considerações subsequentes.

como um absurdo, dadas as provas afirmativas da origem da racionalidade estruturalista no solo da linguística do século XIX – em especial, no da dos Jovens Gramáticos¹⁰³.

Para Bagno (2021) – a cuja opinião científica nos filiamos sobre o assunto –, as duas fontes primárias de *CLG*, além da reflexão da tradição linguística, como nos mostra Bouquet (2000 [1997]), da gramática comparada até os Jovens Gramáticos – no que se concerne, sobretudo, ao pensamento do genebrino nos originais –, situam-se na obra de Hermann Paul e de William Whitney¹⁰⁴ [1827-1894]. Como veremos logo mais, parte das ideias centrais e das teses cardeais de *CLG*, que se encontram afirmadas, em muitos manuais de linguística, como originais do genebrino (BAGNO, 2021), advêm-se das obras dos citados linguistas, com quem se relacionou Saussure durante a sua trajetória acadêmica (KOERNER, 1973; JOSEPH, 2012). Além do mais, Bagno (2021) diz-nos que se tratava o livro de Paul – *Princípios fundamentais da história da língua* (1970 [1880]) –, à época de formação do genebrino, do principal manual de linguística para os estudos acadêmicos. Tudo se afirma segundo as descobertas das pesquisas de Konrad Koerner (1973), a quem se remete, continuamente, Bagno para fazer as suas considerações. Também, uma outra questão se mostra ligada à refração produzida pela atividade de redação dos editores de *CLG*: a presença, segundo Bagno (2021), de ideias já desenvolvidas no livro de Sechehaye, de 1908 – curiosamente, criticado pelo genebrino em um ponto central: a relação da linguística com a psicologia da época¹⁰⁵ (BOUQUET, 2000 [1997]).

¹⁰³ Para Bouquet (2000 [1997]), o estruturalismo linguístico se trata de um tributário de uma outra tradição epistemológica, cujo modelo científico se estrutura sobre o aristotelismo. Não nos é muito clara a posição do filósofo francês, mas nos cabe, aqui, mencioná-la para o conhecimento do nosso leitor. Desenvolvê-la estaria muito além dos limites do nosso trabalho atual.

¹⁰⁴ Segundo a nossa compreensão, parece-nos estar mais além, quando nos dedicamos, por exemplo, às questões referentes à fonologia em *CLG*. O primeiro e incontornável nome a se nos evidenciar é o de Baudouin de Courtenay (KOERNER, 1973).

¹⁰⁵ Toda a afirmação de Saussure em relação à alocação da linguística no seio da psicologia justifica-se diante da necessidade de concepção de uma nova disciplina psicológica. Segundo Bouquet (2000 [1997]), a inclusão da linguística no seio da psicologia é admissível por uma decorrência lógica da natureza psicológica das unidades linguísticas, o que se deve dar, programaticamente, através da semiologia. A realidade do objeto da semiologia linguística é psicológica. Mas, ainda segundo Bouquet (2000 [1997]), à linguística outorga-se uma posição de independência da psicologia, concomitantemente. É, portanto, um pertencimento relativo, dado pela concepção paradoxal do genebrino. No entanto, trata-se de uma psicologia programática, não à semelhança da desenvolvida à sua época, à qual se direcionavam várias críticas de Saussure, desde as aulas do seu primeiro curso (BOUQUET, 2000 [1997]). O principal alvo saussureano tratou-se do psicólogo alemão Wilhelm Wundt [1832-1920], para quem a linguística “se absorve e se resolve na psicologia [...]” (SAUSSURE, como citado por BOUQUET, 2000 [1997], p. 170). O genebrino dedicou-se à refutação de uma série de proposições semelhantes, fundamentando-se, na compreensão Bouquet (2000 [1997]), sobre três pontos cardeais, aos quais não nos remetermos por agora. Cabe-nos o entendimento, contudo, da seguinte questão: na esteira das suas críticas, encontra-se, como um dos seus escopos, o livro *Programa e método*

Todas as fontes primárias, ainda de acordo com Bagno (2021), não se encontram referenciadas de maneira devida no livro de 1916. De fato, nada nos há, a não ser uma série de menções vagas aos nomes de alguns poucos autores, referente à concessão de credibilidade de várias ideias apresentadas ali sob a rubrica de originalidade do genebrino. As razões para a omissão das referências não nos são muito evidentes, mas nos arriscamos em afirmar uma hipótese de duas contíguas: a primeira razão encontra-se na natureza apressada, descoordenada e fragmentada da atuação professoral de Saussure na sua ministração do curso de linguística geral. Em alguns enunciados do genebrino, os nomes de Whitney e de Paul aparecem¹⁰⁶, como no da conferência de 1891, um dos poucos elaborados e finalizados por Saussure. Mas nada, segundo Calvet (1977), estava preparado para as aulas do curso: as anotações apressadas em pedaços de papéis – rascunhos, de fato –, muito mal estruturadas, com uma série de afirmações vagas para quaisquer outros além do genebrino, não nos podem oferecer as referências às quais se remete a reflexão linguística de Saussure – que se filia, sim, à tradição dos Jovens Gramáticos (KOERNER, 1973). Como resultado, nenhuma citação direta nos aparece aos nomes dos autores das teorias nas quais se fundamenta e a partir das quais se organiza¹⁰⁷ o pensamento saussureano. A segunda liga-se a um dos principais centros de reflexo e de refração da reflexão

da linguística teórica, publicado em 1908 por Sechehaye. De acordo com Bouquet (2000 [1997], p. 173), o rascunho do comentário do genebrino sobre o livro de Sechehaye “[...] contém um ataque em regra contra aqueles que pretendem ‘fazer uma psicologia da linguagem’ sem ter antes reconhecido a verdadeira natureza do fato linguístico e sem ter situado este segundo essa perspectiva no ‘conjunto dos fenômenos psicológicos’ – e Sechehaye é aqui claramente atacado”. Claro é-nos o descontentamento de Saussure em relação à posição assumida por Sechehaye. Um fato curioso, no entanto, é-nos importante: a postura independentista da linguística saussureana, segundo Bouquet (2000 [1997]), no concernente à psicologia praticada à época de atuação do genebrino não se encontra presente na vulgata de 1916, o que nos indica ainda o maior grau de interferência e de homogeneização do trabalho de Bally e de Sechehaye, que se pode encontrar associado à tentativa do segundo de afirmação do seu ponto de vista sobre o do genebrino.

¹⁰⁶ Além dos nomes de ambos os linguistas, Saussure menciona, no mesmo enunciado seu, os de outros, com um tom elogioso em relação aos seus trabalhos. Nas suas palavras, “não são linguistas como Friedrich Müller, da Universidade de Viena, que abraçam quase todos os idiomas do globo, que fazem avançar o conhecimento da linguagem; mas os nomes que se deveria citar neste sentido seria nomes de romanistas como Gaston Paris, Paul Meyer, Schuchardt, nomes de germanistas como Hermann Paul, nomes da escola russa que se ocupam especialmente do russo e do eslavo, como N. Baudouin de Courtenay, Kruszewski” (SAUSSURE, 2004 [2002], p. 129).

¹⁰⁷ Vamo-nos às palavras de Bouquet (2000 [1997], p. 96), reafirmadas aqui: a pretensa “genialidade” do genebrino se encontra, quiçá, na sua *tentativa* de “[...] síntese epistemológica de conceitos metodológicos esparsos”, uma concepção, para muitos, criticável diante da observação de uma maior sistematicidade e uma consistente síntese nas teorias, por exemplo, de Paul, o que não nos concede, todavia, qualquer abertura para a colocação da importância do pensamento saussureano sob suspensão absoluta.

saussureana, ao qual já nos referimos: a redação da vulgata de 1916. Curioso nos é, porém, que Bally e Sechehaye não se referiram à tradição linguística na qual se encontra fundada uma parte substancial da reflexão do genebrino. Os motivos? Apenas os conjecturais e os vagos. Mas se tratou, como afirmamos, de uma atitude ativa, responsiva e volitiva das suas consciências, que se reverbera em todas as formas composicionais de *CLG* – omissões, paráfrases, etc. –, assim como na atribuição de afirmações de outros linguistas à originalidade saussureana. Tendo em vista toda a problemática das fontes primárias de *CLG*, cabe-nos analisá-lo sob a égide do cuidado e da relativização aos quais nos referimos antes.

Como em qualquer teoria submetida a uma análise interpretativa, os componentes articulados do conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica da saussureana determinam-se a partir das suas múltiplas relações na conjuntura de um enunciado teórico. Em princípio, atentar-nos-emos apenas à ideia de linguagem e ao conceito de língua da teoria de *CLG* – do qual se derivará a nossa consideração dos demais componentes –, por uma necessidade de recorte metodológico, cujas significações teóricas nos servirão de base para a nossa compreensão tanto da crítica responsiva quanto do posicionamento teórico de Volóchinov em relação ao que se coloca como a realidade da linguagem no objetivismo abstrato. Mas, conseqüentemente, esbarrar-nos-emos em outros dois conceitos imediatos, apenas de modo rápido: no de signo e no de fala, para, em seguida, dedicarmo-nos à acepção da ideia subjacente à dicotomia irreconciliável em *CLG* entre o *individual* e o *social*.

A definição e a especificação da ideia de linguagem, por exemplo, esbarram-se nas de outros, como na ideia da sistematicidade da língua, ainda mais quando se associa a nossa análise interpretativa ao modo com que cada componente articula-se no interior da teoria refletida e refratada na vulgata de 1916. Trata-se de um componente articulado do conjunto sistemático da teoria geral de Saussure sobre o qual se incidiu um grau alto de reflexo e de refração, que se trata, tornando-se um dos mais complicados, de um desafio quando analisado à luz dos manuscritos do corpus saussureano. Em *CLG*, as suas significações teóricas revestem-se de um certo grau de obscuridade, pois se referem à delimitação epistemológica de um fenômeno complexo, em cuja natureza se manifestam, no plano organizado do enunciado teórico de 1916, dois outros de ordens distintas e, em grande medida, irreconciliáveis: o fenômeno da língua e o da fala. A linguagem, logo, é definida e especificada como uma *faculdade coordenada*, portanto, de ordem *heteróclita*, que se define e se especifica, por exemplo, a partir da seguinte proposição:

tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; apoiada sobre diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence tanto ao domínio individual quanto ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, porque não se sabe como depreender sua unidade¹⁰⁸ (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 52).

Assim estabelecido, o fenômeno da linguagem coloca-se para além dos limites de uma análise científica, segundo uma parte dos critérios enunciados pelo genebrino de cientificidade e de racionalidade da tradição galileana¹⁰⁹ e positivista – dos quais se deriva a necessidade de homogeneização do objeto científico –, a partir da qual se constituíram, em grande medida, os fundamentos da epistemologia programática da ciência da linguagem de Saussure (BOUQUET, 2000 [1997]), que se encontra, em um grau determinado, refletida e refratada em *CLG* enquanto um enunciado teórico de gênese complexa, cujo interior é atravessado, aliás, por uma série de diversas ênfases valorativas e vozes dialógicas para a determinação das escolhas, das mudanças e dos recortes¹¹⁰ epistemológicos e metodológicos, por parte do trabalho de edição e de redação

¹⁰⁸ Bagno (2021, p. 363) confirma-nos a legitimidade da afirmação sobre a homogeneidade do objeto da linguística, apesar das refrações. Trata-se de uma “[...] afirmação reforçada nos cadernos de Constantin: ‘*Não se pode imaginar nada de mais homogêneo* (p. 71)’”.

¹⁰⁹ Isto é, derivado de uma epistemologia galileana, segundo os seus critérios de cientificidade: a *literalização*, a *formalização* e a *refutabilidade* (BOUQUET, 2000 [1997]), aplicáveis no método galileano da experiência científica. O primeiro critério refere-se à colocação do conhecimento científico sob uma letra inequívoca – o que se reverbera, aliás, nas diversas formas de notação fonética. O segundo trata-se do meio de encadeamento lógico do conhecimento literalizado. E o terceiro institui-se sobre o parâmetro de *gramaticalidade*, cujo exercício é realizado pelo falante de uma língua. Concomitantemente, baseia-se em uma certa forma de método de verificação empírica. Trata-se de uma epistemologia, sobre a qual se sustenta o *saber positivo* – fundado na empiricidade do dado –, à qual se submete o conceito de língua da tradição comparatista. Como consequência, apresenta-se o primeiro subsídio do conceito saussureano de língua: é um sistema de formas fonológicas, a face passível de verificação empírica da língua. No entanto, é *uma epistemologia galileana de uma ciência do espírito*, dada a natureza psíquica dos seus objetos – em princípio, da face fonológica. Mas se trata de apenas uma parte da estrutura do edifício do conceito de língua do genebrino. Ao que tudo nos indica, sustenta-se sobre, também, uma *tradição metafísica da linguagem* (BOUQUET, 2000 [1997], p. 145). Logo a seguir, preocupar-nos-emos um pouco mais com uma parte dos fundamentos genéticos do mencionado conceito saussureano. Caso o nosso leitor se interesse mais pelo assunto, a nossa recomendação é a obra de Bouquet (2000 [1997]). Mas não nos esqueçamos: trata-se de uma introdução à teoria dos manuscritos, que se encontra, em maior ou em menor grau, refletida e refratada em *CLG*, o que nos ajuda, contudo, na compreensão dos fundamentos e das origens dos componentes do conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica de *CLG*, com todas as ressalvas possíveis, devido ao alto grau de refração da teoria do genebrino na vulgata de 1916.

¹¹⁰ Parece-nos se tratar de um problema passível de análise: o *tom positivista* da vulgata de 1916 nos é mais intenso quando em comparação com uma série de proposições afirmadas pelo genebrino nos seus manuscritos. Apesar de o critério científico de homogeneidade do objeto fazer-nos lembrar muito à famigerada ideia de concepção de *ser* enquanto um uno em si mesmo na tradição filosófica de Parmênides [515 a.n.e.-460 a.n.e.], assente-se mais, talvez, em um modo reconfigurado da mesma noção metafísica em solo científico, a partir de outras exigências positivistas – *neutralidade do conhecimento científico, independência absoluta das leis geradoras e reguladoras dos fatos da natureza e da*

de Bally e de Sechehaye¹¹¹. A contradição e a flutuação das quais se reveste o *locus epistemológico* da ideia de linguagem no conjunto sistemático de *CLG* tornam-se ainda um somatório para a nossa dificuldade da sua definição e da sua especificação na conjuntura da vulgata. Enquanto, na proposição anterior, a linguagem não pode se configurar como um objeto científico pela heterogeneidade manifesta na sua definição e na sua especificação, a questão torna-se outra na seguinte proposição: “a matéria da linguística é constituída primeiramente por todas as manifestações da linguagem humana [...]”¹¹² (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 48).

Mais uma vez, parece-nos se tratar de mais uma refração incidente, que se confirma à luz de certos excertos de autoria do genebrino, sobre um componente do conjunto sistemático da teoria geral de Saussure – no caso, sobre a ideia de linguagem. Em certas notas dos manuscritos do corpus saussureano, uma outra, que se associa à dupla definição do conceito de língua – à qual nos referiremos a seguir – a partir da epistemologia da gramática comparada do genebrino, aparece-nos, no entanto, de modo muito mais definido e especificado, que se coaduna com um certo projeto programático de pensamento da linguística geral, em consonância com a reflexão dos seus contemporâneos¹¹³ (BOUQUET, 2000 [1997]). No enunciado da sua primeira conferência na Universidade de Genebra, em novembro de 1891, Saussure já se direcionava para o seu conceito principal de língua – que se apresenta bem

societade, dentre outros pressupostos (LÖWY, 2000) –, em uma justaposição – inarticulada, portanto – com o galileanismo da epistemologia da gramática comparada. Como se trata de uma questão problemática e grande, não nos cabe tratá-la aqui. Quiçá, em um dia, possamos permitir-nos fazê-lo de maneira adequada.

¹¹¹ A mesma atitude ativa, responsiva e volitiva de consciência de ambos, graças à qual a face comtiana da epistemologia programática de Saussure, mencionada por Bouquet (2000 [1997]), torna-se muito mais reforçada na vulgata de sua autoria, o que se trata, em nossa concepção, da condição primária para a eliminação e para o obscurecimento da discussão filosófica pela qual se caracteriza a reflexão saussureana – de natureza sobremodo racionalista, com muitas incisões do platonismo e, quase de forma contraditória, do empirismo, pela referência indireta a Locke, assim como à tradição galileana (BOUQUET, 2000 [1997]), questão demasiado intrincada.

¹¹² Parece-nos se referir à linguagem enquanto um fato geral da semiologia, ciência programática, segundo Saussure (2004 [2002]), de todos os sistemas de signos, à qual é pertencente a linguística. Se se refere, de fato, à linguagem humana enquanto um objeto científico da semiologia, a contradição torna-se ainda maior, uma vez que se afirma tratar de uma matéria da linguística. Além do mais, define-se como o único e verdadeiro objeto da linguística, logo em seguida, a língua enquanto um sistema formal. Ou seja, a contradição dobra-se de complexidade e de tamanho, e, cada vez mais, é-nos uma prova da refração à qual se submeteu a reflexão saussureana.

¹¹³ Saussure (2004 [2002], p. 128, grifos nossos), no seu escrito para a sua conferência de 1891, é-nos muito claro sobre: “senhores, seria necessário um tempo considerável para expor esse ponto, desenvolvê-lo e justificar meu ponto de vista, *que não é diferente do ponto de vista de todos os linguistas atuais*”.

definido e especificado, segundo Bouquet (2000 [1997]), nas suas aulas de 1910, ao qual nos dedicaremos dentro em breve –, mas em referência à definição da sua ideia de linguagem enquanto uma *generalização dos princípios comuns a toda língua particular*¹¹⁴, em uma especificação na qual se equivalem ambas:

Língua e linguagem são apenas uma mesma coisa: uma é a generalização da outra. Querer estudar a linguagem sem se dar ao trabalho de estudar as suas diversas manifestações que, evidentemente, são as *línguas*, é uma empreitada absolutamente inútil e quimérica; por outro lado, querer estudar as línguas esquecendo que elas são primeiramente regidas por certos princípios que estão resumidos na ideia de *linguagem* é um trabalho ainda mais destituídos de qualquer significação séria, de qualquer base científica (SAUSSURE, 2004 [2002], p. 128-129, grifos do original).

Ainda mais: no mesmo enunciado do genebrino, uma outra significação teórica da ideia de linguagem constitui-se em direção a uma *acepção antropológica*: é um *fato humano*, cujo estudo se encontra “[...] todo ou quase todo contido no estudo das *línguas*” (SAUSSURE, 2004 [2002], p. 128). Primeiro, a interdependência entre a linguagem e a língua, o que não se manifesta articulado e conciliado em *CLG*, torna-se um pressuposto à análise linguística, isto é, uma afirmação *a priori* – uma ideia totalizante e anterior, em sentido metafísico –, cuja formação se fundamenta na vinculação entre a gramática comparada, na qual se analisam as línguas pelo método comparativo¹¹⁵, e a linguística geral, na qual se depreendem os princípios

¹¹⁴ Muito em conformidade como o conceito de língua, ao qual nos dedicaremos logo mais, como, segundo Bouquet (2000 [1997], p. 122-127), *a generalidade do específico*, uma proposição epistemológica por meio da qual se norteia a epistemologia programática do genebrino.

¹¹⁵ Percebamos: a articulação epistemológica do movimento das línguas à linguagem, para a sua definição e para sua especificação enquanto um fato humano, cuja determinação se deve estabelecer a partir da generalização do específico de cada língua particular, dá-se no interior de um método galileano de experimentação científica, o que nos indica a primazia, na afirmação de Saussure, da gramática comparada sobre a linguística geral. Pela primeira, dá-se o tom à segunda. Segundo Reale e Antiseri (2004, p. 218), o método galileano funda-se na *experiência científica*, que, “[...] portanto, é experimento científico. E, no experimento, a mente não é de modo nenhum passiva. Ao contrário, a mente é ativa: faz *suposições*, extrai rigorosamente suas consequências e depois vai comprovar se elas se dão ou não na realidade. A mente não sofre uma experiência científica: ela a *faz*, projetando-a. E a efetua para ver se uma experiência sua é verdadeira ou falsa”. Logo, o método comparatista da reflexão saussureana, de estrutura galileana, desenvolve-se a partir de uma atitude teórica em relação ao seu objeto, e não a partir da pura realidade. De uma certa maneira, manifesta-se uma anterior base teórica, pela qual se coordena a atividade de comparação das línguas. A *indução*, portanto, seria importante *a posteriori*, enquanto uma condição para a generalização do específico, graças à criação de deduções e de hipóteses segundo uma base teórica anterior ao e coordenadora do movimento em direção ao objeto. Na complementaridade entre a gramática comparada e a linguística geral, parece-nos que, logo, a “[...] experiência científica é feita de teorias que instituem fatos e de fatos que controlam teorias. Existe aí

gerais de todas as línguas submetidas à análise comparativa, o que se torna consoante com uma outra proposição, a partir da qual se torna mais visível o lugar da relação entre a linguagem e a língua, assim como os de cada componente sistemático, no interior do conjunto epistemológico e metodológico da reflexão saussureana dos seus manuscritos: “a linguagem é um fenômeno; é o exercício de uma faculdade que existe no homem. A língua é o conjunto de formas concordantes que esse fenômeno assume numa coletividade de indivíduos e numa época determinada” (SAUSSURE, 2004 [2002], p. 115).

O que nos aparece nas proposições dos manuscritos: primeiro, a reafirmação categórica da interação entre a linguagem e a língua, fenômenos interdependentes na realidade e, logo, componentes contíguos na teoria, o que está fora, contudo, do plano teórico de *CLG*. Segundo, a colocação da linguagem como um fenômeno, o que nos leva à conclusão segundo a qual se pode tornar um objeto de análise – caso contrário, à linguagem não se outorgaria uma série de significações teóricas, isto é, de construções epistêmicas pelas quais se definiria e se especificaria como uma ideia¹¹⁶. Terceiro – em íntima relação com ambos os pontos anteriores –, a língua é a *materialização concordante* da linguagem, já que se manifesta, nas suas estruturas e nas suas organizações, os princípios gerais da segunda. Ao mesmo tempo, define-se e especifica-se enquanto um *conjunto de formas da linguagem*, do qual é a manifestação em uma coletividade e em uma época. Aqui, a linguagem e a língua se confundem e se equivalem em direção a uma mútua determinação epistêmica¹¹⁷. Na conjuntura teórica da vulgata de 1916, não se encontra, contudo, uma passagem sistemática sequer do conceito de língua à ideia de linguagem, mas apenas uma contiguidade conceitual muito inarticulada, pela qual se tornam pertencentes a língua e a fala à linguagem.

Na proposição anterior de um fragmento original do genebrino, deparamo-nos com uma articulação intrínseca entre a linguagem e a língua, o que não se encontra na obra redigida por

uma integração recíproca e uma relação mútua de correção e aperfeiçoamento” (REALE; ANTISERI, 2004, p. 218).

¹¹⁶ Talvez não do mesmo modo como a língua enquanto um objeto comparatista ao qual se aplica o método de experimentação científica. Mas evidente nos é: dada a definição da linguagem em uma teoria, é posta, segundo a nossa concepção fenomenológica, pelo ato tético de uma consciência e, conseqüentemente, dotada de uma série de significações teóricas. Logo, torna-se um objeto de análise.

¹¹⁷ No mesmo texto, Saussure é-nos muito mais categórico, dando-nos a natureza da relação entre ambas ao criticar a escola de Franz Bopp, para a qual a linguagem, segundo as suas palavras, seria apenas uma aplicação da língua (SAUSSURE, 2004 [2002], p. 115). Na voz do genebrino, “hoje, vê-se que há reciprocidade permanente e que, no ato de linguagem, a língua tem, ao mesmo tempo, sua aplicação e sua fonte única e contínua, e que a linguagem é, ao mesmo tempo, a aplicação e o gerador da língua [...]” (SAUSSURE, 2004 [2002], p. 115).

Bally e por Sechehaye. Porém, como se define e se especifica, em *CLG*, a segunda? Um dos mais centrais e essenciais componentes do conjunto sistemático da reflexão saussureana, o conceito de língua, como tudo no enunciado de 1916, contorna-se de refrações múltiplas, por meio das quais se envolve em imprecisões, em flutuações e em obscuridades, apesar de lá aparecer-nos uma série de suas significações teóricas melhor do que as em relação à ideia de linguagem. Bouquet (2000 [1997]) indica-nos duas definições do conceito de língua – ou seja, dois conceitos –, que se derivam da epistemologia da gramática comparada, aos quais se une uma base metafísica de origem filosófica, com um dos inícios bem demarcados na *Gramática de Port-Royal* (BOUQUET, 2000 [1997]). Os lugares de ambos, nos manuscritos, encontram-se melhor determinados e mapeados, mas, na vulgata de 1916, misturam-se sem quaisquer articulações epistemológicas e metodológicas muito elucidativas – assim como se aglomeram com outras significações teóricas sem quaisquer critérios articulatórios. Uma proposição, dentre as muitas¹¹⁸, torna-se imprescindível para o direcionamento da nossa análise inicial, pois se trata de uma sustentadora do edifício de muitas considerações de *CLG*, além de colocar-se como uma das mais criticadas por Volóchinov: “a língua é um sistema de signos [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 59).

Segundo Bouquet (2000 [1997]), trata-se de uma proposição de dupla articulação genética: é, por suas partes diversas, epistemológica e metafísica¹¹⁹. A epistemológica vincula-se à epistemologia da gramática comparada¹²⁰ do genebrino, ou seja, a uma reflexão sobre as

¹¹⁸ Uma nota importante: não nos ocuparemos de todas as modulações da mesma proposição. Ater-nos-emos a uma mais elementar, em cuja significação teórica se sustente todas as demais.

¹¹⁹ Quando Bouquet (2000 [1997]) se refere a epistemológico e a metafísico, quer dizer-nos que a proposição referida pelo primeiro termo liga-se ao saber positivo, isto é, verificável empiricamente, e, pelo segundo, a um saber *não positivo*, não verificável empiricamente, mas que se coloca como um *a priori* determinante e regulador do primeiro.

¹²⁰ Prova do interesse do genebrino pela questão epistemológica encontra-se no seguinte excerto citado por Bouquet (2000 [1997]), no qual se equivale *filosófico* a epistemológico: “esse será para sempre um assunto de reflexão filosófica, que durante um período de cinquenta anos a ciência linguística nascida na Alemanha, desenvolvida na Alemanha [...], não tenha tido jamais nem mesmo a veleidade de se elevar ao grau de abstração que é necessário para dominar de um lado *o que se faz*, de outro lado, em que *o que se faz* tem uma legitimidade e uma razão de ser no conjunto das ciências [...]” (SAUSSURE, 1894, como citado por BOUQUET, 2000 [1997], p. 88). A menção do genebrino *ao que se faz* lembranos o movimento abstrato de colocação, pela reflexão, da atividade científica da linguística, enquanto a referência à sua *legitimidade e razão no conjunto das ciências* leva-nos para o cerne da necessidade de investigação epistemológica *do que se faz* em face da apresentação das suas condições de possibilidade, pelas quais se determinaria o seu pertencimento a uma área científica. E, segundo Bouquet (2000 [1997], p. 89), o germe de uma epistemologia da gramática comparada, para Saussure, vinha delineando-se na obra de Whitney, mencionado sempre pelo genebrino nos seus manuscritos – a quem se remete muitas ideias e teses de Saussure –, mas apagado sistematicamente na vulgata de 1916.

condições de possibilidade e de pertencimento da gramática comparada a uma certa forma de racionalidade científica, através da submissão do seu objeto a uma análise segundo os critérios galileanos de cientificidade. Desde a sua origem, a forma da gramática comparada, como nos conta Bouquet (2000 [1997], p. 83), delineou-se a partir da “[...] relação sistemática entre duas perspectivas, acrescentadas às das gramáticas clássicas: de um lado a comparação das diversas línguas entre si, de outro lado a história fonológica e gramatical das línguas particulares”. Como consequência, constituiu-se uma nova perspectiva na gramática comparada de abordagem do objeto linguístico: a “[...] sua óptica permite que se considere a entidade *palavra* e a classe *língua*, que subsume essa entidade, como realidades estritamente fonológicas, às quais dá corpo sua inscrição na História” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 83-84). É a face fonológica da língua, então, o que se submete à análise epistemológica de Saussure.

Fundando-se na imprescindibilidade de submissão da gramática comparada a uma epistemologia – para se definirem o seu lugar¹²¹ e o seu objeto –, formou-se um conflito complexo, durante o século XIX, sobre a natureza das ciências da linguagem, cujo foco se incidia sobre o objeto definido pela gramática comparada: o componente sonoro das línguas. A necessidade de colocação da linguística sob a égide de uma epistemologia fora do *materialismo biologista* do darwinismo, para determiná-la como uma ciência histórica, tratou-se de uma constante na reflexão de muitos linguistas da época, como Whitney, Paul e Saussure. Emergiu-se o debate aí das *leis fonéticas*, que se referem às leis cegas e mecânicas de desenvolvimento da mudança fonológica das línguas (BOUQUET, 2000 [1997]) – cujas exceções se sustentam sobre a *analogia*¹²². Também se tratou, portanto, de uma materialização do conflito entre as

¹²¹ Tudo se relaciona, para Bouquet (2000 [1997]), com o debate epistemológico do lugar da linguística à época de atuação do genebrino: trata-se de uma ciência natural ou de uma ciência histórica – do espírito, por extensão remissiva? Para o linguista e filósofo francês, a posição dos Jovens Gramáticos, à qual se filiou, até certo ponto, Saussure, encontrava-se no lado oposto ao no qual se alocava a dos partidários do *darwinismo linguístico*, cujo apoio principal se fazia sobre a obra de August Schleicher [1821-1868]. O linguista alemão, segundo Câmara Jr. (1975, p. 64, grifos do original), “[...] como todos os linguistas anteriores a ele, tinha a ambição de elevar o estudo da linguagem ao *status* de uma ciência com rigorosas leis de desenvolvimento”. E, para fazê-lo – dedicando-se ao combate, ao mesmo tempo, da concepção hegeliana segundo a qual as produções das ciências humanas “[...] são o produto livre do pensamento do homem e não podem ser colocadas sob a influência de leis imutáveis e gerais tais como os fenômenos da Natureza” (CÂMARA JR., 1975, p. 64) –, Schleicher, primeiro, submeteu a linguística à epistemologia das ciências naturais, de acordo com a sua forma darwinista ao, segundo, alocá-la no seu seio.

¹²² A analogia, assim como o princípio das *leis fonéticas*, não se trata de uma inovação de Saussure. Em *CLG*, encontram-se como uma referência importante para a nossa delimitação das tradições convergentes na constituição da epistemologia e da metodologia da teoria saussureana. Como princípios fundamentados no solo teórico da linguística, a analogia e a lei fonética têm um histórico que, como nos indica Bouquet (2000 [1997]), vem desde a gramática comparada, assentando-se na tradição da reflexão

perspectivas em questão. E tudo nos mostra a ausência de qualquer isolamento de Saussure em relação à sua necessidade epistemológica, que se inseria, ao contrário, em um debate de origem histórica muito precisa.

Opondo-se à solução principal dos Jovens Gramáticos – segundo a qual se define como híbrido o objeto da gramática comparada, isto é, a face fonológica das línguas: determinado, de um lado, por uma ordem natural e, de outro, por uma psicológica (BOUQUET, 2000 [1997], p. 86) –, a posição de Saussure, apoiando-se em Paul, um dos primeiros a afirmar categoricamente a natureza psicológica dos componentes das línguas (BAGNO, 2021), fundamenta-se sobre a epistemologia galileana para a afirmação da natureza psíquica do componente fonológico das línguas – ou seja, não mais apenas do semântico. E, nas palavras de Bouquet (2000 [1997], p. 93), forma-se “[...] uma distinção entre *substância* (fonética) e *forma* (fonológica): a distinção que fundamenta o caráter psicológico da realidade linguística”. Daí, conseqüentemente, aparece-nos uma definição da origem arquetônica da proposição à qual nos referimos: a língua é, primeiramente, um *sistema de formas fonológicas, de natureza psíquica*, cujos objetos se delimitam através dos postulados dos critérios galileanos de literalização, de formalização e de refutabilidade. Trata-se de uma conclusão alcançada pelo princípio da *generalização do específico*: dado o axioma de igualdade fonológica¹²³ das línguas particulares pela gramática

dos Jovens Gramáticos. A analogia era utilizada na explicação das exceções às leis fonéticas. A querela das leis fonéticas, aliás, tratou-se de uma disputa na qual se envolveu Saussure de modo íntimo, da qual se derivou a sua aceção da natureza psíquica da face fonológica da língua – que nos parece, na verdade, tratar-se de uma ideia em germe no pensamento de Hermann Paul (1970 [1880]). Em Paul, também, a analogia se apresenta de forma consistente, muito em associação a uma ideia de sintagmação – ou seja, o que nos mostra a não originalidade de Saussure em relação à sua noção de sintagma –: “a atração mútua baseia-se sempre numa concordância parcial do som ou da significação, ou da significação e som simultaneamente” (PAUL, 1970 [1880], p. 117) – cf. o capítulo V do mencionado livro de Paul. Para uma definição sintética pela qual se pode nortear o nosso leitor, atentemo-nos para as palavras de Silva (2015, p. 57-58, grifos da autora) sobre a analogia: “[...] fenômeno em que uma palavra, ou um padrão linguístico qualquer, é alterado de maneira a se tornar semelhante, ou análogo, a um outro padrão da língua. Na linguagem infantil, em português, verifica-se um caso de analogia relacionado com formas verbais irregulares. Por exemplo, as formas verbais irregulares *fiz* e *fosse* são atestadas na linguagem infantil como respectivamente *fazi* e *fisse*. A analogia relaciona-se ao fato de as crianças utilizarem, nas formas verbais irregulares, o padrão adotado na conjunção verbal regular. Na linguística histórica a analogia é sugerida para explicar a regularização de formas irregulares. Na tradição **neogramática** a analogia é invocada para explicar a não aplicação de uma mudança linguística a uma determinada forma em que a mudança deveria ter se aplicado ou que apresente contexto adequado para a aplicação”.

¹²³ A ideia de *igualdade* é posta no sentido de: primeiro, toda língua particular está submetida ao mesmo fato ocasionador da mudança fonológica e, segundo, o *corte formal* sobre a *substância sonora* de cada uma, para ser particular em sua forma fonológica, estabelece-se graças ao princípio do arbitrário. Ambas as justificativas se imbricam, pois “[...] a mudança fonológica é precisamente a melhor justificativa do arbitrário [...]” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 115). Ou seja, pela diversidade linguística, chega-se ao pressuposto da igualdade das línguas pelo fato responsável pela sua variação: pelo princípio da sua regularidade. A dimensão perdida pela linguística saussureana, segundo a nossa compreensão, em

comparada, decorre-se o fato da instituição da natureza psíquica do componente fonológico enquanto uma *estrutura geral* da língua como sistema. Derivam-se, com efeito, duas significações teóricas do conceito de língua: uma referente à língua enquanto uma *particularidade* e outra concernente, conseqüente do princípio de generalização do específico, à língua enquanto uma *generalidade* – isto é, uma *estrutura comum e geral a todas as línguas particulares*¹²⁴ (BOUQUET, 2000 [1997]). A segunda, por conseguinte, chega a aproximar-se e a equivaler-se à ideia de linguagem, delimitando-se em sua relação com a significação teórica da língua como um *sistema sincrônico*:

a epistemologia saussureana do comparatismo atribui um valor geral à noção de “língua”, o que decorre da definição do objeto delimitado por essa epistemologia. Esta coloca, com efeito, um objeto, não apenas positivo, mas que deve sua identidade *exclusivamente* à oposição de que participa com os outros objetos do sistema fonológico. Uma tal doutrina supõe que, quanto à face fonológica (a única que nos interessa neste momento), em qualquer língua que seja, só há “diferenças, mas diferenças *sem termos positivos*”. Dessa natureza do objeto decorre que toda língua – ou seja *a língua* – é caracterizada por uma singularidade absoluta. Em outras palavras, a essência de todas as línguas, considerada no plano fonológico, habita na irreduzível particularidade da formalização, efetuado por cada uma delas, de um sistema sem termos positivos. Como generalidade é aqui *generalidade do específico*, Saussure acabará por adotar o termo *língua*, cujo valor específico é evidente, para estenografar também um valor “geral” – por conseguinte, esse termo pode ser facilmente atribuído às três acepções que coexistem ao longo dos escritos e dos cursos, a saber (1) o idioma em particular, (2) o equilíbrio sincrônico desse idioma, (3) a generalidade nas línguas (BOUQUET, 2000 [1997], p. 122-123, grifos do original).

relação à sua tradição fundadora encontra-se na razão segundo a qual ela estava fortemente fundamentada na análise das línguas vivas. No plano semântico, a igualdade é admitida por uma extensão lógica pelo genebrino (BOUQUET, 2000 [1997]).

¹²⁴ Não enquanto uma faculdade humana, como se apresenta na ideia de linguagem do manuscrito referido de Saussure. Todas as nossas menções às estruturas gerais e universais das línguas, desde o projeto racionalista sob a interpretação de Port-Royal, referem-se não a um delineamento da faculdade de produção das línguas, mas, sim, a um estabelecimento das *formas gramaticais* comuns e gerais de todas, obtidas pelo processo indutivo, sobre o qual se incide uma forte base metafísica. Como a linguagem é uma faculdade humana – ou seja, geral e universal –, a língua, enquanto um conjunto de formas concordantes com a faculdade da linguagem (SAUSSURE, 2004 [2002], p. 115), é concebida, por decorrência lógica, como a delimitação das estruturas gerais das línguas, ou seja, das formas pelas quais se manifesta a faculdade da linguagem. Como se apresentará pela nossa análise, a vinculação entre a linguagem e a lógica no empreendimento derivado da metafísica racionalista refere-se a um programa de criação de uma gramática geral e universal, através da qual se buscava a instituição de um sistema capaz de expressar o conhecimento, de forma independente da especificidade de cada língua particular. Trata-se do projeto ao qual se filia, de um modo ou de outro, o conceito saussureano de língua.

Pela via da epistemologia da gramática comparada do genebrino, aparece-nos um dos pilares epistemológicos do conceito de língua enquanto um sistema, cujas unidades – os signos – se determinam, por um de seus lados, pela sua face fonológica enquanto uma forma de natureza psíquica. Além do mais, a referência ao termo *sistema* indica-nos uma intersecção arquitetônica na constituição epistemológica e metodológica da teoria saussureana: segundo Bouquet (2000 [1997], p. 141), “[...] *sistema* pertencia, na época, ao vocabulário das ciências e, portanto, ao da filosofia das ciências; é um conceito-chave principalmente em física, particularmente em mecânica e astronomia”¹²⁵, o que nos mostra, primeiro, a consonância da epistemologia saussureana com os fundamentos epistemológicos das ciências amplas da sua época – o que se corrobora, concomitantemente, pelo seu uso da epistemologia galileana – e, segundo, a inserção da sua teoria, através de uma relação arquitetônica retrospectiva e prospectiva, por meio do fluxo interdiscursivo no qual se encontrava, em uma tradição remetente à física, com o objetivo de fundamentação da gramática comparada em harmonia com o combate ao darwinismo linguístico. Como consequência, a reflexão linguística do genebrino, por um de seus lados, submete-se às formas de uma epistemologia de uma ciência natural – a física –, cujo desenvolvimento se tornou constante e firme durante os séculos posteriores à sua emergência.

Ao mesmo tempo, surge-nos um imbricamento de significações teóricas na base de desenvolvimento da proposição segundo a qual a língua se define como um sistema. Das línguas particulares à estrutura geral, a definição do sistema linguístico forma-se no entrecruzamento de ambas, tratando-se de um conceito amplo e determinante, a partir do qual se busca a generalidade linguística nas línguas particulares. É o que se manifesta pelo conceito de *a língua* (*la langue*), ao qual nos dedicaremos quando nos for conveniente do ponto de vista do nosso delineamento da sua origem arquitetônica. Por enquanto, é-nos apenas um conceito metodológico, portanto, que se realiza através da generalização “[...] como um procedimento ativo que, a partir de resultados científicos dos quais operou a síntese com elementos exteriores

¹²⁵ Não somente a ideia de *sistema*, mas também uma série de outras apresentadas pela reflexão do genebrino. Bouquet (2000 [1997]) indica-nos que grande parte da terminologia sustentadora da epistemologia do genebrino advém-se da mecânica do século XIX, além do positivismo comtiano. Um exemplo nos é dado pelo par dicotômico de sincronia e diacronia, que se remete ao, respectivamente, *estático* e ao *dinâmico*. Porém, foi pela via da filosofia comtiana que se deu a sua utilização. Comte, como nos conta Bouquet (2000 [1997], p. 206), tomou emprestado esses termos da física para usá-los em sua *física social*. E a certeza de Bouquet (2000 [1997], p. 206) é a de que Saussure foi “[...] marcado por essa tradição, assim como, diretamente, pela tradição científica”.

(não positivos, segundo nossa terminologia), estará apto a voltar ao domínio da positividade”¹²⁶ (BOUQUET, 2000 [1997], p. 151). Mas uma origem mais longínqua nos parece se constituir no fundamento, por outro lado, do conceito sistêmico de língua de *CLG*, cuja estrutura epistêmica se embasa, contudo, sobre o de *a lingua*. Segundo Bouquet (2000 [1997], p. 146), as suas raízes se encontram fincadas na tradição da metafísica da linguagem. Enquanto, pela via da epistemologia da gramática comparada, a proposição em questão trata-se de um *conceito a posteriori*¹²⁷, manifesta-se, pela via metafísica, como um *conceito primitivo*:

nesta tradição, os conceitos que compõem essa proposição não designam, por definição, os referentes empíricos concebíveis como objetos *a posteriori* de uma prática que obedece a critérios de ciência. Ao contrário, inscrevem-se numa rede de proposições no seio das quais, articulando-se a outros conceitos cujo estatuto referencial é equivalente, desempenhem o papel de conceitos *a priori* – ou seja, de *conceitos primitivos* (BOUQUET, 2000 [1997], p. 146, grifos do original).

Bouquet (2000 [1997]) indica-nos que as proposições metafísicas¹²⁸ de fundação da acepção saussureana se constituíram no cerne das tradições filosóficas dos séculos XVII e

¹²⁶ O que nos indica Bouquet (2000 [1997]): dada, na reflexão do genebrino, a complementaridade entre a gramática comparada (análise comparatista das línguas) e a linguística geral (a generalização a partir dos resultados da gramática comparada), manifesta-se uma interdependência, também, entre o saber positivo de uma (da gramática comparada) e o não positivo da outra (da filosofia linguística). Basicamente, o que nos aparece é, aqui, a forma primária da concepção saussureana sobre do que se trata a linguística geral: uma disciplina científica, que se fundamenta sobre o entrecruzamento dos três planos teóricos, por cujas generalizações a partir do comparatismo se deve regular a gramática comparada. É como se a linguística geral se tratasse de um delineamento dos caminhos a seguir da gramática comparada. E refere-se a uma reciprocidade permanente, muito diferente do projeto estruturalista desenvolvido no século XX sob a ordem imperativa da generalização como um fim em si mesmo. Segundo Bouquet (2000 [1997], p. 146, grifos do original), “o qualificativo *geral* reaparece, através de sua pena ou de suas palavras, justamente para fazer referência a uma perspectiva suscetível, ao mesmo tempo, de sintetizar as descobertas da gramática comparada e de elevar acima das considerações comparatistas”. E como, também, se os resultados da gramática comparada não fossem suficientes. Tudo se liga à mutualidade entre a linguagem, enquanto uma generalização, e as línguas a serem analisadas, ao que nos já remetemos. No seio da reciprocidade entre uma e outra, forma-se o conceito de língua do genebrino.

¹²⁷ Isto é, cuja determinação de valor de verdade se estabelece na empiria por meio dos critérios galileanos.

¹²⁸ Para o conhecimento de nosso leitor da consideração de Bouquet (2000 [1997], p. 145, grifos do original): “certos conceitos primitivos que formam um conjunto com ‘língua’ e ‘signo’ podem ser mencionados. São eles: ‘espírito’, ‘pensamento’, ‘linguagem’, ‘ideia’, ‘conceito’, ‘expressão’, ‘sentido’, ‘significação’. Pode-se igualmente citar algumas das proposições que se pressupõem umas às outras, que estenografam esses conceitos e/ou que os compõem: (1) *uma língua é um sistema de signos (as línguas são sistemas de signos)*; (2) *a linguagem é o uso de um sistema de signos (ou uma linguagem é o uso de um sistema de signos)*; (3) *os signos exprimem (ou significam) ideias (ou conceitos) (ou*

XVIII em relação ao signo enquanto o seu objeto central. Evidentemente, o predicado da proposição *a língua é um sistema de signos* oferece-nos uma especificação dos objetos componentes e contíguos do sistema em questão: os signos. Para Bouquet (2000 [1997], p. 146), a teoria da gramática de Port-Royal encontra-se na base de formação da acepção do genebrino, refratada em *CLG*, “[...] mas também em filósofos como Locke, em enciclopedistas e nos ideólogos”. A lista onomástica de Bouquet (2000 [1997]) nos é extensa: Étienne Bonnot de Condillac [1714-1780], Denis Diderot [1713-1784], Thomas Hobbes [1588-1679], Gottfried Wilhelm Leibniz [1646-1716] e John Locke [1632-1704] nos são apenas alguns, cada qual se inserindo no seu correspondente movimento filosófico. O penúltimo, sobretudo, é-nos um dos mais centrais para a nossa discussão, pois a sua filosofia se constitui como um dos núcleos derivacionais, segundo Volóchinov (2017 [1929]), da metafísica racionalista da qual se originou uma parte¹²⁹ substancial do objetivismo abstrato. Mas, antes, atentemo-nos para uma estenografia nossa de duas proposições contíguas e equivalentes à primeira, por cujas significações teóricas se apresenta, na conjuntura teórica de *CLG* – e, de forma mais geral, na do pensamento saussureano –, o delineamento de uma metodologia do trabalho científico com a língua, segundo a reflexão global do genebrino: *a língua, sob a sua definição sistêmica, é sincrônica*¹³⁰, já que se refere ao estatuto de uma *gramática geral* – que se remete ao procedimento de generalização, com uma vinculação estreita à lógica – em sua relação com a generalidade do específico. A primeira proposição saussureana sobre a qual se estrutura a nossa estenografia nos diz: “o objeto da linguística sincrônica geral é estabelecer os *princípios fundamentais de todo sistema idiosincrônico*, os fatores constitutivos *de todo estado de língua*” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 155, grifos nossos). E a segunda, por sua vez: “é à sincronia que

significações) (ou *sentidos*) *que compõem os pensamentos*; (5) *os pensamentos são um fato do espírito*; (6) *o pensamento é um fato do espírito*”.

¹²⁹ Uma parte, uma vez que a metafísica à qual se remete a linguística saussureana não é apenas a racionalista. Locke, por exemplo, enquadra-se no movimento oposto, isto é, no empirismo. Daí, logo, já nos é possível uma compreensão da complexidade das arquitetônicas fundadoras da reflexão linguística de Saussure – e a sua imensa intersecção com a filosofia.

¹³⁰ Para Bagno (2021), que se apoia em Koerner (1971; 1972), os conceitos de sincronia e de diacronia trata-se de construções epistêmicas advindas das obras de Whitney e de Paul. Na reflexão do alemão, a dicotomia nos parece, de acordo com Bagno (2021), referir-se a um procedimento metodológico, tal qual em *CLG*. E, como nos foi exposto por Bouquet (2000 [1997]), uma das origens arquitetônicas mais imediatas para o par se encontrava na mecânica da época – conforme já exposto em notas anteriores.

pertence tudo o que se chama de ‘*gramática geral*’¹³¹ (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 155, grifos nossos).

Duas consequências se desdobram daí: a primeira refere-se à reconciliação entre a linguística e a lógica da tradição da filosofia racionalista, ao situar-se a acepção referida no plano epistemológico da gramática geral de origem em Port-Royal (BOUQUET, 2000 [1997]), à qual se submeteu a epistemologia programática do genebrino pela via epistemológica, com generalização do específico, e pela metafísica, com um retorno à gramática geral através da necessidade de fundamentação *a priori* do saber deduzido da prática científica do comparatismo. O que nos aparece, por conseguinte, é a submissão, na teoria enunciada por CLG, da definição de língua como um idioma particular – que se advém da gramática comparada, tratando-se, portanto, de um conceito *a posteriori*, que se deriva da análise empírica do trabalho comparatista – e da de uma organização sincrônica – de origem arquitetônica nas concepções de língua da época de Saussure, mas com uma remissão à noção de estática da física – às injunções do conceito metafísico – isto é, *a priori* – de *a língua* enquanto um sistema de formas gramaticais, o caminho determinado para a passagem do gramática comparada à linguística geral. Logo, as duas primeiras significações teóricas do conceito de língua – a de idioma particular e a de sistema sincrônico – determinam-se pela racionalidade da concepção metafísica, que se encontra estruturada e refletida na acepção de *a língua*. A segunda trata-se de uma cisão metodológica, pela qual se dissocia a língua do seu desenvolvimento histórico, já que se opõe a sincronia à diacronia. A primeira nos será indispensável logo mais, quando nos dedicaremos ao signo como a unidade complexa do sistema linguístico, assim como às origens arquitetônicas no racionalismo da acepção de língua enquanto um sistema de formas. A segunda, no entanto, cobra-nos um esclarecimento inicial, que se aprofundará a seguir: como se trata a separação entre a sincronia e a diacronia de um desdobramento metodológico de uma

¹³¹ Ponto da relação arquitetônica da epistemologia saussureana com a Gramática de Port-Royal. A mesma concepção se encontra nos manuscritos de Saussure. Como citado por Bouquet (2000 [1997]), “gramatical = significativo (referente a um sistema de signos) = sincrônico (*ipso facto*)” (SAUSSURE, como citado por BOUQUET, 2000 [1997], p. 224). Ou, ainda, quando o genebrino se refere à tarefa da linguística: “ela tomará o que há de comum entre todos os estados da língua observáveis. É a essa generalização que pertence o que denominamos *a gramática geral* que compreenderá principalmente os pontos em que a linguística está mais ligada à lógica [...]” (SAUSSURE, como citado por BOUQUET, 2000 [1997], p. 225, grifos do original). Rememoremo-nos do nosso comentário na nota de número 124: a noção de gramática geral trata-se de uma referência não à delimitação das condições da faculdade humana de produção das línguas, mas, sim, à formação de um sistema referente às formas gramaticais comuns e universais a todas as línguas particulares. De certameira, daí, por consequência, deriva-se o processo metodológico, em CLG, de homogeneização das formas das línguas.

definição epistemológica do objeto da linguística¹³², cada qual se refere a duas perspectivas de atividade científica com a língua, com as suas leis particulares. À diacronia, correspondem-se “[...] as relações que vinculam termos sucessivos [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 151). E a sincronia, por sua vez, dedica-se às “[...] relações lógicas e psicológicas que vinculam termos coexistentes e formando sistema” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 151).

A cisão se explica, segundo a nossa compreensão, pelo tratamento dado à língua enquanto um sistema *formas homogêneas*¹³³, do qual se desmembram duas decorrências: primeira, o desprezo, segundo Bagno (2021), das pequenas “[...] mudanças pouco importantes [...]”¹³⁴ (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 155), acepção, segundo uma nota de Bagno (2021) “[...] responsável pela chamada ‘ficção de homogeneidade com que vai operar a linguística estruturalista, essencialmente sincrônica, a partir precisamente dos postulados de Saussure” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 155). E, segundo, a *homogeneização da coletividade* (BAGNO, 2021), o que se relaciona com a definição estrita de *língua como entidade social* em *CLG*, proposição à qual nos voltaremos a seguir. Com efeito, à língua não pertence, metodologicamente, a sua história. Mesmo sendo a mudança diacrônica mantida no interior do sistema¹³⁵, a separação torna-se rígida, mas não irreconciliável em absoluto, apesar de não se evidenciar, na conjuntura teórica de *CLG*, uma síntese metodológica através da qual se poderiam articular ambos os métodos¹³⁶.

¹³² Cujá determinação não nos é muito elucidada na conjuntura teórica de *CLG*. Ora a língua, ora o signo – e ora a linguagem – apresenta-se como o seu objeto. Trata-se de uma imprecisão derivada, cremos, do processo de reflexo e de refração pelo trabalho dos seus editores.

¹³³ A língua “[...] como um dicionário cujos exemplares, *todos idênticos*, seriam distribuídos entre os indivíduos” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 63, grifos nossos). E mais: “enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 57).

¹³⁴ O que nos indica o conhecimento, por parte do genebrino, da variabilidade das formas linguísticas – as quais se apresentam, na reflexão da vulgata de 1916, apenas como variações da ocorrência material de uma forma imutável.

¹³⁵ Toda mudança, pela perspectiva de *CLG*, efetua-se nos limites de uma língua enquanto um sistema, com um mínimo de menção aos fatores externos da mudança. Se nos dedicarmos ao entendimento dos exemplos da vulgata de 1916, deparar-nos-emos com uma concepção de mudança instituída de estágio a estágio de uma mesma língua. Como consequência, dá-se a desconsideração das interações entre as línguas como um fator determinante para a sua mudança.

¹³⁶ Saussure nos diz: “A verdade sincrônica parece ser a negação da verdade diacrônica e, se se vê a coisa superficialmente, imagina-se que é preciso escolher; de fato, não é necessário; uma das verdades não exclui a outra” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 147). E, em outro trecho a seguir ao primeiro: “A verdade sincrônica concorda tanto com a verdade diacrônica que a gente as confunde, ou então considera supérfluo desdobrá-la” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 148). A conciliação metodológica entre ambas se

A significação teórica por meio da qual se define e se especifica o conceito de língua em *CLG* como um *sistema homogêneo e sincrônico de signos* encontra-se em formação na história da linguística, com igual ou superior sistematicidade. Segundo Bagno (2021), uma acepção equivalente ou semelhante apresenta-se na obra de Whitney e na de Paul, com graus maiores ou menores de refração, dada a especificidade de cada um. Mas nos interessa mais, por agora, a sua base racionalista, que se reflete em outra proposição de *CLG*: “[...] *a língua é uma forma e não uma substância* [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 179, grifos do original). Sintomática de parte da tradição metafísica à qual se refere Bouquet (2000 [1997]), Bagno (2021) fala-nos sobre o reconhecimento da relação entre Saussure e o racionalismo. Para o linguista brasileiro, o genebrino “[...] se filia à longa tradição *racionalista* francesa que é, na verdade, um prosseguimento moderno do *platonismo*, esse poderoso combustível filosófico que faz girar há tantos séculos os motores da filosofia ocidental com repercussão nos mais diferentes campos do saber” (BAGNO, 2021, p. 351). Na proposição referida, o termo *forma*¹³⁷, ainda segundo Bagno (2021, p. 351), remete-se “[...] às formas ideais da doutrina platônica [...]”.

Apesar de, em *CLG*, não se despontar qualquer menção ao termo *filosófico* ou ao *metafísico*¹³⁸, o que nos poderia fazer titubear diante da análise de Bouquet (2000 [1997]), encontra-se a perspectiva filosófica, que se estenografa através do termo *geral* na vulgata de 1916, como um dos pilares de sustentação do edifício da epistemologia programática do genebrino (BOUQUET, 2000 [1997], p. 146). E geral, aqui, refere-se ao conceito de *a língua* enquanto, por um lado, uma generalização filosófica dos resultados do comparatismo, mas, por outro, ao fundamento metafísico por meio do qual se torna possível a generalização, no sentido de determinação das *coisas universais* – isto é, da gramática geral – em cada língua particular

trataria de um ponto de vista *pancrônico*. Mas, como afirmamos, não nos é clara, em *CLG*, a passagem de uma para outra.

¹³⁷ Como mencionado pela nossa análise, o termo *forma* refere-se ao significante e ao significado das entidades concretas da língua, mas, por extensão, também às regras de combinação e de organização, isto é, às entidades abstratas. No caso, a sintaxe é uma forma delimitadora de um conteúdo formal representado pelos signos.

¹³⁸ Consequência das alterações, enquanto atitudes ativas, responsivas e volitivas das suas consciências, dos editores, cujo desdobramento nos parece ser grave, pois se refere a uma substituição por meio da qual se reconfigurou o lugar da reflexão geral do genebrino, que se deslocou do campo filosófico – metafísica da linguagem – para o “científico” – epistemologia programática da linguística – com contornos muito mais positivistas – na nossa concepção, influência dialógica de Comte e de Paul sobre os editores. A mudança é explícita: “o qualificativo ‘filosófico’ é encontrado nas anotações dos alunos e nos escritos do linguista, e não no *Cours de linguistique générale*. Ele foi, com efeito, censurado de maneira sistemática pelos redatores do texto de 1916 – texto em que fica oculto, desde o início, o ponto de vista metafísico a que esse qualificativo se refere” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 152).

(BOUQUET, 2000 [1997]), que se ancora em *um ponto de vista exterior* (BOUQUET, 2000 [1997], p. 150) no sentido da complementaridade¹³⁹ enunciada anteriormente: “[...] é só de uma conjunção dos resultados comprovados da ciência linguística de um lado, e de uma problematização exterior de outro, que pode resultar uma renovação do ponto de vista associado a essa ciência” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 151). Ou seja, o genebrino, se nos guiarmos pelas considerações do seu intérprete francês, aponta-nos para a dinâmica e para a integridade da relação entre as três mencionadas configurações discursivas do seu projeto teórico.

Deparamo-nos, logo, com o pano de fundo epistemológico da acepção sistêmica de língua de *CLG*: refere-se a uma elaboração epistêmica de desenvolvimento paulatino na reflexão do genebrino – que nos aparece de um só golpe, porém, como um conceito pensado, dado e aclarado em *CLG*, o que se contradiz com a verídica história da sua formação –, que se funda no entrecruzamento intrincado de tradições. A língua como um sistema de signos, de modo estrito, vincula-se ao conceito de *a língua*, ao determinar-se como a sua sistematização. E, como nos orientou Bouquet (2000 [1997]), o conceito de sistema deriva-se do vocabulário científico do século XIX, ao ligar-se à física, particularmente. O que se deriva daí? Para o genebrino, a busca pela sistematização científica da linguística deveria fundamentar-se sobre, primeiro, as ciências firmadas sobre uma base epistemológica de origem sólida – por exemplo, a galileana, no caso da sua epistemologia da gramática comparada – e sobre, segundo, o seu espelhamento epistemológico nas mesmas ciências em questão.

Contudo, o *abstracionismo* da concepção sistêmica de Saussure, alvo das críticas responsivas de Volóchinov (2017 [1929]), deriva-se do manifesto na abstração necessária à sistematização do saber científico de acordo com uma dada racionalidade, o que se coaduna, no plano da sua escrita científica, com os critérios galileanos de literalização e de formalização, sobre os quais se fundamentou para o delineamento da sua epistemologia da gramática comparada, por exemplo. O conceito de sistema nos leva, então, a um dos níveis do abstracionismo do objetivismo abstrato de Saussure, afirmando-se ainda mais na definição e na especificação do de língua enquanto uma generalidade do específico. Na proposição *a língua é um sistema* – apresentada como uma determinação epistemológica e metodológica da epistemologia programática do genebrino, plano mais enfatizado em *CLG* –, o primeiro conceito, necessariamente, remete-se ao de *a língua*, cuja estrutura epistemológica se tornaria

¹³⁹ Complementaridade na qual se desponta o método experimental do galileanismo, no qual os fatos da experiência científica, como vimos, fazem-se e guiam-se pela teoria, e esta determina-se e regula-se por aqueles. Nos termos de Bouquet (2000 [1997]), a complementaridade entre o saber positivo e o não positivo.

o ponto determinante da análise das línguas particulares – pela estrutura geral determinada pelo comum e pelo universal nas línguas particulares, deve-se buscar encontrá-la em todas as demais. E o segundo refere-se a um constructo epistemológico de raiz fincada na arquetônica da relação da linguística com as demais ciências, que se reflete e se refrata, além da do genebrino, na teoria de Whitney (BAGNO, 2021; KOERNER, 1973).

Mas, mais ainda, Bouquet (2000 [1997], p. 145) indica-nos a presença de uma acepção semelhante no pensamento metafísico do qual se decorreu uma parte considerável da concepção saussureana, o que nos leva, em primeiro, a Leibniz. Muito em concordância, segundo a necessidade de generalização – que se manifesta no conceito de *a língua* –, com a determinação das *coisas universais* – da estrutura geral das línguas¹⁴⁰ –, o fundo epistemológico do conceito do genebrino estrutura-se de uma assunção de parte ideia de *língua universal* da metafísica leibniziana. Segundo Franzon (2015), o projeto do filósofo alemão ligava-se à necessidade de determinação inequívoca e, portanto, unidirecional do conhecimento, por meio de uma notação linguística adequada para fazê-lo. Ou seja, parece-nos se tratar o objetivo leibniziano, por uma extensão nossa, de um centro de convergência entre uma filosofia da linguagem e uma epistemologia, graças à qual se submete a questão linguística à necessidade de comunicação precisa do pensamento. Daí, para Leibniz, a imprescindibilidade de criação de um *sistema adequado de signos* (FRANZON, 2015). Ao mesmo tempo, fazer-se-ia precisa a constituição das suas *regras lógicas de combinação e de organização* – o que nos lembra do conceito de sintagmação enquanto uma função lógico-gramatical (BOUQUET, 2000 [1997]), isto é, como um conjunto de regras combinatórias para a organização sintagmática. Segundo Cassirer (2001 [1923], p. 98), a linguagem, em Leibniz, insere-se no “[...] contexto da lógica universal [...]”. É o plano leibniziano de *gramática racional*, pela qual se assemelha a língua construída à notação matemática. Em Leibniz, localiza-se, portanto, a necessidade universalista pela qual se caracterizou o conceito de *a língua* de Saussure, além do de sistema organizado por uma *lógica interna*, o que nos indica o movimento histórico, na arquetônica das relações, das ideias em discussão enquanto produções humanas. Trata-se, portanto, de um dos fundamentos da necessária *visão filosófica ou geral* (BOUQUET, 2000 [1997]) através da qual se caracteriza, em uma das suas configurações discursivas, a teoria do genebrino.

Mas a concepção do filósofo alemão encontra-se em relação arquetônica com a de outros, com as quais se torna concordante em maior ou em menor grau. Dentre as muitas, uma

¹⁴⁰ No sentido de formas gramaticais, com os seus *mecanismos de funcionamento*, de uma gramática geral e universal, como estabelecido na nota de número 124 e na de 131.

das mais importantes para a nossa análise epistemológica e historiográfica, com a qual se coaduna, de modo relativo, a de Leibniz, é a de René Descartes [1596-1650], uma das mais centrais do racionalismo filosófico, cujo desenvolvimento se reflete e se refrata nas concepções da Gramática de Port-Royal, um dos principais pontos dialógicos da relação arquitetônica da acepção do genebrino. A abordagem cartesiana da linguagem, como nos mostra Franzon (2015), inscreve-se no movimento de crítica à forma estabelecida do saber da sua época, tratando-se de uma concepção vinculada, também, ao problema do conhecimento. Tal como em Leibniz, a busca, em Descarte, por uma *máthêsis universalis*¹⁴¹ tornou-se uma exigência para a procura de uma *lingua universalis* – esta se tratando de uma condição para aquela. Eis-nos no centro da necessidade de *ordem do conhecimento*, que, “[...] originada a partir do pensamento matemático, constitui o germe do ideal de criação de uma linguagem nova e útil para a apreensão e transmissão do conhecimento” (FRANZON, 2015, p. 80).

Inserida na perspectiva de conhecimento da sua época – que a sua filosofia, a propósito, ajudou a construir –, o ideal cartesiano da *unidade do saber* tornou-se o pressuposto para uma redução do conhecimento humano a *uma única forma*, segundo Cassirer (2001 [1923]): a da *razão humana*¹⁴². E, “[...] da mesma maneira, toda fala deve fundamentar-se em uma forma racional única e universal da linguagem que, embora encoberta pela abundância e diversidade das formas lingüísticas, nunca poderá ser totalmente oculta”¹⁴³ (CASSIRER, 2001 [1923], p.

¹⁴¹ Uma doutrina científica através da qual se determinaria o conhecimento explicativo da totalidade referente à quantidade e à ordem. No final, trata-se da manifestação da vontade do pensamento metafísico de abarcar os saberes positivos das ciências em emergência. No entendimento de Bouquet (2000 [1997], p. 32), “[...] a tentativa da metafísica clássica de integrar o pensamento científico galileano e newtoniano está destinada a um diálogo de surdos com as ciências positivas, porque, com os mesmos vocábulos, ela não fala dos mesmos objetos destas últimas – ela não se situa no mesmo universo de verdade desta última – não distinguindo, por definição, a parte positiva e a parte não-positiva das proposições da ciência, ou seja, ignorando o postulado *de fato* da autonomia dominial, ligada ao valor de verdade autônoma das proposições científicas”.

¹⁴² Rememoremo-nos: a “fonte” de todo o conhecimento, para o racionalismo, encontra-se na razão. No racionalismo cartesiano, a sua origem é inata, uma vez dada por Deus. Ou seja, trata-se de *formas mentais* de origem na *subjetividade* (REALE; ANTISERI, 2004, p. 295). Por mais que se dividam as ideias em *inatas* – que se emergem, no sujeito, concomitantes à irrupção da sua consciência –, *adventícias* – distintas da subjetividade, pelas quais se remete esta ao diverso de si – e *factícias* – construídas pelo sujeito – (REALE; ANTISERI, 2004, p. 296), as três não se caracterizam como “[...] diferentes do ponto de vista de sua realidade subjetiva – todas as três são *atos mentais* dos quais tenho percepção imediata [...]” (REALE; ANTISERI, 2004, p. 296).

¹⁴³ O filósofo alemão é-nos muito sintético em relação ao projeto lingüístico da metafísica racionalista, dando-nos as condições para a sustentação do argumento segundo o qual se refere o termo geral à delimitação das formas universais para a *expressão do pensamento científico*, em detrimento de uma tentativa de compreensão da faculdade humana de produção das línguas. A forma única e universal,

96). A linguagem, novamente, associa-se e submete-se à necessidade de comunicação e de expressão do pensamento. Por uma relação de homologia extensiva – de similitude, logo –, encontramos no cerne, segundo o nosso entendimento, da fundação de um dos principais conceitos contíguos e, portanto, determinantes para a definição e para a especificação do de língua em *CLG*: o da *homogeneidade*, que se resvala na concepção tradicional da metafísica cartesiana de uniformidade da razão humana e da forma linguística. De um só golpe, define-se o humano como uma *unidade formal da razão*, o que se encontra, parece-nos, na base de homogeneização do falante de uma língua – quase como uma espécie de *falante ideal* –, assim como da coletividade linguística, como nos mostrou Bagno (2021). Além do mais, a característica homogênea estende-se à coletividade, em *CLG*, por uma decorrência lógica da homogeneização da forma linguística, em uma desconsideração das “[...] mudanças pouco importantes [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 155) – das variações, no entendimento de Bagno (2021). Daí, portanto, a língua se definir e se especificar como uma *forma de natureza psíquica*, independente das suas manifestações materiais ou substanciais.

O racionalismo filosófico, no entanto, tornou-se constitutivo da epistemologia da teoria saussureana, como nos parece, através de uma mediação exercida, como mencionamos, pela Gramática de Port-Royal, um empreendimento teórico no qual se buscou levar a cabo o projeto enunciado pela reflexão racionalista de Descartes. Um projeto, aliás, no qual se liga a linguagem à lógica, com a indubitável vontade de fazê-la tornar-se um meio – um *instrumento* ou um *mecanismo*¹⁴⁴ – de comunicação inequívoca e unidirecional do pensamento científico e do filosófico, aos moldes das literalizações e das formalizações da linguagem matemática, mas, sobretudo, com o objetivo de escrituração dos aspectos universais das línguas. Localizamo-nos no interior, nas palavras de Orlandi (1995, p. 11), do *século das gramáticas gerais*. De maneira ampla, o empreendimento teórico de busca pela estrutura geral das línguas particulares de *CLG* – da generalização do específico, em termos da análise de Bouquet (2000 [1997]) – trata-se de uma *expressão reconfigurada* do pensamento da metafísica racionalista do século XVII, a partir de uma compreensão segundo a qual “[...] as línguas obedecem a princípios racionais, lógicos” (ORLANDI, 1995, p. 12), o que se reflete e se refrata na concepção da metodologia apresentada na vulgata de 1916: o estudo sincrônico comporta a base da generalização, já que se trata da

portanto, refere-se à ideia de uma suposta estrutura geral e subjacente às línguas particulares, que nunca se encontra velada.

¹⁴⁴ Que nos lembra dos pares dicotômicos da linguística enunciada em *CLG*. Todos nos parecem referir-se aos mecanismos lógicos de funcionamento interno da língua enquanto um sistema de formas.

determinação do que é gramatical, enquanto o aspecto geral e universal das línguas através do jogo manifesto nas dicotomias. As línguas específicas, portanto, são a base para a empreitada analítica da generalização. A *descrição linguística* apresenta-se como possível somente na medida em que se lida com os dados descritos enquanto componentes portadores do germe da generalização. Caso contrário, o método descritivo de CLG em nada se diferenciaria das formas metodológicas do comparatismo – da gramática comparada, em particular –, no qual a descrição se tratava apenas de um fim em si mesmo¹⁴⁵, coisa criticada pelo genebrino (BOUQUET, 2000 [1997]).

Contra a *desordem de Babel* (WEEDWOOD, 2002), a *Gramática geral e racional*, de 1660, de Claude de Lancelot [1615-1695] e de Antoine Arnauld [1612-1694], insurgiu-se de modo veemente. Segundo Weedwood (2002, p. 98), Lancelot, através do seu trabalho de escrituração de um livro didático que abarcava a descrição de diversas línguas, deparou-se com as estruturas ou as formas em comum entre cada uma – novamente, a base da generalização, de maneira curiosa, encontra-se na comparação. Através da sua atuação com Arnauld, deu-se o início ao empreendimento da sua gramática. Da sua posição metafísica e racionalista, decorreu-se uma dedução: “as operações mentais foram transformadas na base das distinções gramaticais” (WEEDWOOD, 2002, p. 99). Com efeito, a linguagem e a lógica, no seu trabalho, imbricam-se necessariamente. E, nas palavras de Reale e Antiseri (2005, p. 165), “a intenção precisa que transparece nessa *Gramática geral* é extremamente a de alcançar as estruturas

¹⁴⁵ Na opinião de Saussure descrita por Bouquet (2000 [1997], p. 150), somente o pensamento de Whitney, à sua época, foi capaz de aproximar-se de uma reflexão geral como a premeditada pelo genebrino. Mas, por exemplo, Paul parece-nos ser uma exceção, pois se manifestam, em sua obra principal – *Princípios fundamentais da história da língua* (1970 [1880]) –, uma série de afirmações referentes a uma epistemologia e a uma metodologia de uma linguística geral. Além do nome do primeiro capítulo do seu livro – *Generalidades sobre a natureza da evolução da língua* –, as questões gerais apresentam-se como uma necessidade já na sua introdução, na qual é apresentada o caráter indispensável da *lógica* geral como uma condição para a compreensão das mudanças históricas nas línguas: “o esclarecimento das condições do devir histórico dá-nos, simultaneamente com a *lógica* geral, a base para a teoria dos métodos, a que se deve obedecer na verificação de cada facto” (PAUL, 1970 [1880], p. 15, grifos do original). Para Paul (1970 [1880]), a linguística trata-se de uma ciência, portanto, que se ocupa “[...] das condições gerais da vida do objeto que historicamente se desenvolve, que estude segundo a sua natureza e acção os factores que se mantém regulares dentro de toda mutação” (PAUL, 1970 [1880], p. 13, grifos do original). A necessidade de generalização, logo, não nos parece tratar-se de uma exclusividade do pensamento do genebrino, como muito se afirma em relação à sua reflexão em CLG. Tudo se revela sob o fundo de, no final do século XIX, “[...] uma tentativa de síntese dos resultados da linguística histórica que o ressurgimento da problemática tradicional da generalidade deixou de lado a favor desta. Ao retorno desse tema está ligado a (sic) surgimento da expressão *linguística geral*” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 148). E muitos componentes sistemáticos, aliás, da teoria saussureana encontravam-se muito bem delineados ou formados no livro do linguista alemão, como nos mostra Bagno (2021).

fundamentais segundo as quais funciona a mente humana, independentemente das diferenças das línguas históricas”. Tudo graças a um certo entendimento da relação entre o pensamento e a linguagem, segundo o qual esta não poderia se configurar como um empecilho para o desenvolvimento lógico daquele. Ao contrário, deveria se tornar um meio claro e inequívoco para a produção do conhecimento humano. É, então, a procura pela *língua-ideal* para o alcance da comunicação precisa e racional (Orlandi, 1995). Ao mesmo tempo, manifesta-se a compreensão da *imutabilidade* das línguas em sua estrutura geral, que se trata de um *profundo plano independente* em relação à particularização e à particularidade de cada uma na realidade histórica.

Logicamente, não se trata do mesmo projeto manifesto em *CLG*, mas das origens arquitetônicas da sua concepção geral de língua enquanto um sistema formal. O empreendimento da metafísica racionalista, portanto, reflete-se e refrata-se no enunciado de 1916 – de forma geral, no pensamento do genebrino. Na reflexão de Saussure, o aspecto filosófico da discussão referente ao conhecimento encontra-se ausente, pois a sua preocupação se estrutura sobre a imprescindibilidade de focalização metodológica das questões apenas concernentes à linguagem. Nada relacionado à vontade de criação de um sistema para a expressão do pensamento. A busca, em *CLG*, pela gramática geral – ou seja, pelas estruturas gerais e universais – refere-se à necessidade de fundamentação de um conhecimento científico, um empreendimento caracterizado pelo firme desejo de uma linguística autônoma, cuja reflexão não se apresentasse como um meio, mas, sim, como um fim de uma ciência. De maneira lógica, não nos é dada a ausência do fundamento filosófico do pensamento do genebrino, que se torna importante, contudo, como uma condição para a determinação e para o delineamento dos caminhos epistemológicos e metodológicos de uma ciência autônoma, mas não independente das demais.

As raízes da linguística saussureana, todavia, encontram-se fincadas, de forma firme – quase inabalável –, no seio do entrecruzamento de muitas tradições científicas, filosóficas e linguísticas, mas nenhuma se revela tão intensa quanto o racionalismo filosófico da linguagem – “[...] é explícita a ligação com a gramática geral [...]” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 17) –, a base do formalismo linguístico do objetivismo abstrato, que se alia, por outro lado, a um positivismo constitutivo. É como nos afirma Bouquet (2000 [1997], p. 17): “se há um pensador que abre, depois da gramática comparada, um novo capítulo da história da linguagem, reconciliando-se com a ‘linguística cartesiana’, esse pensador é Saussure”. É o movimento responsivo pelo qual se caracteriza a reflexão manifesta na vulgata de 1916, enquanto um enunciado inserido em séries dialógicas da cadeia da comunicação interdiscursiva. Até o

momento da nossa análise epistemológica e historiográfica, o livro *CLG* mostra-se em interação discursiva, através de um dialogismo arquitetônico de forte intensidade, com uma série complexa de tradições, como o galileanismo – ao qual se submete a epistemologia da gramática comparada do genebrino –, o comparatismo, o racionalismo e o positivismo – o que nos evidencia o laço hercúleo pelo qual se une a linguística à filosofia –, assim como com um número relevante de ciências outras, como, por exemplo, a física. Além do mais, fica-nos cada vez mais clara a origem arquitetônica de uma parte considerável dos componentes do conjunto sistemático do saussureanismo: as obras e os pensamentos dos Jovens Gramáticos, cujo principal expoente se representa, aqui, pelo nome de Hermann Paul, bem como a reflexão linguística whitneyana. Tudo nos mostra, logo, a natureza dialógica e relacional da obra de 1916, tanto no seu plano arquitetônico, quanto no seu sistemático.

À busca da determinação das suas formas comuns e universais para o delineamento de uma gramática geral – ou seja, da sua estrutura subjacente e imutável –, liga-se a concepção, que se encontra esboçada pelo projeto cartesiano e leibniziano, dos mecanismos universais de funcionamento das línguas particulares. Onde, porém, manifestam-se os *princípios regentes* – isto é, os mecanismos – da gramática geral em *CLG*? Além da definição global de *lingua enquanto um sistema de signos* – que se afirma de maneira categórica e, portanto, indubitável em *CLG* –, a ideia de sintagma e a de associação se tornam, dentre os muitos princípios, os mais principais, por se referirem a dois dos mecanismos de funcionamento geral de toda e qualquer língua – assim como o conceito de arbitrário e o de valor, ligados ao de signo¹⁴⁶. Ambas as ideias se constituem como a enunciação de uma regra geral, à qual se submetem as várias entidades da língua. É um mecanismo por meio do qual se estabelece, assim, o seu *valor sistêmico*, que se assemelha, segundo *CLG*, a duas formas da *atividade mental* do ser humano (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 181): a associativa e a combinatória¹⁴⁷. Enquanto a sintagmação se trata de uma relação opositiva entre as entidades *in praesentia*, a associação se refere a uma

¹⁴⁶ O que não se trata de uma contestação do valor de verdade da concepção geral de Saussure. A sua linguística é-nos demasiado importante para a nossa compreensão de um certo aspecto da linguagem. Como veremos, o descontentamento de Volóchinov se dá em relação à determinação, em *CLG*, do sistema formal como a realidade da linguagem, o que nos parece tratar-se de uma concepção legítima dentro do quadro das preocupações do filósofo russo, que não se pode, contudo, levar à absoluta aceitação para a negação do valor de verdade de questões da teoria saussureana – valor de verdade reconhecido por Volóchinov, aliás.

¹⁴⁷ Ou seja, liga-se a duas faculdades transformadas em funcionamentos psicológicos da mente humana. Ambos os mecanismos gerais de funcionamento interno da língua, enquanto um sistema de formas gramaticais, trata-se de faculdades psicológicas às quais se submetem as injunções da linguagem humana.

de natureza *in absentia*. São, portanto, a enunciação afirmativa de um princípio geral das línguas, cuja definição se torna determinante para a delimitação do projeto de linguística geral do genebrino, assim como nos leva à consideração da sua origem arquetônica em relação ao projeto enunciado pela metafísica racionalista da linguagem do século XVII: o da determinação das regras gerais, racionais e universais da língua enquanto um sistema¹⁴⁸.

É, também, contra a *desordem de Babel*, como consequência da necessidade de generalização, que se forma a necessidade metodológica de homogeneização do objeto linguístico em *CLG*, graças à qual se destaca a língua da fala. Enquanto a primeira pode se definir e se especificar, por meio de uma metáfora, como um *mar imperturbável e, portanto, tranquilo* das formas homogêneas, sobre as quais se incidem as mecanismos sistêmicos de funcionamento geral da linguagem, a segunda se define e se especifica como a condição de perturbação da calma professada na determinação conceitual da língua, assim como o conceito responsável, em *CLG*, pela impossibilidade de categorização científica da linguagem¹⁴⁹. Ao mesmo tempo, à fala outorgam-se a definição e a especificação de uma *esfera* na qual se produzem as refrações e as variações apenas no domínio material ou substancial, que não se transferem para o formal da língua. A imperturbabilidade e a imutabilidade da língua enquanto um sistema formal, que se enuncia em *CLG*, apresenta-se muito bem definidas na seguinte proposição comparativa: “nessa perspectiva, podemos comparar a língua a uma sinfonia, cuja realidade é independente da maneira como é executada; as falhas que os músicos que a tocam podem cometer não comprometem de modo algum essa realidade” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 62).

Uma outra proposição equivalente e, logo, equipolente à anterior resume-se na seguinte afirmação: “é de tal maneira uma coisa distinta que um homem privado do uso da fala conserva a língua [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 58). O que nos aparece enunciado aqui: o primeiro

¹⁴⁸ Além do par dicotômico sintagma e associação, o que nos parece, em *CLG*, haver de geral, enquanto uma determinação universal – ou seja, o que há em todas as línguas –, apresenta-se também em uma série de outros, como no de sincronia e diacronia e no de significante e significado, aos quais não se dedicará a nossa discussão devido à nossa limitação de espaço de escrituração. Mas nos é clara o suficiente a sua relação com o projeto de afirmação – e não de criação – de uma linguística geral. É aí, então, que se dá a revelação, conjuntamente, da busca pelo universalismo na linguística de Saussure. Não à toa, o século XX viveu uma busca rigorosa e unidirecional pela análise das línguas segundo a teoria do enunciado de 1916.

¹⁴⁹ Lembremo-nos: a heterogeneidade pela qual a linguagem não pode se submeter à análise científica, segundo o posicionamento expresso em *CLG*, deve-se ao fato, antes de tudo, de, no seu interior, articularem-se a língua e a fala, além de se implicarem, em seu funcionamento, o sistema sincrônico e a mudança diacrônica (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 51). Cf. a nossa discussão na seção anterior.

ponto, a afirmação da tradição racionalista, à qual nos referimos antes, por cuja epistemologia – no sentido geral de conhecimento articulado e sistemático – *se substancializa* o sistema – imutável, portanto – de formas independentes. É uma tradição constitutiva do conjunto de relações responsivas da teoria enunciada em *CLG*, através da qual é estabelecida a retomada de acepções semelhantes às encontradas na Gramática de Port-Royal enquanto execução relativa do projeto de Descartes e do de Leibniz. Por outro lado, o platonismo, ao qual chegamos pela via interpretativa de Bagno (2021), torna-se uma das vozes dominantes, dentre as muitas, do conjunto epistemológico e metodológico de certas tradições sobre as quais se fundamenta a construção epistêmica de *CLG*. A língua torna-se uma *realidade em si mesma, idealizada* tal qual as formas ideais do platonismo. E, conseqüentemente, deduzem-se daí: por um lado, o *músico*, metáfora para o *falante*¹⁵⁰, é um *ser passivo* em relação à realidade idealizada e substancializada da língua, a cujas formas deve se submeter, e, por outro lado, a fala se define como *as ocorrências acidentais*¹⁵¹ em relação a uma substância imutável – a forma – dada em si mesma. É a *substancialização da forma*. E mais: na proposição afirmativa e positiva de Saussure, nas palavras de Bagno (2021, p. 352), ecoa-se “[...] a célebre alegoria da caverna de Platão, em que a ‘realidade’ da coisa-em-si (no caso, a sinfonia, isto é, a língua) não pode ser apreendida pelos sentidos, que só permitem a apreensão falha dessa realidade”. Por conseguinte, “a língua/sistema é, portanto, uma idealização – no sentido mais platônico do termo –, tal como é idealizada a ‘sociedade’ em que é falada” (BAGNO, 2021, p. 352). A língua encontra-se à sua sorte, o que nos quer dizer: dada às suas *leis imanentes* – concepção semelhante à das regras lógicas dos sistemas gerais e racionais da metafísica racionalista, assim como do funcionamento do objeto natural ou do fato social segundo a perspectiva positivista, como veremos a seguir – de formação e de funcionamento, independentes da historicidade¹⁵².

¹⁵⁰ Como nos orienta Volóchinov (2017 [1929]), a *compreensão*, em *CLG*, transforma-se em uma *decodificação*, ou seja, em um reconhecimento do dado pelo sistema formal da língua – no caso, as formas repetíveis.

¹⁵¹ “Separando a língua da fala, separamos no mesmo gesto:
1º o que é social do que é individual;
2º o que é essencial do que é *acessório e mais ou menos acidental*” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 57, grifos nossos).

¹⁵² A prova mais cabal do *formalismo imanentista* de *CLG* é-nos dada pela estenografia de uma das mais importantes proposições definidoras e especificadoras – à qual não nos dedicaremos por nossas limitações atuais – do conceito de língua por Bagno (2021): a língua *é um sistema de valores puros*. Trata-se de um *avatar* – isto é, de uma proposição equivalente e equipolente, portanto – à proposição *a língua é um sistema de signos*, pois os valores se incidem sobre as entidades concretas da língua por meio das suas relações associativas e sintagmáticas. Também não teceremos considerações sobre o conceito de valor, que se advém da tradição da lexicografia e da retórica (BOUQUET, 2000 [1997]) –

O segundo ponto, o conceito de língua, para além das suas *proposições positivas* – isto é, nas quais se manifestam as definições construídas pelas *afirmações do que é* – define-se e especifica-se a partir da sua relação sistemática com o de fala, dentro do conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica da teoria enunciada em *CLG*, por uma série de *proposições negativas* – *afirmações do que não é*, em oposição a uma série de afirmações do que é a fala e do que é a linguagem. Portanto, *a língua é*, em um certo nível da construção epistêmica de *CLG*, *tudo o que a fala não é*. Por um lado, a primeira define-se e especifica-se como *social* (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 57). A segunda¹⁵³, por sua vez, como *individual* (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 57). Concomitantemente, a definição e a especificação por meio de uma proposição negativa associam-se à forma comparativa, mas, sobretudo, opositiva, pois se dissocia, na vulgata de 1916, o social do individual. Compara-se a língua com a fala para uma dedução, primeiramente, negativa e, secundariamente, positiva – pelo que não é, determina-se o que é –, o que se dá, contudo, por meio de uma oposição de princípio – ou seja, *a priori* –, que se encontra na base de sua concepção primitiva¹⁵⁴.

O conceito de fala, segundo as nossas análises na seção anterior, submeteu-se a um alto grau de refração. Em vários manuscritos do corpus saussureano, determina-se ora como um ato de fonação, ora como um ato de sintagmação, sendo que ambas as definições, porém, misturam-se na conjuntura da vulgata de 1916, sem quaisquer critérios de síntese. Ao se referir à *língua como social*¹⁵⁵ (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 57), Saussure não nos fornece, contudo, qualquer

da era dos dicionários. Contudo, Bagno (2021) nos mostra, apoiando-se em Koerner (1973), como um conceito equivalente encontra-se na obra de Whitney. E Koerner (1973), por sua vez, indica-nos uma possível influência mais imediata sobre o conceito de valor do genebrino: as ideias da economia política (KOERNER, 1973, p. 67), o que se justifica pela comparação, em *CLG*, entre a linguística e a economia. Contudo, cabe-nos apenas o conhecimento de: primeiro, o valor é, em sua apresentação fenomênica, abstrato – mas inegável – e, segundo, trata-se da manifestação do funcionamento interno da língua – isto é, da marca concreta das leis imanentes de formação e de funcionamento da língua.

¹⁵³ Não nos dedicaremos a uma análise extensa e profunda do conceito de fala. Somente o abordaremos na medida da nossa necessidade de referência à definição e à especificação do conceito de língua, um dos mais centrais na crítica de Volóchinov (2017 [1929]). Sobre a refração do conceito de fala, cf. a seção anterior da nossa monografia.

¹⁵⁴ No sentido de *a priori* a toda e qualquer análise objetiva do fenômeno ou do objeto. A dicotomia entre a língua e a fala, no contexto do enunciado de 1916, trata-se da afirmação de uma proposição metafísica, no seio da qual se dissociam ambos os conceitos através de uma relação enunciada como *a priori*, isto é, anterior e independente a uma observação empírica da ocorrência do fenômeno. A dissociação entre ambas não se decorre, portanto, de uma análise dos objetos em questão, ou seja, não é a afirmação de um conhecimento *a posteriori*. Trata-se de *um ponto de vista – a priori*, entendemos – pelo qual *se cria o objeto* (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 51).

¹⁵⁵ E mais: “é a parte social da linguagem, externa ao indivíduo [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 58).

articulação entre a nova significação teórica e a anterior – *a língua é um sistema de signos*. Ambas apenas se justapõem de maneira mecânica, sem qualquer vínculo interno. Trata-se de um conjunto inarticulado de significações teóricas, o que nos leva a uma das flutuações do conceito de língua em *CLG* – quiçá, consequência da refração produzida pela editoração e pela redação de Bally e de Sechehaye. Muito menos nos é dada a significação teórica da ideia de *social*. Ao contrário, é tratado como pressuposto, ao qual se associam apenas um certo número de significações teóricas muito vagas, como a *externalidade* – externalidade cuja natureza e cujo nível não se apresentam delimitados epistemologicamente – e a *coercitividade*¹⁵⁶ em relação ao falante, assim como a *convencionalidade* ou a *contratualidade* da língua – ao estilo das instituições sociais arbitrariamente fundadas por uma convenção (também de definição não especificada).

Mas, por um ato nosso de criação de similitude e, logo, de síntese, é-nos possível uma dedução de um possível domínio relacional entre as proposições *a língua é um sistema* e *a língua é social: o caráter coercitivo, externo, convencional e imperativo de ambas em relação ao indivíduo*. O fundamento arquitetônico da acepção da segunda proposição encontra-se em Whitney, para quem se assemelha a língua a uma *instituição social*. No enunciado de 1916, a responsividade em relação à citada proposição dá-se muito mais em nível polêmico. Em partes, a assunção da tese segundo a qual a língua se equivale a uma instituição social é negada por Saussure, dada a idiosincrasia do objeto da linguística em relação à sua função no interior do campo da semiologia: “certamente essa tese é excessivamente absoluta; a língua não é uma instituição social em todos os aspectos semelhante às demais” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 53). Mas um certo grau de concordância e de admissão da tese whitneyana, enquanto marcas concretas da responsividade saussureana em relação à teoria do linguista estadunidense, não nos pode ser negado. Contrapondo-se a Whitney, a posição saussureana, no entanto, é enunciativa da *convencionalidade* da acepção whitneyana¹⁵⁷ (KOERNER, 1973): “a língua é uma convenção [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 53). O conceito de fala, então, trata-se da definição de um fenômeno como, primeiramente, acidental – portanto, não necessário, em termos filosóficos, para a instituição e para a manutenção do quadro formal do sistema

¹⁵⁶ Do sistema formal da língua sobre o falante. Apesar de este gozar, na conjuntura teórica de *CLG*, de uma liberdade relativa de uso da língua, encontra-se subjugado ao seu estatuto formal, uma vez que é um sistema imutável em relação à atuação individual.

¹⁵⁷ O que se coloca, em *CLG*, ao lado da afirmação, expressão da coercitividade à qual nos referimos, da *inércia* e da passividade do falante em relação à língua (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 57).

linguístico – e como, secundariamente, individual, o que nos leva à nossa seguinte indagação: quais são os fundamentos arquitetônicos da dicotomia entre o social e o individual, subjacente à manifesta entre a língua e a fala, no enunciado de 1916? Para Koerner (1973), Whitney se trata do primeiro e imediato – logo, único – nome a se confirmar.

Por mais comum, em muitas discussões acerca da obra do genebrino, que se tenham tornado as tentativas de fundamentação da filiação entre o pensamento de Saussure e a sociologia de Émile Durkheim [1858-1917] com o objetivo de explicação da origem arquitetônica da ideia de social em *CLG*, trata-se de uma influência contra a qual se coloca Koerner (1973)¹⁵⁸. Em primeiro lugar, a coercitividade da qual se reveste o conceito saussureano de língua se explica, para Koerner (1973, p. 46), pelo uso constante da língua pela comunidade de fala, condição primária de criação do conservadorismo linguístico por uma *força centrípeta*¹⁵⁹. Para Koerner (1973), a afirmação enunciada pelo genebrino, antes de tudo, tratava-se de um lugar comum entre os linguistas da sua época. Em segundo, Koerner (1973, p. 53), a contragosto de muitos afirmadores da relação entre Saussure e Durkheim, encontra-se convencido do caráter esporádico e, logo, passageiro¹⁶⁰ da ideia de social – principalmente em relação à que se resume na proposição estenografada por *a língua é um fato social* – no conjunto geral do livro de 1916, isto é, trata-se de uma ideia inarticulada, que não se associa às demais definições e especificações do conceito de língua para a criação de uma síntese teórica, o que se deve, segundo o linguista alemão, à sua *descontextualização* (KOERNER, 1973) – de acordo com o nosso entendimento, uma consequência da refração produzida pela editoração e pela redação da vulgata de 1916. No conjunto da obra atribuída a Saussure, a tese do caráter social da língua afirma-se como uma consequência da assunção, por parte de Saussure, do seu aspecto convencional e coletivo da acepção whitneyana, de acordo com Koerner (1973, p. 54, tradução

¹⁵⁸ Para mais detalhes sobre a oposição de Koerner (1973), remeta-se o nosso leitor à obra do linguista alemão, referenciada ao final.

¹⁵⁹ “Since language is in constant use by the members of a speech community, it is exposed to unceasing influence on the part of all of them. This fact, Saussure maintains, suffices to show that no revolution in language is possible, emphasizing that language is of all social institutions least amenable to individual initiative since it is tied up with the life of society (‘masse sociale’) which itself appears to be a particularly conservative force owing to the natural inertia of its members (cf. *CLG*, 107-108)” (KOERNER, 1973, p. 46).

¹⁶⁰ O que se confirma pelo seu levantamento. Segundo Koerner (1973, p. 54), a menção à ideia de social em *CLG* resume-se a duas dúzias de ocorrências, em oposição às 138 manifestações do termo sistema. Além do mais, o linguista alemão leva-nos a entender que “[...] o aspecto social da linguagem permaneceu comparativamente marginal se comparado com seu caráter sistemático” (KOERNER, 1973, p. 54, tradução nossa).

nossa): “quando Saussure afirma que a linguagem é uma instituição social, ele faz referência explícita ao fato de que a linguagem é baseada em um ‘consentimento coletivo’”¹⁶¹. E tudo se deriva da remissão de Saussure a Whitney, a principal fonte dialógica do genebrino no concernente à ideia de social.

No entanto, arriscamo-nos em uma hipótese: dada a influência da filosofia positivista, referenciada por Bouquet (2000 [1997]), sobre o pensamento saussureano, cabe-nos apontá-la como possivelmente constitutiva da ideia de social da qual se deriva a proposição segundo a qual a língua se define como uma instituição – ou como um fato – social. Parece-nos, então, haver um reflexo e uma refração da acepção whitneyana, ao transferir-se para a reflexão de Saussure. Tal hipótese torna-se possível pelo modo como a língua, enquanto um sistema normativo de formas, apresenta-se na conjuntura teórica de *CLG*: tal como os fenômenos sociais para Condorcet¹⁶², a língua se encontra, na reflexão da vulgata de 1916, submetida “‘às leis gerais... necessárias e constantes’, parecidas com as que regem as operações da natureza” (LÖWY, 2000, p. 19). Com efeito, a sua definição assim posta assemelha-se à *absolutização* dos objetos científicos e das instituições sociais, “no sentido de que estas sejam tomadas enquanto naturais, enquanto forças que escapam a todos” (BAUAB, 2006, p. 45). A língua, portanto, é colocada à sombra do método das ciências naturais pelo qual se caracterizou o positivismo, apresentando-se como um objeto exterior aos e independente dos sujeitos (BAUAB, 2006), que se entrega às suas próprias leis imanentes e objetivas. Daí, parece-nos, deriva-se o modo irreconciliável como é dada a interação entre a língua social e a fala individual, uma consequência de uma busca pela definição do objeto linguístico – no caso, a língua – segundo os padrões absolutistas de objetividade do positivismo científico. De certo modo, trata-se de uma significação teórica do conceito saussureano coerente, até certo ponto, com a enunciação do projeto racionalista pelo qual se caracteriza.

Por fim, a ideia de *forma*, à qual nos referimos, leva-nos, por uma necessidade, ao último componente sistemático importante para a nossa análise: o conceito de signo, cuja origem arquitetônica nos direciona para o campo complexo da metafísica do século XVII, novamente. Logo, a acepção sistêmica está ligada, no pensamento refletido e refratado de *CLG*, ao conceito de signo, principal centro de associação entre Saussure e a mencionada tradição filosófica. E,

¹⁶¹ “When Saussure states that language is a social institution he makes explicit reference to the fact that language is based on a ‘consentement collectif’” (KOERNER, 1973, p. 54).

¹⁶² Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat [1743-1794], o Marquês de Condorcet. Foi um filósofo e matemático da França, que muito se envolveu na instituição de certos pressupostos do positivismo.

logo, já nos evidencia um imbricamento entre o conceito de língua e o de signo enquanto componentes articulados a partir de uma relação de contiguidade, de condicionalidade e de fundamentalidade, graças à qual se tornam interdependentes no sistemático conjunto epistemológico e metodológico da teoria saussureana¹⁶³. No entanto, o signo, antes de definir-se e especificar-se como uma globalidade formada por um significante e um significado, submeteu-se a um longo caminho na reflexão do genebrino, cuja gênese se remete, contudo, a uma longa tradição, de Aristóteles a Whitney, passando pelos gramáticos de Port-Royal, assim como pelos enciclopedistas e pelos ideólogos. Segundo Bouquet (2000 [1997]), os conceitos e as proposições estenografados pela tradição metafísica¹⁶⁴ transpõem-se para o século de Saussure, no qual se reconfiguram por meio da reflexão de um número sem fim de filósofos e de linguistas: “no século XIX, tais proposições fazem parte da cultura comum e, a esse título, são retomadas pelos linguistas, principalmente pelos comparatistas: nós as encontramos – para citar apenas autores particularmente familiares a Saussure – em Bopp, Whitney ou Bréal” (BOUQUET, 2000 [1997], p. 146)¹⁶⁵.

Em *CLG*, o signo linguístico apresenta-se sob uma ambiguidade imódica, ao que nos referimos antes¹⁶⁶. No entanto, é, enquanto um conceito da epistemologia programática sob reflexo e refração no livro de 1916, uma *unidade global*, que se forma por um significante e um significado. O conceito saussureano trata-se de uma oposição explícita à clássica definição de signo como *meio de nomeação*, cujas primeiras manifestações se encontram em solo grego. No qual se associa a nomeação à motivação do signo linguístico pela coisa – ou seja, o signo tratar-se-ia da expressão irredutível e necessária do objeto ao qual dá nome. A acepção de *CLG* encontra-se na esteira de uma tradição, contudo, na qual se estabeleceu uma dissociação entre o domínio do signo e o da *realidade*, um polo oposto ao da primeira tradição – assim como da tendência filosófica da linguagem enquanto uma condição para a *representação*, de origem em Humboldt e de reverberação em Volóchinov. O primeiro – ou seja, o signo – não mais remete, enquanto um espelhamento onomástico, à segunda, no sentido de não se trata mais de uma

¹⁶³ Lembremo-nos: na proposição *a língua é um sistema de signos*, o núcleo do predicado – no sentido lógico – modifica-se pelo conceito de signo. Além do mais, trata-se de uma proposição sintética, na qual se atribui ao conceito do sujeito – *a língua* – a significação teórica do conceito do predicado – *um sistema de signos*.

¹⁶⁴ Cf. a nossa nota de número 128.

¹⁶⁵ Bréal refere-se a Michel Bréal [1832-1915], filólogo e linguista francês, professor de Saussure.

¹⁶⁶ Cf. a nossa discussão na seção anterior.

função de menção direta, originária de uma tradição clássica na qual o signo se trata de uma remissão pura e simples à *coisa*: “o signo linguístico não une uma coisa a um nome, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 115). A linguagem, por meio do signo assim definido e especificado, encontra-se fora do plano possível de representação direta e imediata das coisas. Mas o conceito ou o significado? No plano do enunciado de 1916, nada nos é oferecido sobre uma possível motivação do componente semântico do signo linguístico, cuja constituição, na reflexão do genebrino, apenas se define na sua relação com o significante¹⁶⁷. Assim, “nenhuma referência se faz aos objetos do mundo empírico que estimularão na mente a formação de uma representação mental dos objetos” (BAGNO, 2021, p. 335).

O signo, porém, compõe-se de duas partes de *natureza formal e psíquica*¹⁶⁸, que se pressupõem em uma relação de determinação mútua, que se apresentam pelo conceito de significante e pelo de significado – contíguos e derivados, mas fundamentais ao de signo. Mas o que nos pode significar o fato formal do signo? Como nos indica Bouquet (2000 [1997]), o significante não se corresponde à unidade material do som produzido pelo aparelho fonador. Ao contrário, é, nas palavras de CLG, “[...] a impressão psíquica [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 115), mas o é enquanto uma forma incidente sobre a substância sonora. Do mesmo modo, o significado, enquanto um *conceito linguístico*, trata-se de uma *forma semântica*, que se incide sobre o pensamento como a sua substância. É a enunciação afirmativa do formalismo linguístico, pelo qual se caracterizou uma parte considerável das ciências da linguagem do século XX¹⁶⁹. Logo, os conceitos de significante e de significado encontram-se contíguos,

¹⁶⁷ A maior parte das defesas de uma possível relação entre o conceito do signo e a materialidade do mundo advém-se de uma série de deduções de comentadores e de pesquisadores da teoria saussureana. Nada nos é dado na conjuntura da vulgata. O signo linguístico, enquanto um conceito articulado aos demais componentes do conjunto sistemático da teoria de CLG, define-se e especifica-se apenas pela sua relação interna, ou seja, pela interação entre os seus conceitos contíguos, derivados e fundamentais de significantes e de significado, assim como pelas suas outras relações sistemáticas, como com o conceito de língua, o de sintagma, o de arbitrário e o de valor. De outro modo, o conceito de signo linguístico, para se constituir enquanto um componente de análise e de descrição de um fenômeno ou de um objeto, reveste-se da mesma característica geral da teoria saussureana: prescinde-se de quaisquer referências aos *fatores externos* – inclusive e sobretudo, do mundo histórico e social.

¹⁶⁸ É formal porque é psíquica e psíquica porque é formal.

¹⁶⁹ Como mencionamos, de modo vago, em nossas discussões anteriores, uma das máximas expressões do formalismo linguístico do objetivismo abstrato encontra-se na reflexão do linguista dinamarquês Louis Hjelmslev [1899-1965], um dos continuadores da epistemologia programática do genebrino. No capítulo *Expressão e conteúdo* da sua obra *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1961), está a distinção entre *forma e substância da expressão* – por extensão, do significante – e *forma e substância*

necessariamente, ao de signo linguístico, para a sua determinação e para a sua fundamentação – do significante em relação ao de significado e ao de signo, o de significado em relação ao significante e ao de signo e o de signo em relação ao de significante e ao de significado¹⁷⁰. É a relação dominial pela qual se constrói a sua primeira significação teórica: *o signo linguístico é a união necessária entre o seu significante – forma sonora – e o seu significado – forma conceitual*. O significante é, pela definição da sua interdependência, uma função do seu significado, assim como o significado é uma função, por conseguinte, do seu significante. A imagem acústica é uma *representação*, portanto, do conceito linguístico, e não da coisa mundana. Trata-se de uma acepção muito assentada na tradição ocidental da filosofia e da linguística, cujas origens arquetônicas se encontram já marcadas, de certa forma, na reflexão filosófica de Aristóteles [384 a.n.e. - 322 a.n.e.], para quem “há os sons pronunciados que são símbolos das afecções na alma [...]” (ARISTÓTELES, 2013, p. 3)¹⁷¹.

Logicamente, a exigência formal não nos é dada na proposição aristotélica. Mas o que nos é oferecido se encontra na necessária relação enunciada entre os sons e as afecções – ideias produzidas através da sensação –, o que nos parece ser um dos fundamentos primários da acepção saussureana. Um outro exemplo de peso parece-nos ser o da reflexão do filósofo inglês Locke – por, particularmente, tratar-se de uma das vozes dialógicas a partir da qual se constituiu uma das faces metafísicas da teoria saussureana –, que se refere às ideias como *produtos do espírito humano*. Às palavras, dá-se a função de significá-las. Segundo o filósofo inglês, “[..]

do conteúdo – por extensão, do significado –, que se trata do desenvolvimento da acepção formal da tradição na qual se encontra o pensamento de Saussure.

¹⁷⁰ As relações sistemáticas parecem-nos se dar do seguinte modo: em relação ao conceito de signo linguístico, o de significante e o de significado apresentam-se como imanentes – internos e submissos, em uma hierarquia, ao todo –, contíguos – que se tocam de modo necessário – e derivados – decorrentes –, assim como condicionados e fundamentais – determinantes para a formação de uma parte substancial da significação teórica do de signo enquanto uma globalidade. O signo, em relação a ambos, determina-se como contíguo – por uma extensão necessária –, condicionador e fundamental – a significação teórica de cada um se constitui em sua fundamentalidade imprescindível –, assim como é fundamentado pelos dois outros. No interior do signo, o conceito de significante e o de significado se relacionam por uma forma sistemática de, até certo ponto, equipolência – ambos se revestem do mesmo valor sistemático para a formação das suas significações teóricas –, de contiguidade e de condicionamento mútuo. Dada, no entanto, a primazia, como mencionamos, da face semântica – é a determinante das unidades das entidades concretas – na reflexão geral do genebrino, parece-nos se formar, no plano total do seu pensamento, uma assimetria entre o conceito de significante e o de significado, o segundo tornando-se determinante em relação ao primeiro, assim como sobremaneira fundamental para o de signo enquanto uma entidade global, colocada a sua importância para a delimitação dos contornos das unidades das entidades concretas.

¹⁷¹ Não nos é dada a presumível data do manuscrito. A apresentada refere-se apenas à da edição da qual nos utilizamos.

as palavras não significam, pois, na sua primeira e imediata significação, senão as ideias que estão no espírito de quem delas se serve, por mais negligente ou imperfeitamente que essas ideias sejam deduzidas das coisas que se supõe que elas representam”¹⁷² (LOCKE, 2014 [1689], p. 546). O que nos aparece aqui: tanto em Aristóteles quanto em Locke, o signo – dado pelos seus equivalentes – não se trata de uma significação direta e imediata das coisas mundanas, mas, sim, das afecções e das ideias, dimensão ofuscada, porém, em *CLG*, pois ao significado não se outorga, de maneira explícita, qualquer forma de representação dos objetos mundanos. Na tradição sobre a qual se fundamenta o conceito saussureano, parece-nos haver, então, uma mediação, não explicitada no enunciado de 1916, entre o signo, enquanto uma unidade global, e o objeto: a sua significação. Trata-se, conseqüentemente, da instituição da arbitrariedade, uma vez enunciada a não linearidade e a não motivação da coisa em relação ao signo.

E, com relação ao conceito de arbitrário¹⁷³, Bouquet (2000 [1997]) nos confirma: a sua origem arquitetônica mais direta se encontra na linhagem da *metafísica semiótica* tributária de Port-Royal, assim como na *tradição iluminista* da França (BOUQUET, 2000 [1997], p. 179). Bouquet (2000 [1997]) fornece-nos uma lista de referências sobre as quais se fundamenta, segundo a sua análise, o conceito de arbitrário do signo de *CLG*, mostrando-nos como a acepção saussureana liga-se à lexicografia e à retórica do século XVIII e do século XIX. Mas fato nos é: a posição do genebrino, em absoluto, assenta-se sobre a tradição clássica do *convencionalismo*, que se remete, assim, a um certo nível da convencionalidade sobre a qual se assenta a língua, segundo a qual nada é motivado no signo, tratando-se, ao contrário, de uma *convenção arbitrária*, ou seja, é, em relação ao mundo, *imotivado*, uma perspectiva que se opõe

¹⁷² Tanto em Aristóteles, quanto em Locke, a *coisa* se manifesta como uma parte de relativa necessidade para as suas concepções sobre o signo, o que não se dá, de modo evidente, na reflexão de *CLG*. As afecções, em Aristóteles, e as ideias, em Locke, derivam-se das coisas mundanas, isto é, dos objetos sobre os quais se incidem. Parece-nos haver aí, portanto, uma grande refração das concepções do grego e do inglês, ao longo da história das ideias até a reflexão saussureana.

¹⁷³ Bouquet (2000 [1997]) diz-nos que o conceito de arbitrário, assim como o de valor – ao qual não nos dedicamos aqui, como mencionado anteriormente –, trata-se de um conceito primitivo, ou seja, *a priori*, que se deriva da metafísica da reflexão saussureana – mas que se resvala na análise empírica do comparatismo, pela qual se chegou ao estatuto da diferença fonológica das línguas (e à igualdade da sua estrutura arbitrária) –, ao mesmo tempo em que é um dos seus fundamentos. É *a priori*, como concebemos antes, por referir-se a um componente, na concepção de Bouquet (2000 [1997]), não assentado na necessidade de comprovação empírica, muito diferente da reflexão empreendida pelo genebrino na configuração discursiva da sua epistemologia da gramática comparada. No entanto, o conceito de arbitrário nos é dado pelo pensamento de Saussure como a enunciação de uma tese concernente à sua gramática geral, enquanto um componente descritivo de uma característica geral e universal dos signos de toda e qualquer língua. Mais uma vez, afirma-se o projeto resgatado, aqui, da tradição racionalista.

ao *naturalismo*. Trata-se de uma polêmica já presente na Grécia antiga, como nos atesta o famoso diálogo *Crátilo*, de Platão [428/427 a.n.e.-348/347 a.n.e.], no qual Sócrates se coloca ao lado de Crátilo para a defesa da sua posição naturalista, segundo a qual os sons das *palavras* – entendamos, *signos*, por uma extensão epistemológica – se caracterizam como motivados pelos seus conceitos, em oposição a Hermógenes, defensor da convencionalista, segundo a qual não se manifesta vínculo motivacional e necessário entre ambos.

Logo depois, a mesma polêmica refletiu-se na disputa entre os *anomalistas*, próximos do convencionalismo, e os *analogistas*, filiados ao naturalismo. Os estoicos, segundo Borba (1967), propunham-se à defesa da primeira posição, que se resume à afirmação da ausência de continuidade e de consequência entre a palavra e o pensamento – o que se denomina, na reflexão original do genebrino, de *arbitrário interno* –, bem como, por conseguinte, entre o som e o conceito (BORBA, 1967, p. 14). As raízes da acepção de arbitrariedade, portanto, encontram-se fincadas na tradição filosófica da Grécia antiga, perpetuando-se ao longo da história, ao se renovar sob formas diversas. Mais próximo a Saussure, Bagno (2021) remete-se a Whitney, para quem, em uma obra sua de 1867,

não existe, em nenhuma língua da terra, conexão intrínseca e essencial alguma entre a ideia e a palavra, por meio da qual a mente que concebe a ideia ao mesmo tempo apreende e produz a palavra. Toda forma existente da fala humana é uma massa de *signos arbitrários e convencionais* para o pensamento, transmitida por tradição de uma geração à outra (WHITNEY, 1867, como citado por BAGNO, 2021, p. 335).

Obviamente, a maioria das ocorrências da acepção de arbitrariedade na tradição ocidental das ideias se refere, em definição saussureana, ao *arbitrário interno* do signo – isto é, do *significante* em relação ao *significado* – e ao *arbitrário do signo em relação à coisa ou ao objeto*. Mas, nos manuscritos saussureanos, há, segundo Bouquet (2000 [1997]), um segundo grau de arbitrariedade – um outro grau do referido conceito, portanto –: o do *arbitrário sistêmico*, que se remete ao corte formal de um signo sobre uma dada substância no interior de um sistema linguístico, já que ambas as faces do signo se tratam de uma forma – no caso, o *significante*, enquanto uma unidade formal, incide-se sobre a substância sonora e o *significado*, de igual maneira, sobre a ideal. Trata-se de um grau referente a uma consequência lógica e necessária do primeiro grau – o interno –: como o *significante* e o *significado* não se unem por uma motivação, o corte formal sobre as substâncias só poderia, também, tratar-se de uma *imotivação*, uma vez que nada é determinante, no sistema linguístico, para que um *significado* e um *significante* possam marcar-se como motivados, respectivamente, no sistema fonológico

e no semântico de uma língua. Portanto, é *contingente* a uma língua que o número dos seus significantes e o dos seus significados, com as suas características distintivas, sejam o que são¹⁷⁴ (BOUQUET, 2000 [1997], p. 235).

Bem, dadas as nossas necessárias análises epistemológicas e historiográficas de parte da teoria enunciada em *CLG* – com uma remissão nossa ao pensamento manifesto no corpus saussureano –, cremos em que alcançamos o mínimo nível imprescindível para o nosso vislumbre da natureza e da origem das críticas responsivas de Volóchinov ao pensamento linguístico de Saussure. Ainda, ficou-nos clara a complexidade das relações entre as vozes na formação arquitetônica do enunciado de 1916. As múltiplas formas de responsividade, apesar de não tematizadas sempre pela nossa análise interpretativa, tornam-se elucidadas pelas marcas concretas apresentadas em cada proposição elencada pelo nosso trabalho. De Platão e Aristóteles, passando por Galileu, Descartes, Leibniz e Locke, assim como pela tradição lexicográfica e retórica à qual se remete Bouquet (2000 [1997]), a Bopp, Comte, Whitney e Paul – e outros do movimento dos Jovens Gramáticos –, a teoria de *CLG* encontra-se no polo oposto ao criado pelo discurso encomiástico da sua suposta ruptura epistemológica, tratando-se, antes, da afirmação de e da remissão a tradições científicas, filosóficas e linguísticas, com fortes raízes na história das ideias. Mostra-nos, também, a natureza enunciativa do texto analisado enquanto um fenômeno dotado de uma determinada forma irreduzível de responsividade dialógica – constitutiva da sua arquitetura e da sua sistematicidade –, o que se confirma ainda mais diante do procedimento de correlacionamento através do qual se delimitou a fortuna crítica da qual nos utilizamos – e que nos ajudou, em muito, no estabelecimento de um mapeamento historiográfico dos componentes sistemáticos da epistemologia e da metodologia da teoria enunciada na vulgata de 1916. Que nos compreenda o nosso leitor, pois nos dedicamos somente aos aspectos mais importantes para as nossas análises subsequentes, sem uma pretensão qualquer de esgotamento analítico. Agora, adentremo-nos nas questões nevrálgicas da nossa pesquisa com uma abordagem das críticas responsivas de Volóchinov.

¹⁷⁴ Ser contingente significa, no contexto da reflexão saussureana nos manuscritos, ser imotivado, isto é, não *ser necessário*, manifestando-se como contingencial e dependente da especificidade fonológica e semântica de cada língua. Por uma extensão, a língua enquanto um sistema é arbitrária, pois: primeiramente, não se trata, na sua especificidade, de uma motivação de algo externo a si mesma; secundariamente, o vínculo de união entre as duas faces das suas entidades concretas não se marca por uma necessidade; e, terceiramente, o corte formal não se fundamenta, de igual maneira, em uma relação de necessidade. No todo, é arbitrária, o que nos diz: é convencional em sua especificidade.

CAPÍTULO 3 - DAS CRÍTICAS RESPONSIVAS DE VOLÓCHINOV AO OBJETIVISMO ABSTRATO DE SAUSSURE

3.1 Os pontos nucleares das críticas responsivas de Volóchinov

Uma definição sintética do objetivismo abstrato, a partir de uma delimitação dos princípios gerais da sua epistemologia e das formas gerais da sua metodologia, poderia configurar-se como uma necessidade e um pressuposto à nossa abordagem do nosso problema de pesquisa, isto é, antes de nos adentrarmos nos principais – elementares – pontos da crítica responsiva de Volóchinov à forma do objetivismo abstrato de Saussure. Porém, permitir-nos-emos o delineamento de um caminho inverso: a partir da apresentação das ideias e das teses, por parte do filósofo russo, da tradição objetivista abstrata, organizar-se-á, na sequência, a nossa definição. Trata-se de um caminho escolhido por uma única razão: ao que nos parece, deve-se a Volóchinov a criação – pelo menos do modo característico apresentado na conjuntura da sua obra em relação às dos outros membros do Círculo de Bakhtin¹⁷⁵ – da alcunha de objetivismo abstrato em relação a uma tradição filosófica e linguística¹⁷⁶.

No contexto epistemológico e metodológico da teoria de *MFL*, o objetivismo abstrato, como nos referimos na introdução da nossa monografia, apresenta-se como uma antítese em relação a uma tese: o subjetivismo individualista. Para Volóchinov, ambas as tendências se encontram em posições de absoluta oposição, dada a ênfase de cada uma em fenômenos distintos enquanto a realidade da linguagem, que se definem e se especificam a partir das significações teóricas na configuração do conjunto sistemático de cada uma das tendências em questão, assim como das tradições essenciais na formação das suas concepções. Logicamente, a análise interpretativa de Volóchinov ancora-se no estabelecimento de pontos gerais de teorias diversas de uma série de pensadores, que se articulam dentro de uma ou de outra tradição. Trata-

¹⁷⁵ Na verdade, tratou-se de *círculos*, que se concentraram em localidades diferentes, como Vítebski, Nevel e Leningrado, do início da década de 1920 ao princípio da de 1930. Refere-se a um período de intensa troca dialógica entre uma série de intelectuais, dentre os quais se destacam Bakhtin, Volóchinov, Kagan e Medviédev. Daí derivaram-se uma série de reflexões demasiado importantes, pelas quais se marcou o pensamento particular de cada um. Dentre os mais influenciados, encontra-se Bakhtin, em cujas obras posteriores se encontram as reverberações das vozes dos demais. Portanto, referimo-nos a Círculo de Bakhtin com uma delimitação cronológica estrita.

¹⁷⁶ Apesar de uma crítica quase semelhante às formas de objetivismo filosófico encontrar-se em algumas obras de Bakhtin – sobretudo em *PFA* –, nada nos é tão característico como a definição segura e sintética de Volóchinov, que se ancora em uma análise dialética e dialógica das ideias e das teses de Saussure para, em seguida, dar-se a formação das suas.

se de uma generalização, portanto, cuja formação se dá através da delimitação, por parte de Volóchinov, dos pontos em comum entre as teorias, que se encontram articulados entre si pela natureza dialética e dialógica das suas relações arquitetônicas, dada a influência de um pensador sobre o outro no processo de constituição das suas ideias e das suas teses. Assim, Humboldt e Vossler alocam-se na tradição do idealismo linguístico do subjetivismo individualista pelos comuns existentes entre as suas teorias. Do outro lado, encontra-se Saussure, a quem se unem, como nos diz Grillo (2017), Baudouin de Courtenay e Mikolaj Kruszewski, assim como, para Volóchinov (2017 [1929]), Antoine Meillet e Charles Bally.

A recepção russa e soviética da linguística saussureana não nos é muito clara. Um número sem fim de reações se produziram, no entanto. A sua chegada à Rússia, por um lado, marca-se por um forte entusiasmo (HUTCHINGS, 2004). Desde as leituras de apropriação de *CLG* contra o positivismo científico da época – o que nos parece um pouco contraditório – às de respostas contundentes, as recepções se tornaram muito variadas a partir dos objetivos idiossincráticos da compreensão ativa, por parte de cada sujeito, da obra atribuída a Saussure. É, por exemplo, “nesse contexto que Roman Jakobson, ele próprio associado ao poeta revolucionário Maiakovskii, apoderou-se do *Cours de linguistique générale* como meio de encabeçar a revolução antipositivista que havia se instituído na linguística russa” (HUTCHINGS, 2004, p. 139, grifos do original, tradução nossa)¹⁷⁷. De Roman Jakobson [1896-1982] e Iuri Tiniánov [1894-1943] a Volóchinov, constitui-se uma quantidade de atitudes reponsivas em relação a *CLG*, desde a aceitação estusiasmada das suas teses às críticas intensas à sua forma de racionalidade científica. Contudo, o que nos é importante: a leitura interpretativa e crítica de Volóchinov (2017 [1929]) de *CLG* deu-se a partir do texto intitulado em francês, dada a ausência de traduções da obra atribuída ao generbino no contexto de atuação do filósofo russo. Segundo Grillo e Américo (2017), a primeira tradução da vulgata de 1916 para o russo é de 1933, posterior à escrituração e à publicação de *MFL*, de 1929. Logo, o trabalho volochinoviano de leitura, conjuntamente, trata-se de uma tradução de partes do enunciado do genebrino em sua língua de origem, o que nos é importante para o delineamento do alto grau de interpretação da análise de Volóchinov¹⁷⁸.

¹⁷⁷ “It is in this context that Roman Jakobson, himself associated with the revolutionary poet, Maiakovskii, seized upon the *Cours de linguistique générale* as the means to spearhead the anti-positivist revolution he instituted in Russian linguistics” (HUTCHINGS, 2004, p. 139, grifos do original).

¹⁷⁸ O que se comprova pela escolha de tradução de *parole* por *enunciado* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 168). O filósofo russo se fundamentou no seu entendimento da natureza do ato discursivo para a realização da sua tradução do conceito de fala de *CLG*. Todavia, deriva-se daí um sem fim de equívocos,

Toda a descrição e toda a exposição de Volóchinov sobre as ideias e as teses do objetivismo abstrato fundamentam-se sobre a sua análise interpretativa – a sua *compreensão ativa e responsiva* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929]), logo – da obra de autoria atribuída a Saussure, cuja teoria se encontra no polo oposto à de Vossler e à de Humboldt, enquanto membros da primeira tendência. O livro do filósofo russo, lembremo-nos, trata-se de um enunciado teórico de imódica complexidade, cuja estrutura responsiva se sustenta sobre um dialogismo manifesto, em primeiro, no seu plano arquitetônico e, em segundo, no seu composicional. Ambas as formas se revelam na instituição de uma cadeia de responsabilidades marcada por formas de *polêmicas*¹⁷⁹, de retomadas, de exposições, de contraposições, etc. Através de um *jogo dialético* – e, portanto, dialógico, dada a presença constitutiva dos sujeitos –, as definições e as especificações, a partir das quais se configuram as significações teóricas dos componentes do conjunto sistemático da teoria saussureana, apresentam-se como uma antítese dialética às do subjetivismo individualista¹⁸⁰, assim como se submete a uma análise

pois o conceito saussureano não se reveste das mesmas significações teóricas do de enunciado de Volóchinov. Primeiro, não se refere a um a unidade dinâmica e processual de sentido responsivo, pelo qual se estabelece a constituição e a mediação da *consciência individual* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929]), muito menos, segundo, como um ato concreto da comunicação discursiva e da *interação social*. O conceito de fala, em *CLG*, limita-se de modo demasiado, referindo-se à instanciação mecânica, pela fonação e pela sintagmação, das unidades do sistema linguístico. Em relação à língua, é, também, contingencial, não necessário como o enunciado na reflexão volochinoviana, que se apresenta como a unidade concreta da linguagem e da língua. É-nos um problema muito complexo, que deve se tornar um fenômeno das nossas pesquisas futuras.

¹⁷⁹ Quando nos referimos à polêmica, temos em vista o conceito de Bakhtin (2013 [1969]) de *polêmica aberta* e o de *polêmica velada*. O primeiro tipo define-se e especifica-se do seguinte modo: “[...] está simplesmente orientada para o discurso refutável do outro, que é seu objeto” (BAKHTIN, 2013 [1969], p. 224). O segundo, por sua vez, “[...] está orientado para o seu objeto, como qualquer outro discurso; neste caso, qualquer afirmação sobre o objeto é construída de maneira que, além de resguardar seu próprio sentido objetivo, ela possa atacar polemicamente o discurso do outro sobre o mesmo assunto e a afirmação do outro sobre o mesmo objeto” (BAKHTIN, 2013 [1969], p. 224). Rememoremo-nos: trata-se de formas de interação arquitetônica no plano do discurso, isto é, da comunicação interdiscursiva. Ambos se encontram em Volóchinov, refletindo-se e refratando-se, de uma forma ou de outra, no plano composicional através do modo de organização dialética da discussão apresentada pelo filósofo russo, ora em uma crítica direta, ora em uma indireta.

¹⁸⁰ O que nos é curioso: as críticas volochinovianas ao idealismo linguístico do subjetivismo individualista parecem-nos se incidir muito mais sobre a teoria de Vossler do que sobre a de Humboldt. Aliás, uma grande reverência se faz, em *MFL*, ao filósofo idealista, cuja voz se apresenta como uma das mais fortes influências do marxista Volóchinov. Assim como Cassirer – um humboldtiano assumido –, Volóchinov, como veremos logo mais, assumiu muitas teses idealistas de Humboldt para subvertê-las a partir do materialismo dialético da sua teoria, como muito bem nos mostra Ferreira (2020). Ao mesmo tempo, os *tons* da crítica de Volóchinov tornam-se mais agudos e intensos em relação ao objetivismo abstrato de Saussure do que ao subjetivismo individualista de Humboldt, o que nos dá os contornos primários da sua posição em relação aos diferentes pensadores de ambas as tradições.

crítica, interpretativa e valorativa em relação ao posicionamento teórico de Volóchinov¹⁸¹. É um confronto complexo, com muitas nuances, às quais não nos prenderemos, dada a natureza limitada do nosso espaço de escrituração.

Enquanto, para o subjetivismo individualista, a realidade da língua e da linguagem se encontra, segundo Volóchinov (2017 [1929]), no *ato discursivo individual e criativo*¹⁸², é, para o formalismo linguístico do objetivismo abstrato, o *sistema estável de formas fonéticas, gramaticais e lexicais*¹⁸³ (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 155), de caráter coercitivo, determinante e idêntico. Isto é, a língua define-se como “[...] um arco-íris imóvel que se ergue acima desse fluxo [de atos discursivos individuais]” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 155). Conseqüentemente, as formas *repetíveis* dos enunciados concretos, às quais se aplica o princípio lógico de identidade, colocam-se como a realidade primeira e última da língua no objetivismo abstrato, tal como vimos pelas nossas análises epistemológicas e historiográficas da teoria enunciada em *CLG*. Às formas regulares da língua – “[...] uma soma de impressões depositadas em cada cérebro [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 63) –, apõe-se a definição de *identidade normativa*, segundo Volóchinov (2017 [1929]), graças à qual se estabeleceria a mútua compreensão entre os membros de uma comunidade linguística: “é justamente o fonema ‘a’, idêntico e normativo, que representa o fato linguístico, isto é, o objeto específico da ciência sobre a língua” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 156). E ainda continua a nos falar o filósofo russo:

o mesmo pode ser dito sobre todos os outros elementos da língua¹⁸⁴. Aqui também encontraremos em todo lugar a mesma identidade normativa da forma linguística (por exemplo, de qualquer modelo sintático¹⁸⁵), bem como a

¹⁸¹ Como nos orienta Grillo (2017, p. 52), “a teoria do enunciado concreto, entendido como elo na cadeia da comunicação discursiva, serve não apenas como fundamento da filosofia da linguagem em MFL, mas também para compreender a própria constituição do método sociológico desenvolvido nesta obra [...]”.

¹⁸² Nos termos da filosofia de Volóchinov (2017 [1929]; 2019b [1930]), no *enunciado individual*. A escolha terminológica do russo dá-nos um lampejo da intensidade da sua interpretação.

¹⁸³ Ou seja, o sistema de signos formais de Saussure.

¹⁸⁴ Se toda a língua, segundo o saussureanismo, trata-se de uma formação articulada entre o plano fonológico e o semântico – lembremo-nos: desde o fonema até a sintaxe, o que se encontra em jogo é o signo linguístico –, o nível de formalidade é sobretudo constitutivo. Além do mais, a forma à qual se refere Volóchinov baseia-se no princípio de identidade formal e normativa de cada elemento linguístico, o que se trata, também, de uma posição possível dentro do espectro refletido e refratado da teoria de Saussure.

¹⁸⁵ A sintaxe, quiçá, como uma referência mais ampla à sintagmação frasal. No plano teórico de *CLG*, trata-se de um conjunto de regras combinatórias já dadas na língua, que se manifestam em um plano

realização e o preenchimento individual e irrepetível de uma dada forma em um único discurso (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 156).

Com efeito, dá-se a colocação do sistema linguístico como independente de toda e qualquer atitude de fala de um falante – rememoremo-nos: a fala, em *CLG*, é acidental, definindo-se como o princípio de *pertubabilidade* do sistema sincrônico de formas¹⁸⁶. Eis um dos pontos nucleares da crítica responsiva de Volóchinov: a forma idêntica e normativa não se trata da dominante, no processo de comunicação discursiva, do ato de fala. Ao contrário, é, antes, uma *condição mediadora*, segundo a nossa análise interpretativa. Para a consciência do indivíduo falante, a língua, portanto, caracteriza-se por uma outra natureza: “[...] a compreensão da própria língua não é direcionada para o reconhecimento dos elementos idênticos da fala, mas para a compreensão da sua nova significação contextual” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 192). Conseqüentemente, o abstracionismo do qual se reveste a definição e a especificação do conceito de língua enquanto um sistema de formas idênticas e normativas torna-se a razão precípua do desvelamento de parte das suas origens calcadas em solo platônico (BAGNO, 2021) e racionalista (BOUQUET, 2000 [1997]), mas com uma forma constituída no *filologismo*¹⁸⁷ pelo qual se caracterizou, na concepção do filósofo russo, a tradição linguística de maneira

transversal desde, enquanto um *mecanismo linguístico* (SAUSSURE, 2012; 2021 [1916]), a palavra (no plano de sua organização morfológica, também) até os sintagmas maiores, como a frase. Bem, não se pode negar o fundo de validade de uma tal acepção. A questão problemática, para Volóchinov, encontra-se na assunção, talvez, da forma idêntica e normativa como a categoria primeira e última de realidade fenomênica da língua. É o que nos norteia aqui.

¹⁸⁶ Ao mesmo tempo, as mudanças, as variações e as refrações, no entanto, não se incidem, em um primeiro momento, sobre o sistema formal. Como mencionado, *as pequenas mudanças* não afetam, pela lógica de *CLG*, as formas, mas, sim, as substâncias delimitadas pelo corte formal. Nos termos da fonética articulatória, referem-se aos fones – unidade substancial –, não aos fonemas – unidade formal ou mental.

¹⁸⁷ Não nos dedicaremos, aqui, a uma comparação estrita e profunda entre as críticas de Volóchinov e as proposições de Saussure. Tudo se fará, nesta seção, com o escopo imediato de delineamento de um painel do que se encontra em jogo nas afirmações de Volóchinov em relação à teoria saussureana manifesta na vulgata de 1916. No entanto, o filologismo parece-nos se tratar de um reflexo e uma refração, no domínio epistemológico da teoria saussureana, de uma atitude metodológica: o modo, portanto, como cada tradição linguística – a do genebrino, por conseguinte – relacionava-se com os materiais dispostos das línguas. O centro, mais uma vez, localiza-se no abstracionismo derivado de pontos em comum entre as epistemologias do platonismo, do racionalismo e do galileanismo: a abstração do dado em relação ao seu contexto concreto de emergência e de ocorrência. O filologismo trata-se de uma consequência epistemológica da abstração em relação à língua da sua função social de comunicação discursiva e de *representação ideológica*. Com a retirada da unidade de comunicação discursiva do núcleo da sua vida, pode entregar-se à análise comparativa entre as formas das diversas línguas do mundo. E, no caso do pensamento de Saussure, a reflexão transpôs-se para um plano ainda mais abstrato: da comparação entre as línguas, foi-se à generalização. É aí onde se situa, para a nossa compreensão, um dos cerne do filologismo.

geral, já que se baseia o conceito sistêmico em uma tendência metodológica de atividade de “[...] decifração e transmissão de uma língua alheia” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 192).

De fato, são-nos claras, em *CLG*, a definição e a especificação por meio das quais se constitui a significação teórica do conceito criticado por Volóchinov (2017 [1929]): a língua é “[...] como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, seriam distribuídos entre os indivíduos” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 63). Trata-se de uma definição de língua como *érgon*, isto é, como um *produto registrado* (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 57) de formas gramaticais, lexicais e sintáticas. Por conseguinte, a compreensão, um processo *ativo e responsivo* para Volóchinov (2017 [1929]) – conceito ao qual nos dedicaremos outra vez logo mais –, trata-se de uma *decodificação* e de um *reconhecimento* das formas estáveis e idênticas da língua, assim como a fala se comporta como uma ação mecânica da instanciação das formas linguísticas, em cujo interior já se encontraria dada a significação. Trata-se da cisão entre *a forma linguística e o conteúdo ideológico*¹⁸⁸ – como consequência, sobretudo, da substancialização da forma. Daí o sistema, segundo Volóchinov (2017 [1929]), derivar-se de uma atitude epistemológica e metodológica de abstração da natureza contextual e histórica do uso da língua, através da qual se retira o *enunciado*, a unidade real do discurso (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 182), do âmago do acontecimento da comunicação discursiva, no qual se constituem a sua realidade e a sua vida. E ainda nos diz: “na base daqueles métodos linguísticos de pensamento que conduzem à criação da língua como um sistema de formas normativas idênticas está *a orientação teórica e prática para o estudo das línguas estrangeiras mortas conservadas nos monumentos escritos*¹⁸⁹” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 182). Trata-se de uma cisão enquanto um reflexo e uma refração da separação radical, no

¹⁸⁸ O conteúdo ideológico refere-se à *significação* – em cujo interior se entrecruzam os *valores das classes sociais* – pela qual se estabelece a *conscientização* e a *representação* da realidade histórica – a constituição, portanto, da *ideologia*. A seguir, atentar-nos-emos um pouco mais ao conceito de ideologia de Volóchinov (2017 [1929]; 2019d [1930]).

¹⁸⁹ A observação de Volóchinov nos é perspicaz: os exemplos de dados em *CLG* referem-se muito a formas de variedades pretéritas de diversas línguas – inclusive de línguas mortas –, com uma base muito bem assentada na escrita. Quiçá, os princípios metodológicos aos quais se remete o filósofo russo tenham se refletido nas escolhas dos exemplos apresentados ao longo do livro de 1916 – muitos escolhidos ou mudados, aliás, por Bally e Secheyay (BOUQUET, 2000 [1997]). Como um sanscrita, a tradição clássica do comparatismo e da filologia se tornou constitutiva do pensamento de Saussure em grande medida, o que pode se configurar como uma explicação possível do uso metodológico de dados de línguas inexistentes à sua época como um vetor determinante das tendências do seu pensamento linguístico, muito em aliança com as bases da reflexão da escola dos Jovens Gramáticos – em parte, pois muitos se dedicaram à língua viva, ou seja, ao estabelecimento dos dados linguísticos por meio da fala, caso de Paul (1970 [1880]) –, com grande importância no cenário europeu de então, e na qual, aliás, se envolveu o genebrino (BAGNO, 2021, p. 326).

plano teórico de *CLG*, entre a língua e o indivíduo, a partir da qual se compreende que este se submete à coerção daquela¹⁹⁰:

a língua contrapõe-se ao indivíduo como uma norma inviolável e indiscutível, à qual só lhe resta aceitar. Caso o indivíduo não perceba alguma forma linguística como uma norma indiscutível, ela existirá para ele não como forma da língua, mas simplesmente como uma possibilidade natural do seu aparelho psicofísico individual. O indivíduo recebe o sistema da língua da coletividade falante de modo totalmente pronto, e qualquer mudança dentro do sistema encontra-se fora dos limites da sua consciência individual. O ato individual de pronúncia de qualquer som torna-se um ato linguístico apenas na medida em que ele pertence ao sistema linguístico imutável em um dado momento e é indiscutível para o indivíduo (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 156-157).

No objetivismo abstrato de Saussure, o desenvolvimento da língua, por sua vez, deve-se apenas à sua lei “[...] *imane e específica*, irreduzível a qualquer lei ideológica, artística ou não” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 157)¹⁹¹, sustentando-se sobre uma separação metodológica, graças à qual se forma uma concepção sincrônica e uma diacrônica de língua, o que nos indica ainda mais a linha interpretativa de Volóchinov sobre as dicotomias e as rupturas da teoria de *CLG*. Enquanto “a primeira série – a sincrônica – é regida pela ligação linguística de elementos que são mutuamente necessários e complementares” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 160), a segunda “[...] é regida por sua própria lei que, a rigor, é uma lei de erro por analogia” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 182). Assim como as leis fonéticas, a analogia, de fato, caracteriza-se como um dos mecanismos linguísticos da mudança da língua, cujo fundamento se encontra nas alterações das formas linguísticas através de um *improvis* (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 237). Uma forma analógica, para Saussure (2021 [1916], p. 228), “[...] é uma forma feita à imagem de uma ou várias outras segundo uma regra determinada”. As exceções às leis fonéticas, segundo a tradição dos Jovens Gramáticos, referem-se à analogia. Ou seja, as alterações irregulares na forma, que não se explicavam a partir da mudança mecânica – e cega – das leis fonéticas, fundamentam-se sobre o equívoco ou o erro no campo da fala, cuja causa primeira se vincula ao estabelecimento das semelhanças, pelo som ou pelo sentido,

¹⁹⁰ Remeta-se o nosso leitor à metáfora do músico para uma adequada compreensão do que apontamos aqui. Além do mais, vale-nos a remissão ao seguinte trecho de *CLG*: “a língua não é uma função do falante, é o produto que o indivíduo registra passivamente [...]” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 57).

¹⁹¹ A língua como um sistema de valores determinados pelas relações associativas e sintagmáticas. Sequer os fatores externos são considerados relevantes para as questões da linguística diacrônica.

entre duas ou mais formas, seja no eixo sintagmático, seja no associativo – ou, mais estritamente, no entrecruzamento de ambos.

Mas, para a nossa exposição ser mais concisa, citemos a síntese, elaborada por Volóchinov (2017 [1929]), das teses do objetivismo abstrato de Saussure:

- 1) *A língua é um sistema estável e imutável de formas linguísticas normativas e idênticas, encontrado previamente pela consciência individual e indiscutível para ela.*
- 2) *As leis da língua são as leis linguísticas específicas de conexão entre os sinais linguísticos dentro de um sistema linguístico fechado.* Essas leis são objetivas em relação a *qualquer* consciência subjetiva.
- 3) *As leis linguísticas específicas não possuem nada em comum com os valores ideológicos (artísticos, cognitivos e outros).* Nenhum motivo ideológico é capaz de fundamentar o fenômeno da língua. Entre a palavra e a sua significação não existe uma conexão, seja ela natural e compreensível para a consciência, seja artística.
- 4) *Os atos individuais da fala são, do ponto de vista da língua, apenas refrações e variações ocasionais ou simplesmente distorções das formas normativas idênticas;* mas justamente esses atos de fala individuais explicam a mutabilidade histórica das formas linguísticas, que, como tal, do ponto de vista do sistema da língua, é irracional e sem sentido. *Entre o sistema da língua e sua história não existe nem conexão nem motivos em comum. Eles são alheios entre si* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 162).

Contra as três primeiras teses do formalismo linguístico do objetivismo abstrato – bem delimitadas pela nossa análise na segunda seção do capítulo anterior –, Volóchinov se pergunta: em que medida se pode admitir a acepção de língua enquanto um sistema formal como a realidade¹⁹² da linguagem (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 173)? O questionamento do

¹⁹² Contra as críticas infundadas de certos comentadores, que se baseiam apenas na ocorrência do termo *realidade* (ou *real*) no comentário de Volóchinov em relação à teoria saussureana, segundo as quais se procede a reflexão volochinoviana de uma derivação de um *ontologismo empirista* em relação à linguagem, cabe-nos uma atitude responsiva. Em primeiro lugar, Volóchinov, ao se referir à realidade da língua e da linguagem, dedica-se a uma construção epistemológica e metodológica, isto é, ao estabelecimento de uma teoria, na qual se equivale, segundo à nossa terminologia, o termo realidade, primeiro, ao de objeto tético e, segundo, ao *uso concreto*. De qualquer forma, a posição de Volóchinov não se propõe, portanto, como uma descrição ontológica da *realidade em si mesma da linguagem*, mas como uma colocação teórica sobre os fenômenos linguísticos em sua função social e em seu uso histórico, nos acontecimentos de comunicação discursiva. A aceitação dos comentários críticos à teoria do filósofo russo nos impediria de concebê-la em sua natureza de construção epistêmica sobre dados fenômenos, a partir da instituição de um conjunto sistemático no qual se articulam inúmeros componentes. Além do mais, o termo *realidade* emerge-se com constância na obra *CLG*, o que nos levaria, caso admitíssemos a validade das críticas a Volóchinov, a estendê-las também à reflexão do genebrino. Em segundo, a posição volochinoviana encontra-se fundada em uma série de entrecruzamentos complexos de tradições, das quais não nos podemos esquecer. Dentre as muitas, destacam-se o neokantismo, a fenomenologia e o marxismo. Um ponto comum entre as duas últimas, o que nos parece tratar-se de um pressuposto essencial da reflexão de Volóchinov, situa-se no fato irreduzível segundo o qual não se pode estabelecer uma construção epistêmica de um objeto teórico à

filósofo russo dá-se em direção à possível admissão da concepção saussureana em relação, obviamente, à sua função na comunicação discursiva, na interação social e na representação ideológica, *locus* irredutível do funcionamento concreto da linguagem. O fechamento da língua em si mesma – como uma entidade ontologizada pela substancialização da forma – trata-se do primeiro empecilho para uma inequívoca compreensão da sua relação com a vida histórica, o cerne da questão referente à linguagem em geral para Volóchinov (2017 [1929]). Entregue às suas próprias leis imanentes, a língua tornou-se o reduto de um formalismo incapaz de relacionar-se com a *função social* (VOLÓCHINOV, 2019c [1930]) pela qual se caracteriza o ato usual da linguagem. Tudo se resume à estenografia equipolente – derivada das três primeiras elencadas acima – da seguinte tese: “o aspecto formal da identidade das formas linguísticas prevalece sobre a sua historicidade” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 192). O critério fundamental da primeira crítica responsiva de Volóchinov (2017), portanto, encontra-se no indivíduo enquanto o *sujeito* concreto, inserido na historicidade de uma sociedade organizada, no ato de comunicação discursiva, de interação social e de representação ideológica, através do seu uso linguístico. Como nos orienta Volóchinov (2017 [1929], p. 192), “[...] a compreensão

parte da realidade fenomênica e histórica da sua emergência e da sua revelação, no momento contextual e concreto da sua elaboração, à consciência teórica do seu pensador, um objeto teórico, portanto, que não se encontra dissociado do fenômeno ao qual se refere teoricamente, muito menos apartado do seu uso concreto e efetivo na realidade histórica. O ideal de cientificidade de Volóchinov, que se ancora nas tradições filosóficas evocadas pelo seu pensamento, difere-se sobremaneira dos até então postos, por exemplo, pela reflexão saussureana, tudo se guiando pelos princípios revolucionários do marxismo russo, graças aos quais se sentiu a necessidade de aproximação da teorização científica do objeto que procura conceber e descrever por um conjunto sistemático de componentes. Enquanto o ideal saussureano se fundamenta sobre uma construção ancorada no entrecruzamento, como vimos, de uma concepção, em partes, racionalista, galileana e positivista – dentre as muitas –, o volochinoviano se trata, primeiramente, de um *ideário* filosófico no qual se torna pressuposta a *eticidade* da pesquisa científica pela consideração do fenômeno no acontecimento da sua ocorrência concreta, o que se torna patente na necessidade de colocação da atividade científica no cerne do fenômeno histórico – no caso, no da comunicação discursiva e no da interação social, e, secundariamente, de uma oposição direta ao abstracionismo exacerbado do racionalismo e do positivismo nas ciências da linguagem. Tudo se faz em nome da necessidade, em nossa remissão a Bakhtin (1993 [1986/1919-1921]), de consideração do *não-álibi* do pesquisador enquanto um sujeito responsável e responsivo ao outro, ao seu contexto, às tradições existentes e, sobretudo, ao fenômeno sobre o qual se debruça, assim como aos demais sujeitos envolvidos na comunicação interdiscursiva da ciência, sob o imperativo da concretude imediata do fenômeno em sua ocorrência histórica. Portanto, a teoria de Volóchinov não nos parece tratar-se de uma *descrição ontológica de um empirista*, mas, sim, de um conhecimento construído – o que nos é provado pela sistematicidade da sua reflexão – sobre a égide de uma concepção outra de ciência e de racionalidade, segundo a qual não se deve jamais proceder à dissociação, em nome do abstracionismo de uma outra tradição científica, entre o sujeito, a teoria e o objeto em jogo na construção axiológica e ideológica de uma episteme (teoria).

da sua própria língua não é direcionada para o reconhecimento dos elementos idênticos da fala, mas para a compreensão da sua nova significação contextual”¹⁹³.

Para Volóchinov (2017 [1929]), a construção rigorosa de uma língua enquanto um sistema formal – ou seja, da sistematicidade de uma língua – é um ato de abstração do seu uso concreto pelos sujeitos em sociedade, cuja justificação se encontra, por exemplo, no fato irreduzível da sua importância para o processo de ensino. Então, parece-nos se tratar o sistema linguístico de uma derivação, na compreensão do filósofo russo, de uma necessidade científica e, ao mesmo tempo, pedagógica, que se fundamenta sobre uma abstração característica¹⁹⁴, mas não se resume a um entendimento científico – sob a égide de uma concepção outra de cientificidade e de racionalidade – da língua em sua função social e, portanto, em seu uso concreto – isto é, da linguagem em geral no cerne da sua formação, da sua existência e do seu desenvolvimento –: o acontecimento de comunicação discursiva e de interação social. Como consequência, retira-se a unidade da comunicação discursiva – isto é, o enunciado –, no objetivismo abstrato, do fluxo ininterrupto das cadeias enunciativas no qual se insere, de forma necessária, pela sua responsividade. O objeto do formalismo linguístico é, para Volóchinov (2017 [1929], p. 192), “um enunciado monológico e finalizado [...]”, isto é, a língua fora do plano histórico do seu desenvolvimento no seio da comunicação discursiva e da interação social. O que nos aparece, na crítica volochinoviana, é a tentativa, por parte do filósofo russo, de instituir uma outra racionalidade científica para uma diversa abordagem da linguagem, que se sustenta, assim como sobre uma teoria assentada em outras tradições científicas e filosóficas das do objetivismo abstrato, sobre o ideal revolucionário, segundo o nosso entendimento, do materialismo dialético e histórico, pela admissão dos problemas científicos à luz da sua raiz histórica e social, tanto quanto sob o imperativo da urgência de emancipação científica, e, logo, ideológica, das ciências e dos sujeitos – das amarras, em partes, do racionalismo, do idealismo e do positivismo, o que se apresenta muito bem pelas críticas gerais de Volóchinov, como enunciações científicas da configuração capitalista de mundo.

A posição de Volóchinov, portanto, parece-nos contrária ao abstracionismo – este enquanto justificável na concepção de muitos (interessados, quiçá, na defesa dos seus ideais

¹⁹³ Na seção seguinte, dedicar-nos-emos a um esclarecimento mínimo dos fundamentos epistemológicos das críticas responsivas de Volóchinov – no interior dos quais se encontram as suas próprias acepções teóricas. Por enquanto, limitar-nos-emos a um primário – e superficial, compreendemos – delineamento das teses do objetivismo abstrato criticadas pelo filósofo russo.

¹⁹⁴ E, aqui, lembremo-nos da origem do empreendimento de Port-Royal: a comparação das estruturas das línguas com a finalidade da construção de um livro para o ensino.

positivistas) – pelo qual se caracteriza, em certa medida, o objetivismo abstrato enquanto o único e verdadeiro método de análise do objeto e de construção do conhecimento. Para o filósofo russo, “a concretização da palavra só é possível por meio da sua inclusão no contexto histórico real da sua realização inicial” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 192), uma afirmação através da qual se enuncia, com rigor, o ideal de cientificidade e de racionalidade de Volóchinov. Daí, por conseguinte, derivar-se uma separação rígida, no seio do formalismo linguístico de *CLG*, entre uma abordagem sincrônica e uma diacrônica da língua, pois se cortam os fios, ao se dedicar apenas às formas estáveis e imutáveis da língua – a estrutura comum e geral – por meio da abstração do enunciado da sua realidade de uso, “[...] que o ligam à concretude da sua formação histórica” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 193). É, portanto, comum uma abordagem de um objeto acabado, dado e estagnado às concepções abstracionistas e objetivistas (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 193). Tudo se estabelece sob o pano de fundo das concepções do *pensamento gramatical* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 193), no seio do qual se encontra o método filologista e monológico de lidar com as línguas vivas como se *mortas* fossem, o que se encontra na base do método do comparatismo, do qual se derivou, e muito, uma parte da epistemologia saussureana. O enunciado isolado e monologizado é, então, um *monumento linguístico*, diante do qual se coloca o linguista.

Uma outra crítica responsiva de Volóchinov (2017 [1929]) se refere, de modo específico, à orientação formalista do objetivismo abstrato, ou seja, o grau exacerbado de consideração das formas linguísticas como a realidade da língua, o que nos parece tratar-se de uma consequência, no caso de *CLG*, da substancialização da forma, assim como do modo de tratamento abstrato da unidade da comunicação discursiva. Segundo Volóchinov (2017 [1929], p. 194), “a forma linguística é apenas um aspecto isolado de modo abstrato do todo dinâmico do discurso verbal: o enunciado”. É o abstracionismo – admitido como legítimo, por Volóchinov (2017 [1929], p. 195), enquanto um método para dadas finalidades muito particulares –, comum ao platonismo, ao racionalismo e ao positivismo – em cada qual à sua maneira –, o ponto nevrálgico do excesso formalista do objetivismo abstrato. Ao se admitir, em *CLG*, o sistema formal como uma unidade em si mesma enquanto a realidade objetiva da língua – no caso da acepção de fundo positivista, objetiva e independente em relação aos sujeitos –, procede-se a uma *reificação da forma* como uma realidade absoluta e dada. É quando “[...] a forma linguística é substancializada, ou seja, torna-se uma espécie de elemento efetivamente isolável capaz de sua própria existência independente e histórica” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 195). Parece-nos se referir ao fundo positivista da acepção teórica do conceito de língua de Saussure, que é, ao se colocar como um objeto regido pelas suas próprias leis

imanescentes na sua independência histórica, *absolutizada* como as instituições sociais na concepção de Condorcet.

A aceção de Volóchinov (2017 [1929]) encontra-se no extremo oposto, o que se deriva, segundo a nossa compreensão, da assunção de uma racionalidade ancorada em pressupostos fenomenológicos e marxistas (BRANDIST, 2002). A fenomenologia, enquanto uma doutrina filosófica, trata-se de um traço incontornável para um filósofo pertencente ao Círculo de Bakhtin. A assunção da tese de “retorno às coisas mesmas”, no entanto, parece-nos se reconfigurar diante da posição marxista de Volóchinov, que se marca pela necessidade de que haja uma análise histórica dos fenômenos no centro da sua formação e da sua existência. Novamente, o fundamento da crítica responsiva do filósofo russo situa-se na sua teorização – à qual nos dedicaremos logo mais – sobre os fenômenos da linguagem. Logo, a racionalidade assumida por Volóchinov (2017 [1929]) se associa, em sua gênese arquitetônica, à imprescindibilidade mesma de combate e de negação, sobretudo, de uma concepção objetivista de ciência – positivista, por exemplo –, que se reflete e se refrata, em graus diversos, na teoria do genebrino pela substancialização da forma enquanto uma consequência metodológica do abstracionismo, como uma marca do objetivismo característico das tradições constitutivas do pensamento enunciado em *CLG*.

Dá se resultam as demais críticas do russo às consequências da teoria do genebrino: primeiro, à compreensão passiva enquanto um processo de decodificação das formas estáveis e substancializadas da língua em *CLG*, opõe-se o entendimento da *compreensão ativa e responsiva* de Volóchinov (2017 [1929]) – cuja definição e cuja especificação se apresentarão a seguir. Em segundo, o sentido, para o filósofo russo, trata-se de uma *coconstrução única – irrepitível*, portanto – dos sujeitos na comunicação discursiva, sob a ordem das condições históricas da sua sociedade, o que se opõe à aceção saussureana de sentido enquanto dado, repetível e decodificável da língua – rememoremo-nos: o significado é, também, uma forma para o genebrino. Em terceiro, contra a definição da língua enquanto um *bem transferível* de uma geração para outra – consequência da aceção sincrônica, assim como da separação entre a língua e a fala –, insurge-se a concepção volochinoviana da língua enquanto um fluxo ininterrupto no qual se constituem os sujeitos. Segundo o seu entendimento, “ao substancializar o sistema da língua e ao perceber uma língua viva como morta e alheia, o objetivismo abstrato a transforma em algo externo em relação ao fluxo da comunicação discursiva” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 198). Para o filósofo russo, a língua não se trata de um bloco acabado em si mesmo passível de transferência. Cada falante constitui-se na sua língua em movimento constante: “ela [a língua] é continuada, mas como um processo de formação

ininterrupto” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 198). E, logo, cada indivíduo, enquanto um sujeito, entra “[...] entra nesse fluxo da comunicação discursiva, ou mais precisamente, é nesse fluxo que a sua consciência se realiza pela primeira vez” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 198). Tudo graças ao fato da indissolubilidade entre o indivíduo e a língua, dada a formação da consciência do primeiro pela segunda. É a reabilitação da dialética pela qual se rege a língua e a fala, assim como a língua, o sujeito e a história.

Agora, parece-nos possível uma definição sintética do objetivismo abstrato, segundo a nossa análise interpretativa do posicionamento volochinoviano, em consideração das nossas observações anteriores: trata-se de uma atitude de consciência em relação aos fenômenos, que se filia a uma forma de racionalidade científica através da qual se reificam e se substancializam os objetos enquanto entidades absolutas e independentes em relação aos sujeitos históricos, o que se estabelece através de um posicionamento metodológico de abstração do fenômeno de análise do seu acontecimento concreto de ocorrência e de realização, como se se encontrasse em um plano *transcendente* ao da história. Como consequência, busca-se a estagnação do objeto pela determinação, unicamente, das suas leis gerais, imanentes e independentes, posição da qual se deriva a sua retirada do seio da sua efetiva emergência na concretude da realidade histórica. O objetivismo abstrato, portanto, caracteriza-se como uma tendência filosófica e linguística -, sobretudo, científica – na qual se articulam uma série de tradições – dentre as possíveis, o racionalismo e o positivismo, aos quais nos referimos –, que se afirma apenas enquanto uma atitude axiológica, epistemológica e metodológica de consciência de um sujeito histórico em relação aos fenômenos mundanos. É enunciativa e representativa, logo, das condições históricas de dominação e das relações hegemônicas de poder, refletidas e refratadas nos enunciados – teóricos, estéticos, etc. –, de uma certa configuração do mundo social (BAUAB, 2006), na qual se tornam interessantes, na produção do conhecimento, a cisão entre o sujeito e o objeto, o abstracionismo em relação à historicidade do fenômeno e do indivíduo, a assunção de um objetivismo independentista e a absolutização – ontologização, reificação ou substancialização – do fenômenos como dados em si mesmos e regidos pelas suas leis imanentes – supostamente autônomos em relação ao sujeito cognoscente, que, contudo, é, em sua constituição necessária, histórico.

Apresentadas, de modo sucinto, as críticas responsivas de Volóchinov ao formalismo linguístico do objetivismo abstrato, cabe-nos, agora, uma análise e uma avaliação dos seus fundamentos epistemológicos. Ao mesmo tempo, buscaremos evidenciar a quais concepções e a quais tradições se contrapõe a teoria volochinoviana, mas a partir de um delineamento epistemológico e de um mapeamento historiográfico de parte dos componentes do conjunto

sistemático do seu pensamento. Parece-nos claro o fato segundo o qual se enunciam as críticas responsivas do filósofo russo a partir das suas construções teóricas sobre o fenômeno da linguagem e o da língua, bem como sobre a sua tentativa teórica, através do seu constructo epistêmico, de determinação da sua realidade segundo os critérios de uma outra racionalidade científica, o que nos dedicaremos a esboçar na seção seguinte. Ao final, elaboraremos, a título de conclusão parcial, uma súmula de nossa compreensão do lugar do objetivismo abstrato na síntese dialética de Volóchinov.

3.2 Uma análise dos fundamentos epistemológicos das críticas responsivas do dialogismo marxista ao objetivismo abstrato¹⁹⁵

Toda a crítica responsiva de Volóchinov (2017 [1929]) sustenta-se sobre a sua teórica sociológica – marxista – da linguagem. Parece-nos inegável, sem nos alongarmos sobre o assunto, o ideário marxista pelo qual se caracteriza o seu pensamento. Mas, ao mesmo tempo, fontes outras se apresentam como constantes e consistentes na constituição e na regulação da epistemologia da sua teoria. De Humboldt, Dilthey, Husserl e Cassirer a Marx, Plekhánov¹⁹⁶, Bukhárin¹⁹⁷ e Bogdanov¹⁹⁸ (BRANDIST, 2002; COSTA, 2017; GRILLO, 2017; FERREIRA, 2020), a reflexão volochinoviana sobre os fenômenos da linguagem, da consciência, do indivíduo, da história e da sociedade se mostra cada vez mais complexa, articulando-se de modo muito particular no universo da história das ideias, assim como no horizonte intelectual da sua época. Sem nos pretendermos a um esgotamento das origens arquitetônicas dos componentes da sua teoria, dedicar-nos-emos, sempre quando nos for possível, a um mapeamento historiográfico das suas relações, na medida em que nos atentarmos para os fundamentos das suas críticas responsivas ao formalismo linguístico do objetivismo abstrato.

¹⁹⁵ Permitir-nos-emos o uso de outras obras de Volóchinov para uma mais abrangente abordagem da sua teoria, fundamentando-nos no raciocínio segundo o qual se realiza a nossa compreensão da continuidade epistemológica da teoria do russo enunciada em *MFL* nos seus outros escritos, o que se torna evidente diante da unidade sistemática do seu pensamento como um todo arquitetônico em desenvolvimento nos anos da sua atuação.

¹⁹⁶ Georgi V. Plekhánov [1856-1918]. Filósofo e revolucionário russo, um dos fundadores da reflexão do marxismo soviético.

¹⁹⁷ Nicolai I. Bukhárin [1888-1938]. Foi um político e revolucionário russo, assim como filósofo marxista.

¹⁹⁸ Alexander A. Bogdánov [1873-1928], economista e filósofo, assim como um revolucionário bolchevique.

Contrapontisticamente, a teoria de Volóchinov se confrontará, a partir do nosso correlacionamento, com a de Saussure enunciada em *CLG*, para compreendermos quais são os aspectos mais criticados das tradições subsidiárias à reflexão do genebrino.

À aceção de língua enquanto um sistema formal, contrapõe-se a concepção da realidade da língua e da linguagem do filósofo russo. De modo indissociável, a ideia de linguagem, em Volóchinov (2017 [1929]), liga-se à de *ideologia*, questão à qual nos remeteremos logo mais. Ambos se entrecruzam, para a formação das suas significações teóricas e dos seus valores sistemáticos, em relações de associação, de correlação, de contiguidade e, logo, de fundamentalidade. Não nos é dada a condição de definição e de especificação de um sem as do outro, portanto. Se se é posto, por uma decorrência lógica, o imbricamento entre os fenômenos da linguagem e da língua – pois o segundo é uma das manifestações concretas do primeiro –, segue-se, logo, a indissolubilidade entre o conceito de língua e o de ideologia na teoria do russo¹⁹⁹. Mas, antes de mais nada, uma das significações teóricas da ideia de linguagem pode estenografar-se através da nossa seguinte proposição genérica: *a linguagem é uma atividade da condição humana de produção e de uso de signos e de enunciados, que se definem como as unidades de instituição dos sentidos*. No entanto, Volóchinov (2019d [1930]), ao preocupar-se com as questões referentes à origem da língua e da linguagem, orienta-nos, a partir das suas convicções marxistas: “[...] a linguagem não é uma dádiva divina ou da natureza. Ela é *produto da atividade coletiva humana*²⁰⁰, e todos os seus elementos refletem a organização tanto econômica quanto sociopolítica da sociedade que a gerou” (VOLÓCHINOV, 2019d [1930], p. 248, grifos do original).

Para o filósofo russo, tanto a hipótese *onomatopeica* quanto a *interjeitiva*²⁰¹ sobre a origem da linguagem e da língua mostram-se insuficientes, pois não se atentam para “[...] a

¹⁹⁹ Apesar de não se apresentarem, na reflexão do russo, uma definição e uma especificação, em sentido categórico e unívoco, de um conceito de língua, a colocação das suas significações teóricas nos será possível através da sua aceção da ideia de linguagem, bem como de sua delimitação através da referência à *verbalidade*, quando se refere Volóchinov ao fenômeno da linguagem. Além do mais, o termo *língua*, em russo, não se diferencia do de *linguagem*, como bem nos orientam Grillo e Américo (2017; 2019).

²⁰⁰ Preferimos a expressão *condição humana* à *capacidade humana* para evitarmos qualquer possível compreensão *mentalista* da filosofia de Volóchinov. Além do mais, o termo *condição* é-nos mais enfaticamente adequado para a abordagem filosófica do russo.

²⁰¹ Segundo Volóchinov (2019d [1930], p. 239), a primeira hipótese “[...] concentra-se fundamentalmente na afirmação de que o homem tentou reproduzir os sons emitidos pelos animais, ou os que acompanham alguns fenômenos da natureza [...]”. A segunda refere-se às tentativas de explicação segundo as quais os “[...] primeiros sons da fala humana formam exclamações (interjeições)

essência real da linguagem/língua como fenômeno social [...]” (VOLÓCHINOV, 2019d [1930], p. 240). A necessidade de análise e de observação – portanto, questões referentes à epistemologia e à metodologia da sua análise teórica – da linguagem e da língua enquanto fenômenos se circunscreve, na reflexão volochinoviana, pelo primado historicista e sociológico do marxismo em desenvolvimento na URSS. Tal como grande parte dos marxistas da sua época – como Plekhánov e Marr²⁰², por exemplo –, Volóchinov se constituiu pelas formas de interpretação do marxismo em constante difusão no fluxo interdiscursivo dos círculos acadêmicos e intelectuais da época de sua atuação²⁰³ (BRANDIST, 2002; COSTA, 2017; GRILLO, 2017; GRILLO; AMÉRICO, 2019). Logo, a exigência de concretude na ciência, que se opõe ao abstracionismo característico, por exemplo, do racionalismo e do positivismo, deriva-se do posicionamento ético e ideológico do filósofo russo em relação à epistemologia e à metodologia do marxismo corrente. Daí parece-nos ser incontornável a aceitação de uma tese comum a Engels²⁰⁴, a Marr e a Noiré²⁰⁵ sobre a origem da linguagem e da língua, que se estenografa pela nossa proposição: a sua gênese liga-se à *necessidade de comunicação com o objetivo de realização das interações produtivas e sociais para o desenvolvimento das organizações humanas*, que se dá através da *divisão social do trabalho*²⁰⁶ (VOLÓCHINOV, 2019d [1930], grifos do original).

involuntárias (ou, como costumam chamá-los, ‘refletores’) que o homem emitia sob o efeito de impressões fortes causadas por diferentes objetos” (VOLÓCHINOV, 2019d [1930], p. 239).

²⁰² Nicolai Marr [1865-1934]. Foi um escritor e linguista russo, o fundador da *teoria jafética*.

²⁰³ Como muito bem nos lembram Grillo e Américo (2019), foi intensa a atuação de Volóchinov no cenário acadêmico e intelectual a partir da década de 1920. Uma das provas da sua imersão no universo soviético do conhecimento nos é a sua atuação no *Instituto de História Comparada das Literaturas e Línguas do Ocidente e do Oriente – o Institut Sravnitelnoi Istórii Literatúri i Iazikov Západa i Vostóka*, conhecido como ILIAZV.

²⁰⁴ Friedrich Engels [1820-1895]. Tratou-se de um filósofo e de um revolucionário nascido no atual estado alemão. Foi o fundador, junto com Karl Marx [1818-1883], dos ideais do socialismo, assim como do materialismo histórico e dialético.

²⁰⁵ Ludwig Noiré [1829-1889]. Filósofo alemão, em cuja reflexão se tornou importante o tema da linguagem.

²⁰⁶ Uma digressão é-nos necessária: a preocupação de Volóchinov (2019d [1930]) com as questões referentes à origem da linguagem e da língua encontra-se na contramão, de acordo com a nossa compreensão, da posição de Saussure, para quem não se necessitava de uma atenção teórica para o problema genético da linguagem. A escolha de Volóchinov nos é sintomática das possíveis relações arquitetônicas pelas quais se regeu a sistematicidade da sua teoria. A questão das origens da linguagem e da língua, de modo incontornável, remete-se a uma tradição filosófica na qual eram um problema quase exclusivo, encontrando-se, por exemplo, nas discussões de Rousseau [1712-1778], de Herder [1744-1803] e de Humboldt. Para Volóchinov (2019d [1930], p. 238, grifos do original), “todo

Como se apresentou na primeira proposição sintética do posicionamento de Volóchinov, a linguagem e a língua, enquanto um conceito contíguo – o que nos mostra muito sobre a teoria volochinoviana –, definem-se e especificam-se como uma *atividade* – mas uma atividade enquanto um produto ou um resultado de uma outra da coletividade humana –, o que nos é central para a nossa compreensão da sua crítica responsiva ao sistema formal enquanto a realidade da linguagem no objetivismo abstrato. Trata-se de uma acepção advinda, primeiramente, da filosofia de Humboldt. Para o filósofo alemão, a linguagem e a língua definem-se como uma *enérgeia*, isto é, como uma atividade processual de caráter ininterrupto. De acordo com Ferreira (2020, p. 29), “a principal fonte de influência de Humboldt sobre o paradigma dialógico, segundo Karsten, é o conceito de *enérgeia*: a língua não é um sistema acabado ou um produto (*érgon*), senão uma constante atividade geradora de sentidos [...]”. Para tal perspectiva teórica, o sistema estável de formas do objetivismo abstrato trata-se de “[...] apenas uma parte tanto da atividade da fala em Humboldt, quanto do tema do enunciado em Volóchinov [...]” (GRILLO, 2017, p. 67). Para Volóchinov (2017 [1929] p. 224, grifos do original), a língua, portanto, “*como um sistema estável de formas normativas idênticas é somente uma abstração científica [...]*”. O que se encontra na base da crítica responsiva do filósofo russo é-nos a sua própria concepção do fenômeno linguístico, cuja instituição científica se realiza, como mencionamos, sobre uma outra forma de racionalidade²⁰⁷. A proposição volochinoviana correspondente à nossa estenografia – e que se presta à fundamentação dialética da sua crítica responsiva ao objetivismo abstrato – resume-se na seguinte afirmação do *dialogismo* característico do pensamento do russo: “*a língua é um processo ininterrupto de formação, realizado por meio da interação sociodiscursiva dos falantes*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 224, grifos do original).

O filósofo alemão Wilhelm von Humboldt²⁰⁸ se trata, aqui, do primeiro nome elencado quando se se refere às fontes dialógicas de parte das teorias dos pensadores do Círculo de

fenômeno pode ser mais bem compreendido se observado no processo do seu *surgimento e desenvolvimento*”.

²⁰⁷ De uma, em termos de Sobral (2019) sobre a filosofia de Bakhtin, *fenomenologia materialista* ou, em nossas palavras, de um *marxismo fenomenológico*.

²⁰⁸ Em imódica medida, parece-nos necessária a menção ao nome de Alexander Potebniá [1835-1891] quando nos referimos à filosofia humboldtiana, pois o filósofo e linguista russo e ucraniano se tratou de um grande representante do pensamento de Humboldt na Rússia. No entanto, não nos deteremos na sua teoria, pelas nossas limitações materiais. De todo modo, cabe-nos assumir, sem receios, que foi um mediador entre a filosofia do alemão e a de Volóchinov.

Bakhtin (GRILLO, 2017; FERREIRA, 2020). A proposição definidora e especificadora do conceito de língua (e de linguagem) de Volóchinov (2017 [1929]), com rigor, fundamenta-se em uma outra do filósofo alemão, como nos aponta Ferreira (2020), segundo a qual a língua “[...] não é um produto (*ergon*), e sim uma atividade (*energeia*) (HUMBOLDT, 2006 [1836], p. 98, como citado por FERREIRA, 2020, p. 39). Na conjuntura teórica de *MFL*, o caráter idealista da filosofia de Humboldt – assim como de outros –, contudo, submete-se a um deslocamento de princípio – um reflexo e uma refração, portanto –, dado o eixo determinante e dominante do marxismo na reflexão volochinoviana. Logo, a definição da linguagem e da língua enquanto uma *atividade* de produção de sentidos, em *MFL*, difere-se sobremaneira da apresentada pelo idealismo linguístico, pois o *centro organizador* de produção da atividade linguística não se trata, como se apresenta segundo os pressupostos do subjetivismo individualista, da *consciência individual*, mas, sim, “[...] *da situação social mais próxima*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 204, grifos do original). Ou seja, “a filosofia da linguagem de Volóchinov responde a essas questões invertendo o ponto de início da dialética idealista [...]” (FERREIRA, 2020, p. 160). E, aqui, adentramo-nos no cerne das questões concernentes à linguagem e à língua no *dialogismo marxista*²⁰⁹ de Volóchinov: *o núcleo da constituição e do desenvolvimento da linguagem e da língua localiza-se na comunicação discursiva de um certo acontecimento de interação social* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929]).

O determinante na teoria de Volóchinov (2017 [1929]; 2019b [1930]) – assim como nas de outros do Círculo de Bakhtin – é o dialogismo, portanto. Todas as análises e todas as considerações dos fenômenos humanos, históricos e sociais submetem-se à ideia – em sentido metafísico, como determinante e totalizante – de dialogismo. A dialogia – aqui, como equivalente ao termo dialogismo –, em Volóchinov (2017 [1929]), manifesta-se em uma série de componentes do conjunto sistemático da sua teoria, como na ideia de interação social e no

²⁰⁹ A expressão *dialogismo marxista* serve-nos para a delimitação da particularidade do pensamento dialógico em Volóchinov (2017 [1929]), assim como em Medviédov (2012 [1928]). Em ambos, apresenta-se uma explícita filiação a certos pressupostos do marxismo filosófico e revolucionário. Ou seja, o nosso objetivo é o de estabelecimento do entendimento de uma diferença em relação aos marxistas mais evidentes nos Círculo de Bakhtin, o que não quer dizer que o marxismo não esteja presente na constituição da teoria, por exemplo, de Bakhtin, como muito se afirma, na tentativa de filiação unívoca deste apenas à tradição fenomenológica e à neokantiana – o que se questiona pela análise de Costa (2017), para quem se apresenta, na obra de Bakhtin, uma série de fundamentos do marxismo. No entanto, a nossa ênfase nos é necessária para a marcação da nossa posição interpretativa com relação a uma tradição segundo a qual se deve admitir o marxismo de Volóchinov e de Medviédov enquanto uma tentativa de fuga de ambos da censura (COSTA, 2017). Quando mais nos debruçamos, porém, sobre a filosofia dos marxistas dos Círculo de Bakhtin, mais nos convencemos da sua filiação ao marxismo, o que se comprova, segundo o nosso entendimento, pela presença constitutiva e reguladora de ideias e de teses de muitos marxistas russos, assim como de Marx e de Engels (COSTA, 2017).

conceito de comunicação discursiva. Ambos se referem à *condição de possibilidade e de princípio* da constituição e do desenvolvimento da linguagem e da língua enquanto uma atividade ininterrupta de produção de sentidos – assim como do indivíduo enquanto um sujeito histórico. Em sua estrutura genética, o ato de linguagem é, logo, dialógico, ou seja, determinado pela interação social – questão à qual voltaremos quando nos dedicarmos à unidade da atividade linguística, ou seja, ao signo e ao enunciado. É o dialogismo marxista a dominante ideológica da epistemologia por meio da qual se determina, inclusive, a acepção volochinoviana sobre a origem da linguagem e da língua, o que se manifesta, de modo evidente, na assunção, por parte do filósofo russo, da tese, de 1876 (VOLÓCHINOV, 2019d [1930], p. 240), de Engels, desenvolvida, de certa forma, por Noiré e por Marr.

Como, para Volóchinov (2019d [1930], p. 239), a hipótese onomatopeica e a interjeitiva se caracterizam como inconsistentes devido à sua desconsideração do aspecto social da linguagem – o mais determinante, o que se torna inaceitável para um marxista –, Volóchinov (2019d [1930]) filia-se a Engels, para quem se associa a gênese da condição da linguagem, nos nossos antepassados primitivos, ao processo de união grupal em função do desenvolvimento e da especialização do trabalho coletivo, que começou a se basear no “[...] apoio mútuo, de atividade conjunta, e passou a ser mais clara a utilidade dessa atividade conjunta para cada membro individual” (ENGELS, 1876, p. 93, como citado por VOLÓCHINOV, 2019d [1930], p. 240). O que se encontra no fundamento, portanto, do desenvolvimento linguístico do ser humano é a condição inalienável da união grupal e da interação social para a instituição das condições necessárias da ampliação do trabalho. Mas, como nos adverte o filósofo russo, “certamente, a língua em seus estágios antigos não era em nada parecida com as línguas contemporâneas” (VOLÓCHINOV, 2019d [1930], p. 241), o que nos dá a hipótese segundo a qual se encontram a linguagem e a língua ainda em desenvolvimento, dado o fato do seu movimento contínuo na histórica²¹⁰. Logo,

gerada no processo de luta obstinada do homem com a natureza, luta na qual o homem estava armado apenas de suas mãos fortes e de instrumentos de pedra grosseiramente talhados, a língua percorre o mesmo longo caminho de desenvolvimento pelo qual passou a cultura material e técnico-econômica (VOLÓCHINOV, 2019d [1930], p. 242).

²¹⁰ Ou seja, a determinação das leis gerais sobre os fenômenos sempre se restringe a um dado instante da sua ocorrência na eventicidade histórica.

O dialogismo, portanto, trata-se de uma ideia determinante e totalizante do conjunto sistemático da teoria volochinoviana, que se deriva, em primeiro, da análise e da consideração, por parte do filósofo russo, do fenômeno primordial da interação social e da união coletiva enquanto a causa dialética das questões humanas, históricas e sociais. É a revelação, também, da condição de possibilidade e de princípio da linguagem e da língua²¹¹. Em segundo, advém-se, se nos apoiarmos em Grillo (2017), de uma inegável influência dialógica, sobre a concepção de Volóchinov, da ideia de *diálogo* de Lev Iakubínski [1892-1945] e de Viktor Vinográdov [1895-1969], os mais imediatos e próximos ao filósofo russo. Dentre os dois, destaca-se o primeiro pela importância das suas considerações sobre a linguagem, que nos são, também, determinantes para uma adequada compreensão da concepção de Volóchinov. Segundo Grillo (2017, p. 41-42) o fenômeno da linguagem, para Iakubínski, “[...] é um comportamento humano ao mesmo tempo psicobiológico e sociológico, e considera que o estudo da língua na dependência das condições de comunicação (ordem sociológica) é uma base fundamental da linguística da época”²¹². Aqui, aparece-nos uma série de considerações demasiado importantes: a primeira, sobre a ênfase no caráter sociológico do estudo da linguagem, o que nos oferece um vislumbre de uma outra via de formação do método sociológico de estudos da linguagem de *MFL*; a segunda, sobre a própria definição da linguagem para Iakubínski, o que nos ajuda no entendimento da proeminência da abordagem da realidade da linguagem em sua concretude histórica nas diversas formas de comunicação discursiva.

O segundo ponto, contudo, parece-nos se ancorar, concomitantemente, na escolha metodológica de Iakubínski dos dados da análise linguística, segundo as determinações epistemológicas da sua teoria – que nos leva diretamente ao conceito de enunciado de Volóchinov (2017 [1929]; 2019b [1930]) –: segundo Grillo (2017, p. 42), “Iakubínski investiga as formas humanas diretas (face a face) em ligação com as formas diretas de interação discursiva, constatando a possibilidade de formas monológicas (no tribunal, em cerimônias) e dialógicas (conversas rápidas)”. A partir daí, a reflexão do linguista russo direciona-se à conclusão segundo a qual a natureza da linguagem é dialógica, o que se decorre de uma série

²¹¹ Volóchinov (2019d [1930]) refere-se às questões dos primórdios da linguagem, às quais não nos dedicaremos aqui. cremos em que nos são suficientes as nossas considerações já elaboradas sobre o posicionamento teórico do filósofo russo em relação à origem e ao desenvolvimento da linguagem (e da língua).

²¹² “A linguagem é uma variedade do *comportamento* humano. Esse, por sua vez, é um fato *psicológico* (*biológico*) enquanto manifestação do organismo humano, e um fato *sociológico*, já que depende da vida coletiva desse organismo em *interação* com outros” (JAKUBINSKI, 2015 [1923], p. 50).

de exemplos evocados e apresentados ao longo de sua argumentação: “[...] Iakubínski conclui que o diálogo é natural, tanto por ser um fenômeno cultural (fato social da interação) quanto por ser um fenômeno biológico (reação psicofísica)” (GRILLO, 2017, p. 43). A acepção de Iakubínski, então, aparece-nos como um fundamento arquitetônico de um conjunto de concepções da filosofia de Volóchinov²¹³, mas resumidas, de modo consubstancial, na ideia de *interação discursiva*, enquanto a dimensão irreduzível de formação dialética e recíproca entre a *consciência* e a linguagem.

O paradigma dialógico (FERREIRA, 2020), porém, trata-se de um desenvolvimento, em grande medida, de certos pressupostos da filosofia humboldtiana. A influência dialógica do filósofo alemão sobre os russos deve-se à razão segundo a qual se considera, na Rússia, Humboldt como o fundador da linguística geral (GRILLO, 2017), assim como o primeiro, na filosofia ocidental em geral, a conceber, de modo sistemático e determinado, os principais paradigmas da linguagem desenvolvidos na filosofia e na linguística dos séculos XIX e XX (SYLLA, 2017). Cada paradigma, segundo Sylla (2017), fundamenta-se sobre as definições da essência da linguagem no pensamento geral de Humboldt²¹⁴. A primeira das quatro refere-se à compreensão da linguagem em seu aspecto *universal*, “[...] ou enquanto língua una, *characteristica universalis*, *hyperlangue*, ou enquanto competência linguística universal do

²¹³ As muitas semelhanças teóricas entre Iakubínski e Volóchinov devem-se ao fato de ambos pertencerem, como nos aponta Ferreira (2020) – que se apoia, por sua vez em Karsten –, ao *paradigma dialógico*, cujo fundamento arquitetônico se encontra no pensamento de Humboldt. Segundo Ferreira (2020, p. 37), “o desenvolvimento dos paradigmas dialógicos (*dialogischen Paradigmas*) do leste veio, segundo Karsten, como uma resposta a uma crise que surgiu da divisão entre os estudos linguísticos e psicológicos e como efeito de recepção de Wilhelm von Humboldt (mediada pelos eslavistas Alexandr A. Potebniá e Jan Baudouin de Courtenay). A autora afirma que o paradigma dialógico dos pensadores do leste deve não apenas à sua própria história e tradição, como também ao intercâmbio de ideias entre a Alemanha e a Rússia nos séculos XIX e XX”.

²¹⁴ As quatro definições não se articulam para a formação de uma síntese, no entanto. Apresentam-se justapostas, de acordo com Sylla (2017), por se tratarem de concepções definidas por uma reflexão em formação, cujo acabamento não se concluiu devido à morte de Humboldt. Segundo as suas palavras, “Humboldt apresentou quatro definições muito diferentes da essência da linguagem, com uma peculiaridade assaz interessante: cada uma das quatro definições é formulada *apodicticamente*, de tal forma que as quatro definições se excluem reciprocamente, ou seja, cada uma delas reclama o direito de ser a única definição essencial. Humboldt não dissolve esta aporia discursivamente, confrontando o leitor da sua obra com uma dialética insuperada e textualmente encenada, como se não quisesse tirar a nenhuma das definições o seu ‘*label* de distinção’. Daí que pareça lícito ver na concepção de Humboldt uma versão holística da Filosofia da Linguagem que nos fornece algo como um prisma de posições muito heterogêneas e até contraditórias sobre a linguagem que ainda assim, pela sua diversidade, se completam mutuamente” (SYLLA, 2017, p. 144).

homem”²¹⁵ (SYLLA, 2017, p. 145). A segunda liga-se a uma ênfase exacerbada à particularidade das línguas, “[...] cujas estruturas, ou seja, cujas respectivas formas interiores determinam o pensamento, a fala individual e o agir dos seus falantes”²¹⁶ (SYLLA, 2017, p. 145). A terceira trata-se de uma ênfase substancial no ato individual da fala enquanto a essência primeira da linguagem humana, “[...] que, em caso ideal, possui a força de mudar e até transformar o sistema da langue. Nesse caso específico, a parole exerce uma influência ‘violenta’ (= *Gewalt*), usurpativa e renovadora sobre a langue”²¹⁷ (SYLLA, 2017, p. 145). E a quarta, que nos interessa sobremaneira, refere-se à acepção dialógica, cujo foco fenomenológico se situa no diálogo entre os indivíduos enquanto a dominante para a existência e a formação da linguagem e, também, da razão²¹⁸:

se não houvesse diálogo, se não houvesse nenhum outro sujeito que me respondesse, não haveria linguagem nenhuma (nem razão). Apenas a espontaneidade de uma resposta livre de um outro sujeito garante, afirma e constrói a objetividade e a subjetividade. A linguagem nasce do diálogo entre

²¹⁵ A primeira definição parece-nos se tratar de uma acepção semelhante ao universalismo da concepção saussureana. E, de fato, é-nos dada uma série de indícios. Em ambas, tenta-se determinar, a partir de uma atividade de abstração, o comum e o geral em cada língua particular. No entanto, o projeto humboldtiano liga-se estreita e necessariamente à metafísica kantiana, diferindo-se da saussureana pela sua – da de Humboldt – vinculação da linguagem à razão – mas, por outro lado, aproximando-se do racionalismo filosófico de Leibniz e de Descartes, mencionados anteriormente. Como citado por Sylla (2017, p. 145), “Se bem que eu fale, no meu discurso, sempre de línguas diversas, (...) cumpro-me alertar para o facto de que a linguagem, no fundo e essencialmente, é somente Uma única, tratando-se apenas e exclusivamente desta Única Linguagem Humana que se manifesta de forma diferente nas múltiplas línguas do mundo” (HUMBOLDT, 1996, p. 144, como citado por SYLLA, 2017, p. 145).

²¹⁶ “O homem vive com os objetos sobretudo, ou seja (visto que sensações e agir dependem das nossas representações) exclusivamente da maneira como a sua língua lhos apresenta” (HUMBOLDT, 1996, p. 224, como citado por SYLLA, 2017, p. 145).

²¹⁷ “A linguagem, considerada na sua verdadeira essência, é sempre e em cada momento algo efêmero. Ela mesma não é nenhuma obra (ergon), mas antes uma atividade (energeia). A sua verdadeira definição não pode ser senão uma definição genética. A linguagem é, pois, o trabalho eternamente retomado do espírito de fazer o som articulado capaz de exprimir o pensamento. Tomado num sentido imediato e estrito, é a definição de cada ato de falar; contudo, no fundo e verdadeiramente, é apenas a totalidade destes atos de falar que constitui a linguagem” (HUMBOLDT, 1996, p. 418, como citado por SYLLA, 2017, p. 145). Parece-nos se reverberar, na citação do filósofo alemão, o germe da ideia de linguagem de Volóchinov (2017 [1929]), ao que já nos referimos. Também, pode ser-nos um indício da origem arquitetônica da ênfase volochinoviana dada ao enunciado concreto enquanto um ato discursivo entre indivíduos, algo a que nos dedicaremos a seguir.

²¹⁸ Assim como para Noiré, referenciado por Volóchinov (2019d, p. 241), a razão, para o Humboldt dialógico, trata-se de um domínio determinado pela relação entre o *eu* e o *outro*, o que nos será importante para a evidenciação das origens arquitetônicas da compreensão da dialética entre o individual e o social enquanto o determinante para a formação da consciência e da linguagem em Volóchinov (2017 [1929]).

sujeitos autônomos. O traço essencial desta definição é a intersubjetividade²¹⁹ (SYLLA, 2017, p. 146).

Logo, a definição dialógica de Humboldt parece-nos se tratar de uma das mais influentes e imediatas sobre o paradigma dialógico²²⁰, no qual se encontram Volóchinov e Iakubínski. Trata-se de uma certeza, que se confirma através da assunção, na teoria volochinoviana, de uma série de ideias e de teses da filosofia do idealista, que se reconfiguram na obra do russo a partir dos seus interesses axiológicos, epistemológicos e metodológicos – ou seja, a filosofia de Humboldt encontra-se refletida e refratada graças às filiações particulares de Volóchinov. Enquanto uma concretização e uma derivação, em certo nível, da ideia de dialogismo, a de interação²²¹, por exemplo, torna-se muito característica, na teoria volochinoviana, por se revestir de uma série de contornos epistemológicos da teoria do materialismo dialético e histórico²²², como os manifestos na inserção da existência e do funcionamento da vida humana no seio de uma sociedade compreendida como uma articulação intrínseca e uma relação orgânica entre uma *infraestrutura* (ou *base*) e uma *superestrutura* (VOLÓCHINOV, 2017

²¹⁹ “Reside, no entanto, na natureza originária da linguagem um dualismo essencial e indispensável, de modo que a fala somente é possível quando um dirige a palavra ao outro e quando este responde. Não apenas o falar, mas já antes o pensar é acompanhado, essencialmente, pela propensão de se associar aos outros, aspirando o homem, não apenas nas suas relações corporais e sentimentais, mas também no que diz respeito ao mero pensar, a um Tu que responde e corresponde ao seu Eu. Um conceito apenas alcançará a sua determinação clara e a sua certeza se perpassar o pensamento hábil do Outro, voltando assim, com mais brilho, à sua origem. Cria-se um conceito ao retirá-lo da massa movente das representações, colocando-o em frente do sujeito e fazer dele um objeto. A objetividade, no entanto, aparece na sua forma mais perfeita se esta separação não se realizar apenas no próprio sujeito, mas antes se o sujeito representador ver o pensado realmente lá fora, algo que somente se torna possível num outro ser que, tal como o próprio sujeito, representa e pensa. No entanto, entre dois sujeitos que pensam, ou seja entre duas potências de pensar não há outra mediadora a não ser a linguagem” (HUMBOLDT, 1996, p. 138, como citado por SYLLA, 2017, p. 146).

²²⁰ Sob o imperativo da *inversão do ponto de partida*, como nos orienta Ferreira (2020). A definição dialógica de Humboldt é colocada, pelos russos – por Volóchinov (2017 [1929]), sobretudo –, na realidade histórica, sob a ordem das condições sociais, através de uma compreensão do indivíduo como social, o que nos será esclarecido durante as nossas considerações sobre a filosofia volochinoviana.

²²¹ Grillo e Américo (2017) orientam-nos para outras expressões através das quais se estenografam – ou seja, que se colocam como equivalentes – a de *interação discursiva*. Segundo as pesquisadoras, a lista resume-se às seguintes: *comunicação social*, *interação social*, *comunicação ideológica*, *comunicação discursiva*, *intercâmbio verbal* e *comunicação verboideológica* (GRILLO; AMÉRICO, 2017, p. 361). Logo, guiar-nos-emos pelas suas observações durante a nossa referência às proposições nas quais se encontra a citada expressão.

²²² Segundo Costa (2017), trata-se de uma influência dialógica dos marxistas russos e soviéticos da sua época, cujo pensamento se encontrava em circulação no fluxo interdiscursivo do horizonte histórico de Volóchinov. De qualquer forma, parece-nos ser plausível a consideração da relação da filosofia volochinoviana com a marxista através da mediação refletiva e refratora dos russos e dos soviéticos.

[1929], p. 103-114) – trata-se de conceitos próprios da teoria marxista, que se encontram, por exemplo, em *A ideologia alemã* (2007 [1845-1846]), de Marx e Engels. A toante do dialogismo marxista parece-nos se situar na ênfase axiológica das relações concretas entre os indivíduos, em cujas formas de interação se constituem as suas consciências através da complexidade do *dialogismo dialético* – o que abordaremos em breve.

Portanto, a dimensão da influência dialógica do dialogismo de Humboldt e de Iakubínski sobre Volóchinov mede-se segundo três direções (GRILLO, 2017). Na primeira, enquanto uma ideia determinante e totalizante no conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica da sua teoria, no qual se apresenta como, sobretudo, uma forma axiológica – e, logo, responsiva – de compreensão dos fenômenos humanos, históricos e sociais. Na segunda, enquanto um princípio pelo qual se guiam as formas metodológicas de análise, de observação e de explicação dos fenômenos em questão, na conjuntura do pensamento geral do filósofo russo. E, em terceiro, enquanto uma construção epistêmica na qual se revela a atitude axiológica e epistemológica da consciência de Volóchinov enquanto um filósofo preocupado com a constituição de uma forma outra de racionalidade científica, na qual não se admite a exclusão da concretude da realidade histórica do plano de construção epistemológica de uma teoria, o que nos é um indício concreto da resposta volochinoviana a certos modos de concepção abstrata dos fenômenos. Além do mais, trata-se de uma ideia sintética da sua teoria filosófica. A interação, então, é, em dado grau, uma ideia correlata e equivalente, no conjunto da filosofia de Volóchinov, à de dialogismo, à qual se submete, contudo, através de uma relação sistemática de condicionamento e de fundamentalidade – a segunda é o fundamento da primeira. Mas, para uma adequada abordagem da ideia de interação social (ou discursiva) – e para, em seguida, um entendimento fundamental da crítica volochinoviana ao conceito de língua e à dicotomia irreconciliável entre a língua e a fala do objetivismo abstrato de *CLG* –, necessitamos de ater-nos às principais unidades da linguagem para Volóchinov, as realidades concretas de encarnação do dialogismo constitutivo da existência histórica do ser humano: referimo-nos ao conceito de signo e ao de enunciado.

A unidade dialógica da linguagem (e da língua) encontra-se na concretude do enunciado e do signo, os meios efetivos de realização da atividade linguística, assim como o centro da realidade da linguagem, da ideologia e da consciência – o seu domínio relacional –, que se envolvem, direta ou indiretamente, com o dialogismo marxista da concepção de Volóchinov. Cada conceito, porém, reveste-se de uma particularidade dentro do quadro geral da filosofia do russo. E, ao mesmo tempo, aponta-nos para, primeiramente, grande parte do fundamento epistemológico das críticas responsivas de Volóchinov ao formalismo linguístico do

objetivismo abstrato²²³ e, secundariamente, para parte das tradições, mais uma vez, constitutivas e reguladoras da arquitetura epistemológica e metodológica da teoria do filósofo russo. Conjuntamente, revelar-se-á, através do conceito de signo e do de enunciado, o meio necessário à abordagem da relação indissolúvel entre a linguagem e a ideologia na constituição da consciência individual – um dos domínios mais imprescindíveis do movimento dialético de reflexo e de refração da atividade natural e social, que se torna o elo entre as *dimensões articuladas da ideologia*. Mas, para dedicarmo-nos ao conceito de signo e ao de enunciado, cabe-nos uma compreensão inicial de parte do que se define e se especifica como a ideologia na filosofia de Volóchinov. Trata-se de um conceito complexo, porque escorregadio diante do entrecruzamento de influências dialógicas muito diversas na sua acepção.

Como se mostrou através da nossa análise interpretativa da ideia de linguagem e de língua de Volóchinov, a sua origem, de modo íntimo e contíguo, encontra-se ligada à condição produtiva e ao desenvolvimento econômico das sociedades por meio do trabalho humano, isto é, através da atuação do ser humano sobre a natureza e a sociedade com a finalidade, primeiro, de subsistência material e, segundo – isto é, em um estágio subsequente –, de acúmulo de capital, o que foi se transformando graças à divisão e à especialização do trabalho – ambas, em uma abordagem marxista, vinculadas à origem e à manutenção da propriedade privada. Daí, por conseguinte, o aparecimento das primeiras manifestações sígnicas se tornarem as expressões da atividade laboral: “desse modo, os elementos primários da fala humana sonora, assim como da arte, foram os elementos do processo do trabalho, que estavam ligados às necessidades econômicas e eram resultado da organização produtiva da sociedade” (VOLÓCHINOV, 2019d [1930], p. 243). É aí o momento de emergência da ideologia:

foi justamente essa organização, ainda extremamente primitiva, mas que aos poucos se tornava complexa, que gerou (e sofreu sua influência inversa) os estágios consequentes, tanto do desenvolvimento da *compreensão* do mundo circundante, quanto das *relações* com ele, isto é, da *ideologia* humana em formação (VOLÓCHINOV, 2019d [1930], p. 243).

Em um primeiro momento, a ideologia, logo, define-se e especifica-se a partir da significação teórica segundo a qual é, ao mesmo tempo, uma *compreensão* e uma *relação* – ou uma compreensão através da relação –, determinadas pelas condições econômicas e produtivas

²²³ Não somente. A teoria do russo é o seu fundamento, também, de crítica responsiva ao idealismo linguístico do subjetivismo individualista. No entanto, ater-nos-emos aos pontos relacionados ao objetivismo abstrato.

da organização social, em direção ao mundo, mas de uma maneira muito particular, pois é, ainda segundo uma outra proposição do filósofo russo, “[...] o conjunto de reflexos e de refrações no cérebro humano da atividade social e natural, expressa e fixada pelo homem na palavra, no desenho artístico e técnico ou em alguma outra forma sígnica” (VOLÓCHINOV, 2019d [1930], p. 243). Primeiramente, a ideologia, portanto, parece-nos se tratar de uma condição humana de *conscientização* e de *representação* – o que se expressa pelos conceitos de *reflexo* e de *refração* – enquanto os meios inelutáveis para a instituição da ação ou da atuação do ser humano no mundo histórico em construção – possível, conjuntamente, a partir da sua atividade natural e social –, cuja concretude se torna possível apenas nos signos. A ideologia não se coincide com a linguagem, mas ambas se relacionam por meio de uma dialética através da qual se garante a sua determinação recíproca. A linguagem é, todavia, a condição e o fundamento da ideologia, enquanto uma atividade de produção de signos e de enunciados nos quais se encarna a representação – isto é, a ideologia – enquanto um reflexo e uma refração do mundo na consciência dos indivíduos sociais. Diretamente, a ideologia, também, liga-se à ação humana, isto é, trata-se de uma representação possível somente através da atividade humana na natureza e na sociedade, o que nos é um indício da sua submissão teórica à concepção de *práxis* do materialismo dialético e histórico. Em segundo, a ideologia, como consequência, torna-se um *conjunto de relativa estabilidade organizada*, ou seja, uma *cosmovisão* – não somente enquanto um produto, mas, sobretudo, como uma condição (uma faculdade) de produção de representações, isto é, trata-se de um conjunto no qual se articulam a produção (o ato de representação) e o produto – materializada no signo, que se forma através da atividade humana – trabalho dos indivíduos – no mundo. É definida a ideologia somente em termos de compreensão e de relação enquanto atos humanos no mundo histórico em construção – tanto da relação como fundamento da compreensão, quanto da compreensão enquanto condição para a relação. Trata-se, portanto, da primeira *dimensão* da ideologia, que se associa ao *domínio individual* enquanto uma esfera determinada pelo social.

Contudo, a primeira concepção de Volóchinov, em certa medida, lembra-nos da *faculdade de representação* da filosofia kantiana²²⁴ (KANT, 2015 [1781]), que se tornou muito recorrente durante o século XIX através de uma série de reformulações dos idealistas, dos

²²⁴ Em Kant (2015 [1781]), a *representação* determina-se em termos de uma metafísica na qual se torna dominante a busca pela dimensão universal do ser humano, como afirmamos. Exerce-se através de uma síntese entre a *sensibilidade*, a faculdade responsável pela recepção das afecções dos objetos mundanos (KANT, 2015 [1781], p. 71), e o *entendimento*, a responsável pela elaboração das *formas* determinantes da *matéria* recebida através da sensibilidade.

neokantistas e dos fenomenólogos. Mas, enquanto, na filosofia de Kant, trata-se de um componente determinado por uma reflexão de caráter metafísico – no qual se busca a determinação da faculdade de representação em termos de uma condição universal do ser humano –, a acepção de Volóchinov, determinada pelo pensamento marxista, circunscreve-se a uma reflexão filosófica de caráter sociológico, na qual se apresenta a ideologia como uma faculdade humana determinada pelas condições históricas e sociais, apenas possível no seio de uma sociedade organizada (VOLÓCHINOV, 2017 [1929]), É, portanto, uma *condição social* de representação, que se estrutura sobre uma faculdade humana, sim, mas cuja realização social é a razão mesma da possibilidade humana de criação de representações, dado o fato incontornável da *sociabilidade* – interação social – enquanto o único meio de desenvolvimento geral do ser humano. Como concluiu Noiré citado por Volóchinov (2019d [1930], p. 241), não somente a linguagem, mas também a razão se resultou da atividade conjunta entre os indivíduos primitivos no desenvolvimento do trabalho. Possivelmente, a filosofia kantiana, através, em primeiro, do pensamento de Humboldt (FERREIRA, 2020) – e, quiçá, do de Noiré –, assim como do de membros próximos ao filósofo russo – como Matvei Kagan [1889-1937] e Mikhail Bakhtin [1895-1975] –, tornou-se constitutiva do pensamento volochinoviano, mas reconfigurada de modo radical pela epistemologia e pelo ideal do marxismo assumido por Volóchinov. A primeira dimensão da ideologia, assim, não se apresenta apenas como uma representação social enquanto um produto discursivo, mas, também e sobretudo, como um conceito pelo qual se abarca a faculdade de criações de representação, determinadas, desde a sua gênese, pelas condições históricas e sociais através das diversas formas de interação social dos indivíduos.

Mas uma das influências dialógicas mais imediatas sobre o conceito volochinoviano de ideologia como cosmovisão – no caso, enquanto um conjunto articulado e estruturado de reflexos e de refrações do mundo, o que se refere a uma definição mais próxima à segunda dimensão da ideologia – parece-nos ser o pensamento de Vladímir Lênin [1870-1924], para quem a ideologia se define como “[...] a visão de mundo de uma classe social determinada, constituída no processo de luta de classes e a seu serviço” (COSTA, 2017, p. 63). No entanto, o trabalho de Ferreira (2020) dá-nos uma possível direção mais longínqua, na qual se pode mapear, quiçá, uma parte referente à influência sobre o conceito de Lênin e o de Volóchinov: mais uma vez, trata-se do pensamento de Humboldt. Na obra do filósofo alemão, o conceito de *visão de mundo* (*Weltansicht*) é uma dominante, definindo-se como *as representações coletivas da língua* (FERREIRA, 2020). Assim como o conceito de ideologia de Volóchinov, o de visão de mundo de Humboldt liga-se à língua – e, portanto, à linguagem. Mas, na conjuntura teórica

da reflexão idealista do filósofo alemão, compreende-se o conceito de visão de mundo enquanto uma expressão coletiva, a partir da sua cultura e da sua língua, através de uma subjetividade em relação ao mundo, enquanto a ideologia, em Volóchinov, define-se em termos marxistas, de maneira rigorosa, ao situar-se no terreno sólido das interações sociais derivadas dos e determinadas pelos processos produtivos – as suas relações necessárias. O conceito humboldtiano, logo, apresenta-se sob uma transitoriedade característica do seu pensamento em formação:

as visões de mundo seguem o paradigma idealista, pois ainda se tratam de representações linguísticas geradas pelas leis do pensamento; já transitam, contudo, pelo terreno híbrido da língua como fenômeno de representação social. A ancoragem de uma visão de mundo no inventário linguístico-conceitual de uma nação (*Bildung*) pressupõe necessária e invariavelmente a interação discursiva. À medida que o autor implica as visões de mundo em seu quadro idealista, a esfera social ganha desta: Humboldt afirma que a sociedade provê “ajuda indispensável” para o desenvolvimento das línguas, muito embora logo ressalve que a esfera social não protagoniza o fenômeno da representação [...] (FERREIRA, 2020, p. 114)

Em certa medida, a acepção de ideologia de Lênin parece-nos se relacionar, através de uma reconfiguração determinada pelos ideais do materialismo dialético e histórico, com o conceito de Humboldt, assim como se apresenta enquanto uma possível mediadora entre o conceito do filósofo alemão e o de Volóchinov. A diferença, no entanto, encontra-se na inversão realizada pelos marxistas do *ponto de partida* do idealista (FERREIRA, 2020). Enquanto, em Humboldt, a compreensão da sociedade assemelha-se a um *corpo individual*²²⁵ (FERREIRA, 2020, p. 145), o indivíduo, em Volóchinov, é determinado como um *ser social*, o que se torna um importante vetor de reflexo e de refração da concepção do filósofo alemão na filosofia marxista do russo. Entretanto, a ideologia – em sua primeira dimensão –, em Volóchinov (2017 [1929]; 2019d [1930]), não se resume a uma faculdade individual, como se apresenta a faculdade de representação segundo as teses do idealismo. À medida que a nossa análise se dedicar ao conceito de signo, a ideologia, como veremos, tornar-se-á cada vez mais definida como uma *representação social*, cuja gênese se dá através de uma complexa articulação entre o individual e o social na interação discursiva (VOLÓCHINOV, 2017 [1930], p. 129-130). Além do mais, o conceito de ideologia se subdivide, enquanto uma *categoria conceitual* na qual

²²⁵ “A sociedade é vista como a soma de mecanismos universais e necessários que agem em consciências individuais, cujos meios e fins parecem a Humboldt uniformes em todo o gênero humano e, portanto, o entendimento do idealista caminha no sentido contrário ao de Volóchinov: para este, o ser é social; para aquele, a sociedade é um corpo individual” (FERREIRA, 2020, p. 145).

se articulam outros referentes às suas demais dimensões – e, conseqüentemente, definições outras. É o que se apresenta pelo conceito de *ideologia do cotidiano*²²⁶ (VOLÓCHINOV, 2017 [1930], p. 99) e pelo de *esferas ideológicas constituídas* (VOLÓCHINOV, 2017 [1930], p. 94), aos quais nos dedicaremos à proporção da nossa abordagem analítica e interpretativa dos problemas relacionados ao signo e ao enunciado.

O conceito de signo, agora, torna-se um dos mais importantes para a constituição do nosso entendimento da crítica responsiva de Volóchinov ao abstracionismo absolutista e objetivista do formalismo linguístico de CLG, pois se trata da unidade concreta da constituição da consciência humana, assim como da associação necessária²²⁷ entre a ideologia e a linguagem. A acepção de signo de Volóchinov (2017 [1929]), logo, trata-se de uma resposta filosófica, que se relaciona, de forma responsiva, com um certo número de tradições, ao conceito de língua enquanto um sistema formal e ao de signo linguístico dominado pela arbitrariedade de CLG. Antes de mais nada, o conceito volochinoviano de signo define-se e especifica-se como o que “[...] representa e substitui algo encontrado fora dele” (VOLÓCHINOV, 2017 [1930], p. 91), que muito nos lembra do conceito de *símbolo* da filosofia aristotélica. Em Aristóteles (2013, p. 3), o símbolo encontra-se no lugar da coisa, ou seja, substitui-a ao se tornar uma representação da afecção da alma produzida pela coisa. Conforme Mata (2013, p. 77), “parece-me aqui plausível sustentar que certas afecções da alma, como a imagem, os sentimentos, as sensações em geral, adquirem seus equivalentes, os quais conformam a língua, esses seriam os símbolos”. O vínculo entre a representação e a língua aparece-nos já em Aristóteles, portanto. No caso da teoria filosófica de Volóchinov (2017 [1929]), o signo, entretanto, é a unidade objetiva de representação social, ou seja, da ideologia:

qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social – seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo – mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata

²²⁶ Costa (2017, p. 70), fundamentando-se sobre Tihanov (1998), aponta-nos um aspecto particular e essencial do conceito volochinoviano enquanto uma reformulação de psicologia social de Plekhánov: “essa importância atribuída à psicologia social, entendida como uma ideologia da vida cotidiana que se distingue dos sistemas ideológicos instituídos, constitui, a propósito, um outro ponto no qual se podem ver, segundo Tihanov, certas ressonâncias da *Lebensphilosophie* na concepção de ideologia apropriada pelo Círculo”.

²²⁷ No sentido de absoluto, isto é, refere-se a uma lei geral e universal. Em Volóchinov (2017 [1929]), não se pode conceber a linguagem sem a ideologia. É um acontecimento recorrente no espaço e no tempo. Caso contrário, uma sociedade ver-se-ia privada de uma condição necessária para a sua constituição.

outra realidade que se encontra fora dos seus limites (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 91).

A representação, então, é determinada em termos de reflexo e de refração de uma realidade, para além dos limites da sua unidade material. Ao se determinar assim, associa-se, no pensamento de Volóchinov (2017 [1929]), o signo – a linguagem – e a ideologia, tal como mencionamos anteriormente, o que é assumido pelo filósofo russo logo em seguida: “*onde não há signo também não há ideologia*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1930], p. 91). O elemento sólido, portanto, da representação social enquanto um reflexo e uma refração da realidade trata-se da *significação* do signo, à qual se vincula o momento concreto do acontecimento da comunicação discursiva e da interação social através do uso da linguagem para a realização das funções de constituição, de intercâmbio e de representação. E tudo pode tornar-se um signo, desde que se apresente como a “[...] imagem de algo” (VOLÓCHINOV, 2017 [1930], p. 91). Em diferença à aceção saussureana – segundo a qual o signo se define apenas como uma unidade formal de um sistema, sem uma necessidade de remissão ao mundo –, a volochinoviana se encontra no extremo oposto: a *representação ideológica*²²⁸ dos objetos mundanos através das significações trata-se da dominante para a definição e para a especificação do seu conceito de signo. O *mundo dos signos* é a condição, portanto, da ideologia, enquanto um reflexo e uma refração dos objetos do mundo através da atividade humana. E, logo, “o campo ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser igualados. Onde há signo há também ideologia. *Tudo o que é ideológico possui significação sgnica*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1930], p. 93, grifos do original). Ao mesmo tempo, o signo trata-se do elo de unificação entre as ideologias, no sentido de esferas ideológicas (ciência, moral, literatura, etc.), pois “*o caráter sgnico é um traço comum a todos os fenômenos ideológicos*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 94, grifos do original).

Todo signo, além da sua significação, dota-se de uma *materialidade* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 94): som, cor, gesto, etc., que se trata de um suporte material para a sua realização significativa. No entanto, o determinante situa-se ainda na sua significação, pois se refere ao domínio de delimitação da unidade sgnica, por tratar-se do centro de instauração da representação enquanto um reflexo e uma refração de um dado objeto mundano, o que se

²²⁸ Trata-se de uma expressão assumida, na nossa análise, enquanto um sinônimo para a de *representação social*, no sentido determinado anteriormente. Também, serve-nos para a marcação da diferença da aceção de Volóchinov em relação à tradição nominalista, o que se tornará mais evidente quando nos dedicarmos à influência dialógica da filosofia cassireriana sobre a volochinoviana.

estenografa pela seguinte proposição do filósofo russo: “[...] a abstração da significação da palavra nos leva a perder de vista a própria palavra, restando apenas o seu som físico e o processo fisiológico da sua pronúncia” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 117). Além do mais, outras características idiossincráticas do signo são-nos demasiado importantes para a nossa compreensão da definição volochinoviana. Cabe-nos a colocação, então, de três questões eminentes à nossa discussão, que se relacionam de modo sistemático, que nos ajudarão na nossa compreensão dos fundamentos das críticas responsivas de Volóchinov. A primeira refere-se ao centro de formação e de desenvolvimento do signo, bem como à sua colocação, na teoria do filósofo russo, como a unidade de constituição e de síntese da consciência. De modo claro, responde-se pela ideia dialógica de interação social. Segundo Volóchinov (2017), o signo trata-se de uma produção das relações interindividuais em uma organização histórica da sociedade. De acordo com as suas palavras, “um signo só pode surgir em um *território interindividual*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 96, grifos do original). Somente entre dois indivíduos, instanciados em uma configuração histórica de uma organização social, pode formar-se o signo, que se trata de um fenômeno do mundo externo ao instaurar-se como o núcleo da sua constituição e da sua mediação. Com efeito, forma-se uma *cadeia ideológica*, “[...] que se estende entre as consciências individuais, unindo-as, pois o signo surge apenas no processo de interação *entre* consciências individuais” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 95, grifos do original). Para o filósofo russo, outorga-se ao signo a única possibilidade de constituição das consciências dos indivíduos, que só se tornam uma realidade ao se imbuírem de significação sígnica: “uma consciência só passa a existir como tal na medida em que é preenchida pelo conteúdo ideológico, isto é, pelos signos, portanto apenas no processo de interação social” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 95).

Consequentemente, a consciência individual, através da sua constituição pelos signos ideológicos, torna-se um território interindividual. Estende-se à definição e à especificação, no enunciado volochinoviano, do conceito de consciência as características do de signo, dada a razão inelutável do segundo enquanto a unidade contedística e formal da primeira. E, por conseguinte, “*a consciência individual é um fato social e ideológico*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 97, grifos do original). Ao se estabelecer, na filosofia volochinoviana, uma necessária relação dialética, em termos marxistas, entre a consciência individual e o signo ideológico, outorga-se à linguagem uma série imprescindível de funções determinadas em balizas sociológicas: dentre as principais, a de constituição, a de mediação e a de representação. As duas primeiras aparecem-nos muito bem delimitadas quando nos é apresentado, como nos referimos, o signo ideológico enquanto o núcleo de formação e de unificação da consciência

individual. Volóchinov (2017 [1929], p. 97) é-nos categórico em relação à sua posição, que se resume na seguinte proposição: “a consciência se forma e se realiza no material sgnico criado no processo de comunicação social de uma coletividade organizada. A consciência individual se nutre dos signos, cresce a partir deles, reflete a sua lógica e as suas leis”. Consequentemente, a lógica pela qual se governa e se regula a consciência individual é de natureza comunicacional, interacional, ideológica e sgnica, determinando-se como uma organização, em si mesma, dialógica e outritária. Concomitantemente, torna-se evidente à nossa compreensão o *locus* primário, ao qual já nos remetemos, de emergência da ideologia enquanto um reflexo e uma refração do mundo: na interação entre os indivíduos sociais²²⁹.

Quiçá, a mais imediata influência dialógica sobre a tese volochinoviana da relação constitutiva e reguladora entra a consciência e a linguagem possa localizar-se na filosofia de Cassirer. Segundo Grillo (2017, p. 16), a linguagem, para a filosofia cassireriana, “[...] interrompe a constante modificação dos conteúdos da consciência e, apesar de nenhum deles se repetir de modo exato, a linguagem exerce a função de fixação e de preservação desses conteúdos”²³⁰. Em seu *A filosofia das formas simbólicas I: a linguagem* (2001 [1923]), Cassirer oferece-nos parte do seu projeto “[...] de elaborar uma teoria geral das formas de expressão do espírito [...]” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 2). Dentre as inúmeras *formas simbólicas* – compreendidas como “[...] manifestações diversas de uma mesma função espiritual básica” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 18) – às quais se dedicaram a sua análise e a sua investigação, a

²²⁹ Em grande medida, a posição volochinoviana trata-se de uma atitude responsiva às concepções de consciência do idealismo e do positivismo. Enquanto, para a primeira, a origem dos fenômenos ideológicos encontra-se na consciência individual – e, consequentemente, o funcionamento da ideologia se reduziria às leis do psiquismo segundo as premissas idealistas –, a consciência, para a segunda, resume-se a uma série de processos fisiológicos do organismo. A negação de ambas as teses é-nos muito categórica na filosofia de Volóchinov, mas se torna muito marcante em relação à acepção idealista. A inversão do ponto de partida (FERREIRA, 2020) manifesta-se de modo intenso na teorização do filósofo russo: a origem da consciência, da ideologia e do signo localiza-se no acontecimento de interação social. E mais: é a ideologia, através do signo ideológico, a dominante. O movimento, portanto, manifesta-se como contrário: da ideologia enquanto um reflexo e uma refração de gênese social, forma-se a consciência individual. É como nos orienta Domingues (2017, p. 652): “a língua é estabelecida em função dos indivíduos sempre em relação a seu meio social, não sendo possível deslocar o foco dos estudos linguísticos e da expressão unicamente para a subjetividade ou para a consciência sem examinar esse meio. A experiência subjetiva se dá mediante o contato com a coletividade, não a priori em relação a ela”.

²³⁰ A proposição cassireriana à qual se refere o comentário de Grillo é a seguinte: “para a consciência, o signo constitui, por assim dizer, a primeira etapa e a primeira prova da objetividade, porque ele interrompe a constante modificação dos conteúdos da consciência, e porque nele se define e enfatiza algo permanente. Nenhum *conteúdo* da consciência, uma vez pertencente ao passado e substituído por outro, se repete, como tal, de forma rigorosamente idêntica” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 36).

linguagem reveste-se de uma importância ímpar, por se tratar de uma das mais essenciais, ao se apresentar como a constitutiva e a mediadora entre o indivíduo e o mundo. A imparidade da linguagem, como muito bem nos orientou Grillo (2017), encontra-se na sua função de acabamento formal e de fixação conteudística das *impressões sensíveis* para a consciência: “[...] o caos das impressões imediatas somente passa a se aclarar e articular no momento em que lhe ‘damos nome’, permeando-o, assim, com a função do pensamento linguístico e da expressão linguística” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 33-34). E, logo, “o signo não é um reflexo de um estado fixo da consciência, e sim a linha diretriz do movimento [...]” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 67). Para o filósofo alemão, a linguagem, então, encarrega-se de não “[...] apenas *repetir* as determinações e diferenças que já existem na mente, e sim em estabelecê-las e torná-las inteligíveis como tais” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 64). Tal como em Cassirer, o signo, em Volóchinov (2017 [1929]), torna-se não somente o fixador dos tipos conteudísticos da consciência, mas, sobretudo, a razão da existência dos seus conteúdos e dos seus estados²³¹. Sem os signos ideológicos, a consciência se reduziria a meros processos fisiológicos:

não há psiquismo fora do material sgnico. Há processos fisiológicos, processos no sistema nervoso, mas não há psiquismo subjetivo como uma qualidade específica da existência, diferente, por princípio, tanto dos processos fisiológicos do organismo quanto da sua realidade circundante, sobre a qual reage o psiquismo e que ela reflete de uma maneira ou de outra. É como se o tipo de existência do psiquismo subjetivo o situasse entre o organismo e o mundo exterior, como se *na fronteira* dessas duas esferas da realidade. Nesse limite ocorre o encontro, que não é físico, do organismo com o mundo exterior: *nesse caso, o organismo e o mundo se encontram no signo* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 116-117).

Mas, dentre os signos ideológicos, destaca-se, para Volóchinov (2017 [1929], p. 98, grifos do original), a *palavra*, “[...] o fenômeno ideológico par excellence”, cuja realidade “[...] é integralmente absorvida na sua função de ser signo”²³². A escolha do filósofo russo, que se manifesta de modo evidente na proposição citada, deve-se a uma série de particularidades das

²³¹ A acepção de Volóchinov (2017 [1929]) difere-se da de Cassirer (2001 [1923]) em diversos aspectos. Mas não se trata de um dos nossos escopos apresentá-los aqui. Continuaremos a nos dedicar ao delineamento apenas das semelhanças, com um intuito de esboço de um mapeamento provisório de parte das origens arquitetônicas dos componentes sistemáticos da filosofia de Volóchinov.

²³² Em Cassirer (2001 [1923], p. 63), apresenta-se uma concepção semelhante, mas em relação ao signo em geral: “mas os signos simbólicos com que deparamos na linguagem, no mito e na arte não ‘são’ primeiramente para, então, para além deste ser, adquirirem uma significação determinada; todo o seu ser, ao contrário, resulta da significação. O seu conteúdo identifica-se completamente com a função do significar”.

quais se reveste o signo verbal: “a significação, a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a clareza excepcional da sua estrutura sgnica já seriam suficientes para colocá-la no primeiro plano da ciência das ideologias” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 99). Pela sua *onipresença social* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 106) nas diversas formas de comunicação discursiva e de interação social, a palavra, no decorrer do desenvolvimento humano na história, tornou-se o signo mais adequado à constituição e ao desenvolvimento da consciência individual. Ao resumir-se na sua função sgnica, a palavra é a forma de manifestação dos movimentos da consciência humana na sua relação com o mundo através das relações interindividuais, graças à sua *flexibilidade*. É, conjuntamente, um *signo neutro* “[...] em relação a qualquer função ideológica específica. Ela pode assumir *qualquer* função ideológica: científica, estética, moral, religiosa” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 99, grifos do original). Ou seja, outorga-se à palavra a capacidade de uso em qualquer esfera ideológica, não se restringindo a uma apenas. Além do mais, encontra-se presente em todas as formas de comunicação discursiva, desde as cotidianas às relacionadas às produções ideológicas mais complexas. Consequentemente, é

[...] um *medium* predominante da consciência individual. A realidade da palavra, como a de qualquer signo, está localizada entre os indivíduos e é produzida por meio do organismo individual, sem a ajuda de quaisquer instrumentos e sem nenhum material extracorporal. Isso determinou o fato de que *a palavra se tornou o material sgnico da vida interior: a consciência* (discurso interior). Pois a consciência foi capaz de se desenvolver apenas graças a um material flexível e expresso por meio do corpo. A palavra foi justamente esse material. A palavra pode servir como um signo de uso interior, por assim dizer; ela pode realizar-se como signo sem ser plenamente expressa no exterior. Por isso o problema da consciência individual, tomado como *palavra interior* (e em geral *signo interior*), é uma das questões mais importantes da filosofia da linguagem (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 100, grifos do original).

Graças à palavra, a consciência torna-se uma “[...] *unidade verbalmente formalizada*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 101, grifos do original). E, além do mais, é o único dos signos ideológicos, por tratar-se da forma sgnica de constituição da unidade da consciência, ao qual se outorga a capacidade de acompanhar quaisquer outras produções ideológicas: “todas as manifestações da criação ideológica, isto é, todos os outros signos não verbais são envolvidos pelo universo verbal, emergem nele e não podem ser nem isolados, nem separados dele por completo” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 100-101). A centralidade do signo verbal na discussão filosófica de Volóchinov, portanto, é-nos um indicativo de uma hipótese: trata-se da sua atitude responsiva ao modo como se lidou com a palavra ao longo da tradição filosófica e

linguística – na do objetivismo abstrato, inclusive. Fundamentando-se sobre Cassirer – em grande parte –, a acepção de Volóchinov lança-nos para as outras dimensões da ideologia, às quais nos dedicaremos dentro em breve, assim como nos evidencia a predominância e a centralidade, na sua reflexão, do discurso verbal enquanto uma das formas sýnicas mais importantes para o processo dialógico de constituição e de desenvolvimento da consciência humana.

No entanto, cabe-nos uma nota: até o momento atual de nossa análise da teoria volochinoviana, todos os componentes do conjunto sistemático se fundaram em relações complexas. A ideia de linguagem, adiantemos, imbrica-se com o conceito de ideologia somente, porém, através do de signo e do de enunciado. Mas o mais importante encontra-se no seguinte: desde o primeiro instante, fica-nos clara a resposta crítica de Volóchinov ao objetivismo abstrato através da sua inserção da linguagem no mundo histórico, com a colocação do fenômeno no cerne da concretude do acontecimento efetivo da sua emergência e da sua ocorrência, por meio de uma teoria fundada em outra racionalidade científica na qual se torna evidente o ideário marxista ao qual se filiou. Além do mais, já nos é anunciada a principal razão da discordância de Volóchinov em relação a Saussure, pelo seu entendimento da relação indissolúvel entre a linguagem e a vida. É o que nos interessa, por enquanto.

A segunda questão, contudo, remete-se ao problema filosófico da formação sýnica do objeto, ou seja, da sua representação através da linguagem, que se encontra muito bem respondida pelo conceito de *horizonte social* e pelo de *avaliação social*: qualquer objeto se dota de uma significação ao adentrar-se no horizonte social de uma certa sociedade através de uma avaliação social dos seus integrantes. Somente ao revestir-se de uma *significação ideológica*, ou seja, de uma significação por meio da qual se estabelece a sua *representação valorativa*²³³ em determinada configuração histórica de uma organização social, pode transformar-se um objeto em um signo – isto é, tornar-se significado: “[...] é necessário que o objeto também obtenha uma significação interindividual, pois apenas assim ele poderá adquirir uma forma sýnica. Em outras palavras, *somente aquilo que adquiriu um valor social poderá entrar no mundo da ideologia, tomar forma e nele consolidar-se*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 111, grifos do original).

Situa-se aí, portanto, o cerne da primeira dimensão da ideologia encarnada na linguagem: através da compreensão e da relação, ambas determinadas pelas condições sociais,

²³³ Em nossa teorização, é uma expressão correlata e equivalente à de representação ideológica e à de representação social.

do mundo, os objetos mundanos tornam-se dotados de uma significação, graças à qual se formam as conscientizações e as representações dos indivíduos da sua – dos objetos – existência no plano histórico e social. Ao *conteúdo do signo*, logo, liga-se à avaliação social, que se refere aos interesses da sociedade sobre um dado número de objetos. É o que nos diz Volóchinov (2017 [1929], p. 110) na seguinte proposição: “em cada etapa do desenvolvimento social existe um conjunto específico e limitado de objetos que, ao chamarem a atenção da sociedade, recebem uma ênfase valorativa. Apenas esse conjunto de objetos obterá uma forma sígnica, isto é, será objeto da comunicação sígnica” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 110). A entrada dos objetos no horizonte social – isto é, sobre os quais se incidem as avaliações sociais para a sua formação sígnica –, contudo, relaciona-se “[...] com as premissas socioeconômicas essenciais da existência desse grupo; é necessário que, de algum modo, ele toque, mesmo que parcialmente, as bases da existência material desse grupo” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 111).

E o conteúdo ideológico do signo trata-se da representação enquanto um reflexo e uma refração, definindo-se e especificando-se como o seu *tema* na conjuntura teórica do enunciado filosófico de Volóchinov (2017 [1929]). O tema do signo, portanto, é a *existência refletida e refratada* no interior da sua significação, tratando-se do domínio de relação consubstancial entre a linguagem, a ideologia e a realidade. É, nas palavras de Volóchinov (2017 [1929], p. 229), “[...] *um complexo sistema de signos que tenta se adequar ao momento concreto da formação*. O tema é *uma reação da consciência em constituição para a formação da existência*”. Trata-se o tema, logo, da representação social e valorativa do mundo histórico em constituição ininterrupta através da linguagem, que se sustenta sobre as *significações* de relativa estabilidade dos signos para a sua formação sintética enquanto uma unidade global de *sentido irrepetível*. O tema é, portanto, *o sentido da totalidade* de um ato de linguagem (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 227), determinando-se como único por se vincular, de maneira necessária, à realidade histórica e uniorrente, da qual se torna um reflexo e uma refração – isto é, uma representação valorativa ou, em termo volochinoviano, uma ideologia.

É uma *expressão* do acontecimento concreto através do uso dialógico – interindividual – da linguagem. No contexto das afirmações de Volóchinov (2017 [1929]), o tema refere-se ao conteúdo ideológico do signo, assim como do enunciado, que se forma a partir da sua articulação com a significação enquanto o seu *artefato técnico* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 229). Logo, “[...] o tema deve apoiar-se em alguma significação estável, caso contrário ele perderá a sua conexão com aquilo que veio antes e que veio depois, ou seja, perderá totalmente o seu sentido” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 229). A significação, segundo a nossa

compreensão, encontra-se relacionada, em grande medida, aos aspectos característicos dos sistemas de signos – o que nos dá um breve indício do lugar do formalismo linguístico do objetivismo abstrato na teoria de Volóchinov –, que, no entanto, se reveste de uma pluralidade constitutiva (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 230) pelo uso interindividual dos signos nas diversas formas de interação discursiva. Parece-nos legítima a assunção, logo, da afirmação de Volóchinov (2017 [1929], p. 231, grifos do original), segundo a qual “o tema é *o limite superior, real, do significar linguístico*; em essência, apenas o tema designa algo determinado. A significação é o limite inferior do significar linguístico”. Como afirmamos, a gênese histórica do signo encontra-se na interação social, que se submete às séries de condições históricas da organização social na qual se engendra e se manifesta. Assim, todos os seus aspectos constitutivos revestem-se de contornos dialógicos. Desde a sua significação ao seu tema, o signo é uma produção social, em cuja constituição se reflete e se refrata o movimento da existência histórica em formação. E é uma unidade na qual se articulam o seu conteúdo e a sua forma, em uma relação indissolúvel de mútua determinação, ambas as faces do signo criadas e determinadas pelas forças derivadas das condições econômicas (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 112). Aqui, a linguagem e a realidade se imbricam.

Ao se ligar, em sua gênese e em seu desenvolvimento na história, à ideologia, a linguagem, assim, trata-se de uma criação contínua, isto é, uma *enérgia*, que se encontra determinada pelos aspectos econômicos, históricos e sociais da sociedade na qual se insere, pois se refere ao único e verdadeiro meio, na concepção do filósofo russo, de materialização do conteúdo ideológico. E, por tratar-se de uma unidade de representação enquanto um reflexo e uma refração da realidade através da atuação humana no mundo, *o signo é, fundamentalmente, ideológico*. Para Volóchinov (2017 [1929]), torna-se inconcebível a dissociação da linguagem da realidade à qual se refere de modo refletido e refratado por meio da ideologia. Além do mais, a acepção volochinoviana, muito para além de uma espécie de nominalismo criticado por Saussure, relaciona-se com as teorias da representação derivadas e herdeiras do kantismo, através, provavelmente, da leitura crítica, por parte de Volóchinov – bem como da tradição russa – de Humboldt, assim como de outros pensadores vinculados à tradição kantiana – Cassirer, Dilthey, Husserl, etc. Consequentemente, no plano do conjunto sistemático da teoria do filósofo russo, à ideia de linguagem associa-se o conceito de ideologia. Ambos se determinam enquanto correlatos e fundamentais, assim como contíguos à e determinantes da significação teórica do de consciência de Volóchinov (2017 [1929]), o que se dá pela sua interpenetração no de signo e no de enunciado. Além do mais, a sua relação sistemática é

necessária e, portanto, fundamental para o conceito de tema e o de significação, ambos se determinando através de uma complementaridade e uma contiguidade.

A realidade não se apresenta de forma direta pela linguagem, mas, sim, de maneira *refratada* pelas condições humanas e históricas (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 112). Por situar-se no seio de uma sociedade organizada e hierarquizada, a significação ideológica do signo se encontra em contínua oscilação – é, em sua constituição, contraditória –, devido à razão de apresentar-se como o “[...] palco da luta de classes” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 113). Ao associar-se à ideologia, a concepção volochinoviana de linguagem, assim, permite-nos a compreensão da representação fora do campo da *reprodução da realidade*, o que nos parece tratar-se de uma concepção advinda da filosofia cassireriana. É, como afirmamos, um reflexo e uma refração, cuja gênese se sustenta na complexa organização histórica de uma sociedade formada por uma articulação entre uma infraestrutura e uma superestrutura. Em relação ao mundo, a função representativa da *linguagem ideológica* resume-se na sua constituição para os indivíduos: a partir dos multiformes usos da linguagem, o mundo torna-se compreendido e conscientizado ao se submeter à avaliação social²³⁴. Trata-se da única condição, nos termos apresentados no enunciado teórico de Volóchinov (2017 [1929]), de relação da consciência individual com a realidade objetiva.

A nossa terceira e última questão relacionada ao signo fundamenta-se sobre a função e o lugar do indivíduo no movimento dialético de constituição das formas sgnicas e ideológicas, o que se vincula ao modo particular pelo qual se apresenta a reflexão volochinoviana da interação e da interdependência entre a ideologia – a representação social – e o psiquismo – a consciência individual –, assim como nos leva, necessariamente, às demais dimensões da

²³⁴ O que se encontra, nos seus termos marxistas, em Volóchinov (2017 [1929]) aparece-nos em Cassirer (2001 [1923]) a partir dos seus pressupostos neokantianos. Segundo o filósofo alemão, “[...] a linguagem torna-se um instrumento espiritual fundamental, graças ao qual realizamos a passagem do mundo das meras sensações para o mundo da intuição e da representação” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 34). Em outras palavras, o mundo sensível, através da linguagem, torna-se inteligível. Em outra proposição, a sua aceção se torna mais clara: “somente aqui o abandono passivo a um ser exterior qualquer cede lugar a uma *criação* independente, cujas feições nele imprimimos, e através das quais este ser se articula, para nós, em diversos domínios e formas da realidade. Nesse sentido, o mito, a arte, a linguagem e a ciência são criações que formam o ser: elas não são simples cópias de uma realidade existente, mas representam, ao invés, as linhas gerais do movimento espiritual, do processo ideal no qual, para nós, o real se constitui como unidade e pluralidade, como multiplicidade das configurações que, entretanto, afinal são unificadas através de uma unidade de significação” (CASSIRER, 2001 [1923], p. 64). Como muito bem nos orienta Grillo (2017), a posição filosófica de Cassirer é uma crítica à teoria do conhecimento enquanto uma reprodução da realidade. Assim como em Volóchinov, a linguagem, na filosofia cassireriana, caracteriza-se por uma função constitutiva da consciência e, concomitantemente, formadora da realidade. Parece-nos se tratar de uma hipótese plausível a influência dialógica de Cassirer sobre Volóchinov, no que se refere à questão da relação entre a linguagem e o mundo.

ideologia. O núcleo objetual da terceira questão encontra-se concentrado no conceito de *vivência* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 117), cujas origens arquitetônicas mais imediatas se derivam da filosofia de Dilthey e da de Husserl, dois nomes referenciados por Volóchinov²³⁵ (2017 [1929]). O primeiro, imerso em suas preocupações relacionadas à fundação de uma epistemologia²³⁶ das ciências humanas, dedica-se a nos mostrar, através das suas investigações filosóficas a partir das suas ideias de uma psicologia descritiva e analítica, como a vivência é “o dado mais imediato [...]” (DILTHEY, 2010 [1910], p. 20) das ciências humanas. É, em termos da filosofia diltheyniana, qualquer atitude da consciência em relação ao mundo (DILTHEY, 2010 [1910]). E, ainda, “[...] as vivências encontram-se em uma conexão que se mantém permanentemente em todo transcurso da vida e em meio a todas as transformações” (DILTHEY, 2010 [1910], p. 20). Para Dilthey (2011 [1894]), a estrutura da vida psíquica, portanto, encontra-se em relação direta com o mundo. Resume-se a toda e qualquer atitude interior em relação à exterioridade:

o si mesmo encontra-se em alternância de estados, que são conhecidos como unos pela consciência da ipseidade da pessoa; ao mesmo tempo, ele encontra-se condicionado por um mundo exterior e reage a ele. Esse mundo, então, é apreendido em sua consciência e se sabe determinado pelos atos da sua percepção sensível. Na medida, então, em que a unidade vital se encontra condicionada pelo meio, no qual ela vive, e, por outro lado, atua retroativamente sobre esse meio, emerge daí uma divisão de seus estados internos. Designo essa divisão como a estrutura da vida psíquica (DILTHEY, 2011 [1894], p. 107).

Para Volóchinov (2017 [1929], p. 117), Dilthey trata-se de um teórico *consistente e coerente* em relação ao modo como soube colocar as suas questões concernentes à vivência, conceito assumido de modo evidente pela teoria volochinoviana. Segundo as suas palavras, “para ele [Dilthey], a vivência subjetiva não apenas existia como objeto, mas *significava*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 117). O interesse de Dilthey (2010 [1910]; 2011 [1894]) pela vivência resume-se à sua obstinada busca, como apontamos, pelo objeto imediato das ciências

²³⁵ No momento atual, dedicar-nos-emos apenas a parte dos aspectos da filosofia de Dilthey, por nos parecer o mais influente na teoria de Volóchinov, devido a uma série de referências feitas pelo russo ao alemão. Além do mais, as nossas referências à filosofia diltheyniana serão apenas superficiais, dada a complexidade e a profundidade da sua reflexão filosófica.

²³⁶ No sentido tradicional de determinação das condições de possibilidade do conhecimento das ciências humanas. Dilthey tratava-se de um filósofo idealista, que se voltou de modo muito particular à filosofia kantiana, com o objetivo de compreender a particularidade do saber das ciências humanas, para distingui-las das ciências naturais.

humanas – para Volóchinov (2017 [1929], p. 117), das ciências das ideologias –, que se difere sobremodo do das ciências naturais. Segundo Reale e Antiseri (2006, p. 37), “a diferença dos objetos de estudo implica uma diferença gnosiológica: é a observação externa que nos dá os dados das ciências naturais, ao passo que é a observação interna, isto é, *Erlebnis* (‘experiência vivida), que nos dá os dados das ciências do espírito”. A filosofia de Volóchinov (2017 [1929]) caracteriza-se pela assunção, logo, da tese diltheyniana da natureza significativa da vivência psíquica, o que se torna claro na seguinte proposição do filósofo russo: “a vivência psíquica é uma expressão símica do contato do organismo com o meio exterior. É por isso que *o psiquismo interior não pode ser analisado como objeto e só pode ser compreendido e interpretado como signo*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 116-117, grifos do original). Assim como se manifesta na proposição supracitada da filosofia de Dilthey (2011 [1894]), o condicionamento do psiquismo individual pelo meio é uma afirmação retomada por Volóchinov (2017 [1929]). Além do mais, assume-se a significação, na conjuntura teórica do enunciado volochinoviano, como a unidade primordial e única de formação da vivência, o que se deriva ainda da reflexão diltheyniana segundo o filósofo russo: “abstraindo-se dessa significação em busca da pura realidade da vivência, na verdade, de acordo com Dilthey, deparamo-nos com o processo fisiológico do organismo e perdemos de vista a própria vivência [...]” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 117).

Logo, é “[...] a significação que faz com que uma vivência seja uma vivência” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 117). Como nos parece revelar-se aqui, as considerações do filósofo russo sobre o psiquismo ligam-se ao seu modo particular de consideração do signo como a unidade da consciência²³⁷. A primeira questão de nossa análise associa-se necessariamente à terceira – esta é um desdobramento daquela. No entanto, Volóchinov (2017 [1929]), a partir das suas filiações dialógicas à filosofia e à prática do materialismo dialético e histórico, desvencilha-se do idealismo característico da concepção de Dilthey. Para o filósofo russo, “[...] é inaceitável o *primado metodológico da psicologia sobre a ideologia*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 118), uma vez que, para os idealistas, segundo Volóchinov (2017 [1929], p. 118) “a ideologia é explicada a partir da psicologia como sua expressão e encarnação, e não o contrário”. Além do mais, as outras duas acepções diltheynianas tornam-se inaceitáveis para Volóchinov (2017 [1929]): a primeira, a não consideração do caráter social da significação e, a segunda, a não compreensão da relação entre a significação e o signo

²³⁷ Rememoremo-nos: a vivência é o conteúdo pelo qual se forma os atos da consciência em relação ao mundo, a si e a *outrem*.

(VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 119). Fica-nos clara que a recusa do filósofo russo se dá, como sempre asseveramos, a partir da sua assunção dos primados filosóficos do marxismo, razão, como muito bem nos revelou Ferreira (2020), graças à qual se deu a sua inversão do ponto de partida. Não é do individual ao social, mas, sim, do social ao individual o caminho metodológico para a compreensão dos fenômenos relacionados ao ser humano e ao mundo histórico²³⁸.

A vivência, enquanto a realidade da consciência, realiza-se, apenas, na acepção de Volóchinov (2017 [1929], p. 119), no material sígnico. Ou seja, a tese afirmada pelo filósofo russo oferece-nos uma ligação estreita entre a linguagem e a constituição humana através da concretude do signo ideológico, dado o fato de somente haver significação na forma sígnica. A radicalização da tese volochinoviana, aliás, apresenta-se de maneira evidente: “[...] *a vivência, até mesmo para a própria pessoa que a sente, só existe no material sígnico*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 120). E, já que se trata, conforme mostramos, o signo ideológico de uma produção interindividual, segue-se que a consciência, então, é um *território social*, dominada, em muitos dos seus aspectos, pelo conteúdo ideológico. O que nos aparece aqui: Volóchinov (2017 [1929]) indica-nos que a representação, assim como a vivência, trata-se de uma *realidade outritária através da linguagem*, pois “o signo ideológico é o território comum tanto do psiquismo quanto da ideologia” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 127). O psiquismo individual é, antes de mais nada, social graças à sua encarnação nos signos ideológicos. E, dentre os mais adequados à sua constituição – da representação e da vivência –, a palavra destaca-se mais uma vez.

Volóchinov (2017 [1929], p. 127), portanto, é-nos categórico em sua concepção: “[...] se a realidade do psiquismo é a realidade sígnica, como então traçar a fronteira entre o psiquismo subjetivo e a ideologia, no sentido exato dessa palavra, uma vez que a ideologia também é uma realidade sígnica”? A resposta à sua pergunta encontra-se na sua definição da dialética constitutiva, pela qual se rege a relação entre o psiquismo e a ideologia: todo signo exterior – da ideologia, isto é, produzido entre os indivíduos – torna-se um interior através de um dialogismo complexo, quando é assimilado pela consciência individual no processo da constituição das suas vivências. É o momento de interação entre os domínios da ideologia: “[...] qualquer fenômeno ideológico passa, no processo de sua criação, pelo psiquismo, por ele ser

²³⁸ De modo muito interessante, Volóchinov (2017 [1929]) parece-nos conceder os princípios metodológicos para uma re colocação das questões concernentes às ciências humanas ou, na terminologia volochinoviana, às ciências ideológicas. Quiçá, um dia seja-nos possível o desdobramento da nossa hipótese. Coube-nos, por agora, apenas sinalizá-la.

uma instância necessária” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 128). O *discurso interior*, portanto, trata-se de uma reverberação do *discurso exterior*, cuja unidade se encontra no enunciado enquanto a realização concreta dos signos ideológicos. E, aqui, manifesta-se a dialética entre o individual e o social: “o indivíduo como proprietário dos conteúdos da sua consciência, como autor das suas ideias, como uma personalidade responsável por suas ideias e desejos, é um fenômeno puramente socioideológico” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 128). O conceito de individual de Volóchinov (2017 [1929]) deriva-se da sua compreensão marxista da condição humana no mundo histórico, pois, “[...] construído sobre o indivíduo natural, é por sua vez uma superestrutura ideológica e sócio-cultural, e portanto social” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 128). A dialética entre o individual e o social funda-se no intercâmbio entre o discurso interior e o exterior, dada a ocorrência da imprescindibilidade do psiquismo para a formação, *a posteriori* à sua constituição social, dos conteúdos ideológicos.

Se, por um lado, o conteúdo do psiquismo individual é tão social quanto a ideologia, por outro, os fenômenos ideológicos são tão individuais (no sentido ideológico da palavra) quanto os psíquicos. Cada produto ideológico carrega consigo a marca da individualidade do seu criador ou de seus criadores, mas essa marca é tão social quanto todas as demais particularidades e características dos fenômenos ideológicos (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 129-130).

Portanto, o indivíduo, para Volóchinov (2017 [1929]), é a expressão absoluta da ideologia social, o que nos mostra a absoluta diferença do entendimento do filósofo russo em relação ao do linguista genebrino sobre o lugar da individualidade na organização social. Conseqüentemente, a linguagem, em seu uso individual, marca-se como social. Não se estabelece, logo, uma dicotomia entre a fala e a língua na reflexão volochinoviana, pois ambas se constituem como a expressão social para a realização da ideologia. Logicamente, a língua não se define – e não se pode definir – enquanto apenas um sistema formal, uma vez colocada a sua função no uso, na constituição, na mediação e na representação de origem socioideológica. “Portanto, todo signo, até mesmo o da individualidade, é social” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 123). E, como consequência, o psiquismo, diretamente, está ligado à ideologia através do uso concreto dos signos, isto é, pelo enunciado. E, “nesse sentido, o meu psiquismo, o meu pensamento, o sistema do meu psiquismo interior pertence, desde o princípio, a um sistema ideológico e é regido pelas suas leis” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 130). O enunciado, contudo, trata-se da unidade do intercâmbio dialético entre o individual e o social, pois se refere ao uso concreto dos signos ideológicos nos diversos acontecimentos de interação social. Em

partes, vimos uma definição e uma especificação do conceito referido quando nos dedicamos à fundamentação teórica de nosso trabalho, mas a partir de apenas da filosofia de Bakhtin. Em grande medida, as significações teóricas às quais nos remetemos, contudo, tornam-se extensivas à concepção volochinoviana. No entanto, cabe-nos o detalhamento da idiossincrasia do conceito de enunciado no contexto da reflexão do dialogismo marxista do filósofo russo.

Ao tornar-se a concretização dos signos ideológicos nos acontecimentos da comunicação discursiva e da interação social, o enunciado é a unidade real da linguagem em uso – do discurso, portanto – (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 182), da consciência e da ideologia. Contíguo e correlato ao conceito de signo ideológico, encontra-se o de *enunciado concreto*. Segundo a nossa compreensão extensiva, pode comparar-se a uma *mônada*²³⁹ *ideológica* de uma determinada relação comunicativa em certo período histórico, já que se apresenta como uma unidade irreduzível e irrepetível no movimento da *cadeia enunciativa* e no curso da realidade histórica. Grillo e Américo (2017, p. 357) dizem-nos que “é o elo na cadeia da comunicação discursiva e um elemento indissociável das diversas esferas ideológicas (literária, científica etc.)”. Nas linhas limítrofes de um enunciado, forma-se, portanto, uma das suas principais características, que se vincula à presença inexorável dos indivíduos em comunicação discursiva: a responsividade, que se marca pelo ativismo dos indivíduos inseridos no diálogo da comunicação discursiva, cujas vozes se imbricam no interior da concretude enunciativa. A responsividade, portanto, trata-se de uma reverberação do dialogismo. Sobre o conceito de responsividade, sustenta-se o de enunciado. Todo e qualquer enunciado sempre se trata de um movimento de resposta retrospectiva e prospectiva em cadeias enunciativas de forma multidirecional. Em uma definição e uma especificação de caráter abrangente, a responsividade refere-se à necessidade de resposta, pela qual se marca, desde a sua estrutura, o enunciado. A sua resposta pode se configurar de diferentes modos, definindo-se, de forma geral,

²³⁹ O conceito de *mônada* pode se remeter à filosofia de Leibniz [1646-1716]. Porém, o nosso uso da palavra se dá a partir de uma definição extensiva e livre, para além do sistema da metafísica leibniziana. Refere-se, assim, ao caráter definido de uma unidade indissolúvel e irreduzível, integrante de e remetente a um todo – no caso do enunciado, a um todo histórico –, uma característica aplicável à conceituação e à definição de enunciado do Círculo de Bakhtin, mas, de maneira especial, à concepção volochinoviana. Não se deve conceber a sua indissolubilidade e a sua irreduzibilidade, no entanto, como uma referência a uma autossuficiência e a uma autoafirmação de uma unidade una e esférica – uma interpretação contestável pela própria estrutura dialógica, multivalorativa e plurivocal do enunciado, cuja constituição exterior e interior se marca por um intenso e conflituoso dialogismo. A indissolubilidade e a irreduzibilidade se referem, ao contrário, ao fato de o enunciado se colocar como um todo único e unioorrente de sentido – junto com os outros enunciados aos quais se liga responsivamente – no curso da cadeia enunciativa, que não pode se reduzir tanto aos seus elementos repetíveis quanto a outros enunciados, uma vez que a responsividade não se trata de uma dissolução ou de uma redução, mas, sim, de uma remissão dialógica.

como um processo de afirmação, de formação e de marcação do posicionamento dos sujeitos envolvidos na comunicação discursiva.

Enquanto um componente articulado do conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica do dialogismo marxista de Volóchinov (2017 [1929]; 2019b [1930]), o conceito de responsividade se imbrica, de diversos modos, aos demais. Ao de enunciado, por uma relação, concomitantemente, de condicionamento e de fundamentalidade. Ao de condicionamento, por tratar-se de um condicionado²⁴⁰, uma vez que se deriva do de enunciado, ao se referir a um conceito comutado, pelo qual se delimita uma das características da unidade da comunicação discursiva. Dialecticamente, de fundamentalidade, ao determinar a definição e a especificação do conceito de enunciado, já que não se define a unidade enunciativa sem a responsividade. No conjunto sistemático, institui-se, também, como um modo analógico e correlacional de compreensão da ideia de alternância dos sujeitos do discurso, mas através de uma atividade teórica de *formalização conceitual* da ideia referida como uma marca ideal do dialogismo. Trata-se de uma *correlação analógica*, portanto, de uma ideia. Além do mais, apresenta-se em inúmeras proposições da filosofia volochinoviana, sob outras formas de relação sistemática.

Um exemplo se encontra nas palavras de Volóchinov (2017 [1929], p. 184, grifos nossos), segundo as quais o enunciado, “[...] mesmo que seja escrito e finalizado, *responde* a algo e *orienta-se para uma resposta*. Ele é apenas um *elo* na cadeia ininterrupta de discursos verbais”. A responsividade, portanto, trata-se de um dos fundamentos geradores da dinâmica e do movimento dialético da atividade de formação e de desenvolvimento do enunciado, que se manifesta como um reflexo do dialogismo característico das interações sociais. Ou seja, coloca-se como uma força constitutiva da unidade da comunicação discursiva, cuja raiz se sustenta sobre o ativismo do indivíduo no processo comunicacional e interacional. E, uma vez apresentado o enunciado como um ato e uma produção do ser humano enquanto um sujeito histórico em relação dialógica, a responsividade trata-se de um reflexo do modo de colocação da sua condição humana na realidade histórica, ligando-se à sua necessidade de interação social. A responsividade, logo, é a marca viva, na linguagem, da outridade constitutiva e reguladora do indivíduo. Enquanto um conceito, forma-se no centro das preocupações do dialogismo

²⁴⁰ Tanto pelo conceito de enunciado quanto pela ideia de outridade na linguagem, manifestação do dialogismo. O de enunciado, aliás, como um condicionado por esta última materializada na ideia geral de dialogismo. Direta e indiretamente (através do de enunciado), o conceito de responsividade, logo, é condicionado. O condicionamento se forma a partir de distintas vias, portanto. As nossas delimitações se referem a apenas uma parte das relações sistemáticas.

marxista de Volóchinov em relação à condição humana, organizando-se e sustentando-se sobre a ideia totalizante da outridade, assim como sobre um dado número de relações sistemáticas.

O enunciado, logo, não se define, segundo a nossa compreensão, como uma unidade abstrata. Ao contrário, afirma-se como a concretude de uma interação social através dos atos comunicativos entre um *eu* e um *outro*, esboçando-se como uma mônada ideológica, enquanto a real unidade da comunicação discursiva. Nunca se isolando da corrente dialógica de resposta comunicativa, liga-se, dialogicamente, a enunciados anteriores e posteriores, em uma *dialética dialógica*²⁴¹. Sempre se realiza, então, a constituição de um enunciado como uma *resposta* a um outro. E, inelutavelmente, dão-se a formação e a marcação, na sua responsividade, do posicionamento ideológico dos indivíduos da comunicação dialógica, através do qual se constitui a unidade da sua consciência individual como um território socioideológico. Além de se instaurar em uma relação sistemática de analogia e de correlação com a ideia de alternância dos sujeitos do discurso, a responsividade, enquanto um conceito, correlaciona-se com o de cadeia enunciativa, como nos mostrou Volóchinov. Trata-se de um conceito através do qual se busca definir e especificar a compreensão do fundamento da formação e do movimento da cadeia enunciativa, uma vez que se mostra como a forma da vida do enunciado. Ao mesmo tempo, ambos se articulam na definição geral da ideia de funcionamento dialógico da linguagem.

²⁴¹ A relação entre os enunciados se estabelece de modo arquitetônico e composicional, segundo as formas do dialogismo, nas palavras de Sobral (2010). A natureza da interação enunciativa se marca pelo movimento dinâmico de uma dialética dialógica – a dialética do dialogismo, que se marca pela inextrincável presença responsiva dos sujeitos (VILLARTA-NEDER; CASTRO DIAS, 2020). Cada enunciado se apresenta como o princípio de uma série relacional de cadeias em distintos rumos, remetendo-se a várias posições dialógicas e a inúmeras dimensões discursivas, cuja mensurabilidade prévia não se torna muito possível. O enunciado, uma vez inserido na comunicação discursiva, submete-se à lógica da dialética dialógica. Torna-se o epicentro de variadas e variáveis atitudes responsivas. Coloca-se como uma relação complexa, cujos resultados se dão em séries diversas (elos ou liames) da cadeia enunciativa. Além do mais, não há um enunciado que não se constitua como uma atitude responsiva a mais de um. Todo enunciado se coloca em interseção com diversos, de maneira direta ou indireta, explícita ou implícita. Trata-se de um processo de marcas arquitetônicas e composicionais, dadas as duas faces do dialogismo. Em um dado momento, pode se estabelecer, em relações enunciativas de dimensões diferentes, como, temporalmente, uma *síntese*, uma *antítese* e uma *tese*, em séries distintas da cadeia enunciativa. Portanto, cada enunciado se encontra em várias séries multidirecionais e multidimensionais (direções e dimensões de natureza discursiva). A lógica da dialética dialógica se apresenta como o fundamento do dialogismo arquitetônico na constituição dos enunciados – e dos sujeitos através dos enunciados. Em cada unidade enunciativa, entrecruzam-se vozes discursivas de enunciados vários (nas condições de tese, de antítese e de síntese), relação pela qual se determina a condição do enunciado em questão, a depender das responsabilidades estabelecidas. Arquitetonicamente, todo enunciado pode se apresentar como, em um dado momento da temporalidade, uma tese, uma antítese e uma síntese de vários outros (uma síntese de primeiro enunciado, uma antítese de um segundo e uma tese para um terceiro), à medida que se instaura em certas formas de responsividade.

No plano do conjunto sistemático da teoria de Volóchinov, o conceito de responsividade, portanto, instaura-se em uma relação de correlação com o de cadeia enunciativa. Concomitantemente, ainda se estabelece, entre ambos, uma certa forma de contiguidade, já que se apresenta o conceito de responsividade, nas suas definições e nas suas especificações enquanto uma delimitação de uma das características constitutivas do enunciado, como uma forma contígua ao outro, cuja significação teórica e cujo valor sistemático se articulam, no conjunto, como necessários e significantes apenas em relação de contiguidade e de correlação ao de cadeia enunciativa – o que se delimita, também, através das demais formas de relação sistemática. Mas, como fundamental, apresenta-se o conceito de enunciado, sem o qual não se delinearía a forma geral de definição e de especificação do de cadeia enunciativa. Ao último, o de enunciado, então, coloca-se em relação, simultaneamente, de condicionamento, de correlação e de fundamentalidade – logo, o de cadeia enunciativa se trata de um condicionado, de um correlato e de um fundamental em relação ao de enunciado, o segundo se envolvendo, também, em certa forma de fundamentalidade em relação ao primeiro. Por uma via indireta, o modo de relação sistemática entre os conceitos de enunciado e de responsividade reflete-se na forma relacional existente entre este último e o de cadeia enunciativa. Portanto, um certo grau de fundamentalidade constitui a relação entre o conceito de responsividade e o de cadeia enunciativa, através do de enunciado. Temos, então, a formação de um quadro de relações sistemáticas entre os conceitos e as ideias, nas correlações entre as proposições definidoras e especificadoras das formas relacionais e, conseqüentemente, funcionais, entre cada componente.

Na mesma direção, Volóchinov (2017 [1929]), através da formalização de dois outros conceitos, mostra-nos o alto grau de especificidade da sua concepção de enunciado, que muito bem se coaduna com a definição geral, à qual já nos dedicamos. Segundo o filósofo russo, qualquer enunciado se enquadra, desde a sua primária germinação, pelo seu *auditório social* (VOLÓCHINOV, 2019b [1930], p. 280) e se condiciona pelo seu *horizonte valorativo* (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 237), que se encontram na base da sua estrutura embrionária e da sua responsividade dialógica, marcas concretas da historicidade no interior da qual se engendra. De maneira aproximada à formalização de Bakhtin, o enunciado, para Volóchinov, trata-se da real unidade do discurso (VOLÓCHINOV, 2019b [1930]). Explicitamente, a posição do filósofo russo se assenta sobre uma concepção dialógica, o que se aclara na seguinte proposição de Volóchinov: “observamos que todo discurso é um discurso *dialógico*, orientado para outra pessoa, para sua *compreensão e resposta* real ou possível” (VOLÓCHINOV, 2019b [1930], p. 280, grifos do original). Em sua definição, o germe da definição e da especificação

do conceito de auditório se mostra já com um certo nível de formalização na ideia de orientação para a compreensão e para a resposta do *outro*, da qual se revela uma analogia.

A referência à resposta é, antes de mais nada, uma formalização, sob outros termos, do conceito de responsividade, cuja definição e cuja especificação se derivam, na forma particular de configuração da ordem dos componentes do conjunto sistemático da teoria de Volóchinov, do conceito de auditório social. Entre ambos, forma-se uma relação, portanto, de fundamentalidade – do segundo sobre o primeiro – e de correlação, dada a colocação do de auditório social como uma condição de possibilidade, a partir de uma decorrência lógica, do de responsividade – isto é, a razão de fundamentação do primeiro em relação ao segundo. Enquanto um conceito, mostra-se, em relação com os demais envolvidos, como os limites de uma circunscrição, ao se determinar como um quadrante geral de definição e de especificação do conceito de enunciado, do de responsividade e, conseqüentemente, do de cadeia enunciativa²⁴². Como condição de possibilidade, o conceito de auditório social é, então, necessário, como muito bem nos orienta a proposição de Volóchinov (2019b [1930], p. 280-281, grifos do original): “o *auditório* do enunciado (presente ou presumido, fora do qual, como já vimos, não ocorreu nem pode ter ocorrido nenhum ato de comunicação discursiva) reflete-se justamente na orientação social”. Como cada enunciado se forma pela dialética dialógica – isto é, como a sua responsividade se dá em multidireções –, o auditório social deve se caracterizar, na nossa compreensão extensiva das proposições de Volóchinov, por uma *heterogeneidade intrínseca* de sujeitos, de sentidos e de valores, condições de refração do signo e da ideologia.

Ao conceito de auditório social, correlaciona-se o de horizonte valorativo, portanto. Cada resposta a um enunciado, para se formar como uma compreensão, reveste-se dos valores sociais em jogo na constituição do auditório social. É o que nos diz Volóchinov (2017 [1929], p. 237-238), para quem

²⁴² Como um marxista, Volóchinov, no entanto, não se exime da responsabilidade de uma consideração dos problemas históricos de classe relacionados à produção discursiva, o que se reflete diretamente na concepção do conceito de auditório social. O outro sempre se trata de uma presença histórica, cuja constitutividade se instaura e se desenvolve apenas no âmago das classes e dos grupos de uma sociedade – no entrecruzamento, sobretudo, dos conflitos ideológicos. Trata-se de uma ideia exposta na seguinte proposição: “essa orientação para o ‘outro’, para o ouvinte, pressupõe inevitavelmente a consideração da inter-relação sócio-hierárquica que existe entre os interlocutores” (VOLÓCHINOV, 2019b [1930], p. 280). Todo auditório social, portanto, constitui-se a partir de lugares históricos e sociais, sobre os quais se incidem os valores ideológicos em circulação e em desenvolvimento. Todo indivíduo, logo, forma-se como uma articulação ideológica, sem que se perca, na definição de Volóchinov, a individualidade e a irrepetibilidade do seu lugar no mundo histórico. E tudo que concerne, segundo o filósofo russo, à condição material e ideológica (bens, cargos, etc.) da posição do indivíduo adentra-se na constituição do peso sócio-hierárquico (VOLÓCHINOV, 2019b [1930]).

a formação do sentido na língua está sempre relacionada com a formação do horizonte valorativo do grupo social, e, por sua vez, essa formação, compreendida como um conjunto de tudo que possui significação ou importância para o grupo, é determinada inteiramente pela ampliação da base econômica.

De outro modo, o enunciado orienta-se para os lugares unioerrentes e sociais dos indivíduos – e, conseqüentemente, para as posições ideológicas da sociedade em geral – e determina-se pelos valores ideológicos das classes e dos grupos, sob a ordem histórica das suas condições sociais, amplas e restritas, pelo fato de trata-se do uso concreto dos signos ideológicos nos acontecimentos de comunicação discursiva. Ambos os conceitos são fundamentais para a definição e para a especificação da significação teórica da conceituação da unidade real do discurso de Volóchinov, referindo-se ao que o filósofo russo denominou de *orientação social* do enunciado (VOLÓCHINOV, 2019b [1930]). Como conceitos, articulam-se na formação de um certo acabamento epistemológico e metodológico do conjunto sistemático da filosofia de Volóchinov. O de horizonte valorativo, tal como o de auditório social – condicionado, em certo grau, por este, mas com o qual se relaciona de modo equipolente e correlato –, é, em relação ao de enunciado e ao de responsividade, fundamental e, no entanto, condicionado. Está aí o *locus* de emergência da *compreensão ativa e responsiva* do indivíduo em relação ao enunciado. Conseqüentemente, a consciência individual, enquanto um enunciado interior, determina-se por sua orientação social, isto é, pelo seu direcionamento a um auditório social e pelo seu pertencimento a um horizonte valorativo – é, assim, inteiramente *dialogizada*²⁴³. E a compreensão ativa e responsiva do enunciado nos evidencia a irrepetibilidade do sentido, o dialogismo do psiquismo, a ideologicidade da linguagem e o ativismo do indivíduo sob o imperativo máximo do dialogismo, diferindo-se das concepções teóricas – como, no nosso caso, da saussureana – segundo as quais a compreensão se coloca como uma *decodificação unilateral e passiva* e o sentido se mostra como um *significado dado e unívoco*. O enunciado de um *eu* sempre se *traduz*, logo, para o *contexto vivencial* – histórico e social – de um *outro*, e vice-versa, em um processo de intercâmbio dialógico de comunicação

²⁴³ O que se manifesta nas seguintes proposições do filósofo russo: a primeira, “na maioria dos casos, pressupomos um certo *horizonte social* típico e estável para o qual se orienta a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos [...]” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 205, grifos do original); a segunda, “o mundo interior e o pensamento de todo indivíduo possuem seu *auditório social* estável, e nesse ambiente se formam os seus argumentos interiores, motivos interiores, avaliações etc.” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 205, grifos do original).

discursiva, graças ao qual se constituem as suas consciências individuais através da ideologia. Nas palavras de Volóchinov (2017 [1929], p. 232), “compreender um enunciado alheio significa orientar-se em relação a ele, encontrar para ele um lugar devido no contexto. Em cada palavra de um enunciado compreendido, acrescentamos como que uma camada de nossas palavras responsivas”.

É ativa, pois se envolve com o *princípio fundamental* do ativismo, pelo qual se caracteriza o modo vivencial de colocar-se no mundo histórico do indivíduo enquanto um ser social, cujas estruturas primárias se fundam em uma outridade constitutiva e reguladora – compreensão fenomenológica materializada no conceito de responsividade e, conseqüentemente, no de cadeia enunciativa. O princípio arquitetônico do dialogismo reflete-se e refrata-se no processo de formação de quaisquer criações humanas. Trata-se da condição estruturante, portanto, de constituição e de compreensão dos atos individuais de enunciação. Como nos orienta uma proposição de Volóchinov (2017 [1929], p. 232, grifos do original), “*toda compreensão é dialógica*. A compreensão opõe-se ao enunciado, assim como uma réplica opõe-se a outra no diálogo. A compreensão busca uma *antipalavra* à palavra do falante”. Daí a responsividade inerente à estrutura da consciência dialogizada e ideologizada do indivíduo: quaisquer atos humanos – nos quais se enquadram os enunciados – se configuram como uma *resposta* a um outro, em um certo acontecimento de interação social.

De modo resumido, o indivíduo, mais uma vez, insere-se no processo de constituição e de desenvolvimento da linguagem, o que se opõe ao entendimento saussureano. E, no conjunto sistemático da teoria volochinoviana, os conceitos de enunciado concreto e de signo ideológico submetem-se à ideia de linguagem, assim como à totalizante de dialogismo, ligando-se aos conceitos de interação social e de comunicação discursiva através de relações de complementaridade, de contigüidade e de correlacionamento. Ao mesmo tempo, o de compreensão ativa e responsiva apresenta-se contíguo ao de enunciado, mas se trata, por outro lado, de uma determinação epistêmica da ideia totalizante de dialogismo, assim como a ideia de interação social e o conceito de comunicação discursiva – estenografia correlata e equivalente da ideia de dialogismo –, tornando-se um determinante, portanto, da significação teórica do de enunciado. Conjuntamente, liga-se ao de responsividade por uma relação de correlação determinativa, enquanto uma compreensão teórica do fenômeno da linguagem, pelo enunciado, enquanto marcada, desde a sua estrutura, por um dialogismo.

Enquanto a unidade da comunicação discursiva, ao manifestar-se como o uso concreto dos signos ideológicos, o enunciado, como uma produção de um indivíduo social, trata-se da realização da dialética entre o individual e o social. A sua própria gênese, aliás, estrutura-se

sobre o território interindividual, tornando-se o elemento coesivo entre o psiquismo e a ideologia, assim como da socialização e da ideologização da consciência individual. A sua importância, no conjunto sistemático da arquitetura epistemológica e metodológica do dialogismo marxista de Volóchinov, é-nos medida pela sua função epistêmica de materialização do intrincado fenômeno de interação entre a linguagem e a vida, pois, no enunciado, entrecruzam-se as dimensões da ideologia e os domínios do psiquismo, o que nos é o principal ponto da resposta crítica de Volóchinov ao formalismo linguístico do objetivismo abstrato.

O primeiro domínio ideológico, ao qual nos referimos, liga-se ao segundo, que se representa pelo conceito de *ideologia do cotidiano*. Trata-se das produções ideológicas dos indivíduos em suas interações sociais através das várias formas de *comunicação cotidiana*²⁴⁴ (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 99). É a ideologia produzida a partir das relações diretas com a infraestrutura e a superestrutura, uma forma de zona intermediária entre a primeira dimensão ideológica e a terceira. Trata-se de uma reelaboração, assumida por Volóchinov (2017 [1929], p. 106-107), do conceito de *psicologia social*²⁴⁵ de Plekhánov, responsável pela mediação entre a produção ideológica de um enunciado individual e as esferas ideológicas constituídas. É, portanto, uma cosmovisão social estruturada e materializada no signo ideológico e no enunciado concreto. Segundo Grillo e Américo (2017, p. 360), a ideologia do cotidiano “é o conjunto de vivências e expressões cotidianas de caráter social formado pelo universo do discurso interior e exterior, não ordenado nem fixado, que abarca todo nosso ato, ação e estado ‘consciente’”. Pela ideologia do cotidiano, a ideologia estruturada em sistema, portanto, adentra-se a vida social – através da comunicação discursiva pelos enunciados concretos enquanto os usos dos signos ideológicos.

As esferas ideológicas, a terceira dimensão da ideologia, formam-se a partir da ideologia do cotidiano somente quando as suas produções discursivas se submetem à aprovação ideológica através da avaliação social, o que se expressa pela seguinte proposição: “os sistemas ideológicos formados – a moral social, a ciência, a arte e a religião – se cristalizam a partir da ideologia do cotidiano e, por sua vez, exercem sobre ela uma forte influência inversa, e costumam dar o tom a essa ideologia do cotidiano” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 213).

²⁴⁴ Nome dado ao conjunto de comunicações corriqueiras entre os indivíduos, empreendidas a partir das suas relações imediatas, que se envolvem, de modo íntimo, com as suas necessidades econômicas e gerais.

²⁴⁵ Segundo Costa (2017, p. 62), é “[...] o conjunto difuso de crenças, noções, maneiras de pensar, referências estéticas etc. que configuram o ‘espírito’ de uma época ou da classe que em determinada época dá o tom à vida da sociedade”.

Ambas as dimensões da ideologia, enquanto conceitos do conjunto sistemático da teoria volochinoviana, configuram-se como uma reverberação discursiva das vozes dos marxistas russos e soviéticos, como nos mostra Costa (2017). Em Plekhánov e em Bukhárin, a ideologia define-se e especifica-se como uma *esfera* ou um *sistema* no qual se articulam e se organizam as suas partes (COSTA, 2017). Indo em direção ao pensamento de Plekhánov, o de Bukhárin se estrutura sobre a compreensão da relação orgânica entre a psicologia social e a ideologia, a última enquanto uma “[...] esfera de valores, sentimentos, regras de conduta etc.” [...]” (COSTA, 2017, p. 68). Ou seja, a ideologia, para Bukhárin, trata-se de um componente da superestrutura. Para Volóchinov (2017 [1929]), segundo a nossa interpretação, é uma das dimensões da ideologia, que se aproxima muito da concepção de Plekhánov: “[...] sistema de saberes, pensamentos, valores, normas, produtos intelectuais, crenças etc.” (COSTA, 2017, p. 59). Assim como em ambos, as esferas ideológicas, no contexto teórico do enunciado de filosófico de Volóchinov (2017 [1929]), encontram-se em interação através da qual se condicionam no interior da superestrutura.

Entretanto, a linguagem torna-se central para a concepção de ideologia da filosofia volochinoviana, pois se trata do único meio de sua materialização e de sua realização. Quiçá, a influência dialógica mais próxima sobre a concepção da associação entre a linguagem e a ideologia de Volóchinov (2017 [1929]) encontre-se no pensamento de Bogdanov, segundo Costa (2017), para quem a *palavra interior* – em Volóchinov (2017 [1929]), o discurso ou o enunciado – é uma das condições de realização da ideologia. Para Costa (2017, p. 73), torna-se plausível “[...] que suas ideias tenham integrado a ‘biblioteca virtual’ de Volóchinov por meio da apropriação feita por Bukhárin, que, em sua obra sobre o materialismo histórico, cita Bogdanov em vários momentos”.

Pelas nossas considerações realizadas, fato nos é: para Volóchinov (2017 [1929]), a linguagem e a realidade não se dissociam, o que se apresenta de modo evidente pela importância do signo e do enunciado enquanto as mônadas de materialização da ideologia – representação enquanto reflexo e refração da realidade – em suas dimensões. Enquanto o uso efetivo dos signos ideológicos, o enunciado concreto, logo, manifesta-se como o domínio complexo da relação entre a ideologia – em suas dimensões –, a realidade histórica – representada e conscientizada pela ideologia –, a linguagem – enquanto *enérgeia*, que se reflete nos seus

produtos²⁴⁶ – e o psiquismo²⁴⁷. O que nos aparece sob a rubrica das críticas responsivas de Volóchinov ao formalismo linguístico do objetivismo abstrato é a sua teorização sobre, em parte, as funções da linguagem no processo de constituição da ideologia e da consciência, que se fundamentam sobre a sua concepção outra de racionalidade científica. Conjuntamente, a posição volochinoviana sobre o signo ideológico encontra-se como uma contrapartida crítica à aceção formalista de *CLG*, graças à qual a linguagem se encontra dissociada da realidade histórica em *devir*. A título de considerações finais e de síntese analítica, é-nos necessária, agora, a passagem para as nossas considerações das razões das suas críticas responsivas à teoria enunciada em *CLG*, assim como da condição do objetivismo abstrato na sua síntese dialética.

²⁴⁶ De acordo com a nossa compreensão, a linguagem, enquanto um produto – *ergon* –, não se apresenta como possível de fato, porque qualquer enunciado nunca se encontra finalizado em seu sentido concreto, dado o fato da compreensão ativa e responsiva enquanto a contraparte constitutiva do processo da sua formação na cadeia da comunicação discursiva. Como os sentidos se encontram em constante movimento, cabe-nos apenas admitir a linguagem como *enéргеia*, que se materializa sempre de forma ininterrupta. Se nos é possível uma referência a *ergon*, apenas no sentido do material linguístico de *relativa estabilidade*.

²⁴⁷ O delineamento exaustivo das relações sistemáticas não se trata do foco central da nossa análise. Dedicamo-nos apenas às necessárias para o mínimo do nosso entendimento da sistematicidade da filosofia volochinoviana.

DAS RAZÕES PRIMEIRAS ÀS CONSIDERAÇÕES ÚLTIMAS

Quais as razões, portanto, das críticas responsivas do dialogismo marxista de *MFL* ao formalismo linguístico do objetivismo abstrato de *CLG*? Dentre as muitas possíveis, uma das principais se encontra na inadmissibilidade, para a racionalidade científica do marxismo assumido por Volóchinov, do abstracionismo, do absolutismo e do reducionismo pelos quais se caracterizam as concepções teóricas do objetivismo abstrato, em relação, sobretudo, à sua definição da realidade da linguagem – do objeto verdadeiro da linguística e da linguagem. A crítica responsiva do filósofo russo, então, incide-se sobre o fundamento epistemológico da tendência filosófica e linguística da qual se faz representante a teoria de *CLG*. Como nos foi mostrado pela nossa análise correlacional de natureza epistemológica e historiográfica, as raízes arquitetônicas e sistemáticas do formalismo linguístico de Saussure encontram-se fincadas em uma série de tradições muito díspares em vários aspectos, como, dentre as várias, o platonismo, o racionalismo, o comparatismo e o positivismo.

A sua concepção de língua enquanto um sistema de formas alicerça-se sobre um projeto – sob uma reconfiguração radical – enunciado pela teoria gramatical de Port-Royal, que se encontrava em consonância com o empreendimento do racionalismo cartesiano e leibniziano, mas se contornando, a teoria saussureana, com matizes positivistas. Apesar da sua fundamentação galileana – em busca da elaboração da sua epistemologia da gramática comparada –, o tom determinante do seu conceito de língua advém-se da necessidade de generalização enquanto um imperativo de uma racionalidade calcada no abstracionismo do fenômeno da realidade concreta da sua constituição e do seu desenvolvimento.

Tudo se torna claro na definição formal dos elementos da língua – os signos –, que se mantém homogêneos e imutáveis porque independentes da sua realização pela fala, assim como na concepção dos mecanismos lógicos pelos quais se rege o funcionamento das formas gramaticais do sistema linguístico. Para Volóchinov, torna-se inconcebível a colocação do sistema formal como a realidade da linguagem, pois se desconsidera a sua relação constitutiva e consubstancial com a existência histórica, assim como da função social da linguagem. Em *CLG*, a língua aparece-nos regida pelas suas leis, como se se encontrasse em um plano ideal, à parte das demais produções culturais, através das quais se reflete e se refrata o mundo em construção. Ao colocar-se o sistema formal como a realidade da linguagem, a concepção formalista do objetivismo abstrato de *CLG*, portanto, dá-nos a teorização de um fenômeno encontrado fora das injunções da infraestrutura e da superestrutura, assim como não se torna relevante na constituição dos indivíduos. Contra o formalismo exacerbado do objetivismo

abstrato, insurge-se, então, o dialogismo marxista do filósofo russo, através do qual se apresentam indissociáveis a linguagem e o mundo, por meio da síntese entre o signo e a ideologia na consciência. O que se enuncia, concomitantemente, na teoria de Volóchinov parece-nos se tratar de um ideal outro, mediante o qual se torna possível a instauração de uma racionalidade científica pela qual não se busque o aprofundamento do abismo criado pela cisão abstracionista – comum ao racionalismo e ao positivismo, por exemplo – e absolutista entre a teorização científica e a realidade histórica na concepção epistêmica de um fenômeno.

Como muito bem nos apareceu durante a nossa exposição das críticas responsivas de Volóchinov a Saussure, a *monumentalização monológica* do enunciado, através da sua retirada do seu contexto de comunicação discursiva para a evidenciação dos seus constituintes formais e repetíveis, trata-se somente de um caminho metodológico para a compreensão de uma parte do objeto linguístico, que se fundamenta, contudo, sobre um reducionismo representado pela reificação ou pela substancialização da forma, o que se deriva da absolutização do sistema formal enquanto uma realidade dada em si mesma da linguagem. A língua se apresenta, assim, *objetificada*, o que se torna uma razão suficiente para a sua retirada do mundo histórico e da esfera ideológica. O fundamento positivista é-nos evidente, portanto: a língua encontra-se à mercê das suas próprias leis imanentes e independentes, tal como os fenômenos da natureza, segundo os ideais positivistas.

E o é, em *CLG*, através de um gramaticalismo e de um filologismo, por meio dos quais se definem a epistemologia e a metodologia da sua teoria geral – que se refletem, inclusive, na escolha dos exemplos apresentados. Ao conceito saussureano de língua como *ergón formal* – cuja existência se substancializa como a realidade da linguagem e o objeto da linguística na conjuntura teórica da vulgata de 1916 –, opõe-se o volochinoviano de *enérgeia ideológica*²⁴⁸, que se representa pela definição e pela especificação, no conjunto sistemático da filosofia do russo, da linguagem enquanto uma condição humana de produção de sentidos nos diversos acontecimentos de interação social, cujas unidades concretas se encontram determinadas pelos conceitos de signo ideológico e de enunciado concreto, nas quais se encarna a ideologia enquanto um reflexo e uma refração da atividade humana no mundo. A língua, portanto, reveste-se de uma função social desde a sua gênese.

²⁴⁸ Trata-se de uma expressão de nossa autoria para a diferenciação entre a acepção idealista de Humboldt e a marxista de Volóchinov. É uma *enérgeia*, portanto, produzida pelas condições históricas e sociais, de origem outrotária, com uma função de materialização da ideologia.

A dissociação, no objetivismo abstrato de Saussure, entre a língua e a história apresenta-se como um ponto criticado por Volóchinov. No contexto teórico de *CLG*, a determinação da língua como um sistema sincrônico de formas, por um lado, trata-se da colocação de um princípio metodológico para a compreensão do seu funcionamento por meio da atividade científica – segundo certas formas de racionalidade – da linguística em um dado momento histórico. No entanto, parece-nos ser a manifestação evidente, por outro, da homogeneização da língua, do falante e da coletividade, como nos mostrou Bagno (2021), enquanto uma consequência lógica da definição epistemológica da língua como reificada ou substancializada, através do procedimento de abstração das unidades da linguagem do seu uso concreto pelos indivíduos. Tudo se decorre, primeiro, da assunção do projeto racionalista e, segundo, da admissão de parte dos fundamentos dos métodos das tradições linguísticas, como do comparatismo. O filologismo é o rebento, assim, do abstracionismo da língua em relação à realidade da linguagem, necessário, contudo, para o alcance de certas finalidades científicas, mas, para Volóchinov, inaceitável enquanto a apresentação total e unívoca do fenômeno linguístico em sua uniocorrência na realidade histórica, isto é, como a realidade da linguagem.

Por meio da conjunção epistemológica entre diversas tradições filosóficas – kantismo, idealismo, neokantismo, fenomenologia e, principalmente, marxismo –, a posição contrária de Volóchinov é-nos a afirmação contundente de uma vontade de outra racionalidade científica, o que se apresenta, segundo o nosso entendimento, através da sua crítica responsiva, também, à acepção sincrônica de Saussure. Como se evidenciou através da nossa análise, a resposta volochinoviana sustenta-se na sua concepção, sobretudo, de língua, não se admitindo a sua dissociação da linguagem enquanto uma condição humana de produção de sentidos através da sua determinação social, como uma *enérgeia* ideológica, pois somente assim pode tornar-se apta à representação da realidade histórica em movimento. Ao mesmo tempo, torna-se admissível, na filosofia volochinoviana, a linguagem e a língua enquanto movimentos ininterruptos na história, cuja função se resume à significação ideológica da realidade, não através de um nominalismo ingênuo, mas da representação enquanto um reflexo e uma refração, na qual se articulam os vetores valorativos por meio dos quais se determina a direção dos sentidos representacionais.

Além do mais, a filosofia volochinoviana se trata, em relação ao lugar do indivíduo, de uma concepção oposta, em grande medida, à da linguística de *CLG*. A linguagem, como nos apareceu a partir das nossas considerações sobre a teoria do filósofo russo, torna-se o único meio de constituição da consciência individual, assim como de mediação entre o indivíduo e o mundo. Inteiramente, a linguagem, através do signo e do enunciado, encontra-se imersa no

mundo das relações sociais, enquanto a causa das conscientizações individuais, pela formação das representações e das vivências determinadas pelos valores sociais. E, de maneira radical, a posição de Volóchinov nos é categórica: somente a linguagem pode apresentar-se como a dominante da unidade contedística e formal da consciência. Mas não se trata de uma acepção, como vimos, calcada no abstracionismo. Ao contrário, é uma ideia de linguagem fundada na concepção do dialogismo marxista de comunicação discursiva e de interação social, enquanto uma produção das relações interindividuais em uma sociedade organizada. Também, uma ligação necessária entre a linguagem e a ideologia é-nos uma resposta crítica à absolutização e à idealização da língua pelo formalismo linguístico do objetivismo abstrato. Em Volóchinov, a língua é a condição e o meio da representação ideológica, ou seja, sempre se vincula a uma produção ideológica nas mais diversas formas de representação das dimensões da ideologia.

Com efeito, aparece-nos uma consequência imprescindível: os elementos formais da língua sempre se revestem da particularidade, da qual é um reflexo e uma refração, do uso ideológico da linguagem. Concomitantemente, outorga-se às formas da língua uma possibilidade de mudança, de refração e de variação a partir das utilizações idiossincráticas dos indivíduos nas suas multiformes comunicações discursivas. Por conseguinte, é-nos dada a superação da dicotomia entre a língua e a fala no contexto teórico de *MFL*, graças à inserção da linguagem já na constituição das consciências individuais, assim como pela associação da língua ao seu uso ideológico. Os elementos estáveis e repetíveis, como nos foi apresentado, constituem-se apenas um aspecto técnico da realização do sentido uniorrente – isto é, do tema, enquanto um sentido irrepetível – do enunciado concreto e do signo ideológico. É o que se manifesta, com igual força, pelo conceito de compreensão ativa e responsiva, também, enquanto uma crítica à passividade do indivíduo falante em *CLG*, através da inserção da linguagem na constituição da individualidade através do intercâmbio entre o discurso interior e o exterior pelo conceito de enunciado – o uso concreto dos signos ideológicos.

De igual modo, a superação da dicotomia saussureana entre o individual e o social apresenta-se na concepção dialética de Volóchinov. Trata-se de uma resposta ao fundamento positivista da acepção saussureana. Como vimos, a dissociação irreconciliável entre o individual e o social, em *CLG*, enquanto o fundamento da dicotomia entre a fala e a língua se trata, segundo a nossa hipótese, de uma influência dialógica do positivismo corrente no fluxo interdiscursivo da época de atuação acadêmica e intelectual de Saussure. Por mais que se manifeste, segundo Koerner (1973), a origem arquitetônica da ideia de social, em Saussure, no pensamento de Whitney, o modo como se constrói a sua significação teórica dá-nos condições

para a sua aproximação com o entendimento positivista de fato social, à semelhança da absolutização realizada em relação ao objeto de análise nas ciências naturais.

Graças à sua filiação ao marxismo – e através da sua associação às ideias da filosofia diltheyniana –, a concepção de Volóchinov pode colocar-se como um contraponto crítico à saussureana. O individual trata-se de uma reverberação do social, segundo o dialogismo marxista de *MFL*, através de uma dialética complexa entre o psiquismo e a ideologia, o que se trata de um desdobramento epistemológico da tese volochinoviana da linguagem ideológica como o meio de constituição da unidade contedística e formal da consciência individual. No entanto, o individual, em Volóchinov, compreende-se como um fenômeno ideológico e social, cuja idiossincrasia, no entanto, não se apresenta como descartada pelo filósofo russo. Consequentemente, a linguagem e a ideologia não se colocam como independentes dos indivíduos, mas como constitutivas. E a individualidade torna-se um ponto demasiado importante da dialética de constituição de ambas, assim como um meio de reflexo e de refração dos valores sociais, pelos quais se caracterizam as produções ideológicas em geral.

Um outro aspecto indispensável encontra-se na relação entre a linguagem e o mundo na constituição dos signos ideológicos e dos enunciados concretos enquanto as mônadas da representação ideológica. Como foi apresentado, o signo linguístico, em *CLG*, define-se e especifica-se como imotivado pela realidade da coisa ou do objeto, isto é, é apresentado como arbitrário em absoluto em relação ao mundo, tratando-se de uma unidade formal constituída apenas pela relação entre o significante e o significado, no interior do sistema linguístico. No entanto, a aceção volochinoviana trata-se de uma resposta à *tradição arbitrarista*, de certo modo. Ao se vincular à ideologia, enquanto um reflexo e uma refração do mundo histórico pela atividade natural e social dos indivíduos em interação social, a linguagem trata-se de uma expressão representacional dos objetos instanciados no horizonte social, quando se submetem às avaliações sociais da sociedade na qual se inserem.

Ou seja, a linguagem define-se em termos de condição e de meio para a representação (ideologia) – fora de um nominalismo ingênuo – do mundo histórico. Portanto, a língua, através dos signos ideológicos e dos enunciados concretos, relaciona-se com a mundanidade pela sua função representacional. Mesmo os seus aspectos gramaticais determinam-se pelo seu lugar de constituição do pensamento, tratando-se de um meio para o estabelecimento das categorias lógicas de concepção do conhecimento, através do qual se constituem as relações entre os objetos, dos indivíduos com a mundanidade, entre os indivíduos em suas interações sociais e as associações características da ideologia, enquanto um reflexo e uma refração. Com efeito, a linguagem, em seu aspecto contedístico – por uma extensão nossa, *semântico* – encontra-se

determinada pelas condições históricas e sociais no engendramento das significações ideológicas dos objetos e das relações através da sua vinculação com a ideologia²⁴⁹. Com uma consistente ênfase no enunciado concreto – unidade de uso efetivo dos signos ideológicos –, Volóchinov pode recursar-se à admissão do sistema formal enquanto a realidade primeira e última da linguagem, o que se deu graças à sua filiação dialógica à filosofia de Humboldt, assim como à sua assunção do posicionamento derivado, segundo Grillo (2017, p. 70), das escolhas metodológicas da linguística de Baudouin de Courtenay e de Mikolaj Kruszewski, para a qual se encontra a essência da língua na atividade da fala. Ambos “[...] criticam a linguística histórica que, influenciada pela filologia, dedicou-se ao estudo de documentos escritos de línguas mortas antigas” (GRILLO, 2017, p. 70), de onde se decorre, portanto, a crítica volochinoviana ao filologismo da teoria enunciada em *CLG*.

Cabe-nos, agora, o estabelecimento de nossa resposta – parcial, pelo menos – a uma das perguntas – quiçá, a principal – norteadoras da nossa pesquisa: afinal, qual se trata da condição do objetivismo abstrato na síntese dialética de Volóchinov? Isto é, qual seria o seu lugar teórico na constituição da epistemologia da filosofia da linguagem do filósofo russo? Trata-se de um questionamento complexo, com uma série de frentes de abordagem e de apreciação. Primeiramente, é-nos preciso delimitar o que se configura, na perspectiva volochinoviana, como uma síntese dialética. Segundo as palavras do filósofo russo, “suponhamos que aqui, como sempre, a verdade não se encontre no meio-termo nem seja um compromisso entre a tese e antítese, ficando fora e além dos seus limites, e negando tanto a tese quanto a antítese, ou seja, representando uma *síntese dialética*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 199-200, grifos do original). Ou seja, a negação das teses do idealismo linguístico do subjetivismo individualista e das do formalismo linguístico do objetivismo abstrato, quanto à realidade da linguagem, constitui-se como uma afirmação categórica na filosofia volochinoviana, pois a interação discursiva se revela como a gênese fundamental do fenômeno linguístico, o que não nos quer dizer que se encontrem a teoria do subjetivismo individualista e a do objetivismo abstrato fora, em absoluto, da constituição da filosofia enunciada em *MFL*. A negação, contudo, é-nos

²⁴⁹ Nada nos é apresentado por Volóchinov com relação à arbitrariedade pela qual se rege a relação entre o significante e o significado dentro do sistema linguístico. Não nos parece, portanto, um ponto de atenção do filósofo russo. Consequentemente, não se trata de um foco das nossas considerações. Uma outra questão: os aspectos gramaticais, de acordo com a nossa interpretação, revestem-se de uma função, como mencionamos, em relação ao pensamento e ao conhecimento, enquanto os meios de constituição e de expressão das conjunções lógicas e dialógicas.

verdadeira com relação à aceitação de cada uma das tendências em relação ao que é a linguagem em sua realidade fenomênica de ocorrência concreta.

No entanto, não nos parece haver, em *MFL*, uma negação absoluta da validade científica de certos aspectos do objetivismo abstrato de *CLG*, como, por exemplo, o da sistematicidade da língua, o que se confirma diante da aceitação do filósofo russo dos elementos sistêmicos enquanto os componentes da significação, ou seja, do limite inferior do significar linguístico (VOLÓCHINOV, 2017 [1929], p. 231). A língua, enquanto um sistema de formas, aparece-nos dada, na teoria volochinoviana, como um meio necessário para a instauração da significação ideológica e do sentido valorativo, não se apresentando como uma realidade em si mesma, que se encontraria independente da sua função no seio de uma organização social na história, o que se encontra explicitado pela interpretação consistente de Grillo (2017, p. 67), para quem a função da língua é semelhante em Humboldt e a Volóchinov: “[...] a língua, entendida como os elementos estáveis do léxico e da gramática, é uma parte tanto da atividade da fala em Humboldt, quanto do tema do enunciado em Volóchinov”. O que nos aparece, no entanto, trata-se da recusa da aceitação volochinoviana do sistema formal enquanto a apresentação global da realidade da linguagem, segundo certos métodos orientados por uma determinada racionalidade científica, na qual se desconsideram as causas dialéticas de origem da linguagem. Em certos aspectos, o sistema, portanto, torna-se concebível na reflexão de Volóchinov, mas apenas enquanto o artefato técnico de realização da linguagem ideológica, isto é, como o meio formal de constituição da função social de representação, de constituição e de mediação da linguagem, bem como de materialização da comunicação discursiva em um dado acontecimento de interação social.

De certo modo, parece-nos que, ao filósofo russo, coube uma inversão do ponto de partida (FERREIRA, 2020) não só em relação às concepções teóricas do idealismo do subjetivismo abstrato, mas, também e sobretudo, às do formalismo do objetivismo abstrato, de modo radical, o que se manifesta pelas entonações fortes das afirmações categóricas das suas críticas responsivas à teoria enunciada na vulgata de 1916. Em muitos aspectos, as críticas volochinovianas referem-se à re colocação das questões da língua enquanto um sistema diante da sua concepção da realidade da linguagem, como mencionamos. Lembremo-nos *do* limite inferior do significar linguístico ao qual se remete Volóchinov (2017 [1929], p. 231), o que nos é a manifestação do reconhecimento, em um certo nível da concepção volochinoviana, do domínio dos aspectos formais e repetíveis da língua, isto é, o lugar no qual se aloca, na sua filosofia, a concepção sistêmica e formalista de *CLG*. Portanto, o sistema da língua é, sim, concebível e válido, mas não segundo a lógica da racionalidade científica da tradição

objetivista. Em outros, trata-se de uma recusa categórica e severa, contudo, da ideias e da teses do objetivismo abstrato, das fundamentadas, sobretudo e principalmente, sobre o racionalismo e o positivismo, pelos quais se funda uma desconsideração dos aspectos históricos intrínsecos à linguagem e à língua, assim como da presença inexorável dos indivíduos sociais no processo de constituição da linguagem através da comunicação discursiva e da interação social.

De toda forma, não nos é dada a possibilidade de negação, por parte de Volóchinov, dos aspectos gerais e universais, como se encontra delineado em *CLG*, das línguas particulares, o que se pode pensar, de forma unilateral, ao não se conceber, porém, o teor adequado da posição volochinoviana. Ao contrário, o filósofo russo não nos parece encontrar-se do lado de um *particularismo absoluto*, o que se evidencia, de forma explícita, no seu reconhecimento relativo do valor de verdade das proposições sobre as quais se sustenta a afirmação da existência de uma forma geral à qual se submetem as línguas particulares, acompanhado da admissão de Volóchinov de um certo grau de validade científica do caráter sistêmico da linguagem. Todavia, o que não se torna aceitável, para a sua filosofia, é a afirmação de ambas as teses enquanto a totalidade de uma teorização unívoca e uma descrição analítica da realidade concreta da linguagem humana, pois se trata de um fenômeno, além de complexo e heterogêneo em muitos sentidos, imerso, da sua gênese primária à sua razão fundamental, em uma realidade histórica da qual não se pode desprender, fenomenologicamente, sem o prejuízo de perder-se em formulações demasiado abstratas e generalistas.

A condição do objetivismo abstrato de Saussure na síntese dialética de Volóchinov, portanto, resume-se a um posicionamento complexo, pelo qual se estabelece, em partes, a reconfiguração das concepções sistêmicas e formais de *CLG*, o que se mostra através da inversão radical da sua função epistemológica na conjuntura teórica de *MFL*: não mais como a realidade da linguagem, o sistema formal, na concepção de Volóchinov (2017 [1929]), trata-se de um meio técnico para a realização das funções sociais da linguagem de constituição, de mediação, de representação e de comunicação, segundo o posicionamento marxista do filósofo russo. Indo além, torna-se clara a natureza dialógica da formação das teorias e das tradições na história das ideias. Em grande medida, o objetivismo abstrato, por um de seus lados, tornou-se uma das razões precípuas para a constituição concreta e necessária da teoria geral de Volóchinov enquanto uma resposta crítica e radical aos fundamentos do seu formalismo linguístico, assim como às teses idealistas do subjetivismo individualista. O movimento responsivo dos sentidos, portanto, mostra-se marcado por uma série de formas intrincadas de atitude. No caso da de *MFL* em relação à teoria enunciada em *CLG*, trata-se da afirmação de uma filosofia crítica e opositiva às concepções da linguística saussureana da vulgata de 1916 –

não somente, mas sobretudo –, assim como à sua forma primeira de racionalidade científica, o que se dá, contudo, com o sentido de reconfiguração ativa de parte dos componentes do formalismo do objetivismo abstrato no seio acepções volochinovianas, dado o reconhecimento, por parte do filósofo russo, da validade relativa da teoria linguística de Saussure, somente, no entanto, como a apresentação teórica de um componente técnico e um meio formal de realização efetiva da linguagem através de enunciados concretos.

Mas pode-se questionar a validade da posição de Volóchinov, sustentando-se sobre a afirmação saussureana do ponto de vista enquanto o criador do objeto (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 51). Claramente, a perspectiva torna-se o lugar de partida em direção ao fenômeno, o que nos dá uma margem para a relativização do posicionamento do genebrino não enquanto a definição da realidade da linguagem, mas, sim, de um certo aspecto seu, que se determina a partir de um ponto de vista enquanto uma afirmação geral de uma epistemologia e de uma metodologia. Todavia, todo ponto de partida trata-se da assunção de certos valores, pelos quais se determinam as escolhas epistemológicas e metodológicas para a abordagem de um dado fenômeno. Conjuntamente, torna-se a afirmação de uma certa racionalidade científica, que se insere em um certo horizonte histórico, remetendo-se a um número sem fim de tradições. Portanto, o ponto de vista de *CLG* trata-se da elevação axiológica, segundo o filósofo russo, de uma racionalidade abstracionista e objetivista, pela qual se desconsidera o caráter histórico da linguagem enquanto um fenômeno em revelação, em sua concretude e em seu uso, à consciência do pesquisador. É, portanto, o exercício da espontaneidade saussureana. De igual maneira, podemos referir-nos à mesma concepção em relação à filosofia da linguagem de Volóchinov: é um ponto de vista pelo qual se busca a determinação da realidade da linguagem, de acordo com o seu aparecimento na realidade histórica, em seu uso social pelos indivíduos em comunicação discursiva na interação social. Trata-se de uma perspectiva marcada, igualmente, pela espontaneidade da consciência volochinoviana, que se fundamenta sobre a sua assunção de certos valores éticos em relação à atividade das ciências da linguagem e da ideologia, bem como, conseqüentemente, de uma outra racionalidade científica. Sim, é, pelo ponto de vista, criado o objeto, mas cada um se reveste de certas formas éticas e, então, valorativas em relação à sua determinação epistêmica. Logo, o alvo, de certo modo, das críticas responsivas do filósofo russo é o ponto de vista da linguística saussureana, que se trata, na sua concepção, da afirmação de uma racionalidade inaceitável diante dos valores éticos e científicos da sua filosofia da linguagem.

Ao mesmo tempo, é-nos possível, portanto, a percepção de uma crítica de Volóchinov, que não nos é, contudo, muito explícita, às formas de racionalidade científica do objetivismo

abstrato. Torna-se inadmissível, para o filósofo russo, uma atividade científica fundamentada sobre uma epistemologia e uma metodologia através das quais se possa dissociar o fenômeno de análise e de interpretação da sua unicorrência histórica, como se se tratasse de uma realidade reificada ou substancializada, em independência absoluta das condições sociais na história, assim como absolutizada e dominada apenas pelas suas leis imanentes, fora das injunções da consciência individual – enquanto um território social –, sob o auspício da articulação entre uma infraestrutura e uma superestrutura. O que se enuncia, portanto, é-nos uma forma outra de racionalidade científica, que se estrutura sobre uma conjunção de tradições muito diversas, mas que se encontram na necessidade de consideração do aspecto histórico da constituição e do desenvolvimento do fenômeno – isto é, da sua efetiva contextualização no acontecimento da sua ocorrência concreta –, bem como dos indivíduos, que se marcam como ideológicos e sociais, envolvidos em todo o processo da sua concepção científica. É-nos uma teoria orientada para a vida social e para a existência histórica, que se fundamenta não somente como uma prática teórica, mas, sobretudo, como uma atitude de consciência de um indivíduo inserido nas condições históricas e sociais, sobre o qual se incide a sua responsabilidade em relação à sua atividade científica enquanto a materialização ideológica do seu posicionamento no mundo social, o que não se trata de uma recusa absoluta do reconhecimento dos aspectos gerais, repetíveis e universais na formação de um conhecimento de um dado fenômeno.

Ao contrário, parece-nos se tratar de uma concepção muito próxima da enunciada por Bakhtin (1993 [1986/1919-1921]) de acordo com a interpretação de Sobral (2019): trata-se de uma racionalidade científica na qual se devem articular o único e o unicorrente com o geral e o universal, através de um *pensamento participativo e responsável*²⁵⁰ (SOBRAL, 2019) do indivíduo revestido de uma função social e de um papel técnico, que se articulam na formação da unidade da atitude da sua consciência enquanto um território interindividual. É uma racionalidade, portanto, na qual se admite o indivíduo, a linguagem, a história e a sociedade em intersecção contínua, sem uma desconsideração do conteúdo de verdade das teses gerais e universais das teorias, cujo lugar se modifica, no entanto, por não mais se referir à enunciação da totalidade do conhecimento, o que se trata da assunção de uma posição contrária às afirmações positivistas, segundo a nossa leitura, sobre a independência e a neutralidade do saber científico em relação ao contexto de emergência do fenômeno de análise. Tudo sob a ordem do

²⁵⁰ “Participante (ou participativo) [...] no sentido de não-indiferente, ou seja, de vinculado ao ser-evento no qual ocorrem efetivamente os atos humanos, o mundo concreto vinculado ao agir de sujeitos concretos [...]” (SOBRAL, 2019, p. 75).

ideário teórico e revolucionário do marxismo, bem como a partir do reconhecimento da verdade da razão histórica enquanto o núcleo do neokantismo e da fenomenologia, aos quais se filiou, até certo ponto – modificando-os assim como o fez com o idealismo –, a filosofia marxista de Volóchinov.

Conjuntamente, apareceu-nos, durante a nossa análise, uma outra questão demasiado importante: o objetivismo abstrato, assim como o subjetivismo individualista, trata-se de uma tendência, sim, constitutiva de diversas e inúmeras tradições científicas e filosóficas²⁵¹, o que se torna patente pelo fundo epistemológico e metodológico comum ao platonismo, ao racionalismo, ao comparatismo e ao positivismo, que se fundamenta, sobretudo – mas não somente –, sobre uma abstração e uma absolutização do fenômeno de análise, assim como da substancialização de parte da sua constituição total. E *CLG*, no entendimento de Volóchinov, trata-se da sua máxima expressão no campo das ciências da linguagem, pelas inúmeras razões às quais nos remetemos durante a nossa análise interpretativa. Portanto, não nos cabe a admissão da vulgata de 1916 como o único foco da tradição do objetivismo abstrato, muito menos como a razão da sua origem, o que nos parece ter-se tornado evidente pelas nossas análises historiográficas de parte dos fundamentos arquitetônicos dos componentes do conjunto sistemático da teoria enunciada em *CLG*. Só nos é possível o reconhecimento, contudo, do seu alto grau de expressividade da tradição objetivista abstrata no campo das ciências da linguagem.

Parece-nos plausível, portanto, a compreensão da possibilidade de existência da reflexão volochinoviana como marcada por um forte dialogismo tenso e conflituoso em relação a uma série de axiologias, epistemologias e metodologias através das quais se constituíram um certo número de tradições de pensamento, entre as quais se situa, conseqüentemente, o objetivismo abstrato do saussureanismo afirmado no enunciado de 1916. Em sua totalidade arquitetônica, *MLF*, logo, trata-se de um enunciado constituído por uma intensa atitude responsiva a *CLG*: por um lado, de crítica à sua teorização geral, de negação dos seus fundamentos últimos e das suas conclusões principais, de relativização de certas partes das suas colocações e de desmantelamento dos seus embasamentos, mas, por outro, de reconhecimento do valor de verdade de dadas formulações suas, assim como de aceitação relativa da sua concepção sistêmica mediante à reconfiguração do seu lugar na teoria enunciada em *MFL*. Tudo só se revelou, de modo adequado, à nossa análise por meio da nossa assunção do conceito de

²⁵¹ Se, em grande medida, a reflexão saussureana trata-se de uma reelaboração do pensamento linguístico de muitos linguistas, como Whitney e Paul – assim como de outros do movimento dos Jovens Gramáticos –, é-nos provável que o objetivismo abstrato seja uma tendência constitutiva das suas teorias, ao que nos poderemos dedicar, talvez, em algum dos nossos trabalhos futuros.

enunciado de Bakhtin, para a fundamentação teórica e metodológica da nossa pesquisa, enquanto a definição epistêmica do texto enquanto um fenômeno, bem como do princípio de correlacionamento como o principal procedimento metodológico do qual se derivou a estrutura geral da nossa análise epistemológica, hermenêutica e historiográfica. Por meio da nossa escolha, foi-nos possível, então, uma análise sistemática enquanto um meio para o nosso salto em direção às relações arquitetônicas – no sentido de responsivas –, por meio das quais se constituem as sistematicidades de cada teoria.

Com efeito, acreditamos ter colocado, de modo primário e, portanto, delimitado, as questões centrais da nossa pesquisa. Obviamente, a nossa escrituração se encontra aberta e inacabada, como qualquer enunciado concreto e responsivo, tanto pela sua uniocorrência histórica e pela nossa atitude de consciência enquanto pesquisadores responsáveis e responsivos, quanto pela *inexauribilidade* do fenômeno de análise do nosso trabalho. Encontramo-nos sujeitos às injunções da responsividade, sabemos-lo bem. Mas, em complemento final, a nossa posição não se apresenta – muito menos quis se apresentar – como unívoca, o que se justifica por uma série de recortes metodológicos dos quais se derivou o nosso foco particular e centrado. Como sempre nos preocupamos em asseverar, as nossas análises e as nossas considerações, assim como a nossa fundamentação teórica e metodológica, trata-se uma interpretação ativa e avaliativa, que se encontra à mercê das atitudes valorativas da consciência do nosso leitor responsivo. No mais, encontramos-nos satisfeitos por enquanto, mas sempre com o sentimento de necessidade de retorno às questões já discutidas pelas nossas reflexões.

REFERÊNCIAS²⁵²

ARISTÓTELES. **Da interpretação**. Tradução de José Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo/SP: Editora UNESP, 2013.

BAGNO, M. Posfácio: excuro crítico para uma leitura incontornável. In: SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução, notas e posfácio de Marcos Bagno. São Paulo/SP: Parábola, 2021, p. 322-378.

BAKHTIN, M. Arte e responsabilidade. In: _____. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo/SP: WMF Martins Fontes, 2011 [1919], p. XXXIII-XXXIV.

_____. Fragmentos dos anos 1970-1971. In: _____. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo/SP: 34, 2017a [1979/1970-1971], p. 21-56.

_____. **O freudismo**: um esboço crítico. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo/SP: Perspectiva, 2014 [1927].

_____. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica. In: _____. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo/SP: 34, 2016a [1979/1959-1961], p. 71-107.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo/SP: 34, 2016b [1979/1952-1953], p. 11-69.

_____. **Para uma filosofia do ato**. Tradução didática da edição Americana *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, 1993 [1986/1919-1921].

_____. Por uma metodologia das ciências humanas. In: _____. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo/SP: 34, 2017b [1979/1941*1974], p. 57-79.

BATISTA, R. (Org.) **Historiografia da Linguística**. São Paulo/SP: Contexto, 2019.

_____. **Introdução à historiografia da linguística**. São Paulo/SP: Cortez, 2013.

BAUAB, F. O positivismo e a incorporação do método das ciências naturais. **Perspectiva Geográfica**, Unioeste, 2006, p. 35-49.

BORBA, F. **Introdução aos estudos linguísticos**. São Paulo/SP: Companhia Editora Nacional, 1967.

BOUISSAC, P. **Saussure**: um guia para os perplexos. Tradução de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

²⁵² Além das citadas e das mencionadas, incluem-se, entre as obras referenciadas, as apenas consultadas.

BOUQUET, S. **Introdução à leitura de Saussure**. Tradução de Carlos Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo/SP: Cultrix, 2000 [1997].

BRAIT, B. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 43-66, 2013.

BRANDIST, C. **The Bakhtin Circle: Philosophy, Culture and Politics**. Pluto Press, 2002.

CALVET, L. **Saussure: pró e contra - para uma linguística social**. Tradução de Maria Elizabeth Leuba Salum. São Paulo/SP: Cultrix, 1977.

CÂMARA JR. J. **História da linguística**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

CARVALHO, C. **Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica**. 20. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**. Tradução de Marion Fleischer. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2001 [1923].

CEREJA, W. Significação e tema. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo/SP: Contexto, 2016, p. 201-220.

CLARK, K; HOLQUIST, M. **Mikhail Bakhtin**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo/SP: Perspectiva, 2008.

COSTA, L. **A questão da ideologia no Círculo de Bakhtin e os embates no discurso de divulgação científica da revista *Ciência Hoje***. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2017.

DEPECKER, L. **Compreender Saussure a partir dos manuscritos**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

DIAS, F. Apontamentos sobre a relação entre a consciência e a linguagem a partir de Bakhtin e de Volóchinov. **Mandinga**, v. 4, n. 1, 2020, p. 7-24.

DILTHEY, W. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. Tradução de Marco Casanova. São Paulo/SP: Editora UNESP, 2010 [1910].

_____. **Ideias sobre uma psicologia descritiva e analítica**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro/RJ: Via Verita, 2011 [1894].

DOMINGUES, T. (2017) O Círculo de Bakhtin e o Idealismo Alemão: relações entre pensamento e língua. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), 46(2), 641–654. <https://doi.org/10.21165/el.v46i2.1642>

_____. (2018) Estilística e estilo no Círculo de Bakhtin e no Idealismo Alemão: um estudo comparativo entre as bases dialógica e monológica na ciência da linguagem. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), 47(2), 485–500. <https://doi.org/10.21165/el.v47i2.1914>

DOSSE, F. **História do Estruturalismo**. v. I. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora

UNESP, 2018.

_____. **História do Estruturalismo**. v. II. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

FARACO, C. (Org.) **O efeito Saussure**: cem anos do Curso de Linguística Geral. São Paulo/SP: Parábola, 2016.

FERREIRA, T. **Diálogos entre Volóchinov e Humboldt na Filosofia da Linguagem**: a participação do idealismo na síntese marxista. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2020.

FIORIN, J; FLORES, V; BARBISAN, L. (Orgs.) **Saussure**: a invenção da linguística. São Paulo/SP: Contexto, 2013.

FLORES, V. **Saussure e Benveniste no Brasil**: quatro aulas na École Normale Supérieure. São Paulo/SP: Parábola, 2017.

FRANZON, C. **A Característica universal de Leibniz**: contextos, trajetórias e implicações. Tese (Doutorado em Educação Matemática), Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro/SP, 2015.

GERALDI, J. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: GRUPO DE ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO (GEGe) - UFSCar. **Palavras e contrapalavras**: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2012.

GRILLO, S. Marxismo e filosofia da linguagem: uma resposta à ciência da linguagem do século XIX e início do XX. In: VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo/SP: 34, 2017.

GRILLO, S; AMÉRICO, E. Glossário. In: VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo/SP: 34, 2017, p. 353-368.

_____. Registros de Valentin Volóchinov nos arquivos do ILIAZV. In: VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo/SP: 34, 2019, p. 7-56.

GUYER, P. **Kant**. Tradução de Cassiano Terra Rodrigues. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2009.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo/SP: Perspectiva, 1975.

HÖFFE, O. **Immanuel Kant**. Tradução de Christian Viktor Hamm e Valério Rohden. São

Paulo/SP: Martins Fontes, 2005.

HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**: introdução geral à fenomenologia pura. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2006 [1913].

_____. **Investigações lógicas**: prolegômenos à Lógica Pura. Tradução de Diogo Ferrer. Rio de Janeiro/RJ: Forense, 2014 [1900].

HUTCHINGS, S. The Russian critique of Saussure. In: SANDERS, C. **The Cambridge Companion to Saussure**. Cambridge University Press, 2004.

JAKUBINSKIJ, L. **Sobre a fala dialogal**. Tradução de Dóris de Arruda C. da Cunha e Suzana Leite Cortez. São Paulo/SP: Parábola, 2015 [1923].

JOSEPH, J. **Saussure**. Oxford University Press, 2012.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. Petrópolis/RJ: Vozes; Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2015 [1781].

KOERNER, E. **Ferdinand de Saussure**: Origin and Development of his Linguistic Thought in Western Studies of Language. A Contribution to the History and Theory of Linguistics. Vieweg + Sohn GmbH, 1973. ISBN-13: 978-3-528-03706-2. e-ISBN-13: 978-3-322-85606-7. DOI: 10.1007/978-3-322-85606-7.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Volume 1 (Livro I e II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014 [1689].

_____. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Volume 2 (Livro III e IV). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014 [1689].

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 7. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2000.

MARCHEZAN, R. M Bakhtin e a “virada linguística” na filosofia. BRAIT, B; PISTORI, M; FRANCELINO, P. (Orgs.) In.: *Linguagem e conhecimento (Bakhtin, Medviédev e Volóchinov)*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2019.

MARQUES, L. **As aulas de Saussure**: um retorno aos manuscritos. Belo Horizonte/MG: Editora PUC Minas, 2016.

MARTELOTTA, M. **Manual de Linguística**. São Paulo/SP: Contexto, 2008.

MATA, J. Comentários. In: ARISTÓTELES. **Da interpretação**. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 65-181.

MEDVIÉDEV, P. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo/SP:

Contexto, 2012 [1928].

MEILLET, A. Carta de Ferdinand de Saussure a Antoine Meillet, 1894. In: _____. **A evolução das formas gramaticais**. Tradução e notas de Marcos Bagno. São Paulo/SP: Parábola, 2020a [1894], p. 261-263.

_____. Resenha de Antoine Meillet do *Curso de linguística geral* de Ferdinand de Saussure. In: _____. **A evolução das formas gramaticais**. Tradução e notas de Marcos Bagno. São Paulo/SP: Parábola, 2020b [1916], p. 257-260.

MORSON, G; EMERSON, C. **Bakhtin**: criação de uma prosaística. Tradução de Pádua Danesi. São Paulo/SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MOURA, H; CAMBRUSSI, M. **Uma breve história da linguística**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

NORMAND, C. **Saussure**. Tradução de Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo/SP: Estação Liberdade, 2009.

ORLANDI, E. **O que é linguística**. 8. ed. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 1995.

PAUL, H. **Princípios fundamentais da história da língua**. Tradução de Maria Luísa Schemann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970 [1880].

PAULA, L; LUCIANO, J. A. R. A tridimensionalidade da linguagem bakhtiniana. **Linha D'Água** (online), São Paulo, v. 33, n. 3, p. 105-134, 2020.

REALE, G; ANTISERI, D. **História da Filosofia**: volume 3: do humanismo a Descartes. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo/SP: Paulus, 2004.

_____. **História da Filosofia**: volume 4: de Spinoza a Kant. São Paulo/SP: Paulus, 2005.

_____. **História da Filosofia**: volume 6: de Nietzsche à Escola de Frankfurt. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo/SP: Paulus, 2006.

SANDERS, C. **The Cambridge Companion to Saussure**. Cambridge University Press, 2004.

SARTRE, J. **A transcendência do ego**: esboço de uma descrição fenomenológica. Tradução João Batista Kreuch. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015^a [1936].

_____. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução e notas de Paulo Perdigão. 24. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015b [1943].

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução, notas e posfácio de Marcos Bagno. São Paulo/SP: Parábola, 2021 [1916].

_____. **Curso de linguística geral**. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo/SP: Cultrix,

2012 [1916].

_____. **Escritos de linguística geral**. Organização e edição de Simon Bouquet e Rudolf Engler. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo/SP: Cultrix, 2004 [2002].

SILVA, A. P. Bakhtin. In: OLIVEIRA, L. A. (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo/SP: Parábola, 2013, p. 45-69.

SILVA, T. **Dicionário de fonética e fonologia**. São Paulo/SP: Contexto, 2015.

SOBRAL, A. A estética em Bakhtin (literatura, poética e estética). In: DE PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Orgs.). **Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável. Série Bakhtin: Inclassificável**, v. 1. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2010, p. 53-88.

_____. **A filosofia primeira de Bakhtin: roteiro de leitura comentado**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2019.

_____. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo/SP: Contexto, 2016, p. 11-36.

_____. Ético e estético na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo/SP: Contexto, 2016, p. 103-122.

STAROBINSKI, J. **As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure**. Tradução de Carlos Vogt. São Paulo/SP: Perspectiva, 1974.

SYLLA, B. Será que a linguagem determina a cultura? As posições de Humboldt e Cassirer em torno desta questão. In: BRAGA, J; GARCIA, R. (Orgs.) **Antropologia da Individuação: estudos sobre o pensamento de Ernst Cassirer**. (e-book) Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2017, p. 143-162.

TRABANT, J. **A linguagem, objeto de conhecimento: breve trajeto pela história das ideias linguísticas**. Tradução de Carlos Piovezani, Luzmara Curcino e Márcio Alexandre Cruz. São Paulo/SP: Parábola, 2020.

VILLARTA-NEDER, Marco Antonio. Atos responsáveis e intersubjetividade: uma trajetória acadêmica de fazer junto. Dossiê em homenagem ao Professor Dr. João Bôsko Cabral dos Santos. **Cadernos Discursivos**, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p. 27-40, 2019a. (ISSN: 2317-1006 - online).

_____. **Dizeres e fazeres como enunciados: arquitetura e sentidos para além dos textos**. 2018. (Mimeo.)

_____. Sobre silêncio e sentidos: uma abordagem bakhtiniana. In.: STAFUZZA, G; FONSECA, J. (Orgs.) **Estudos discursivos em múltiplas perspectivas: discurso, sujeito, sociedade**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2019b, p. 61-90.

VILLARTA-NEDER, M. A; CASTRO DIAS, F. L. (2020). Crítica responsiva a diálogos polêmicos com o conceito de dialogismo de Bakhtin. **Linha D'Água**, 33(3), 25-54.

<https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v33i3p25-54>

VOLÓCHINOV, V. As mais novas correntes do pensamento linguístico no Ocidente. In: _____. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo/SP: 34, 2019a [1928], p. 147-182.

_____. Estilística do discurso literário II: a construção do enunciado. In: _____. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo/SP: 34, 2019b [1930], 266-305.

_____. Estilística do discurso literário III: a palavra e a sua função social. In: _____. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo/SP: 34, 2019c [1930], p. 306-336.

_____. Estilística do discurso literário I: o que é a linguagem/língua?. In: _____. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo/SP: 34, 2019d [1930], p. 234-265.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo/SP: 34, 2017.

WEEDWOOD, B. **História concisa da Linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo/SP: Parábola, 2002.